

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

Bruna Francinetti Menezes Castro Bastos

Reverendo histórias, construindo o presente e plantando o futuro: proposta de trabalho com famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade em Belém-PA.

Doutorado em Psicologia Clínica

São Paulo/SP
2016

Pontifícia Universidade Católica De São Paulo
PUC-SP

Bruna Francinetti Menezes Castro Bastos

Revendo histórias, construindo o presente e plantando o futuro: proposta de trabalho com famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade em Belém-PA.

Tese apresentada à banca examinadora, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Psicologia Clínica, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a Dra. Ceneide Maria de Oliveira Cervený.

São Paulo/SP
2016

Banca Examinadora:

Às minhas avós, Domingas (*in memoriam*), Maria de Belém (*in memoriam*) e Edeltrudes: obrigada por todas as cartas de amor, conversas e pelos quitutes que alimentam a alma.

À minha mãe, Stela Menezes (*in memoriam*): por me deixar de herança o legado do cuidado, do amor e da solidariedade. Pensei muito em você no decorrer desta pesquisa. Esse trabalho tem muito de nós duas.

Ao meu pai, Osvaldo Vicente: por me incentivar na realização deste sonho, me autorizando ao sucesso e a felicidade.

Ao meu marido, Moisés: por ser meu cúmplice na vida. Seu olhar de amor e admiração foi fundamental nesta jornada.

À Prof^a Dr^a Ceneide Cervený: por ser pioneira no estudo do ciclo vital da família no Brasil e estimular seus alunos a se comprometerem como cidadãos ao buscar produzir conhecimento que reverbere em benefícios para as famílias brasileiras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter colocado tantos anjos visíveis no meu caminho.

À Prof^a Dr^a Ceneide Cervený, minha orientadora, que com generosidade compartilhou conhecimento e demonstrou ser “*expert*” em construir junto. Você me ajudou a crescer ao me oferecer palavras de coragem, ao potencializar as minhas competências e me auxiliar a enfrentar as dificuldades ao longo do doutorado. Você é uma inspiração como professora, orientadora e supervisora.

À Prof^a Dr^a Adriana Leonidas e a Prof^a Dr^a Flávia Hime pelas contribuições que conferiram no exame de qualificação do doutorado.

À Prof^a Dr^a Lília Cavalcante que me acolheu no meu retorno a Belém e foi essencial na construção deste trabalho, colaborando com reflexões preciosas na composição do referencial teórico, na preparação e execução da coleta de dados. O seu comprometimento com as crianças e adolescentes paraenses em situação de vulnerabilidade e a sua luta pela construção de um mundo mais igualitário me contagiam. Gratidão imensa.

À Prof^a Dr^a Lúcia Cavalcante por ter me apresentado à pesquisa, ainda no primeiro ano da graduação em Psicologia. Ter sido sua aluna e bolsista fez toda a diferença na minha trilha profissional.

À Fundação Papa João Paulo XXIII, na pessoa de Maria Célia Borges e Paulo Sérgio da Silva, por viabilizarem esta pesquisa e disponibilizarem material sobre políticas públicas. Desejo que a nossa parceria seja longa.

Ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Aurá, na pessoa de Andréa Marçal, Shirley Carmona, Elzina Bezerra e Sueli da Silva: sem o suporte de vocês esta pesquisa não seria possível. Obrigada por me ajudarem a entrar na comunidade do Aurá, por realizarem busca ativa junto às famílias pesquisadas e sempre responderem com solicitude os meus pedidos. Parabéns pelo excelente trabalho que executam.

Ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do Guamá, na pessoa de Luzinete Silva, Doralice Pantoja e Marta Lima: o auxílio de vocês foi imprescindível para que esse trabalho acontecesse. Obrigada pela confiança. Admiro a dedicação e atuação de vocês.

À Tainá Almeida que me auxiliou nos primeiros encontros da coleta de dados. A sua competência e companhia foram fundamentais para que eu seguisse em frente.

À Maria Luiza Lamarão, Selma Machado e Nilma Abe por serem as leitoras que me sinalizavam quando o texto precisava ser ajustado, conferindo mais fluidez e clareza na escrita.

À Mithya Oliveira e Gabriela Nixon por me ajudarem a traduzir o resumo para língua inglesa e francesa. Muito bom ter primas tão competentes. Eu me orgulho de vocês.

Ao meu pai, Osvaldo Vicente, por me incentivar a sonhar alto, por ter sido meu fiel incentivador sempre, sempre, sempre.

Ao meu marido, Moisés Bastos, obrigada pela compreensão e apoio na realização deste sonho, que passou a ser nosso.

Às amigas do coração que a PUC me deu: Arlene, Lêda, Ilda e Maria Irene. Sou muito orgulhosa por ser “noviça” desta congregação. Obrigada pelas conversas, cafés, farofas, viagens e encontros regados sempre de muitas risadas. Vocês tornaram o doutorado leve.

À Lígia Baruch que me acompanha desde o mestrado. Nossa amizade facilitou e coloriu a minha vida como pessoa e pesquisadora aprendiz. Obrigada por tua presença constante.

À minha família de amigos que tornaram a vida em São Paulo cheia de histórias memoráveis. Sim, existe muito amor em São Paulo. Obrigada à família Machado Benatti por terem me aconchegado desde que nos conhecemos. Aos “paraenses desmamados”, meus amigos conterrâneos, que me ajudaram a não esquecer as minhas raízes.

Ao irmão do coração, Victor Palheta, e minha cunhada, Marília, que me acompanharam, ampararam e torceram durante todo o processo de doutoramento.

À Jaqueline Mota, minha herança do grupo de adolescente que participamos juntas, há 20 anos.

À tia Nazir, Aline, Josué, Isabela e Pedro: obrigada pela presença de vocês na minha vida.

À minha fada madrinha, Angélica Nanci, pela amizade e por confiar no meu trabalho.

Às famílias participantes que gentilmente se disponibilizaram a compartilhar suas histórias comigo. Foi uma honra pra mim tudo que vivenciamos.

Agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela concessão de bolsa de estudo durante parte do período de realização deste doutorado.

“É um desafio pra nós pais, porque não dá para os adolescentes andarem debaixo da nossa saia, nem das nossas asas. Mas também, ainda não estão prontos pra saírem por aí ao léu”
(Tainá).

“A adolescência representa a necessidade de desenhar novas estradas. Vêm junto novas decisões e mudança no corpo”
(Izabel).

“Na adolescência o que é legal é sair e ter mais liberdade. O que é chato é ter que ter responsabilidade. As pessoas querem que você passe a ter responsabilidade de uma hora pra outra”
(Brunet).

RESUMO

Baseado na teoria sistêmica e considerando que a classificação de Cervený (1997) concebe a fase adolescente do ciclo vital da família como sendo o período em que toda a família adolece, este estudo tem como objetivo, através da pesquisa qualitativa, compreender como se desenvolve esse processo nos núcleos familiares em situação de vulnerabilidade atendidos pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do Aurá e Guamá, em Belém – PA, e apresentar uma proposta de intervenção para famílias com tais características. A população estudada foi composta de 33 participantes, oriundos de 10 famílias, sendo 6 do CRAS Aurá e 4 do CRAS Guamá. A coleta de dados foi composta de 20 encontros, 10 em cada CRAS. Utilizamos os seguintes instrumentos: um Formulário com 71 questões referentes à estrutura e à dinâmica da família adolescente; uma Entrevista semi-estruturada com 9 perguntas; e 9 Oficinas com grupos de multifamílias. Os resultados revelaram que, na fase adolescente do ciclo vital familiar, é necessário criar novas regras como medida adaptativa para cada membro exercer as suas funções na família. Com relação aos papéis familiares, o pai tem a função de provedor. A mãe é a responsável por cuidar da casa e dos filhos, mesmo quando realiza dupla jornada. Aos adolescentes cabem obedecerem às regras, colaborarem nas atividades domésticas, estudar e cuidar dos pais e avós quando esses adoecem. As avós, ao coabitarem com seus netos adolescentes, constroem relações afetivas e de cuidado com os netos. A proposta de intervenção apresentada considerou não só as recomendações do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade, como também a intergeracionalidade, os diversos arranjos familiares, a cultura local, o saber da família e as demandas apresentada por elas. Buscamos enfatizar as potencialidades das famílias pesquisadas e a construção de estratégias de enfrentamento para lidar com situações adversas, estimulando o protagonismo dos seus membros. Para os participantes, a intervenção impediu que permanecessem com a sensação de caso único; além disso, ampliou a rede de apoio e estimulou a aprendizagem por meio do compartilhamento de histórias. Os adolescentes se identificaram com as temáticas abordadas, afirmaram que a intervenção favoreceu as relações e a comunicação na família, e o reconhecimento das suas heranças intergeracionais. Os adultos se sentiram apoiados e ressaltaram a importância de ter acesso a informações que facilitem o desempenho de seus papéis na família e na comunidade. Quanto ao projeto de vida, as famílias pesquisadas apresentaram dificuldade de planejá-lo, especialmente os adultos. Com base nesta experiência, observou-se que a vulnerabilidade atinge também os profissionais que atuam junto a essas famílias. É necessário o fortalecimento de políticas públicas que cuidem dos profissionais que trabalham com famílias em situação de vulnerabilidade. Esperamos que o conhecimento produzido neste estudo incentive a prática de trabalhos que considerem o contexto e a diversidade da família brasileira na contemporaneidade.

Palavras-chave: ciclo vital familiar. família adolescente. vulnerabilidade. intergeracionalidade.

ABSTRACT

Based on systemic theory and considering that Cerveny (1997) conceives the adolescent stage of the vital cycle of the family as the period in which the whole family act as a teen, this study aims, through qualitative research, understand how it develops this process in vulnerable households attended by Social assistance Reference Centers (CRAS) of Aurá and Guama in Belem – PA; we also present a proposal for intervention for families with such features. The studied population was composed of 33 participants from 10 families, and 6 from CRAS Aurá and 4 from CRAS Guama. Data collection consisted of 20 meetings, 10 in each center. We use the following instruments: one form with 71 questions concerning the structure and dynamics of the adolescent's family; an Interview semi-structured with 9 questions; and 9 workshops with multi-family groups. The results revealed that, in the adolescent phase of the family vital cycle, it is necessary to create new rules as a way of adapting each member to perform his duties in the family because the family roles are well defined. The father provides the household. The mother is responsible for taking care of home and children, even when also has a job. Adolescents must obey the rules, collaborate in domestic activities, studying and caring for parents and grandparents when these become ill. Grandmothers living with their teenage grandchildren build personal relationships and care for the teens. The intervention proposal considered not only the recommendations of the Unified Social Assistance System (SUAS) to work with families in vulnerable situations, but also the intergenerationality, the different family structures, the local culture, the knowledge of the family and the demands by them. We seek to emphasize the potential of the surveyed families and to build strategies of dealing with adverse situations and encouraging the active participation of its members. For the participants, the intervention allowed them to realize they are not a single case; besides, it extended the support network, encouraged them to learn as they shared their stories and strengthened their family bonds. Adolescents identified with the presented issues, said the intervention favored relationship and family communication, and the recognition of its inter-generational inheritance. Adults felt supported and highlighted the importance of having access to information to facilitate the performance of their roles in the family and community. As for their life project, the families surveyed had difficulty in planning it, especially adults. Based on this experience, it was observed that the vulnerability also affects the professionals who work with these families. The strengthening of public policies that take care of professionals working with families in vulnerable situations is required. We hope that the knowledge produced in this study encourage the practice to consider the context and the diversity of the Brazilian family in contemporary society.

Keywords: family vital cycle. adolescent family. vulnerability. intergenerationality.

RESUME

Basée sur la théorie des systèmes et considérant que la classification de Cerveny (1997) conçoit la phase d'adolescence du cycle vital de la famille en tant que la période pendant laquelle l'ensemble de la famille devient adolescent, cette étude vise, par le biais de recherches qualitatives, de comprendre comment ce processus se développe dans le noyau des familles en situation de vulnérabilité assistées par le Centre de Référence d'Aide Sociale (CRAS) d'Aurá et Guamá à Belém – PA, et de présenter une proposition d'intervention pour les familles avec de telles caractéristiques. La population étudiée était composée de 33 participants, provenant de 10 familles, parmi celles, 6 originaires du CRAS Aurá et 4 du CRAS Guamá. La collecte de données a été composée de 20 réunions, 10 dans chaque CRAS. Pour tel, nous utilisons les instruments suivants : un formulaire de 71 questions relatives à la structure et la dynamique de la famille adolescente ; un entretien semi-structuré composé de 9 questions ; et 9 ateliers avec des groupes multifamiliaux. Les résultats ont révélé que, dans la phase adolescente du cycle vital de la famille, il est nécessaire de créer des nouvelles règles comme une mesure d'adaptation pour que chaque membre puisse exercer ses fonctions au sein de la famille. En ce qui concerne les rôles, le père a la fonction de soutenir et entretenir la famille. La mère est responsable de prendre soin de la maison et des enfants, même quand elle réalise une double journée de travail. Les adolescents doivent obéir aux règles, collaborer avec les activités domestiques, étudier et prendre soin des parents et grands-parents lorsque ceux-ci tombent malades. Les grand-mères, en cohabitant avec leurs petits-enfants adolescents, établissent des relations affectives et attentionnées avec les petits-enfants. L'intervention présentée a pris en considération non seulement les recommandations du Système Unique d'Assistance Sociale (SUAS) en ce qui concerne le travail avec les familles en situation de vulnérabilité, ainsi que l'intergénérationnalité, les différents arrangements familiaux, la culture locale, le niveau de connaissance de la famille et les exigences qui leur ont été présentée. Nous cherchons à mettre l'accent sur le potentiel des familles et la construction des stratégies d'adaptation pour faire face à des situations défavorables, en stimulant le rôle de ses membres. Pour les participants, l'intervention les a empêchés de resté avec la sensation de cas unique ; en outre, cela les a permis d'étendre leur réseau de soutien, stimuler l'apprentissage par le biais du partage des histoires et renforcer les liens familiaux. Les adolescents se sont identifiés avec les sujets abordés, et ils ont déclaré que cette intervention a favorisé les liens et de la communication au sein de la famille ainsi que la reconnaissance de leur héritage intergénérationnel. Les adultes se sont sentis soutenus et font remarquer l'importance d'avoir accès à l'information pour faciliter l'exercice de leurs rôles dans la famille et la communauté. En ce qui concerne leur projet de vie, les familles interrogées ont présenté des difficultés à les planifier, surtout les adultes. Sur la base de cette expérience, il a été observé que la vulnérabilité touche également les professionnels qui travaillent auprès de ces familles. Le renforcement de politiques publiques qui prennent soin des professionnels qui travaillent avec les familles en situation de vulnérabilité se fait, donc, nécessaire. Nous espérons que les connaissances produites par cette étude encouragent la pratique de travaux qui viennent à tenir compte du contexte et de la diversité de la famille brésilienne dans la société contemporaine.

Mots-clés : cycle vital de la famille, famille adolescente, vulnérabilité, intergénérationnalité.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa do Brasil.....	55
Figura 2 -	Distribuição do percentual da população residente, por grupo de idade, no Brasil e na Região Norte – 2011.....	59
Figura 3 -	Fachada do prédio da SEMMA.....	83
Figura 4 -	Fachada do prédio do CRAS Aurá.....	84
Figura 5 -	Mapa da abrangência territorial do CRAS Aurá.....	85
Figura 6 -	Fachada do salão paroquial de São José.....	86
Figura 7 -	Área interna do salão paroquial de São José.....	86
Figura 8 -	Lixão do Aurá.....	88
Figura 9 -	Mapa da abrangência territorial do CRAS Guamá.....	91
Figura 10 -	Fachada do prédio do CRAS Guamá.....	92
Figura 11 -	Área interna do CRAS Guamá.....	92
Figura 12 -	Cachorro de uma das famílias do CRAS Aurá, no local do encontro.....	123
Figura 13 -	Frente e verso do marcador de livro entregue com o nome dos componentes das família pesquisadas.....	173
Figura 14 -	Certificado de conclusão do projeto.....	179
Figura 15 -	Cartaz com os <i>emotions</i>	183
Figura 16 -	Mesa do lanche no Aurá.....	184
Figura 17 -	Crachá que os participantes e a equipe utilizaram.....	184
Figura 18 -	Mesa do lanche no Aurá, no 8º Encontro.....	188
Figura 19 -	Brasão da Família do Robinho.....	190
Figura 20 -	Certificado personalizado para o Robinho.....	190
Figura 21 -	Mesa de aniversário da Izabel.....	191
Figura 22 -	Carta que foi entregue ao Robinho no último Encontro.....	193
Figura 23 -	Carta da pesquisadora para uma funcionária do CRAS.....	194

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Número de participantes do CRAS Aurá e do CRAS Guamá.....	96
Quadro 2 -	Caracterização das famílias adolescentes pesquisadas.....	109
Quadro 3 -	Demonstrativo da participação das famílias pesquisadas do CRAS Aurá....	110
Quadro 4 -	Demonstrativo de frequência das famílias pesquisadas do CRAS Guamá...	111
Quadro 5 -	Dinâmica nas famílias pesquisadas.....	113
Quadro 6 -	Papéis familiares.....	114
Quadro 7 -	Relações famílias e subsistemas.....	115
Quadro 8 -	Definição de família pelos participantes.....	117
Quadro 9 -	Atividades realizadas pelas famílias pesquisadas.....	130
Quadro 10 -	Dificuldades e estratégias das famílias pesquisadas.....	144
Quadro 11 -	Dificuldades dos pais/avós e estratégias.....	151
Quadro 12 -	Dificuldades dos adolescentes e estratégias.....	154
Quadro 13 -	Heranças intergeracionais das famílias pesquisadas.....	161
Quadro 14 -	Estrutura metodológica dos Encontros.....	180
Quadro 15 -	Perguntas da entrevista e a quem se destinam.....	181

LISTA DE SIGLAS

BPC	Benefício de Prestação Comunitária
CAAE	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
CADÚNICO	Cadastro Único
CAISM	Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONGEMAS	Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referências Técnicas de Psicologia e Políticas Públicas
DHESCA	Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECNB	Espaço Cultural Nossa Biblioteca
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FC	Família Credenciada
FE	Família Extensa
FN	Família Nuclear
FO	Família de Origem
FO	Família de Origem
FS	Família Substituta
FUNPAPA	Fundação Papa João Paulo XXII
HEMOPA	Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará
HUBFS	Hospital Universitário Bettina Ferro Souza
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDF	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NOB	Normas Operacionais Básicas
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PMLLB	Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca

PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RMB	Região Metropolitana de Belém
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESI	Serviço Social da Indústria
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Objetivo Geral	21
1.2	Objetivos Específicos	21
2	FAMÍLIA, CICLO VITAL E FAMÍLIA NA FASE ADOLESCENTE	23
2.1	A Família como sistema	23
2.2	O Ciclo Vital Familiar	30
2.3	Fase Adolescente do Ciclo Vital da Família	37
2.4	Famílias adolescentes paulistas de classe média	44
3	FAMÍLIAS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	50
3.1	Contextos de vulnerabilidades.....	50
3.2	Famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade	59
4	FAMÍLIAS ADOLESCENTES ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	65
4.1	O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	65
4.2	O CRAS no SUAS	73
4.3	O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	76
5	MÉTODO	81
5.1	A proposta de trabalho	81
5.2	Contexto de pesquisa	83
5.2.1	CRAS Aurá	83
5.2.2	CRAS Guamá	90
5.3	Participantes	95
5.4	Procedimento	96
5.4.1	Reconhecimento do ambiente institucional, funcionários e participantes da pesquisa	97
5.4.2	Coleta de dados e instrumentos	98
5.4.3	Análise dos Resultados	100
5.5	Considerações Éticas	100
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	102
6.1	Primeira Parte	103
6.1.1	Famílias adolescentes pesquisadas: estrutura e dinâmica	103
6.1.2	Correlacionando as famílias adolescentes paraenses que vivem em contexto de vulnerabilidade e as famílias adolescentes paulistas de classe média	118
6.1.3	Impressões com relação ao uso do formulário junto às famílias adolescentes paraenses em situação de vulnerabilidade	122
6.2	Segunda Parte	124

6.2.1	Análise geral e discussão dos resultados	124
6.3	Terceira Parte	171
6.3.1	Trabalhando com famílias adolescentes: uma proposta de intervenção	171
6.3.1.1	<i>Planejamento dos encontros</i>	171
6.3.1.2	<i>Família: estrutura e dinâmica</i>	172
6.3.1.3	<i>Entrevista</i>	181
6.3.1.4	<i>Procedimentos metodológicos comuns a todos os encontros</i>	182
6.3.1.5	<i>Imprevistos e manejo</i>	185
6.3.1.6	<i>Compartilhando a experiência</i>	195
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS	206
	APÊNDICE A – ENTREVISTA	220
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	221
	APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	223
	APÊNDICE D – QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DA FAMÍLIA	224
	APÊNDICE E – PSICOEDUCAÇÃO SOBRE LIMITES	225
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO	228
	ANEXO B – FORMULÁRIO	229
	ANEXO C – A COMPLICADA ARTE DE VER	234
	ANEXO D – A PIPOCA	235
	ANEXO E – A ESTRADA DA VIDA	237
	ANEXO F – ECOGRAMA SIMPLIFICADO DA REDE DE RELAÇÕES ..	238
	ANEXO G – É PRECISO SABER VIVER	239

1 INTRODUÇÃO

A motivação inicial para pesquisar este tema se deu no transcorrer da disciplina de “Ciclo Vital da Família” ministrada pela Profª Drª Ceneide Cervený na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Chamou atenção o fato de por muito tempo, no Brasil, a psicologia ter adotado os parâmetros estrangeiros para descrever cada etapa do ciclo vital familiar, que tiveram influência na produção do conhecimento e na prática clínica com famílias.

Até a década de 90 no Brasil, os estudos sobre o processo de classificação e as descrições das etapas do ciclo vital familiar utilizados eram predominantemente estrangeiros, como as descrições e intervenções propagadas por Carter e McGoldrick (1995). Todavia, os pesquisadores brasileiros passaram a observar que nem tudo o que acontecia com as famílias estrangeiras era compartilhado pelas famílias brasileiras. Um exemplo desta situação foi notar que enquanto os Estados Unidos produziam muito conhecimento sobre a síndrome do “Ninho Vazio” que foi caracterizada por ser uma fase na qual os filhos saem de casa e os pais retomam a configuração inicial da família (SARTORI; ZILBERMAN, 2009), no Brasil, aumentava o número de Filhos Cangurus, que retardam a saída da casa dos pais (DEBERT, 2010). Ou seja, há a presença do fenômeno do Ninho Cheio, que ocorre quando o adulto jovem permanece residindo com sua família de origem, sem emancipar-se financeira e emocionalmente de seus pais (SILVEIRA; WAGNER, 2006; VIEIRA; RAVA, 2010). Nesse sentido, torna-se inegável a necessidade de construir um ciclo vital familiar que valorize o contexto que as famílias estão inseridas.

Como parte desse propósito, em 1997, foi publicado um livro intitulado “Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa”, organizado por Ceneide Cervený e Cristiana Berthoud, sendo que Cervený construiu a caracterização do ciclo vital baseada na observação de famílias clínica e não clínica e Berthoud foi responsável pelo delineamento metodológico. Nesta obra, as autoras construíram conhecimento científico valorizando as peculiaridades da família paulista pertencente à classe média. Uma das direções que os resultados apontaram foi a necessidade de regionalizar a produção do conhecimento para compreender as especificidades de cada região do país. Por se tratar do Brasil, um país geograficamente grande, com diferenças climáticas, caracterizado pela miscigenação e tendo discrepâncias socioeconômicas, é preciso deixar claro a qual Brasil se refere, pois existem muitas realidades dentro desse país – o que torna difícil a generalização da família brasileira.

Nessa direção, Cervený (2002b, p. 10) afirma que a pesquisa referida anteriormente intencionou:

Servir de parâmetro para futuras investigações, inclusive de âmbito nacional, na caracterização de múltiplas famílias regionais e de fornecer dados para a comparação das diferenças existentes em nível cultural, econômico e social das nossas famílias com o intuito de maior compreensão dos nossos pluricontextos. Trabalhar com o Ciclo Vital Familiar exige que estejamos o tempo todo atentos à diversidade e pluralidade que o sócio-temporo-espacial nos coloca.

O recorte do Brasil que a presente pesquisa irá apresentar é composto por famílias que se encontram na fase adolescente do ciclo vital, que vivem em situação de vulnerabilidade social em Belém - PA e que são atendidas pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) dos bairros do Aurá e Guamá.

O ciclo vital familiar de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social é prejudicado pela presença de desemprego, alto índice de mortalidade infantil, instabilidade de violência familiar, nascimentos pré-conjugais, abuso de substâncias, morte precoce, desnutrição, distúrbios mentais, constantes dívidas e habitações inadequadas (HINES, 1995; ZAVASCHI et al, 2009).

De acordo com estudo realizado por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), sobre a produção e atuação do psicólogo no Brasil em contexto de pobreza, verificou-se que há um avanço na produção de conhecimento e frente ao trabalho com populações pobres. Entretanto, ainda é necessário pesquisar técnicas inovadoras de trabalho, assim como compreender os limites estruturais dessa prática.

Santos (2009) ao apresentar o estudo intitulado “Mães adolescentes e família: um cotidiano (des)assistido”, tendo como participantes adolescentes residentes na periferia de Belém que engravidaram, ressalta a necessidade de auxiliar e amparar a família dessa adolescente pois, assim como as adolescentes, suas famílias, muitas vezes, também são invisíveis diante das políticas públicas e sociais.

Segundo o último Censo Demográfico (IBGE, 2010) o Brasil é um país com aproximadamente 190 milhões de habitantes, sendo que 22,9 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza, considerando como critério para essa classificação ter uma renda domiciliar *per capita* entre R\$ 1,00 até R\$ 70,00.

O perfil sóciodemográfico de grande maioria dos adolescentes da Região Norte do Brasil é marcado pela pobreza e vulnerabilidade (SOUZA; ARAÚJO, 2013). A palavra vulnerável tem sua origem do verbo latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar.

Vulnerabilidade é um termo geralmente usado na referência de predisposição a desordens e de susceptibilidade ao estresse (YUNES; SZYMANSKI, 2001). Para Janczura (2012) a vulnerabilidade é a exposição a riscos e a baixa capacidade material, comportamental e emocional as pessoas e famílias para enfrentar e superar desafios. Entretanto, os riscos estão relacionados com situações do ciclo de vida, com as condições tanto das famílias como da comunidade e do ambiente em que estão inseridos.

No artigo denominado “Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros”, Pratta e Santos (2007) relatam que em função das transformações ocorridas na sociedade, na família e na forma que os pais foram educados, esses têm encontrado dificuldades na educação dos filhos, principalmente na adolescência. Destacam a necessidade de mais investigações que se debrucem sobre o papel das relações familiares no processo de adolecer. Sendo assim, acentuam a importância de investir em programas de orientação para pais com o intuito de instrumentalizá-los para lidar de uma forma mais adequada com seus filhos adolescentes. Contudo, perguntamos: por que não elaborar programas de intervenção para toda a família que está passando pela fase adolescente? É possível instrumentar pais e filhos para transpor essa fase do ciclo vital familiar de uma forma que todos se sintam mais fortalecidos?

Tenório e Zagabria (2012), ao publicarem uma pesquisa bibliográfica que objetivou avaliar como a família é vista frente às políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, assinalaram que, em geral, os estudos enfatizam a importância da família como primeiro grupo de socialização do indivíduo. Contudo, a minoria dos trabalhos inclui ativamente a família. Esse fato é visto por esses autores como uma fragilidade, pois são taxativos em afirmar que as práticas sociais precisam ser centralizadas nas famílias das crianças e dos adolescentes.

Macedo e Kublikowski (2009) e Coutinho et al (2013) asseguram que os adolescentes que possuem uma relação próxima à família têm menor possibilidade de manifestar comportamento de risco, como ingerir bebida alcoólica, envolver-se com brigas, usar tabaco e ter relacionamentos sexuais sem proteção.

Feijó (2008) ao investigar projetos sociais voltados para jovens e o impacto desse trabalho nas famílias dos jovens, identificou que há necessidade de incluí-las nos projetos para que elas participem de forma direta. Contudo, elencou algumas dificuldades ao propor a inclusão da família, como por exemplo: falta de verba, despreparo dos profissionais em realizar atividades em que a família esteja junto com o adolescente, dificuldade em acessar a família e ter adesão da mesma nas atividades propostas.

Ainda nessa perspectiva Feijó (2008, p. 16) enfatiza a importância de ampliar o olhar para além do jovem:

Informação e conhecimento não são suficientes, é necessária a formação de rede de apoio, tanto emocional quanto material. Neste sentido a família é uma parte fundamental deste processo, bem como as redes, de um projeto específico, em torno do participante. O jovem pode transformar, ampliar e enriquecer a troca com o meio, desenvolver o que adquiriu em conhecimento e agindo em seu favor. O meio pode favorecer, apoiar, legitimar e viabilizar o seu crescimento contínuo, bem como manter uma troca, da qual as partes se beneficiem mutuamente. É necessário usar recursos que incluam sua família, seus vizinhos, seus colegas, seu bairro e as instituições, pois isso resulta numa nova possibilidade de atuar no mundo: com maior autonomia, protagonismo, solidariedade e diversidade.

Gomes (2014) preconiza que é preciso assistir a família como um todo e sugere como um instrumento eficiente o atendimento por meio de grupo multifamiliar. A mesma autora ao estudar o impacto de um programa de intervenção com famílias multiproblemáticas afirma que o grupo multifamiliar permite que se diminua o sentimento de casos únicos e de isolamento, possibilitando a partilha de experiências similares e apoio mútuo.

Em 2011, ao atuar como psicoterapeuta de família do Centro de Atenção Integrada à Saúde Mental (CAISM) da Santa Casa de São Paulo, elaborei e implantei o projeto “Esquizofrenia e Terapia Familiar: uma parceria possível”, no qual os pacientes psiquiátricos e seus familiares participavam de um grupo de multifamília, no período da internação.

A concepção que vigorava até então era de que se o paciente estava em “crise” não era viável trabalhar com ele em grupo e o contato dele com a família só aconteceria por meio da visita, posto que era comum o paciente delirar, alucinar e apresentar fala desorganizada. O que me fez questionar essa visão foram as seguintes reflexões: caso os profissionais de saúde não preparem os familiares para lidar com os pacientes mesmo em crise, a família pode ter dificuldade de desenvolver estratégias de enfrentamento para se relacionar com esse membro quando ele apresentar algum sintoma psiquiátrico. E mais, a internação pode ser um momento propício para o fortalecimento dos vínculos familiares, para a equipe estreitar os laços com a família do paciente, apresentar o plano de tratamento e esclarecer que o hospital dispõe de profissionais aptos a cuidarem da relação entre paciente e seus familiares.

Ainda há o fato histórico de que a Terapia Familiar surgiu em um hospital psiquiátrico quando se atentou para a importância de incluir a família no tratamento de pessoas com esquizofrenia, tendo como marco a publicação do artigo de Bateson et al (1956) intitulado “Toward a theory of schizophrenia”.

A partir dessas ponderações, o trabalho feito no projeto referido, teve como foco, além da psicoeducação, o fortalecimento dos vínculos familiares e ampliação da rede de apoio. Buscou-se elucidar quais as características da esquizofrenia, como identificar os sintomas prodômicos (que podem sinalizar um possível surto) e justificar a importância de cada etapa do tratamento.

Os resultados mostraram que os familiares se sentiram mais capacitados para lidar com o membro adoecido e, principalmente, para colocar limites; passaram a compreender melhor a esquizofrenia e o que o processo de adoecimento acarreta; a se apropriar do papel de cuidadores e se sentirem confortáveis para recorrer à rede de apoio. O paciente teve maior adesão ao tratamento. Além disso, os terapeutas tornaram-se modelo de uma comunicação funcional para família e paciente. Em 2012, essa prática ganhou o prêmio de melhor trabalho no Congresso Sul-Brasileiro de Medicina de Família e de Comunidade. Essa intervenção foi adotada como modelo de atuação nos serviços de Psiquiatria da Santa Casa de São Paulo e a sistematização dessa intervenção se transformou em capítulo de livro (HORTA et al, 2012). Nesta ocasião, estava cursando o primeiro semestre do doutorado e decidi que a família teria papel de destaque na minha tese.

É urgente a efetivação de projetos de intervenção que centralizem a família, não visando atender meramente a um membro ou apenas as dificuldades emergenciais, mas projetos que dêem suporte para ações que possibilitem a formação de indivíduos capazes de alterar o *script* de suas vidas, contribuindo na construção de uma sociedade que tenha como marca que todo cidadão tenha condições de vida digna.

O intuito deste trabalho é fazer da família adolescente a protagonista da pesquisa, enfatizando as relações estabelecidas entre seus membros, o funcionamento familiar, as heranças familiares, o fortalecimento do vínculo entre eles, ampliação da rede de apoio e auxiliando na construção do projeto de vida da família. É inócuo do ponto de vista das transformações sociais, que se dê acesso à proposta de trabalho aos adolescentes e não incluam suas famílias. As demandas dos projetos precisam se ancorar na necessidade das famílias. Desse modo, acreditamos que ao oferecer lugar de destaque para a família, há mais possibilidade de se construir melhorias das condições de vida e nas perspectivas futuras de uma família e de uma comunidade.

Para ter acesso às famílias na fase adolescente do ciclo vital familiar que vivem em contexto de vulnerabilidade realizou-se, em Belém-Pará, uma parceria com dois CRAS: o do Aurá e o do Guamá. O CRAS é uma instituição pública ligada ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS) responsável pela proteção social básica e de por em prática o

conceito de centralização da família e o da territorialidade, uma vez que só deve ser instalado em áreas de vulnerabilidade. Além disso, tem a função de vigilância social e de articular uma rede socioassistencial (BRASIL, 2006). Dessa forma, garantiu-se que as famílias que participaram desta pesquisa vivessem em territórios considerados de alta vulnerabilidade social, uma vez que o CRAS tem como princípio somente atender esse público.

A presente tese teve como premissa que a participação social nasce e se constrói no ventre familiar. É na relação com pessoas significativas que se pode estabelecer um vínculo que possibilite que os indivíduos se sintam legitimados, que encontrem recursos para se desenvolver. De acordo com Feijó (2008), o ser humano só usufrui dos seus direitos básicos (alimentação, educação, saúde, lazer e trabalho) por meio da convivência e da participação social, especialmente para os mais carentes do ponto de vista material.

Este trabalho almejou construir um saber técnico sobre a fase adolescente do ciclo vital familiar, fomentando a construção de reflexões e ferramentas para que os interessados possam lidar de modo mais eficaz com as questões relacionadas a essa fase da vida junto às famílias que estão imersas em um contexto de vulnerabilidades. Nosso anseio é que esse estudo colabore na construção e promoção de ações que gerem saúde as atuais e futuras gerações familiares.

1.1 Objetivo Geral

- a) Compreender a fase adolescente do ciclo vital das famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo CRAS Aurá e Guamá, na região metropolitana de Belém-PA, e apresentar uma proposta de intervenção para as famílias com tais características.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Caracterizar a estrutura e a dinâmica das famílias pesquisadas;
- b) Ampliar as informações acerca do ciclo vital da família brasileira na fase adolescente;
- c) Apresentar uma proposta de intervenção em grupo multifamília e analisar em que medida esta prática: fortaleceu os vínculos familiares na fase adolescente do ciclo vital; contribuiu na reflexão dos papéis familiares; favoreceu a valorização das raízes familiares; e colaborou na construção de um projeto de vida para a família.

Para responder essas questões, a pesquisa foi organizada em cinco partes subsequentes. No Capítulo 2 apresentamos a concepção sistêmica sobre a família, o ciclo vital e fase adolescente do ciclo vital familiar.

No Capítulo 3, apresentamos como vivem as famílias na fase adolescente do ciclo vital familiar que estão inseridas em contexto de vulnerabilidade e a partir disso tecemos uma breve contextualização de como essa realidade se revela nacionalmente no estado do Pará.

No Capítulo 4, descrevemos o papel do CRAS no SUAS, enfatizando o trabalho que o CRAS oferta, dando ênfase ao programa que enfoca o atendimento às famílias que é denominado de Serviço de Proteção e Atenção Integral à Família (PAIF).

No Capítulo 5, expomos o delineamento metodológico adotado.

Em seguida, apresentamos os Resultados e Discussão que foram divididos em três partes. Primeiramente, retratamos o perfil das famílias pesquisadas, enfatizando sua estrutura e dinâmica, correlacionando os resultados com as pesquisas de Cervený e Berthoud (1997; 2002) e tecemos reflexões e contribuições sobre a utilização do formulário construído pelas autoras referidas junto às famílias em contexto de vulnerabilidade. Na segunda parte, realizamos uma análise geral dos resultados contendo a avaliação dos participantes. E na terceira parte, apresentamos a nossa proposta de intervenção e compartilhamos a experiência tida por meio desta pesquisa. Finalizando, apresentamos as considerações finais da tese.

2 FAMÍLIA, CICLO VITAL E FAMÍLIA NA FASE ADOLESCENTE

2.1 A Família como sistema

De acordo com os pressupostos teóricos do Pensamento Sistêmico Novo Paradigmático, sistematizado em Vasconcellos (2007), considera-se somente ser possível estudar famílias e atuar com elas quando se inclui o observador como parte do processo. A visão de mundo do pesquisador, sua história de vida, suas crenças, sua cultura e seu conhecimento técnico influenciam na construção dos significados e das realidades. O observador é integrado ao sistema que observa. A sua subjetividade é valorizada e se torna um dos seus instrumentos de trabalho. Trata-se de uma epistemologia que traz definitivamente para o âmbito da ciência o observador, o sujeito do conhecimento.

O profissional do novo paradigma vive e faz ciência, para Vasconcellos (2002), apoiado em três dimensões fundamentais, que são: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. O pressuposto da complexidade se embasa no fato de que a simplicidade ofusca as inter-relações entre todos os fenômenos do universo, por essa razão é necessário buscar sempre a compreensão dos acontecimentos considerando o contexto e a causalidade circular (qualquer pessoa sempre é produto e produtor daquilo que produz). O segundo pressuposto ressalta o dinamismo das situações, uma vez que tudo está em processo de tornar-se e é influenciado pela imprevisibilidade, indeterminação, irreversibilidade e incontrolabilidade dos fenômenos. A intersubjetividade é baseada na premissa de que a realidade e o conhecimento do mundo são construídos quando as pessoas convivem umas com as outras constituindo experiências, admitindo a existência de múltiplas verdades e realidades, o que legitima a heterogeneidade das narrativas.

Com relação à postura ética, Vasconcellos (2008) assinala que o cientista tem uma implicação ética necessária e inevitável na construção da realidade, ao legitimar a verdade do outro por meio da convivência emerge uma realidade pela qual todos os envolvidos são responsáveis.

Para Oliveira (2012) o olhar do profissional sistêmico novo paradigmático deve compor o contexto das relações intersubjetivas e o que é produzido do encontro entre ele e as famílias, é tido como uma construção compartilhada. Dessa forma, profissional e famílias são corresponsáveis pelas possibilidades e entraves acessados no encontro. Além disso, esse profissional precisa aceitar o desafio de tecer práticas que aproveitem a imprevisibilidade como estímulo para promover adaptações geradoras de novos conhecimentos. Assim, cabe ao

profissional o lugar de artista no conversar com as famílias, um arquiteto na construção do processo dialógico, que legitima todos os envolvidos.

Macedo (2011) afirma a importância do profissional que trabalha junto às famílias refletir diante das diferenças de suas experiências e da sua clientela para que haja a identificação de quais lentes culturais se tem para construir um lugar de conforto com as famílias, mesmo sabendo que pode haver diferenças culturais.

Diante desse prisma, a ciência é tida como a sistematização do estudo de um fenômeno oriundo da observação de um grupo que, ao compartilhar as suas experiências individuais, define por consenso o que vai tomar como realidade para si. São nesses espaços consensuais de intersubjetividade que a ciência se desenvolve. No presente estudo, pretendeu-se favorecer o cenário para que as pessoas se transformassem em agentes ativos das modificações que elas definiram como necessárias. Não se visou ter uma postura na qual a pesquisadora preestabeleceu soluções para os problemas das famílias, nem se teve como foco um rótulo diagnóstico. Procuramos ser *experts* na criação de contextos de autonomia (AUN, 2006). Empenhamo-nos para criar condições para co-construção de estratégias viáveis para superar as dificuldades apresentadas, frisando a experiência de autoria de cada membro da família e o envolvimento das transformações almejadas e pelas quais todos foram corresponsáveis.

Vasconcellos (2008) é enfática ao afirmar que o cientista/profissional que assume como pressuposto a teoria científica do observador, viverá e agirá no mundo sustentado por essa epistemologia. Em outras palavras, essa epistemologia extrapola o contexto das atividades profissionais e acarreta uma forma de viver e agir no mundo baseado na única convicção possível: a da inexistência de uma única verdade e realidade.

Sustentada na epistemologia sistêmica novo-paradigmática, a família é um sistema que faz parte de outro sistema mais amplo denominado de sócio-histórico. Assim como cada membro interfere na construção da família, as famílias interferem na construção social e vice-versa. A família enquanto sistema aberto transforma-se em uma unidade funcional para os seus componentes, ao oportunizar o seu amadurecimento por meio do intercâmbio entre o sistema familiar e o sistema extrafamiliar, atentando para permitir que cada membro possua formas de se movimentar, empenhando tarefas e funções que favoreçam o seu processo de desenvolvimento. Logo, a família é um sistema autorregulador que busca fazer frente às mudanças – internas e externas – procurando novas formas de adaptação (VASCONCELLOS, 2007).

Brun (2010) afirma que a família vem se modificando ao longo da História, mas que apesar disso permanece sendo uma instituição fundamental para o desenvolvimento do ser humano, na construção das suas relações significativas e no seu lugar no mundo como um ser social. Cervený (2002a) lembra que nos anos 50, Smith, ao estudar agentes socializadores das Américas, constatou que o agente socializador primordial nos Estados Unidos era o Estado; a América de língua espanhola era fortemente influenciada pela Igreja e apontou o Brasil como o único país onde o agente socializador era apenas a família. Confirmando essa declaração, Da Matta (1989) relata que no Brasil, a família não é apenas uma instituição, mas era e permanece sendo um valor para o qual tudo deve tender.

Segundo Coelho (2007) o sistema familiar se diferencia e realiza suas funções por meio de subsistemas que são unidades dentro do sistema familiar governadas por regras implícitas e explícitas em relação à própria unidade e às relações entre elas. Um subsistema pode ser composto individualmente, por díades, tríades e são formados por geração (adultos, crianças, adolescentes), por diferença de sexo (homem e mulher), por interesse (filhos adolescentes, filhos adultos) ou por função (subsistema conjugal, parental e fraternal).

A mesma autora assinala que o subsistema conjugal se constitui quando duas pessoas se unem para formar uma família. Os envolvidos tendem a se adaptar às demandas contextuais modificadas pela situação de terem se tornado um casal e vão estabelecendo limites que definem a área de atuação do casal. Para o novo ajuste, ocorre o desenvolvimento de padrão de complementaridade e de acomodação mútua, quando cada um cede para pertencer ao todo. O subsistema parental é inaugurado com a chegada do primeiro filho e tem como dever desempenhar funções de socialização dos filhos, cujas tarefas incluem: nutrição, proteção, orientação e controle. Coelho (2007) atenta para o fato de que em alguns momentos do processo de desenvolvimento do ciclo vital familiar, os pais podem ser mais austeros com os filhos e em outros períodos, proporcionar maior possibilidade de negociações com estes. Contudo, é importante que a família compreenda que o uso diferenciado da autoridade é necessário para o subsistema parental.

De acordo com Minuchin (1982) o subsistema fraterno é caracterizado pela relação entre irmãos e é o primeiro laboratório social, no qual a criança tem a possibilidade de experimentar relações com iguais. Tem-se a oportunidade de desenvolver habilidades ligadas à cooperação, negociação e competição na busca por adquirir autonomia nos espaços relacionais.

Para Oliveira e Cervený (2010) o relacionamento fraterno é um dos laços familiares mais duradouros, por isso é rico e complexo. Nesse sentido, pode envolver experiências

comuns que só podem ser compartilhadas entre irmãos. Assim, um irmão tende a ter grande impacto sobre o outro e isso pode ser percebido por meio de comportamento de ajuda, das tarefas cooperativas, por um se tornar companheiro do outro. Todavia, é importante ressaltar que uma das características do vínculo fraterno é a ambivalência. Dessa forma, é preciso atentar para o fato de que a rivalidade entre irmãos é frequente e natural, pois, inevitavelmente, irmãos brigam mesmo que os motivos se alterem ao longo do tempo. E esse confronto é um elemento importante no desenvolvimento dos envolvidos.

Penso e Sudbrack (2004) atentam para o conceito do filho parental, que é o filho que pode ocupar vazios da relação conjugal, mantendo-se em relação de afastamento com um dos seus pais. Esse processo dificulta a identificação do filho com o pai no qual se distanciou. O filho parental é colocado em uma posição na qual é excluído do sistema fraterno e elevado ao subsistema parental. Assim, este filho assume precocemente com uma responsabilidade emocional, passa a ser fonte de suporte primário para a família.

Diante deste contexto, Osório (2011) afirma que o grupo familiar pode ser considerado o sistema mais importante da vida dos indivíduos, dado que é um sistema que possui uma longa duração e um amplo nível de inter-relações. Ao se pensar a família contemporânea, em menos de um século, observam-se mudanças consideráveis na civilização que influenciaram na maneira de se olhar a família, como por exemplo: o reconhecimento dos direitos das mulheres e das crianças. As mulheres não estão mais restritas ao exercício da maternidade, não ocupam uma posição no casamento na qual não possuem vontade própria. As crianças não são mais tratadas como animais domésticos que eram criados conforme o humor dos pais.

De acordo com Aun (2006) as mudanças familiares acompanham as transformações no plano social, cultural e econômico que ocorrem na sociedade. Pode-se afirmar que o perfil de cada comunidade imprime em si configurações familiares específicas. Dessa forma, Brun (2010) afirma que sempre que se estuda a instituição família, é necessário descrever o contexto histórico do qual se fala. Segundo Oliveira (2009), na década de 50 a família moderna era caracterizada por ser uma família conjugal monogâmica, hierarquizada, formada por pai, mãe e filhos. No pós-guerra, anos 60 e 70, a família já tinha como aspecto preponderante a democracia e o enfoque maior no projeto individual em detrimento do grupal. Atualmente, o casal, além de ser o centro da vida familiar, passou a se unir com base na escolha e na atração sexual – o que colaborou para que a família deixasse de ser uma unidade baseada apenas na economia.

Consoante essa perspectiva, inúmeras situações influenciaram para se chegar à família contemporânea, tais como: o desenvolvimento técnico científico que possibilitou a diferenciação entre sexualidade e reprodução; a inserção da mulher no mercado de trabalho; o aumento no número de separações, divórcios e recasamentos; as consequências da “Revolução Industrial” que mecanizou o mundo do trabalho, tornando obrigatória uma especialização cada vez maior em todas as áreas de atuação, enfatizando a mobilidade individual como uma condição essencial de ascensão; dentre outras. Nota-se que essas mudanças acarretaram alterações na estrutura e na dinâmica da família. Isso é confirmado pela diminuição do número médio de filhos, o aumento do tempo de vida conjunta do casal, o aumento do período de dependência dos filhos em relação aos pais e crescimento do número de pessoas que vivem sós (FÉRES-CARNEIRO, 2007; KALOUSTIAN, 1994).

Diante disso, Cervený e Berthoud (2002) afirmam que futuramente, com as famílias diminuindo o número de filhos por casal, a comunidade vai se configurar como substituta da família extensa. Essa suposição é compartilhada por nós ao se constatar a realidade de que as famílias nucleares estão ficando diminutas e o ser humano sempre vai precisar se relacionar com outras pessoas para se desenvolver, vincular, fortalecer e se apoiar.

Na década de 80, Figueira (1987) afirmou que mesmo diante de tantas mudanças na família, o moderno ainda convive com o arcaico. Essa reflexão ainda é válida nos dias de hoje, quando se tem uma maior igualdade entre homem e mulher, mas, predominantemente, é na mulher que continua a incidir a maioria das funções relacionadas à organização interna da vida familiar, a responsabilidade quanto aos trabalhos domésticos, os cuidados com as crianças e com as pessoas dependentes. Macedo, Kublikowsky e Berthoud (2006) afirmam que mesmo diante deste cenário, ainda se mantém no imaginário coletivo o “ideal de família nuclear”: pai, mãe e filhos.

Para França (2014) é fundamental que o profissional que trabalha com famílias compreenda as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas para oferecer um suporte que esteja de acordo com as necessidades e contexto que a família está inserida. Por exemplo, há pais arraigados aos mesmos valores que receberam na época da sua juventude, adotando uma postura inflexível, que possivelmente entrará em rota de colisão com os seus filhos, adolescentes do século XXI. Nesse caso, o profissional pode auxiliar a família a refletir sobre as tradições e inovações que fazem parte da sua história. Sem desconsiderar o passado, mas também estando aberta para novas possibilidades.

De acordo com Gomes e Resende (2004) atualmente, na sociedade brasileira, percebe-se que este cenário vem mudando, mas a mulher permanece ocupando o papel de cuidadora

predominantemente. É comum ouvir relatos clínicos de mulheres que se sentem divididas entre o trabalho e a função parental; cuja dificuldade para encontrar um par amoroso é proporcional ao seu elevado poder aquisitivo e grau de escolaridade. Em contrapartida, observa-se que esse fenômeno é inverso com os homens.

Benczik (2011, p. 68) explica que:

O homem encontrava dificuldades para separar sua individualidade das funções de pai. Manteve-se protegido no silêncio, comprometedor de toda possibilidade de diálogo com a família, especialmente com os filhos. Foi sempre apoiado pela cultura que, sendo patriarcal, reservou-lhe lugar acima da trama doméstica constituída, sobretudo pela mulher e pela criança. Esta situação vem se modificando, lenta e progressivamente, de modo indissociável, da sociedade e família. Porém, a mudança de hábitos não acompanha o ritmo da transformação de valores. Antes de assimilar a nova configuração familiar, modelado no processo que introduziu a mulher no mercado de trabalho, o homem é surpreendido pela ruptura da hierarquia doméstica e pelo constante questionamento de sua autoridade.

Macedo e Kublikowski (2006) e Oliveira (2009) relatam que há um determinado patriarcalismo na família brasileira, juntamente com um padrão matrifocal. Ou seja, há a valorização da figura masculina, porém a família se organiza em torno da mulher (seja a mãe ou a avó).

Segundo Dias (2011) a família vive um período de grande transformação quanto aos seus valores e a sua organização social. Na atualidade, nota-se o aumento da longevidade, aumento do índice de adoção por progenitores solteiros, a dissociação entre casamento e iniciação sexual, o aumento do número de mulheres chefes de família, a expansão da civilização urbana com o correspondente aumento do estresse e o distanciamento afetivo e geográfico, aumento de casais com dupla carreira e a exigência do reconhecimento dos casamentos homossexuais. Além disso, Figueiredo (2016) ressalta como algo cada vez mais frequente o uso de aplicativos de relacionamento por meio das redes sociais virtuais para estabelecer uma relação conjugal.

De acordo com Cervený e Kublikowski (1998) a família é uma espécie de placenta cultural. É nela que ocorre a cadeia de transmissão de valores, proporcionando aos mais jovens a apropriação de referências que se renovam na passagem de uma geração para outra, pela urgência de um remanejamento de competências que proporcionem aos filhos uma melhor gestão do futuro.

Frente a este cenário, há quem alegue que é impossível definir família, mas é factível apenas descrever as características e modalidades existentes. Sem dúvida, é uma tarefa desafiadora.

Dias (2011, p. 145) afirma que:

Pelo fato de o conceito não ser unívoco para todas as épocas e culturas, tornando-se difícil encontrar valores absolutos, as dificuldades associadas às várias dimensões familiares, relacionadas com a estrutura, com a funcionalidade e com as relações de cada modelo, leva-nos a pensar numa certa relatividade na definição do conceito de família.

Brun (2010) reitera que as mudanças de valores, crenças e padrões de relacionamento dentro da família não cabem em um único rótulo. Assim sendo, neste início de milênio, a família pode ser retratada como uma combinação multiforme, que evidencia a diversidade de paradigmas e a complexidade diante da ausência de uma verdade absoluta.

A família de hoje é plural, incluindo tanto a família extensa, relações não formalizadas por parentesco (família credenciada), núcleo doméstico e família não legitimada juridicamente, laços consanguíneos, entre outros. Concordamos com Cervený (2011) ao mencionar que a família é um conjunto no qual as particularidades dos seus membros não bastam para explicar a dinâmica familiar. Ou seja, para compreender o funcionamento familiar não é adequado que se analise os seus membros individualmente. A família é um sistema interpessoal que pode ser visto como circuitos de retroalimentação, dado que o comportamento de um indivíduo afeta na mesma medida em que sofre influência do comportamento de cada ator familiar.

A presente pesquisa optou por adotar a concepção de família de Macedo (1994) que preconiza que a família é um sistema relacional e que, independente da sua configuração, tem como propósito construir um contexto que atenda as necessidades primárias dos seus membros referentes à sobrevivência (no âmbito da alimentação, segurança e um lar), ao desenvolvimento (no que tange aspecto afetivo, social e cognitivo) e ao sentimento de ser cuidado, amado e aceito.

Do ponto de vista do funcionamento familiar, Elkaïm (2008) assinala que as modificações implementadas possuem implicações cumulativas para o desenvolvimento futuro, não só da própria família como na vida dos membros que a compõem. Dessa forma, observa-se que a família tem duas funções fundamentais: o desenvolvimento e proteção dos membros (função interna) e a sua socialização, adequação e transmissão cultural (função externa). Nessa perspectiva, Neuburger (1999) afirma que no sistema familiar é importante o equilíbrio entre movimentos que levem em consideração o pertencimento e a autonomia. Assim, a cada etapa do ciclo vital, a família é exigida a criar objetivos específicos.

Diante disso, é interessante apresentar algumas categorias de família, descritas por Cerveny (1994), que serão utilizadas ao longo desta pesquisa:

- a) Família de Origem (FO): está relacionado ao conceito ascendência e descendência, de acordo com os laços sanguíneos;
- b) Família Nuclear (FN): refere-se à unidade composta por pais e filhos, e/ou por pessoas que vivem no mesmo domicílio;
- c) Família Extensa (FE): pressupõe a intergeracionalidade a partir do parentesco sanguíneo ou por afinidade de pessoas ligadas entre si ao longo do tempo e espaço que no presente continuam articuladas;
- d) Família Substituta (FS): é tida como aquela que assume a criação de um ou mais indivíduos com os quais não possui laço de parentesco;
- e) Família Credenciada (FC): é constituída por pessoas que se credenciam como se fossem da família, por exemplo, os melhores amigos, os empregados, os terapeutas – que formam uma rede significativa na vida de uma pessoa.

Em suma, a família se encontra em pleno processo de reestruturação de seus valores e de sua forma de organização e funcionamento. Isto posto, torna-se imprescindível acompanhar e buscar compreender esse universo familiar, que é base estrutural da formação do indivíduo e da construção da sociedade.

Ao pesquisar sobre a família, é necessário descrever a que recorte se refere. O presente trabalho versa sobre famílias que se encontram na fase adolescente do ciclo vital familiar e que vivem em situação de vulnerabilidade no norte do Brasil.

2.2 O Ciclo Vital Familiar

A proposta de estudar o ciclo vital é sustentada por uma perspectiva desenvolvimentista, a qual representa um esquema de classificação em estágios que demarcam uma sequência previsível de transformações na família, por meio de várias fases. Há dois aspectos do ciclo vital familiar que requerem atenção:

- a) O de usar o parâmetro de normalidade que discrimine o que é diferente, tomando-o como desvio e fomentando o preconceito;

- b) O de supervalorizar as novidades trazidas pelas novas gerações, abrindo mão da referência ou não questionando os efeitos delas em relação aos valores e função da família como instituição social (CARTER; MCGOLDRICK, 1995).

Carter e McGoldrick (1995) afirmam que nos momentos de transição do ciclo vital os estresses familiares costumam ocorrer, podendo levar a rompimentos no novo ciclo, produzindo sintomas e disfunções. Nesse sentido, elencaram estressores verticais e horizontais aos quais a família e o terapeuta precisam ficar atentos, principalmente quando há uma sobreposição deles. Os estressores verticais são relacionados ao padrão de relacionamento e funcionamento que são transmitidos para as gerações mais novas, como rótulos, expectativas, mitos, segredos e legados familiares. Já os estressores horizontais são produzidos uma vez que a família avança no tempo. Estão ligados às questões do desenvolvimento, como a transição de ciclo de vida, e situações imprevisíveis, como morte precoce, doença crônica, acidentes.

Os estudos de Erikson (1998) indicaram que em todas as etapas da vida há situações existenciais que culminam em crises psicossociais e essas crises só podem ser resolvidas à medida que cada uma das etapas anteriores é superada. Com o passar do tempo, progressivamente novas experiências são postas e elaboradas mentalmente no que diz respeito à dualidade, como a presença de: competência e inferioridade, intimidade e isolamento, culpa e iniciativa, confusão e identidade, integridade pessoal e desespero.

Para Cervený e Kublikowski (1998), independente da fase do ciclo vital familiar que a pessoa se encontra, ela se deparará com uma dupla tarefa: perpetrar-se enquanto individualidade e ser um elo na corrente intergeracional a qual se está sujeito.

Diante da complexidade do tema, Galano (1998) enfatiza que ao investigar o desenvolvimento da família é fundamental considerar os aspectos relacionais, contextuais e processuais.

Relvas (2004) compara as fases do ciclo vital familiar a um indivíduo que constrói uma carreira profissional, vai alcançando metas diferenciadas e localizadas no tempo, superando etapas e atingindo objetivo final – que no caso da família é construir um terreno relacional propício para que todos se desenvolvam plenamente. Além disso, assevera que a evolução temporal das interações entre as pessoas que compõem a família e entre a família e outras estruturas sociais, pode ser visto e utilizado como um instrumento clínico à medida que auxilia o profissional que trabalha com família a formular hipóteses e intervenções que estejam de acordo com o momento em que a família está vivendo. Desse modo, é importante

que o profissional que trabalha com família sempre considere a fase do ciclo vital que a família se encontra.

Para Dias (2011) as gerações que integram uma família avançam no tempo por meio do ciclo vital, que é caracterizado por eventos que marcam as diferentes fases, assim como as tarefas de socialização próprias a cada um dos membros da família. Todas as etapas do ciclo vital acarretam modificações estruturais e funcionais. Ou seja, requerem que a família supere desafios e se adapte ao seu novo contexto.

Ronchi e Avellar (2011) consideram as sobreposições de fases do ciclo vital e afirmam que elas geram a existência de diferentes níveis de desenvolvimento na mesma família. Isso aponta para a necessidade de atentar para a individualidade de cada família, não só no que se refere aos seus conteúdos, mas com relação as suas possibilidades de constituição e organização.

Cervený (2012) assevera que os membros da família possuem uma mútua dependência, uma vez que são parte da riqueza do contexto familiar e que a família se move conforme surgem outras gerações. Há quem diga que a família só se constitui com a chegada dos filhos. Contudo, concordamos com Anton (2002) ao afirmar que é a partir da formação da conjugalidade que nasce uma família. Rolim e Wendling (2013) ao investigarem sobre a formação da conjugalidade pontuam que o ser humano está conectado com outros e precisa deles para se estruturar e se desenvolver. Por esta razão, a conjugalidade pode ser vislumbrada como um processo de construção de uma realidade comum – que marca o início do ciclo vital da família.

Ao estudar sobre a família contemporânea é relevante apresentar um percurso histórico sobre o ciclo vital familiar para melhor compreender a elaboração de cada etapa. De acordo com Cervený e Berthoud (2002), nos anos 50, o sociólogo Duvall apresentou a primeira classificação do ciclo vital, na qual introduziu a noção de tarefas de desenvolvimento no todo familiar, a qual concebe a presença de crianças, a idade e evolução do filho mais velho como critério adequado para a delimitação das etapas. Para Duvall a família passava por estes estágios:

- a) Casais sem filhos;
- b) Famílias com filhos até 30 meses;
- c) Famílias com crianças em idade pré-escolar (2 anos e meio a 6 anos);
- d) Famílias com criança em idade escolar (6 a 13 anos);
- e) Famílias com filhos adolescentes (até 20 anos);

- f) Famílias com jovens adultos (inclui a saída do primeiro até o último filho);
- g) Casal na meia idade;
- h) Envelhecimento.

Hill (1970) enfatizou três critérios de marcação dos estágios: mudança no número de elementos que a compõem; alterações etárias e modificações no estatuto ocupacional dos elementos encarregados do sustento / suporte familiar. Para o referido autor, esses aspectos são válidos para a maior parte dos esquemas classificativos do ciclo vital da família. Fundamentalmente, baseado no primeiro critério descreve da seguinte forma as etapas do ciclo vital familiar:

- a) Jovem casal sem filhos;
- b) Estágio expansivo (nascimento dos filhos);
- c) Estágio estável (período de educação dos filhos até a saída do primeiro filho de casa);
- d) Estágio de contração (período da saída do primeiro filho até que o último filho saia de casa);
- e) Estágio pós-parental (de novo casal sem filhos).

Outra contribuição deste autor foi atentar para a importância de considerar aos aspectos trigeracionais no decorrer do ciclo vital familiar.

Minuchin e Fishman (1990) constroem um modelo de ciclo vital familiar tendo como referência o crescimento dos filhos, sistematizando-o em quatro etapas:

- a) Formação do casal;
- b) Família com crianças pequenas;
- c) Famílias com crianças em idade escolar ou adolescentes;
- d) Famílias com filhos adultos.

Elizabeth Carter e Mônica McGoldrick (1995) descrevem o ciclo de vida da família a partir do ponto de vista sistêmico multigeracional desenvolvido por Murray Bowen. Assim, é ultrapassado que ao se trabalhar com família coloque-se somente o olhar na família nuclear. A intergeracionalidade é tida como uma perspectiva que enriquece o trabalho com famílias por facilitar com que se chegue ao significado do passado e a sua relação com as interações do

presente. Os mais velhos transmitem tradições, os mais novos as questionam e esse processo demanda uma reorganização nas regras e valores dessa família, surgindo um movimento de contínua desconstrução e reconstrução dos valores intergeracionais.

Segundo Souza (2004) as relações estabelecidas entre pessoas da família com diferentes faixas etárias, que possuem peculiaridades, ao mesmo tempo são unidas pela história e por interesses comuns, podem se transformar em uma poderosa ação intergeracional que gera riqueza à família. Penso e Costa (2008) e Trachtenberg et al (2005) consideram a família como uma unidade emocional, admitindo que ela é uma rede de relações encadeadas que pode ser melhor compreendida quando se valoriza os seguintes aspectos: referencial histórico e o elo entre as gerações.

Nesse sentido, sobre pensar e atender famílias em uma perspectiva intergeracional, Cerveny (2012, p. 42) pontua:

É maior do que reunir várias gerações em uma sessão de família. Assumir o paradigma da intergeracionalidade é acreditar que nossa história relacional é constituída com os nossos outros, com nossa herança biopsicosociocultural, embora essa história possa ser reescrita e retransmitida aos nossos descendentes de outra maneira. É nesse aspecto que a intergeracionalidade e a prevenção se conectam: na transmissão das heranças reescritas.

Na década de 80, ocorreu outra alteração no ciclo vital da família, quando Carter e McGoldrick (1995) desdobraram em duas a terceira fase descrita por Hill. A família com filhos pequenos e a família com filhos adolescentes despertam questões distintas. Embasada nas famílias norte-americanas de classe média, essas autoras propuseram os seguintes estágios:

- a) Saindo da casa: jovens solteiros;
- b) A união de famílias no casamento: o novo casamento;
- c) Famílias com filhos pequenos;
- d) Famílias com adolescentes;
- e) Lançando os filhos e seguindo em frente e finalmente;
- f) Famílias no estágio tardio da vida.

Inicialmente, todas essas etapas foram construídas pensando na família nuclear intacta. E para contemplar as variantes presentes na família atual, foram acrescentadas algumas fases que as famílias podem vivenciar, como o divórcio:

- a) No momento da decisão de separar-se ou divorciar-se;
- b) Quando esta decisão é anunciada à família e aos amigos;
- c) Quando são discutidos os arranjos financeiros e de custódia/visitação;
- d) Quando acontece a separação física;
- e) Quando acontece o divórcio legal;
- f) Quando os ex-cônjuges têm contato para conversar sobre dinheiro ou sobre os filhos;
- g) Quando cada filho se forma, casa, tem seus filhos ou adoece;
- h) Quando casa novamente, se muda, adoece ou morre
- i) O pós- divórcio (como progenitor solteiros com custódia ou sem custódia);
- j) Formação da família recasada (que é composta pelo início de um novo relacionamento), a conceituação e planejamento da nova família e recasamento como via de reconstituição da família.

O estudo de Cervený e Berthoud (1997) junto às famílias paulistas de classe média é vanguardista por ser a primeira pesquisa no âmbito nacional, e única até agora, a apresentar uma classificação com relação à família ao longo do ciclo vital que aponta as nuances de cada etapa para a população brasileira, o que serve de auxílio fundamental para o profissional que trabalha com famílias observar, prevenir e cuidar das relações, sendo um facilitador na construção de estratégias para lidar com os desafios de cada fase. Essa proposta apresenta a compreensão do ciclo vital da família dividido em quatro fases, que segundo Cervený (1997), são:

- a) Fase de aquisição;
- b) Fase adolescente;
- c) Fase Madura;
- d) Fase Última.

A primeira etapa abrange desde o momento da constituição familiar (por união formal ou informal), o nascimento dos filhos e as fases iniciais que são tidas como aquelas que envolvem aquisição de uma maneira geral; seja de patrimônio e de novas formas de relacionamento (entre o casal, com a família de origem e com a família de origem do cônjuge) em detrimento de novos papéis de cada um dentro da família na busca por construir um

modelo particular de família que almejam constituir. É evidente que todas as fases do ciclo vital são marcadas por aquisição de algo, contudo, a escolha pelo termo aquisição se deu por ser uma etapa que traz esse traço preponderante que se inicia até quando os filhos entram na pré-adolescência (CERVENY, 2002).

A segunda fase engloba o período em que pais e filhos estão vivendo a adolescência, concebida como um momento de importantes transformações pessoais e relacionais dos pais e filhos, na qual se evidencia o questionamento das crenças, regras e valores. Para Cervený (2002b, p. 26):

Os filhos estão em um período de transição e mudanças para a fase adulta, e os pais, normalmente, estão vivendo a chamada 'meia idade da vida', na qual revêm as experiências passadas e reavaliam suas vidas, vivendo sua 'segunda adolescência': preocupam-se com a aparência, saúde e envelhecimento. O sistema familiar nessa fase altera-se; as relações são revistas e readaptadas.

A terceira fase se inicia quando os filhos alcançam a idade adulta e a relação entre pais e filhos se altera em função do fato de que tanto pais quanto os filhos tendem a serem iguais em independência e capacidade de gerenciar a própria vida. Em geral, é marcada pela saída dos filhos de casa e pela reestruturação do sistema conjugal. Os filhos adultos jovens instigam os pais a reverem seus projetos de vida, uma vez que os filhos não demandam tantos cuidados e já conquistaram seu próprio modo de viver. Neste momento, pode ser que coincida com a perda do papel funcional dos pais pela aposentadoria e isso pode gerar mudanças no estilo de vida. Além disso, na fase madura, com o casamento dos filhos, os pais são desafiados a se adaptar à entrada de novos membros na família extensa (noras/genros) e terão que novamente renegociar regras de convivência (CERVENY, 2002b).

A quarta fase se distingue das demais por ser marcada pelo envelhecimento dos pais e transformações na estrutura familiar. Essas mudanças estão muito implicadas com questões culturais com relação ao papel dos idosos na sociedade ocidental, muitas vezes, vistos como velhos e sem valor. É comum que um dos cônjuges fique viúvo e que o idoso e sua família se defrontem com questões como: com quem o idoso irá morar, como irá se sustentar financeiramente e como o idoso irá lidar com as perdas de funções e papéis (CERVENY, 2002b).

Diante das quatro fases do ciclo vital familiar, Cervený (2002b) sugere uma metáfora na qual cada etapa se relaciona com uma fase da lua: a fase de aquisição é a lua nova; a fase adolescente é a lua crescente; a fase madura é a lua cheia e a fase última é a lua nova que se

formou há algum tempo e muitas vezes mingando com poucas pessoas já na família, porém aguarda perpetuação na próxima lua nova que vai chegar.

A presente pesquisa trabalhou especialmente com a fase adolescente e para isso é necessário que se apresente as características e peculiaridades que compõem esta etapa do ciclo vital da família. Todavia, é importante esclarecer que a adoção do ciclo vital familiar construído por Cervený e Berthoud (1997) foi utilizado porque mesmo tendo sido realizado na classe média, Eleonora Silva (2003), no seu mestrado, replicou a pesquisa de Cervený e Berthoud (1997) em famílias de baixa renda (de um à quatro salários mínimos) e os resultados mostraram que as preocupações, valores, necessidades e conflitos eram praticamente os mesmos.

2.3 Fase Adolescente do Ciclo Vital da Família

Primeiramente, é importante enfatizar que o presente estudo concebe diferença entre nomear fase com filhos adolescentes e fase adolescente. A segunda proposta, que tem sintonia com essa pesquisa, admite que a família inteira esteja inserida no processo de adolecer. Para Cervený e Berthoud (1997) os pais tendem a rever sua própria adolescência e resgatar alguns aspectos da juventude ainda presente, este processo é nomeado pelas autoras de “Segunda Adolescência”. A entrada na adolescência do primeiro filho da família caracteriza o ingresso na fase da adolescência do ciclo vital familiar.

Do mesmo modo que Santrock (2014), não consideramos que a adolescência é somente marcada por crises e rebeldia, chegando a ser apelidada de “aborrescência” por gerar muitos aborrecimentos, nem concordamos em por o adolescente como elemento sintomático do sistema nesta fase do ciclo vital familiar. Ao contrário, buscamos compreender a família holisticamente, estando a serviço do processo de desenvolvimento, geração de autonomia e concomitantemente, fortalecimento dos seus laços familiares.

Assim, Aun (2010) é enfática ao relatar que o profissional que trabalha com famílias deve procurar construir contextos de pertencimento, dando voz a cada membro da família e coproduzir possibilidades criativas que ajudem a família a responder às novas e às antigas demandas de seu inacabado percurso de vida.

Nesta etapa do ciclo vital familiar, Cervený e Berthoud (1997) asseveram que, comumente, os pais são a geração do meio e de maneira geral, dividem-se entre os cuidados com a geração mais velha (pais, sogros) – que está em sua fase tardia de vida e requer uma atenção diferenciada seja de suporte financeiro, cuidados com a saúde ou formação de uma

rede de apoio mais eficaz para as necessidades atuais – e a função de educar e orientar seus filhos adolescentes.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é função da família: estimular a capacidade dos filhos de pensar em si, em busca por uma autonomia crescente, valorizando suas competências, apoiando-os para agir no espaço público e por meio do trabalho, adquirir bens e serviços necessários para a sobrevivência (BRASIL, 2010).

Cervený e Berthoud (1997) e Ferreira (2008) assinalam que a crise relatada pelos pais na fase da adolescência está ligada à preocupação com a aparência, como receio e temor de envelhecer – o que leva a inferir que esta fase é tão complexa para os adolescentes como para os seus pais. Aliado a isso, nota-se que a cultura ocidental valoriza excessivamente a juventude, o corpo perfeito, a aparência física e o frescor da mocidade. Há uma busca por se manter jovem e é alarmante a procura por tratamentos estéticos, o uso de cosméticos, a submissão a cirurgias plásticas e horas dedicadas ao exercício físico. Além disso, esse momento é caracterizado pelos pais passarem a rever a carreira profissional e reavaliarem decisões tomadas no início da construção da família atual.

França (2014) enfatiza que, muitas vezes, os pais não se sentem confortáveis em falar a sua idade, os pais gostam de ser confundidos como irmãos mais velhos dos seus filhos. Alguns pais podem se sentir feridos em sua autoestima e começam a disputar com os filhos, como se perguntassem: espelho, espelho meu, existe alguém mais bela (o) do que eu?

A respeito da relação entre pais e filhos na fase adolescente do ciclo vital familiar, os pais passam a se deparar com a perda do filho idealizado para admitir a existência do filho real que possui limitações e méritos. Diante dessa situação, quando os pais aceitam as escolhas dos filhos por mais que elas sejam diferentes do que eles esperavam, há uma maior possibilidade dos filhos se reaproximarem e estreitarem os laços afetivos (CERVENÝ; BERTHOUD, 1997).

O adolescente apresenta o receio de ser julgado e incompreendido pela sua família, o que pode levá-lo a recusar orientações dos mais velhos. Para Sapienza e Perdomônico (2005) o adolescente oscila entre a autoconfiança cega e a angústia, manifestada através das incertezas. O adolescente pode experimentar dúvida ou sentimento de incapacidade ao olhar para papéis e funções que lhe são impostas por seus familiares. Contudo, é importante atentar que em pesquisa posterior, Cervený e Berthoud (2002) afirmaram que os resultados demonstraram grande aliança encontrada entre adolescentes e a geração dos avós.

Bohoslavsky (2003) ressalta que para um adolescente definir o futuro não basta definir o que fazer, mas, principalmente, definir quem ser e, ao mesmo tempo, definir quem

não ser. Não é fácil ser adolescente. Tudo ainda está a ser conquistado. As tarefas pela frente são grandiosas e podem vir acompanhadas de muita ansiedade e angústia ligada ao porvir.

Nesse contexto de descobertas é que, muitas vezes, ocorre a gravidez na adolescência. Para Yazlle (2006) a prática sexual se inicia cada vez mais cedo e, usualmente, de maneira não planejada, sem a utilização de métodos contraceptivos. A gravidez não planejada na juventude aumenta a possibilidade de interrupção dos estudos e dos sonhos dos jovens.

Todavia, Macedo e Souza (1996) declaram que a gravidez pode representar um *up grade* nas condições de existência do adolescente. Em comunidades desprovidas de condições materiais, a menina (que muitas vezes se ocupava com os afazeres domésticos e com os cuidados com os irmãos menores) ao engravidar pode receber tratamento diferenciado dos programas de atenção à gestante, como acompanhamento pré-natal, enxoval para o bebê e atenção e cuidado que ela nunca teve. Sendo assim, é provável que se sinta valorizada e competente ao gestar um novo ser, passando a ter sonhos de que sua vida irá ser diferente da de seus pais. Dessa maneira, engravidar pode ser visto como a forma de ter a sua própria família e viver melhor do que a sua família de origem.

Com relação às características da adolescência, Castanho (2014) elenca os seguintes comportamentos: o ato de contestar, denunciar falhas, criticar e rejeitar os pais, exigindo deles mais sutileza e sofisticação no convívio parental. Segundo Cervený e Berthoud (1997) o adolescente não possui mais a visão infantil de que os pais são perfeitos. Não confia de forma absoluta nos pais, como se eles soubessem tudo. Em contrapartida, os pais pedem prova de confiança e responsabilidade para os filhos adolescentes o tempo todo. Nesse contexto, o especialista em família tem a função de auxiliar os pais a demonstrarem seu amor pelos filhos e não entrarem em um ciclo de “eu aponto só seus pontos fracos”.

Na fase adolescente do ciclo vital da família, Benedito (2014) considera a crise entre pais e filhos até certo ponto necessária, à medida que possibilita que o adolescente construa sua identidade, em um contexto onde existe uma espécie de moratória entre a infância e a idade adulta, um *status* de hiato, uma mistura de atração e rejeição diante das heranças familiares em direção à construção de um lugar próprio no mundo social. A transição entre tratar o filho como uma criança e favorecer seu caminho para a vida adulta é muito sutil e os limites são vistos como autoritarismo. A necessidade básica do adolescente é se diferenciar para saber quem ele é e para que isso ocorra, muitas vezes, ele se afasta da família, questiona regras, valores e atitudes dos pais. A oposição é um instrumento usado para a diferenciação. Mesmo vivendo conflitos geracionais, os jovens encaram o relacionamento com os pais como

fonte de carinho e atenção, apesar de estabelecerem outros relacionamentos, o que denota a importância dos pais neste momento. Ao analisar por esse prisma, há chance da crise produzir transformações e amadurecimento das duas gerações.

Conforme França (2014) não é fácil para os pais lidarem com tantas críticas e estes podem se sentir magoados e com raiva dos próprios filhos. Nesse contexto, é indicado que o profissional que trabalha junto às famílias evoque a própria adolescência dos pais com o propósito de compreender melhor os momentos pelos quais o filho adolescente e a família atravessam.

Segundo Blay Levisky (1999) é imprescindível que o jovem tenha conhecimento e respeito por suas raízes, pela história da sua família. A mesma autora ressalta que é comum as crianças e adolescentes demonstrarem interesse em ouvir histórias sobre a vida de seus pais e avós. Assim, é importante, ao se atuar com famílias, estimular os pais/avós a contarem como eles eram, o que estavam fazendo e sentindo na época em que tinham a idade do(s) seu(s) filho(s)/neto(s). Para isso, podem mostrar fotos, cartas e outros registros da sua adolescência. É uma forma de resgatar o passado e identificá-lo com o presente.

Por essa razão, França (2014) sustenta que o relacionamento entre pais e filhos na fase adolescente do ciclo vital familiar necessita de menos hierarquia e mais flexibilidade, pois o jovem precisa ser reconhecido e valorizado. A mesma autora destaca que em famílias mais autoritárias, os pais podem perceber a maior autonomia do jovem como uma ameaça à sua posição. A orientação exercida com amor tem um efeito muito mais educativo do que a autoridade baseada no medo. A autoimagem se constitui a partir da imagem que os pais têm de seus filhos, se os pais acreditam e apoiam seus filhos, contribuem favoravelmente para uma autoestima elevada.

Para Luisi e Cangelli Filho (1997) é importante modificar os relacionamentos entre pais e filhos na fase adolescente para permitir que os jovens se movimentem para dentro e para fora do sistema familiar. Isso porque os adolescentes precisam aumentar a flexibilidade das fronteiras e, ao mesmo tempo, sentirem segurança diante das orientações dos pais.

Com relação à importância dos pais darem limites, Macedo, Bruscagin e Feijó (2014, p. 77) frisam que:

O exemplo da conduta dos adultos, sua coerência com os princípios que comunicam é fundamental para essa tarefa evolutiva. Os jovens devem sentir que os adultos se preocupam com eles e exercem essa preocupação por meio de regras e sanções que devem ajudá-los a refrear seus impulsos, a julgar, a analisar uma situação antes de agir, pois isso lhe dá uma sensação de segurança. Portanto, estabelecer limites protege o adolescente mais do que deixá-lo à vontade para agir conforme a

oportunidade e seus impulsos. É importante que se avalie cada vez a consequência das escolhas feitas para poder se responsabilizar por elas.

Cruz (2014) afirma que quando os pais dão limites para seus filhos, a mensagem subliminar é de que “estou aqui”, por mais que a reação imediata do adolescente seja de irritabilidade.

Não obstante, é comum pais não se apropriarem da sua função educativa, de colocar limite por temerem perder o amor dos filhos e serem rotulados como “caretas”, o que é um desserviço ao processo de amadurecimento familiar (FRANÇA, 2014).

Com relação à busca por definir a própria identidade, o adolescente procura se diferenciar da identidade familiar, volta-se para os grupos de amigos em busca de apoio emocional e de modelos da própria cultura jovem, influenciado pelas mídias e redes sociais com as quais seus valores e ideias se afinam (MACEDO; BRUSCAGIN; FEIJÓ, 2014).

Segundo Cervený e Berthoud (1997) é comum os adolescentes se apresentarem descrentes diante de quem exerce a autoridade, procurando modelos de referência para os quais o sucesso é o objetivo, como é o caso de atletas, atores e cantores. A pressão pela uniformização intragrupo é notória. O adolescente não pode ser diferente, apesar da necessidade de o tempo todo demonstrar essa diferenciação. Outra incongruência do adolescente é: ele exige autonomia e respeito e deseja ser tratado como adulto; por outro lado, carece de apoio, cuidado e carinhos que possuía quando na infância, para poder se desenvolver com mais tranquilidade.

Dominski et al (2013), ao analisarem a influência da tecnologia na vida do adolescente, afirmam que é possível que o jovem faça uso excessivo das redes virtuais até quando se encontra no mesmo espaço físico que os membros da sua família. A internet, muitas vezes, aproxima pessoas que estão em lugares diferentes e distancia pessoas que estão vivendo em um mesmo espaço, como o ambiente doméstico.

Wendt e Lisboa (2013) asseveram que o uso da internet requer que os pais fiquem com atenção redobrada, como por exemplo: ter cuidado com questões ligadas ao *cyberbullying*. O *bullying* não é algo novo, porém feito na internet, de forma anônima, associado à rapidez com que ocorre e ao grande alcance que tem, vem gerando situações traumáticas, muitas vezes, extremas como no caso do jovem cometer suicídio. Assim, a incorporação da tecnologia na família deflagra que a mesma converse sobre os conteúdos que os jovens podem acessar, quanto tempo conectados podem passar por dia, como vão lidar com

temas como privacidade, segurança de informações, exposição a conteúdo indesejado, pornografia, publicidade ofensiva, manifestações de ódio, racismo e homofobia.

Os pais que tendem a ter mais dificuldades na fase adolescente são aqueles nos quais o subsistema conjugal se “esgarçou”, os cônjuges foram ficando distante e seus discursos também. Isso porque a cumplicidade entre o casal favorece a superação dos obstáculos, à medida que o jovem percebe uma unidade parental que possui definições claras sobre o que é esperado, permitido e proibido na família. Outras situações que influenciam nesta fase é a dificuldade de comunicação entre o casal, o fato dos pais ou um deles ter investido muito mais nos filhos do que em sua própria carreira e a escolha de um dos pais de esperar diminuir suas atividades de cuidado para viver seus sonhos plenamente (BRUSCAGIN, 2004).

Os pais são desafiados a acompanhar as mudanças sociais e de costumes dos grupos jovens, como: roupa, linguagem, corte de cabelo, gostos, estilo musical, atividade de lazer para melhor compreender o mundo dos jovens e ter mais recursos para flexibilizar as maneiras de pensar, sentir e agir com eles. É importante que fique claro para os adultos que nesse período de vida, a carga de expectativa sobre o adolescente aumenta, pois é exigido que ele mude de nível na escola, escolha uma profissão, viva suas primeiras experiências amorosas e sexuais com responsabilidade, pois já possui a liberdade de participar de grupos sem a vigilância constante dos pais. Assim, é fundamental que os pais resguardecem a intimidade dos adolescentes, uma vez que eles necessitam de respeito e privacidade (FEIJÓ, 2008).

Há 20 anos, Carter e McGoldrick (1995) atentaram para a ausência de rituais que facilitassem as transições junto às famílias com adolescentes. Luisi e Cangelli (1997) também pontuaram que as gerações anteriores possuíam rituais de passagem que definiam de forma clara as alterações que deveriam acompanhar cada etapa do ciclo vital. Como ilustração, pode-se citar: a festa de debutante e o alistamento ao serviço militar. Os preparativos para esses importantes momentos eram um marco para as transformações necessárias à identidade pessoal, a aceitação familiar e social que formava um conjunto de privilégios e obrigações, explicitando os papéis.

Krom (2014) concorda com a escassez de rituais de transição na fase adolescente do ciclo vital, neste século XXI, e define os rituais como sendo os ritos que têm a maestria de vincular os aspectos analógicos (não verbais) e digitais da comunicação (palavras e dígitos), favorecendo a expressão do que não pode ser colocado em palavras, quando as mesmas se mostram limitadas para suportar tudo que necessita ser elaborado. Os rituais auxiliam na construção da identidade familiar, facilitam a elaboração de fronteiras, papéis e regras;

podendo incorporar contradições de uma forma que é possível manejá-las, por exemplo: “Quero ter meu filho perto, mas preciso deixá-lo voar para ele crescer” ou então, “Não quero frustrar o meu filho, mas ele precisa saber que não se pode ter tudo que quer a qualquer momento”. O profissional que atua com famílias usa o ritual para proporcionar lugar seguro para transitar por intensas emoções, além de oferecer apoio que promova conexão entre as pessoas. Os rituais podem favorecer a conexão social entre indivíduos, família e comunidade; entre passado, presente e futuro.

Nesse sentido, o trabalho com famílias pode ser um meio facilitador para que as famílias revejam e alterem alguns valores, ajudando tanto a diferenciação quanto o crescimento dos seus membros. E mais, auxilia a família a instrumentalizar o adolescente a se movimentar para dentro e para fora do sistema familiar (MINUCHIN, 1982; SANTROCK, 2014). Vitale (2014) acrescenta que cabe ao profissional que atua junto à família construir contextos de pertencimento e dar voz a cada membro da família, legitimando-os.

Levisky (2007) assinala que se a sociedade oferece condições de continência para a família, colabora para dar vazão aos sentimentos de agressividade e amorosidade do adolescente. E assim, ele tende a se tornar capacitado para viver suas experiências, transformando-as em conhecimento e em oportunidades para se sentir útil à sociedade. Essa condição favorece o sentimento de pertencimento. E o mesmo autor vai além: caso uma sociedade não possua com clareza os seus limites, definições de papéis e valores, não cumpre com a sua função organizadora. Há uma grande tendência do adolescente se tornar agente e vítima de um processo no qual simbolicamente ele está órfão socialmente falando, tendendo a ter mais chance de se apegar a qualquer um que lhe der guarida. Ficam mais propícios a viverem em um caos destrutivo, sem espaço para serem criativos, no qual o roubo, o tráfico e/ou uso de drogas e a violência podem se constituir em elementos de identificação e afirmação.

Tal qual Aun, Vasconcellos e Coelho (2010), compreendemos que o trabalho junto às famílias também pode ser utilizado para que os seus membros revejam o seus papéis e percebam de que forma podem agir para o melhor funcionamento do grupo. E mais, despertem a família para que ela possua um papel social e perceber de que maneira está usando este recurso para se fortalecer, contribuir com a sua comunidade e ampliar sua rede de apoio.

De acordo com Schnitman (2004) ao se lidar com famílias na abordagem sistêmica é importante atentar para as dimensões inter-relacionais, simbólicas e organizacionais. A mesma autora percebe como um grande avanço quando se valoriza o trabalho com as redes,

almejando a ampliação do contexto de atuação dos profissionais que lidam com as famílias. Enfatiza a importância de trabalhar a pessoa, a família e o contexto em que ela vive.

Grandesso (2000) afirma que o papel do profissional que atua com as famílias é contribuir para a construção de espaços mediadores que se caracterizam por permitir conversações que facilitem o fortalecimento das relações e a busca por soluções diante dos obstáculos enfrentados, instigando os membros da família a serem criativos e estarem abertos a novas aprendizagens.

Diante deste cenário, White e Epston (1990) recomendam que os membros da família: interroguem-se quanto às escolhas que vêm tomando na construção da história da família, desafiem-se a abrir mão de narrativas saturadas e “oxigenem” sua vida com narrativas alternativas, libertadoras e transformadoras – nas quais eles sejam protagonistas. Consequentemente, a família tem mais possibilidade de construir seus recursos de enfrentamento, ganhando mais autonomia para se reinventar.

Da mesma maneira que em Vasconcellos (2008), a presente pesquisa considera que o sistema social possui poderosos recursos que provém dos vínculos afetivos-sociais entre os membros da família, cabendo ao profissional novo paradigmático a tarefa de mobilizar e potencializar a condição de autonomia do sistema, valorizando a co-construção, sem tentar conduzi-los à meta predeterminada por ele próprio. O profissional que atua junto com famílias precisa ter a competência de lidar com imprevisibilidades que podem surgir no sistema, objetivando aguçar que os membros da família sejam os agentes ativos da mudança que eles desejam para sua vida, pois assim há maior chance da família se apropriar dessas transformações e se empoderar do seu potencial adaptativo.

2.4 Famílias adolescentes paulistas de classe média

Neste item será exposto, de modo sistemático e resumido, o resultado de duas investigações, ambas coordenadas por Cervený e Berthoud, que se transformaram nos seguintes livros: “Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa” e “Visitando a família ao longo do ciclo vital”, respectivamente publicados em 1997 e 2002. A primeira pesquisa teve como objetivo geral caracterizar o ciclo vital da família paulista de classe média, a partir da aplicação de formulário para uma amostra de 1.105 famílias (mil cento e cinco famílias). E o segundo estudo buscou ampliar e aprofundar o levantamento feito na pesquisa anterior “Ciclo Vital da Família Paulista”, procurando dar continuidade à investigação do ciclo vital das famílias paulista de classe média com o intuito de produzir conhecimento qualitativo

sobre a dinâmica psicológica ao investigar aproximadamente 150 famílias, por meio de entrevistas e grupos focais.

Segundo o estudo de Cervený e Berthoud (1997) está cada vez mais frequente os filhos saírem mais velhos da casa dos pais devido ao fato de passarem mais tempo se dedicando aos estudos e em função da dificuldade de se inserir no mercado de trabalho. Contudo, muitas vezes, vivem na casa e não com a família, pois investem mais tempo convivendo com os amigos. Além disso, depois de já terem saído é comum retornarem a casa da família de origem diante da primeira dificuldade encontrada ou em detrimento de separação conjugal.

Na fase adolescente do ciclo vital familiar, alguns fatores podem influenciar na dinâmica familiar, tais como: divórcio dos pais, ausência da família extensa ou de outro grupo de apoio (CERVENÝ; BERTHOUD, 1997).

A respeito da sexualidade nesta fase do ciclo vital familiar, Cervený e Berthoud (1997) afirmam que nas famílias nas quais há diálogo sobre sexualidade, há maior possibilidade de estabelecer limites, tolerar transgressões e oferecer uma postura que aceite o adolescente diante desse momento de vida que ele passa, marcado por experimentações.

Para Cervený e Berthoud (1997) o indivíduo adolescente apresenta características específicas que influem nas relações familiares, como por exemplo:

- a) Oscilam entre autoconfiança cega e o temor diante da incerteza do novo;
- b) Escolha profissional excede questões ligadas à remuneração e status;
- c) Pode apresentar dúvida ou incapacidade de assumir papéis sociais que lhe são impostos;
- d) O uso de drogas pode ser visto como um refúgio na tentativa de evitar transformações necessárias;
- e) Pode recusar seguir as orientações e aproximação dos adultos por ter receio de ser julgado e incompreendido;
- f) Pode investir seu tempo e energia em algo no qual acredita ser verdadeiro adotando uma postura revolucionária diante de alguma situação;
- g) Buscam autonomia e independência.

Perante a família adolescente, observa-se que a adolescência dos filhos estimula transformações em três gerações, podendo reacender ou acionar questões antigas pertencentes a outras gerações, como conflitos não resolvidos entre pais e avós. Em função disso, a família

pode entrar em um processo de reflexão dos seus valores. Ou seja, há uma reavaliação tanto com relação aos padrões da família nuclear como nas famílias de origem dos cônjuges. Assim, é possível que se rompa padrões antigos e que novos sejam construídos de modo a favorecer a maturidade progressiva dos filhos. Todavia, para viabilizar esse processo torna-se fundamental o aumento da flexibilidade das fronteiras familiares para aceitar a independência dos filhos adolescentes (a fim de que eles se movimentem para dentro e fora do sistema familiar) e a fragilidade dos avós (CERVENY; BERTHOUD, 1997).

De acordo com Cervený e Berthoud (2002), a fase adolescente do ciclo vital familiar pode ser descrita por dois processos fundamentais: a) reajustando as lentes: reconfigurando as relações pais/filhos; b) vivendo novo ritmo de vida em família. O reajuste sendo visto como o movimento da família em reavaliar os padrões relacionais tanto da família nuclear como da extensa e a busca por estratégias adaptativas que estão ligadas as demandas dessa fase. Já o novo ritmo familiar é tido como a conjuntura em que os pais priorizam as necessidades dos filhos, procura conciliar a vida profissional com a vida familiar e se preocupam com o futuro dos seus descendentes, tendo como inquietações: o afastamento do filho adolescente da família (necessidade de diferenciação e autonomia) e procurar por se identificar com o seu grupo de amigos, questionamento do adolescente com relação a regras/valores, frequentemente, o questionamento também do casal sobre sua vida conjugal e como estão criando os filhos. Além disso, outra preocupação típica dessa fase é o apoio à saúde e sustento dos idosos da geração anterior.

Nesta fase, comumente, os pais estão voltados para os filhos, vivem em função deles. Logo, a rotina da casa, os padrões relacionais, as prioridades financeiras parecem ser vivenciados em torno das demandas e características dos filhos adolescentes (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Um desafio para os pais diante da fase adolescente do ciclo vital é delimitar claramente os limites para os filhos adolescentes, por exemplo, a sua contribuição nas tarefas domésticas. Os pais que participaram da pesquisa de Cervený e Berthoud (2002) relataram que sentem dificuldade quando os filhos adotam uma postura que eles nomearam como “os donos da verdade”, a qual implica em desrespeitar os adultos da família e ter comportamentos que denotam rebeldia.

As pressões sociais da contemporaneidade para as famílias da classe média paulista são regidas pela mídia e pelo grupo social do jovem que, muitas vezes, constroem um novo padrão próprio para esta família sucumbir o modelo midiático. No século passado, viveu-se o “reinado do bebê” e atualmente, pode-se inferir que se está vivendo “o reinado do filho

adolescente”, à medida que os pais deixam de lado suas necessidades pessoais e conjugais para satisfazer prioritariamente as necessidades dos filhos adolescentes. Além disso, dão total isenção aos adolescentes, supervalorizando a juventude e, conseqüentemente, criando um modelo inalcançável de ideal de juventude que é perseguido por todos, o que pode dificultar o processo de readaptação familiar. Geralmente, com o pretexto de proporcionar aos filhos o que não tiveram (condições materiais e posição social), demarcam os desejos materialistas e consumistas que são emblemáticos no início do século 21 (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

No tocante as funções, as mulheres ocupam o lugar de quem proporciona equilíbrio familiar, ameniza o estresse entre os diversos subsistemas e, frequentemente, atua como mediadora entre os membros da família (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Acerca do subsistema conjugal, Cervený e Berthoud (2002) apontam situações possíveis de serem vivenciadas nesta fase do ciclo vital familiar:

- a) Vivendo conflitos: em função das crises individuais de cada cônjuge, divergência na educação dos filhos e/ou dificuldade de criar um novo modelo parental e conjugal diante das necessidades atuais;
- b) Separação e afastamento emocional: esse tipo de movimento pode distanciar o casal ou fortalecê-los na medida em que quando detectado os cônjuges passam a buscar superar as dificuldades juntos;
- c) Lutando pela relação: tentativa de reorganizar o sistema familiar e superar possíveis obstáculos no âmbito conjugal;
- d) Respeitando as diferenças: cada cônjuge individualiza-se e permite que o parceiro faça o mesmo;
- e) Mais tempo: à medida que os filhos vão ficando mais independentes, o casal passa a ter mais tempo pra si. Isso pode ser utilizado para consolidar a intimidade do casal e prepará-los para futura saída dos filhos de casa ou explicitar o processo de afastamento do casal.

Quando ocorre a separação conjugal, surge a possibilidade do recasamento. Os resultados das famílias adolescentes paulistas de classe média indicaram que quando existe uma boa relação parental antes da separação, em geral, não são perdidas na situação de recasamento. Assim, como o inverso também é verdadeiro: relações parentais conflituosas antes da separação conjugal podem acarretar em distanciamento e desarmonia na relação pais-filhos. Além disso, a qualidade da relação parental influencia na forma como o adolescente irá

lidar com o padrasto ou madrasta e com a possibilidade da chegada do “meio-irmão” (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Na fase adolescente do ciclo vital familiar, os pais percebem que precisam modificar o funcionamento familiar, mas não possuem um modelo pronto que possa ser adotado pelo sistema. Nesse contexto, Cervený e Berthoud (2002) elencam algumas estratégias fundamentais:

- a) Aprender a reconhecer o crescimento do filho adolescente;
- b) Co-construir com o adolescente, a partir das vivências cotidianas, novos padrões de interação, podendo cuidar “de longe” ao mesmo tempo em que convive com os amigos do filho;
- c) Compartilhar a vida com todos os membros da família, abrindo o canal da comunicação para o diálogo;
- d) Depositar confiança no filho adolescente;
- e) Procurar orientação a respeito da fase adolescente e suas características;
- f) Rever modelo de educação;
- g) Ficar próximo do filho, demonstrando disponibilidade;
- h) Adotar modelo de comportamento respeitoso entre as pessoas de dentro e de fora da família;
- i) Conviver com conflitos nos vários subsistemas (como parental e/ou conjugal), porém superando-os à medida que se constroem modelos inter-relacionais adaptativos;
- j) Renegociar regras;
- k) E dar limite.

De uma forma geral, a família adolescente paulista de classe média apresentou as seguintes características:

- a) Os pais têm preocupação com relação a quem são os amigos dos seus filhos, quais os lugares que frequenta e que horas retornará para casa;
- b) Há necessidade de incrementar o diálogo entre os membros da família;
- c) Os filhos adolescentes alteram o modo de falar, vestir e agir dentro e fora da família;
- d) O assunto que uniu pais e filhos foi sobre questões ligadas à informática;

- e) Os pais tendem a se movimentar em busca de se aproximarem dos filhos adolescentes e esses preferem manter distância (CERVENY; BERTHOUD, 2002).

Sobre o exercício da parentalidade, perante as novas reivindicações familiares, os pais podem reproduzir padrões relacionais antigos ao se sentirem incapazes de adotar um novo ou passam a comparar modelos de educação vivenciados por suas famílias de origem e tentam superar as falhas que sentiram diante da forma como foram educados, assim, constroem um próprio. Também é comum os pais terem uma sensação de estranhamento ao perceberem que o filho adolescente é instável, ou seja, há estranheza e reconhecimento, denominado por Cervený e Berthoud (2002) como turbulência. As mesmas autoras afirmam que essa turbulência faz parte desse momento de transição no qual a família tem necessidade de construir um padrão mais flexível de autoridade. Todavia, diante disso pode surgir nos pais um sentimento de inutilidade ou menos valia por não terem clareza do papel que lhes cabe. Às vezes, os pais apresentam dificuldade em perceber que a parentalidade pode ser alterada, mas jamais extinta.

De acordo com Cervený e Berthoud (2002), a família na fase adolescente pode metaforicamente se valer da seguinte frase: colhendo o que se plantou. Ou seja, demonstra que nesse momento os pais percebem os frutos dos ensinamentos oriundos do processo de educação dos filhos que se iniciou na fase anterior do ciclo vital familiar.

3 FAMÍLIAS ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Contextos de vulnerabilidades

Para Abramovay et al (2002) a vulnerabilidade provém de um déficit na relação entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas e culturais oriundas do mercado, da sociedade e do Estado. O resultado disso é traduzido por meio das debilidades no desempenho e mobilidade social dos atores e na baixa qualidade de vida dessas pessoas. Portanto, é importante o papel moderador que a rede de apoio tem, já que ela pode servir como auxílio para que se construam formas de enfrentamento diante das dificuldades.

A vulnerabilidade requer um olhar multidimensional, pois pode afetar pessoas, famílias e comunidades em diversos planos do bem-estar, em diferentes intensidades, estando relacionada à capacidade de controlar os recursos requeridos para aproveitar as oportunidades propiciadas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade. A espiral de vulnerabilidade social pode ser ampliada quando se considera sexo e local de moradia, além dos fatores associados às desigualdades sociais crônicas do contexto brasileiro, que prejudica a população de baixa renda para ter acesso aos bens sociais básicos, como: educação, saúde e moradia de boa qualidade (MACEDO; KUBLIKOWSKI, 2009).

Malvasi (2008) afirma que o conceito de vulnerabilidade está atrelado a uma perspectiva social que remete à condição de vida e aos suportes sociais. Por conseguinte, assevera que a vulnerabilidade pode estar associada à falta de garantia dos direitos humanos e a oportunidades na área de educação, saúde e proteção social. Além de poder ser agravada com o envolvimento com drogas, situações de violência (doméstica e comunitária) e com a presença do trabalho infantil.

Para Gomes e Pereira (2005) a vulnerabilidade humana é um fenômeno antigo, porém vem se agravando com a instabilidade financeira e com o aumento das pressões ambientais. A maioria das pessoas no mundo inteiro é vulnerável em algum grau, por exemplo, devido a questões climáticas, transformações sociais e econômicas. Contudo, as pessoas em situação de pobreza e privações extremas constituem o núcleo dos mais vulneráveis. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014) a Organização das Nações Unidas (ONU) apontou uma redução da pobreza no mundo, porém mais de 2,2 milhões de pessoas vive nesta condição, o que significa mais 15% da população

mundial. Aproximadamente 12% padecem de fome crônica e metade dos trabalhadores atua em regime de emprego precário ou informal.

Vale fazer um adendo que, de acordo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2014), a pobreza e a vulnerabilidade possuem relação e se reforçam mutuamente. Todavia, a vulnerabilidade geralmente é um aspecto importante da pobreza e ser rico não significa não ser vulnerável. Contudo, os pobres são inerentemente vulneráveis, pois não possuem capacidades básicas suficientes para o exercício da sua agência humana: carecem de bens materiais, de acesso à educação e saúde de qualidade – por exemplo. Assim, qualquer pessoa desprovida do essencial para viver com dignidade é verdadeiramente vulnerável (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014).

A vulnerabilidade pode atingir o ciclo vital individual e familiar, uma vez que as pessoas e famílias possuem ameaças diante das diferentes fases da vida, o que dificulta o seu processo de ajustamento frente a essas alterações. O contraponto da vulnerabilidade familiar é a resiliência familiar que é concebida por Walsh (2005) como sendo a capacidade dos membros enfrentarem situações adversas e ao se defrontar com elas, tornam-se mais unidos e preparados para gerir outras situações desfavoráveis. Para isso, a mesma autora pontua que três conjunturas auxiliam a promoção da resiliência familiar: a maneira como se estabelecem os padrões de organização, os processos de comunicação e os sistemas de crenças. Nesse sentido, Yunes (2006) aponta as condições acima como “processos-chave” que um profissional que atua com as famílias deve atentar para compreender como as famílias se estruturam e funcionam e, assim, ter acesso a como as relações se estabelecem.

De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014) a população mundial de jovens (entre 15 e 24 anos) é 17,6%, sendo essa uma fase de vida chave para a transição e para que eles se envolvam ativamente com a sociedade e o mundo do trabalho. Mundialmente, os jovens são especialmente vulneráveis à marginalização no mercado de trabalho, uma vez que falta emprego. Em 2012, a taxa de desemprego juvenil em nível mundial foi estimada em 12,7%. Essa questão não só ameaça o progresso econômico como aumenta o risco de agitação social, violência e criminalidade (as gangues oferecem uma ocupação, um sentido de identidade e pertencimento a um grupo para protestar contra a sociedade).

Wolff (1995) aponta alguns aspectos que influenciam os adolescentes a terem atitudes resilientes: padrão de interação dentro e fora do contexto familiar, o vínculo pais-filho, o afeto parental, encorajamento, assistência e o cuidado dentro da família ou uma

relação estabelecida com um adulto significativo. A dimensão afetiva envolve compreensão, aprovação, elogio, explicações, uso moderado de castigo e utilizações de técnicas afetivas de disciplina. A aceitação e o “calor” afetivo ajudam para que os adolescentes tenham comportamentos mais adequados e tenham uma postura ativa e criativa diante da vida. Para Manciaux (2003) os fatores familiares, como a atenção por parte dos pais ou pelo principal cuidador, favorecem a resiliência à medida que melhoram a autoestima e autoeficácia, ao mesmo tempo em que a instabilidade afetiva e emocional corrobora para a aprendizagem de comportamentos pouco resilientes.

Nesse contexto, para Lipp (1996) o papel dos pais ou responsáveis é de fundamental relevância em relação à maneira como os filhos apresentam ou não comportamentos de resiliência diante de situações de estresse, não só por ter questões relacionadas com hereditariedade como também com aprendizagem. Portanto, o modo como uma criança e adolescente lida com o estresse terá influência na forma como reagirá aos desafios na fase adulta.

Conforme Koller, Antoni e Carpena (2012) os pais e/ou cuidadores de famílias vulneráveis podem gastar mais tempo em um trabalho remunerado para garantirem o sustento da família, sobrando pouco tempo para investir e conviver com as crianças e adolescentes. Quanto maior for o investimento nas fases precoces do ciclo de vida da família, tende a ser mais potente a formação de capacidades relacionadas à vida, atentando para a identificação e construindo intervenções e políticas públicas que fortaleçam a resiliência.

De modo macro, Cecconello (2001) afirma que a vulnerabilidade pode ser também reduzida reforçando a resiliência tanto entre as pessoas quanto nos bairros e nas comunidades. Os profissionais que trabalham com famílias devem buscar favorecer que as pessoas construam competências para enfrentar e se recuperar de variados choques. Nessa perspectiva, a educação e o investimento tendem a contribuir para a capacitação de indivíduos. Ademais, é importante dispor de proteção social e instituições que produzam respostas que assegurem que aqueles que precisarem de ajuda receberão em justa medida, minimizando os impactos adversos suscetíveis de serem transmitidos para gerações futuras.

O Brasil possui aproximadamente 24 milhões de jovens, sendo que as pessoas consideradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) nessa categoria possuem de 15 até 29 anos de idade, o que representa cerca de 25,3% da população. Nas diversas regiões do Brasil, os jovens estão presentes com as seguintes representatividades por região: Norte (27, 9%), Nordeste (26,3%), Sudeste (24,2%), Sul (24,5%) e Centro-Oeste (26%).

Segundo Léon (2005) ser jovem varia de acordo com a diversidade cultural, a construção histórica, social, econômica e relacional em que a pessoa está inserida. No Brasil, os adolescentes não participam em condições iguais das redes, já que a origem social tende a posicionar os sujeitos e, de certa forma, impacta as suas trajetórias de desenvolvimento. Essa questão fica mais nítida, ao observar alguns dados censitários (IBGE, 2010): a população brasileira possui uma média de 7,5 anos de escolarização; a taxa de abandono e reprovação gira em torno de 32%; a distorção de série/idade chega a 38%; mais de um milhão e meio de pessoas estão desempregadas, sendo que 20% são dos jovens em idade ativa, pertencendo ao que Cardoso (2013) denomina de “geração nem nem”: nem trabalha nem estuda.

Libório, Coelho e Castro (2011) afirmam que os adolescentes brasileiros que vivem em contexto de vulnerabilidade têm encontrado múltiplas adversidades, como: pobreza, violência, abandono, ineficiência nas políticas públicas e reduzida agenda de sociabilidade e oportunidades.

Além da classe social, Barbosa (2005) assegura que as diferenças raciais podem ser indicativas desse cenário repleto de desigualdades da juventude brasileira. A noção de pertencimento a um grupo étnico culturalmente distinto pode refletir em discriminação racial, ao colocar negros, pardos e índios em situação mais desfavorável, comparativamente aos brancos, sendo evidenciada na análise do acesso a diferentes direitos sociais.

De acordo com o Relatório Global sobre Homicídios das Organizações das Nações Unidas (ONU), referente ao ano de 2012, no Brasil, foram registrados 50.108 homicídios, aproximadamente 10% de um total de 437 mil ocorridos mundialmente, sendo que 43% de todas as vítimas de homicídio têm entre 15 e 29 anos. Ou seja, uma em cada sete do total de vítimas de homicídios no mundo é uma pessoa jovem que vive nas Américas (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2014). O homicídio juvenil é o principal determinante de vulnerabilidade para esta população e apresenta correlação espacial e regional. Contudo, apesar das peculiaridades de cada federação, essa questão se configura como um problema nacional.

Com relação à educação, o material produzido pelos Direitos Humanos Econômicos Sociais e Culturais (DHESCA) (2011) que assegura que uma pessoa ao passar por um processo educacional adequado e de qualidade tem mais possibilidade de exigir e exercer melhor todos os outros direitos. A educação contribui para que crianças e adolescentes, homens e mulheres saiam da pobreza, evita a marginalização da mulher, a exploração sexual, trabalho infantil e facilita que as pessoas tenham mais recursos para enfrentar discriminações e preconceitos.

Nesse sentido, a afirmativa anterior torna-se pertinente aos objetivos desta tese, pois percebe-se a educação como um instrumento fundamental por meio do qual as pessoas marginalizadas economicamente e socialmente podem se emancipar da pobreza e construir recursos necessários para sua plena participação no meio social. Ou seja, o acesso à educação de qualidade pode romper com as amarras da alienação, incitar a luta por uma sociedade mais justa, possibilitar a inserção de forma igualitária na moderna sociedade letrada e no competitivo mercado de trabalho. A educação é um direito inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à vida social do mundo moderno. Assim, a busca pela diminuição das desigualdades sociais e regionais deve passar pelo desafio de construir escolas de qualidade que atraiam pessoas (especialmente, crianças e jovens), evitando que futuras gerações continuem sendo prejudicadas. E mais, consideramos que se a escola e a família se aproximam gera um campo fértil de troca e suporte entre essas instituições que são responsáveis pela educação e formação, especialmente das crianças e dos adolescentes.

No caso do Brasil, a educação precisa ser um meio de superação das barreiras entre ricos e pobres. Contudo, para que isso se torne realidade Araujo e Maués (2013) relatam que é preciso que várias esferas se empenhem, como por exemplo: Estado, família, sociedade civil organizada, Ministérios Público e Judiciário. Isso porque a educação tem o impacto de perpetuação do ciclo de pobreza entre gerações, uma vez que os pais com baixa escolaridade tendem a apresentar dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para seus filhos.

Para Araújo (2013) há também a situação em que crianças e adolescentes estão fora da escola, períodos de vida que são cruciais para desenvolver habilidades e valores importantes à inserção no mundo do trabalho e da vida cidadã e esse cenário representa uma situação de forte exclusão social. Contudo, vale ressaltar que não basta ter escola se ela não garantir o direito de aprender, pois se isso não é assegurado ocorre o que Araújo (2013) denomina de “exclusão intraescolar”. Em outras palavras, ao oferecer educação pública de má qualidade, a escola pode se converter em um instrumento de desigualdade social ao formar pessoas com educação deficiente – o que não capacita para os melhores postos que o mercado oferece.

Em relação à gravidade da pobreza no Brasil, Gomes e Pereira (2005) demonstram preocupação e ressaltam a urgência em constituir políticas públicas que visem o benefício das relações entre os membros da família e as suas relações sociais. Afirmam, ainda, que o Estado deve garantir todos os direitos humanos e ofertar condições para que efetivamente a família participe do desenvolvimento de seus filhos. Contudo, notam que os investimentos públicos

na área social estão cada vez mais atrelados ao desempenho da economia, fazendo com que as famílias mais pobres sejam auxiliadas de uma maneira não sistemática.

O Brasil é um país que apresenta muitas desigualdades com relação à violação dos direitos humanos. Essas disparidades não podem ser vistas com naturalidade e a pobreza não deve ser tida como um fenômeno inevitável. Discorda-se, aqui, que a filantropia substitua o direito social, que a ajuda individual supra a solidariedade coletiva/social, que o trabalho emergencial subjugue o permanente e que o regional seja menosprezado pelo nacional. Nesse sentido, consideram-se importantes as reivindicações de Otterloo e Silva (2013, p. 325):

Precisamos influenciar a elaboração de políticas públicas, aumentar o controle social sobre os governos, ao mesmo tempo em que viabilizamos aos excluídos voz e vez para se tornarem sujeitos, capazes de exercerem uma participação cidadã, identificando suas necessidades, compreendendo as causas que as geram, buscando os instrumentos de apropriação de conhecimentos ampliados e de habilidades de organização e luta pela defesa de seus direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

A Figura 1 ilustra o território brasileiro, dando destaque (em vermelho) ao estado do Pará, no qual a presente pesquisa foi realizada.

Figura 1 – Mapa do Brasil.



Fonte: Abreu, 2006.

O Pará, juntamente com mais oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e parte dos estados do Mato Grosso, Tocantins e Maranhão), constituem a Amazônia

Legal. Ao falar da Amazônia Legal é comum que se exalte a sua vastidão e riqueza ímpar de fauna e flora, o que lhe confere uma posição estratégica para o desenvolvimento do país. Todavia, esse olhar nem sempre alcança as graves violações dos direitos humanos que aqui ocorrem, com o aumento da pobreza e exclusão de parcela significativa da população, além de alto índice de desorganização fundiária e crimes ambientais. O Estado brasileiro pouco investiu na formação de uma infraestrutura adequada à extensão territorial e seu contingente populacional e o quando o faz, o faz de maneira lesiva social e ambiental através de rodovias (IPEA, 2008).

Loureiro (2001) enfatiza que, até a década de 60, a Amazônia era um mundo apartado do Brasil, pois nenhuma estrada a ligava a qualquer região do país. Seus habitantes viviam do que extraíam e vendiam das matas e dos rios. Praticavam o extrativismo animal e vegetal: uma parte da produção destinava para o sudeste do Brasil e a outra parte voltava para a sobrevivência familiar dos extratores. A área de terra cultivada tinha mata natural e comumente, ficava a margem de rios, onde desenvolvia a cultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Somente após a rodovia Belém-Brasília, em 1961, é que a região passa a ter sucessivas e permanentes transformações, sendo o Pará o primeiro estado amazônico a vivenciar estes impactos com a urbanização: a população crescia sem escola, serviço de saúde, estradas internas, transporte coletivo de qualidade. A rodovia não foi só um marco de uma “modernização às avessas”, como um prenúncio que o “futuro” havia começado.

Loureiro (2013) afirma que, nas décadas de 70 e 80, os estados amazônicos passaram a receber muitos imigrantes, sendo que nenhuma cidade da Amazônia estava preparada para receber tantas pessoas em um espaço curto de tempo e o governo federal não planejou nenhuma ação para prevenir, apoiar e enfrentar a questão social que havia gerado na região. Incentivou-se, além das aberturas de estradas (como da Transamazônica), aberturas de fazendas, emprego no desmatamento da mata nativa para pasto ou exploração de madeira para exportação, ampliação de portos e aeroportos. Assim, a Amazônia passou a ser um vasto canteiro de obras e destino de desamparados oriundos de outras regiões brasileiras. No plano social, o governo estimulou a migração das camadas mais pobres do Nordeste, incorporou crianças e adolescentes de famílias de baixa renda no mercado de trabalho a partir dos 11 anos de idade, favoreceu a expansão da rede privada de ensino e reduziu os gastos públicos na área social. Em suma, a Amazônia proporcionou o aceleração do crescimento nacional, sem receber investimentos sociais, educacionais e na área da saúde. As desigualdades entre essa região e o resto do Brasil se alargavam.

Nesse sentido, Loureiro (2013, p. 171) afirma que há um “custo-Amazônia” que pode ser visto por meio:

Dos preços mais altos em todos os itens da vida em função das condições geográficas especiais, é ignorado pelas políticas públicas ditas igualitárias, não integrando os orçamentos públicos. Ele inclui dentre outros itens: o encarecimento do frete de cargas e do transporte em geral – o que rebate em todos os demais itens, mesmo naqueles produzidos na própria região; o elevado preço dos materiais de construção e escolares e outros decorrentes da distância da região em relação aos centros desenvolvidos do país e das localidades da região entre si. Soma-se a ele a dispersão da população, a implantação tardia da educação básica na região, do que resultou uma rede reduzida de escolas para atender a uma clientela que, em algumas décadas, tornou-se desproporcionalmente maior que sua capacidade; a inferioridade técnica e arquitetônica das infraestruturas escolares; a fragilidade delas devido ao clima equatorial super úmido, a carência e a necessidade de um programa de transporte escolar que se coadune com as especificidades regionais.

Segundo Otterloo e Silva (2013) o estado do Pará é reflexo da maneira como as políticas chamadas de desenvolvimento, foram concebidas e implantadas na Amazônia. A política de projetos excludentes e exploradores influenciaram uma infraestrutura tecnológica e modelos de colonização e ocupação direcionada ao acesso aos recursos naturais, visando à perspectiva do mercado e não as necessidades do povo da Amazônia. Por exemplo: a população do campo sofre a desterritorialização e, conseqüentemente, a reterritorialização precária em espaços urbanos inchados, os quais não possuem os principais serviços e direitos básicos.

O fenômeno das favelas é diretamente proporcional ao modo de regularização e detenção da propriedade, assim como a exclusão. As favelas são carentes de investimentos públicos. Em geral, são habitadas por pessoas de classe social menos favorecida e de acordo com Araújo (2013, p. 46) “o que dificulta o exercício de direitos e acesso a bens e recursos sociais e potencializa a vivência do fenômeno da violência em suas múltiplas dimensões”. A mesma autora prossegue afirmando que na Amazônia a tônica que vigora é de projetos que prometem desenvolvimento de suas regiões, mas que na prática colaboram cada vez mais para fortalecer a exclusão, uma vez que privilegiam grandes infraestruturas para explorar os recursos naturais, como por exemplo: usina de Belo Monte, BR 163 e Polo Siderúrgico de Marabá. Isso demonstra a continuidade histórica dos impactos sócio-ambientais na região. O quadro de ações predatórias como construções de barragens, incentivo à mineração, corte de madeira e pecuária extensiva só tem se ampliado. Este ciclo vem gerando exclusão social e expulsando a população rural para as periferias das grandes e médias cidades, acarretando,

muitas vezes, em ocupação de bens públicos, produzindo ainda mais conflito de terra e violência no campo.

Martins (2013) assevera que o êxodo rural não é opção dos adolescentes, pois são impelidos a saírem do campo por falta de oportunidade de trabalho, renda e conhecimentos sobre as potencialidades que podem ser dinamizadas. Uma estratégia para minimizar esta situação pode ser investir na formação de adolescentes para facilitar com que construam soluções diante dessas dificuldades e incentivá-los a construírem seus projetos de vida dentro da própria região. Esse tipo de sistema educativo integra o espaço escolar, a localidade e o mundo do trabalho, proporcionando desenvolvimento local (dentro de uma perspectiva sustentável).

De acordo com o material intitulado “Índice de Vulnerabilidade Juvenil à violência e desigualdade racial – 2014” produzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (2015) há uma importante correlação entre: vulnerabilidade juvenil, violência e território, visto que diferenças regionais influenciam com relação a melhores ou piores condições de vida (macroeconômicas e sociais de contexto). E a violência, que leva o jovem à morte, se apresenta como o fator que mais contribui para a maior vulnerabilidade juvenil. Sendo assim, os dez municípios com maior índice de violência, foram: Cabo de Santo Agostinho (PE), Itaguaí (RJ), Altamira (PA), Marabá (PA), Luziânia (GO), Parauapebas (PA), Simões Filho (BA), Eunápolis (BA), Teixeira de Freitas (BA) e Marituba (PA). Nota-se que o Pará é o estado que é mais citado nesta lista, com 4 municípios.

Na mesma pesquisa que analisou os 37 municípios que foram classificados com o índice de violência juvenil muito alto no ano de 2012, localizamos Belém na 18ª posição. Dentre as quatro capitais que fazem parte desse *ranking*: Maceió (14ª), Salvador (20ª) e Fortaleza (33ª).

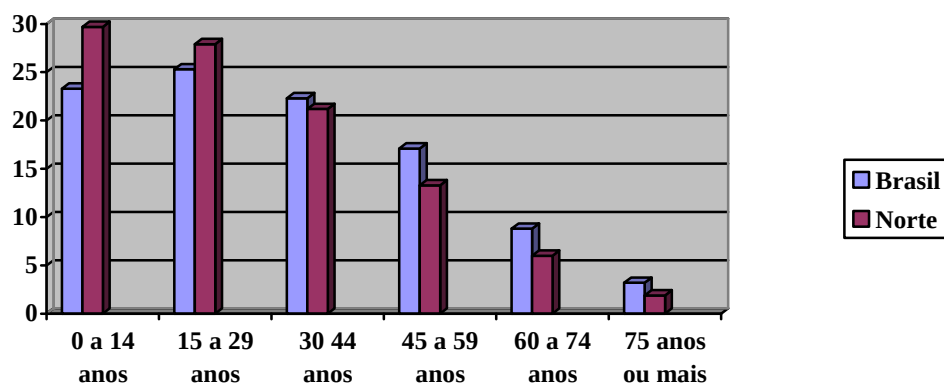
Segundo o IBGE (2010) Belém possui o 1.393.399 habitantes, crescimento anual da população em 0,85%, é detentora de uma área territorial de 1.059,40 km², de densidade demografia de 1.315,27 hab/km², apresentando esperança de vida ao nascer de 74,33 anos, tendo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,746 (1ª no ranking do estado do Pará e em 628º lugar nacionalmente), tendo 99,14% da sua área urbanizada.

Belém está em 4º lugar no *ranking* das cidades com maior número de favelas, uma vez que 54,4% da população vivem em aglomerado subnormais. Outras cidades também localizadas no estado do Pará, como Marituba e Ananindeua, também são formadas por esse tipo de residência na sua grande maioria.

Belém tem uma população de 2.139 milhões de habitantes, dos quais 809.67 estão entre 15 e 29 anos de idade (IBGE, 2010). De acordo com o Anuário Estatístico da Prefeitura de Belém (2010), 286 mil pessoas entram no mercado de trabalho até os 14 anos de idade.

O Brasil é um país que vem aumentando a sua expectativa de vida. Contudo, como observamos anteriormente, na Região Norte do país a maior parcela da população está na categoria “jovem” (IBGE, 2010). Ou seja, enquanto o Brasil está envelhecendo, a região norte brasileira permanece jovem, como percebemos na Figura 2. Esse fato só enfatiza a importância de valorizar esse público e produzir políticas públicas de qualidade para assisti-los.

Figura 2 – Distribuição do percentual da população residente, por grupo de idade, no Brasil e na Região Norte – 2011.



Fonte: PNAD, 2011.

3.2 Famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade

Para Gomes e Pereira (2005, p. 359) “a pobreza não pode ser definida de forma única, mas ela se faz presente quando parte da população não é capaz de gerar renda suficiente para ter acesso sustentável aos recursos básicos que garantam uma qualidade de vida digna”. Os recursos que as autoras se referem são: água, saúde, educação, alimentação, moradia, renda e cidadania.

Yasbek (2003) assevera que pobres são as pessoas que, temporariamente ou permanentemente, não possuem acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, dessa forma, excluídos em graus diferenciados da riqueza social.

O modo de vida dos adolescentes aponta para uma realidade que é vivenciada por todos os membros da família. Por essa razão, concordamos com Kaloustian e Ferrari (1994)

ao relatarem que a vulnerabilidade familiar é proporcional à miséria estrutural. Assim, por detrás da criança e do adolescente excluído da escola, nas favelas, no trabalho infantil (rural e urbano) e em situação de risco, encontra-se a família desassistida e, muitas vezes, invisível diante da política pública oficial.

No universo simbólico das famílias pobres há uma divisão complementar de autoridade do homem e da mulher na família que está ligada à diferenciação entre a casa e a família. Nesse sentido, Sarti (1994, p. 47) afirma:

A casa é identificada com a mulher, e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico. Em consonância com a precedência do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher, a chefe da casa. O homem corporifica a ideia de autoridade, com uma mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade da família. A mulher cabe manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar.

Silva (2003) ratifica que, nas famílias de baixa renda, as tarefas domésticas são responsabilidade da mulher, também sendo atribuídas aos filhos e a quem se encontra em casa. À mãe, cabe cuidar e educar os filhos. E o filho é incumbido de obedecer às regras e dar carinho.

Com relação ao projeto de casar, nem sempre é possível o casal ter uma casa como um núcleo independente, pois o vínculo com a família extensa não desfaz com o casamento, sobretudo diante da instabilidade das uniões conjugais entre os pobres. Assim, vulnerabilidade da família pobre contribui para a alta frequência de rupturas conjugais, frente a tantas expectativas não cumpridas. Muitas vezes, o homem se sente “fracassado” e a mulher sente que perdeu a chance de ter “alguma coisa” com o projeto do casamento (SARTI, 2015).

Entre as relações familiares, o vínculo entre pais e filhos é o mais forte, de maneira que as obrigações morais atuam de forma mais significativa. Ou seja, para os pais os filhos são fundamentais para manter o projeto de casamento, no caso de instabilidade familiar, econômica e estrutural, Fonseca (2002) afirma que há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças e adolescentes dentro do grupo de parentesco. Assim há uma circulação desses menores, caracterizando a lógica de obrigações morais das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Em função disso, quando os filhos crescem eles possuem obrigações morais com relação aos seus pais ou a quem lhes criou. E a não retribuição dos filhos pode ser vista como um sinal de ingratidão.

A rede de obrigação dos pobres constitui a noção de família. A questão genética não é tão relevante. São da família aqueles com que se pode contar e confiar. Assim, a noção de família se define sobre o eixo moral, de acordo com o princípio da obrigação que é estruturado a partir das suas relações (SARTI, 2015).

Para Losacco (2015) o modelo econômico capitalista e a falta de políticas públicas contribuem para que os pais das famílias em situação de vulnerabilidade se ausentem em função do trabalho, o que diminui para o tempo que dispõem para convivência familiar. Essa ausência pode favorecer com que o adolescente estabeleça laços desviantes com a comunidade e passe a fazer parte da “comunidade marginal”, pois por essa via adquirem respeitabilidade, habilidades e autonomia – que são aspectos essenciais para a formação da sua identidade. E empregam a onipotência, criatividade e imediatismo (características da adolescência) no exercício do comportamento de risco. Além disso, Losacco (2015) acrescenta que, quando na relação parental há dificuldade para expressar afeto e construir projetos de vida, há maior probabilidade de que os adolescentes estabeleçam relações íntimas e sexuais precocemente e, conseqüentemente, gerem filhos.

Sobre o mercado de trabalho, Guimarães e Almeida (2015) afirmam que há uma crise no mundo do trabalho e que as famílias vêm sendo atingidas pelo desemprego. Os pais perdem seus postos e têm dificuldade de se recolocarem em decorrência da baixa escolaridade. Com frequência, as mulheres não trabalham mais para complementar a renda familiar, mas são as principais responsáveis pelo sustento doméstico. Os filhos vivem a ameaça de uma sociedade que não lhes abre espaço para o trabalho formal, mesmo que possuam boa educação formal e profissional. No entanto, esse contexto junto às famílias vulneráveis é mais severo, pois, de modo geral, os adolescentes não têm acesso ao ensino escolar e profissional de qualidade.

Sob a perspectiva do trabalho, Baptista (2015) assinala que os pais que começaram a trabalhar desde a infância têm mais propensão a difundirem a cultura de que “filho de pobre se educa no trabalho” e que “criança que não trabalha vira vagabundo”. Assim, o trabalho na infância e adolescência pode passar de problema a solução.

A pobreza pode acarretar uma escassez de projeto existencial que busque a melhoria da qualidade de vida, já que a família está empenhada em viver o presente que é uma luta desigual e desumana pela sobrevivência. Em função disso, não é raro ocorrer o abandono escolar e crianças e adolescentes passarem a trabalhar para contribuir na renda familiar. Rotineiramente, essas questões são “justificadas” por eles mesmos como sendo temporárias,

contudo, correm o risco do “mundo da rua” passar a fazer mais parte do mundo infanto-juvenil do que o convívio familiar (GOMES; PEREIRA, 2005).

Silva (2003), ao estudar o ciclo vital de famílias paulistas de baixa renda, observou que a maior preocupação dos pais na fase adolescente é quanto aos estudos e o futuro profissional dos filhos. Esse mesmo resultado foi apontado por Rodrigues (2015) ao pesquisar o ciclo vital das famílias de classe média de Rondonópolis, no estado do Mato Grosso.

Acerca da função dos avós nas famílias que estão inseridas em contexto vulnerável, Vitale (2015) afirma que, não raro, os avós convivem intensamente com seus netos, a ponto de se tornarem parceiros dos pais na educação das crianças e adolescentes. Auxiliam na socialização dos netos e no sustento, mediante contribuições financeiras. Quando há vivência em função da coabitação é provável que se construa uma relação privilegiada entre avós e netos. Todavia, quando os avós não precisam tomar esse lugar na criação dos netos, a relação pode ser mais lúdica.

Na sociedade contemporânea, com o aumento da expectativa de vida e o prolongamento do jovem em casa, crianças e adolescentes estão conhecendo e convivendo mais com seus avós e bisavós. Frequentemente, há quatro gerações da mesma família coexistindo (VITALE, 2015).

Calobrizi (2001) sinaliza uma realidade que é comum nas famílias pobres que é quando os avós possuem a guarda judicial dos netos porque seus filhos se envolveram com prostituição, drogas ou negligenciaram o cuidado com os filhos, revelando dificuldade para resolver conflitos e honrar com suas responsabilidades como pais. Essa situação também delata o desamparo dessas famílias diante do poder público. Assim, os avós assumem os netos como filhos e é comum terem as seguintes falas: “o neto é filho duas vezes”, “se eu não cuidar, eles vão ficar aonde?”.

Com as mudanças nas relações de casamento e o aumento na monoparentalidade, evidenciaram-se os laços intergeracionais e sobressai mais ainda a presença de avós na cena familiar. A respeito desta realidade Vitale (2015, p. 114) assinala:

Nas famílias pobres a vulnerabilidade vivida pela família impede, tanto para os membros mais jovens como para os idosos, movimentos na direção de maior autonomia. Por sua vez, essas famílias desprovidas de proteção social, têm necessidade de incrementar as trocas intergeracionais para responder as exigências dos diversos momentos de seu ciclo de vida. E os avós participam ativamente desta troca.

Com relação à estrutura das famílias em situação de vulnerabilidade, Silva (2003) afirma que os domicílios pobres são formados por casais jovens e com filhos, por idosos que moram sozinhos, por famílias múltiplas e, principalmente, por mulheres jovens ou de meia idade, sem cônjuge e com filhos.

Vicente (1994) sustenta a ideia de que assim como ser humano tem potencial para construir, tem para destruir. E, em situação de vulnerabilidade, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro ficam bastante ameaçadas. Da mesma forma que a sua vida não lhe trata com justiça, sua postura diante da vida pode ser rude, fruto da sua defesa frente à sobrevivência.

Chispino e Gonçalves (2013) relatam que o crescimento da violência em contexto de vulnerabilidade pode ser produzido pela falta de “gratificação no futuro”, que desestimula crianças, adolescentes e adultos a investirem no hoje, não creem em melhorias no futuro que há de vir. Para esses autores ocorre um sistema de “sorte e azar” no qual essas pessoas tendem a desprezar o futuro e ter o tempo presente mais dilatado por não antever sonhos/projetos a serem atingidos. Muitas vezes, acreditam que deram “azar” por nascerem em um meio desfavorecido e o que lhes acontece de positivo é conferido como “sorte ou coisas do acaso”. Não acreditam que podem ser gratificados no futuro por seus esforços.

Nesse sentido, Baptista (2015) afirma que nas famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade, as adversidades ou a prosperidade são vistas como “dádiva de Deus”. E essa forma de ler o mundo favorece que as pessoas não se vejam como sujeitos da história, mas sim, como objetos. Têm dificuldade de vincular a existência com a luta por seus direitos. Essa mentalidade determinista com a qual avaliam a vida os impede de lutar em busca de modificações e transformações. Sendo assim, é preciso que haja políticas públicas que aumentem a capacidade de sobrevivência dessa população, ajudando-os a terem estratégias de enfrentamento diante das adversidades presentes e construindo condições para se transformarem em atores influentes em seu próprio futuro.

Sob essa ótica, Zehr (2008, p. 53) afirma que a linha divisória entre as classes baixas e as médias altas da sociedade está no poder e no escolher. As pessoas que possuem melhores condições de vida têm mais facilidade em acreditar que podem construir o seu futuro. Já as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade, conferem ao acaso o percurso de suas vidas. “Tenham ou não o poder de fazer escolhas reais, muitos não acreditam que podem, e isto é o mais significativo”. Assim, os adolescentes em contexto de vulnerabilidade, muitas vezes, não percebem a relação entre suas escolhas e o futuro. Para exemplificar fatos que ratificam essa afirmativa, basta notar que todos os dias esses adolescentes vêem pessoas

culpadas em liberdade e pessoas inocentes morrendo por terem sido atingidas por bala perdida.

Nesse cenário, torna-se inegável a reflexão de que o sistema em vigor promove a desigualdade e má distribuição de renda e afeta negativamente não “só” as famílias vulneráveis, mas toda a sociedade. Assim, é essencial a necessidade de promoção e apoio a essas famílias. É preciso que essa população seja objeto de políticas públicas, pois desta maneira será possível valorizar o desenvolvimento humano, diminuir a pobreza, ampliar acesso à educação, saúde, alimentação, moradia, lazer, esporte e proteção integral às suas crianças e adolescentes (GOMES; PEREIRA, 2005).

Um país possui pobreza quando há carência de recursos ou quando, apesar de ter um volume considerável de riquezas, elas estão mal distribuídas. O Brasil não é um país pobre. O Brasil é um país desigual. Nesse sentido, a posição do profissional que atua com famílias na fase adolescente do ciclo vital familiar, que vivem em contextos desfavoráveis ao desenvolvimento humano, é auxiliá-las para que tenham vez e voz no âmbito familiar e social, podendo reconhecer-se como legítimas de admiração e potencialidades, aprendam o poder que compartilhar histórias pode resultar em aprendizagens e, assim, planejem um projeto de vida com qualidade. Esses recursos podem ser relevantes no processo de torná-las protagonistas de suas vidas e da vida de sua comunidade.

Não é possível falar em políticas públicas sem fazer uma parceria com a família. É preciso ter claro que a má distribuição de renda gera influências negativas nas famílias e na sociedade. É urgente a necessidade de promover apoio sistemático, permanente e de qualidade por meio de políticas públicas articuladas. O reconhecimento dessas famílias como objeto de políticas públicas é o que permitirá atingir objetivos prioritários do desenvolvimento humano (minimização da pobreza, acesso à educação, saúde, alimentação, moradia e proteção integral às crianças e adolescentes).

4 FAMÍLIAS ADOLESCENTES ATENDIDAS NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.1 O Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Em 2004, houve a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e a criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com o intuito de inscrever uma requalificação do setor público no Brasil, buscando consolidar políticas de proteção e promoção social que garantem direitos, regulamentadas com padrão de qualidade, transparência e controle social. Assim, o MDS se tornou responsável pelas políticas nacionais socioassistenciais e pelas ações de segurança alimentar e nutricional. Seu propósito visa mais do que superar a fome, pretende asseverar oportunidades para que todas as pessoas desenvolvam suas capacidades e tenham uma vida digna e autônoma (BRASIL, 2009).

Ao se romper com o modelo socioassistencial que não legitima direitos, mas corrobora com a subalternidade e dependência do usuário, é que foi estruturado o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS ambiciona promover a inclusão social e melhorar a qualidade de vida, solucionando problemas concretos que incidem em uma população de um dado território.

O SUAS tem a função de articular ou integrar agentes e práticas, além de adotar uma perspectiva de totalidade da ação pública, objetivando superar a fragmentação e a sobreposição das ações governamentais. Destina-se a uma configuração pública permanente, que não deve estar sujeita a alterações significativas a cada mudança de governo (BRASIL, 2009).

Para Brasil (2008, p. 42) o SUAS é:

Um modelo de gestão para todo o território nacional, que articula a ação dos três entes governamentais através do estabelecimento de novos pactos federativos para a política de assistência social e para sua articulação com as demais políticas sociais no âmbito da proteção social brasileira.

O SUAS propõe um sistema unificado que partilha de responsabilidades entre os federados e as instâncias do sistema, institui sistema de informação, monitoramento e avaliação, adotando uma lógica orçamentária que garante co-financiamento com repasse automático de recursos (SOUZA; FAUSTINO, 2011).

Em geral, os Estados desempenham o repasse das transferências federais para os municípios e não assumem mais o papel de protagonistas na condução dos processos de implementação. A descentralização da assistência para estados e municípios requer coordenação estratégica capaz de articular e organizar o sistema de gestão, por meio de regras claras e consensuais que garantam a organização das ações em todos os níveis (BRASIL, 2005).

Três elementos importantes que apontam para mudanças desencadeadas a partir do SUAS são: a descentralização político-administrativa, novas requisições ligadas à gestão do trabalho e a construção de uma nova identidade dos profissionais que atuam na assistência social (BRASIL, 2008b).

Para exemplificar essa alteração no perfil do trabalhador que atua junto às políticas públicas, tem ocorrido o combate ao “primeiro-damismo”, que de acordo com Pereira (2015) é a participação de uma mulher, que tem raízes no ideário católico romano no ícone da Virgem Maria, que consolida um lugar para o feminino e deriva daí sua participação na vida política, de modo específico, no campo da assistência como extensão da família e do feminino. E por muito tempo, as esposas de políticos de destaque passaram a ter vínculos institucionais na política de assistência. Assim, a presença da “primeira-dama”, tornou-se quase que natural na administração pública expressando a co-naturalidade da assistência social com os assuntos familiares e, por conseguinte, com os papéis na política desempenhados pelas mulheres. Desta forma, o “primeiro-damismo”, transformou-se em um dos cargos de maior expressão e influência do poder. As demandas sociais dominaram a pauta de atributos do cargo, tanto é que diversas ações solidárias no mundo são lideradas pelas primeiras-damas, inclusive no Brasil.

Isto posto, o “primeiro-damismo” foi uma forte característica presente na gestão da assistência social, acompanhado da subalternidade que historicamente marcou a atuação e os trabalhadores dessa área, ligando a identidade profissional à caridade e a benemerência. À vista disso, é fato: não é possível operar políticas públicas sem funcionários qualificados e estáveis (no sentido de ter contrário à alta rotatividade dos colaboradores). Contudo, é grande a defasagem técnica e políticas dos quadros da assistência social, no que tange à qualidade e quantidade, em vista do inexistente processo de atualização e educação continuada (BRASIL, 2008b).

É preciso construir uma equipe multidisciplinar básica para atuar nos serviços e programas, dispor de número de profissionais adequado, oferecer plano de carreira, remuneração compatível, condições apropriadas para exercer um trabalho de qualidade,

sistema de capacitação/educação permanente (que englobe a sociedade civil e os gestores) e disponibilizar tecnologias de gestão que melhorem o desempenho dos funcionários. De maneira geral, as equipes multidisciplinares (geralmente compostas por assistentes sociais, psicólogos, educadores, pedagogos e sociólogos) não criam referências de pertencimento por meio das quais possam se identificar enquanto trabalhadores da assistência social. É essencial que ocorra uma ressignificação das identidades desses trabalhadores, balizadas por princípios éticos, políticos, técnicos, qualificadas a assumir o protagonismo que a implantação do SUAS requer. O mais precioso instrumento da assistência social é o técnico. Quanto mais habilitado é o servidor público, menor a chance de sofrer manipulação e pressão política (BRASIL, 2008c).

De acordo com Sposati (2006) diante da assistência social, os recursos humanos são a matéria-prima, nenhuma tecnologia substitui o trabalho humano, o resultado depende da inteligência e capacidade de articulação do funcionário. Assim, os recursos humanos carecem serem vistos como condição prioritária para o desenvolvimento de políticas públicas, já que o cenário social demonstra modificações no mundo do trabalho que implicam diretamente na vida de toda a sociedade e, sobretudo, em segmentos marcados por situações de risco e vulnerabilidade social e pessoal.

A herança de ativismo e da exigência de respostas imediatas às demandas urgentes dos usuários exerce forte pressão sobre os trabalhadores. A piora das vulnerabilidades sociais e a precariedade de vida e de trabalho da população tende a produzir ampla fragilização de respostas dos profissionais, geralmente voltadas às questões emergenciais e ineptas diante da necessidade e da precariedade das soluções (BRASIL, 2008c).

Pela magnitude dessas transformações no campo da assistência social, as variações propostas tornam-se um desafio em função das complexas questões políticas a serem avaliadas, pela heterogeneidade de sujeitos e realidades, acentuada pelo legado de frágil institucionalização, pouca capacidade técnica de gestão e um delicado sistema de articulações público-privado (BRASIL, 2008b).

Com relação ao perfil dos usuários da assistência social, pode-se afirmar que tradicionalmente são compostos por populações empobrecidas, vulnerabilizadas, tanto pela ótica da questão material, quanto da sua cidadania, pois apresentam impedimentos que as impossibilitam de usufruir plenamente dos direitos civis, políticos e sociais (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

O SUAS é tido como um marco na política de assistência social ao incorporar duas concepções centrais: matricidade familiar como foco de suas ações e considerar a dimensão socioterritorial (BRASIL, 2009).

Neste estudo optou-se por discorrer mais acerca da matricidade familiar e da territorialização, visto que foram conceitos considerados na concepção, atuação e análise desta pesquisa.

A matricidade familiar significa que o foco da proteção social está na família, sendo que a família é concebida não como modelo idealizado, mas como um núcleo afetivo, ligado por laços sanguíneos, de aliança ou afinidade, no qual os vínculos preconizam obrigações recíprocas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero (BRASIL, 2005).

Assim, Fonseca (2004), sugere como condição fundamental para os profissionais que atuam com as famílias, perguntar: quem faz parte da sua família? A resposta indicará como são construídos os vínculos entre os familiares, bem como mostrará quem os programas e benefícios devem alcançar. O profissional tem que ampliar a sua concepção de família e empregar abordagens que não sejam conservadoras e disciplinadoras no trabalho com as famílias e comunidade.

Diante desta questão, são inegáveis as transformações ocorridas na composição familiar, todavia, observa-se que permanecem velhos hábitos e expectativas no que tange ao funcionamento e desempenho dos papéis materno e paterno, independentemente do lugar social que se encontram no sistema de classes e de estratificação social. Satir (2015) afirma que atualmente, no Brasil, nota-se que existe maior incidência de famílias chefiadas por mulheres, que passam a serem provedoras econômicas da família, na presença ou não de um cônjuge. Carvalho (1998) e Macedo (2008) destacam que famílias que dependem exclusivamente do trabalho feminino tendem a ser mais sujeitas à vulnerabilidade, devido à segregação da mulher a atividade de baixa remuneração, à forte presença de trabalho informal e precário que caracteriza sua inserção no mercado de trabalho. Além disso, é possível que esse cenário favoreça a inserção precoce das crianças e adolescentes no trabalho, distanciando-os da escola e aumentando os riscos e vulnerabilidades aos quais estão submetidos.

A partir da matricialidade familiar, o SUAS elenca algumas situações, às vezes, contraditórias, ligadas às famílias chefiadas por mulheres, como apresenta Brasil (2008):

- a) Crescente participação da mulher no mercado de trabalho, ao passo que muitas vezes é incorporada em atividades subalternas e de baixa remuneração;

- b) A mulher é sobrecarregada pelo custeio das despesas domésticas e os cuidados com os filhos, o que dificulta a construção da sua autonomia;
- c) A mulher é uma boa gestora da pobreza, por fazer milagre com tão pouco recurso material, e garantir uma socialização familiar mesmo diante da precariedade;
- d) Forte presença de avós que criam os netos como se fossem mães, pois têm responsabilidade diante deles.

Costa e Cardoso (2010) alertam para os profissionais que trabalham com famílias para não as culpabilizar pelas condições de vulnerabilidade em que se encontram para não reforçar sua vitimização e, além disso, atentar para a perspectiva societária no trabalho que visa organizar atores sociais e sociabilidades coletivas na luta para garantir seus direitos e condições de vida mais digna. Ademais, a família deve ser considerada, tanto na dimensão privada quanto pública, à medida que se procura trabalhar seu desenvolvimento interno e protagonismo social.

Segundo Koga e Ramos (2004) o território precisa ser tratado como o chão da política pública. As vulnerabilidades são agravadas pelo meio ambiente que potencializa os riscos socioambientais, ocasionando para a população o rebatimento das condições de saúde. O território é base de organização do SUAS, porém é necessário compreender que a concepção de territorialização vai além do espaço físico. Entendem-se os territórios como espaços de vida nos quais ocorrem relações sociais, formação dos vínculos, concretizam-se as manifestações sociais e se criam os tensionamentos e possibilidades para seu enfrentamento.

Ainda na concepção de Koga e Ramos (2004), ressalta-se a necessidade de considerar as discrepâncias e desigualdades sociais de um país de porte continental como o Brasil, que possui 5.570 municípios, não sendo viável adotar classificações homogêneas sobre pobreza da população. É preciso refletir sobre as realidades municipais, a começar pela populacional e as que se apresentam em distintas escalas regionais. A impossibilidade de homogeneização desafia a criatividade dos profissionais e gestores públicos.

A dimensão territorial das políticas públicas engloba os múltiplos fatores sociais, econômicos e culturais aos quais o indivíduo e a comunidade estão expostos, considerando a magnitude e natureza das vulnerabilidades sociais. Desta feita, no SUAS, o princípio da territorialização da rede socioassistencial oferta serviços adotando como lógica a proximidade do cidadão, localizando essas atividades nos territórios com alta incidência de vulnerabilidades (BRASIL, 2008).

A territorialização tende a trazer benefícios para o usuário, nesse sentido Brasil (2008, p. 57) afirma:

Os serviços, sendo implantados próximo ao cidadão, podem antecipar respostas às suas necessidades e facilitar o acesso, em uma perspectiva de proteção social pró-ativa. Mas para tanto, deverão ser organizados a partir do conhecimento do território, de seus recursos, de sua população, das relações sociais e de classes da identificação das demandas sociais, das suas carências, mas também das potencialidades locais e regionais que esses territórios contêm.

O SUAS detém a incumbência de produzir, sistematizar informações e construir indicadores territorializados das situações de vulnerabilidade e risco que as pessoas e famílias são acometidas nos diferentes ciclos de vida, identificar indivíduos com comprometimento da capacidade pessoal (com deficiência ou abandono), incidência de pessoas vítimas de exploração e violências, detectar vítimas do preconceito (por etnia, gênero, orientação sexual) e exercer vigilância com relação aos padrões de serviço de assistência social. É condição fundamental que os indicadores apontem no território as situações de riscos sociais e violação dos direitos (BRASIL, 2004).

Segundo Ferrari (2010), o SUAS incentiva a inserção de metodologias de trabalho social que fomentem ações emancipatórias coletivas ligadas ao desenvolvimento e a construção de novos projetos de vida para as famílias atendidas. Para isso, tem que estimular novas modalidades de expressão (individual e coletiva) em espaços menos formais, que facilitem a criação de vias mais diretas relacionadas à ação popular. Dessa forma, acredita-se que haverá maior adesão aos programas, já que a ampliação da participação do usuário é um dos desafios enfrentados na democratização da política pública de assistência social.

Um projeto ou serviço de cunho social está de acordo com os princípios do SUAS quando apresenta relevância política, à medida que: fomenta o debate sobre o campo de ação da assistência social, produz dados que demonstrem as necessidades individuais e coletivas do público alvo, coloque em pauta o alcance social das ações implementadas e auxilie os gestores da assistência social a inseri-las na agenda pública local (BRASIL, 2008).

Em suma, pode-se dizer que o SUAS possui os seguintes elementos essenciais: proteção social (básica e especial); usa a socioterritorialidade como base de organização do sistema; o trabalho com as famílias é tido como seu princípio matricial, pois é o que ordena as ações desenvolvidas pela assistência social; a gestão é compartilhada, contudo, ainda há o reconhecimento das responsabilidades estritamente estatais; é financiado pelas três esferas do

governo (federal, estadual e municipal) e para embasar seu planejamento possui um sistema de informação.

Quanto à proteção social, busca resguardar o cidadão de riscos pessoais e sociais inerentes ao seu ciclo de vida. Há vários fatores que denotam a situação de risco e vulnerabilidade social: ausência ou precariedade de renda; o trabalho informal e inseguro; o acesso frágil aos serviços sociais públicos; fragilização de vínculo de pertencimento e das relações sócio-familiares; diversos tipos de preconceitos que os indivíduos, famílias, coletividades, grupos e classes sociais estão sujeitos. Olhando por esse ângulo, Brasil (2008, p. 48) aponta que:

A proteção social no âmbito da assistência tem por direção o desenvolvimento humano e social e os direitos de cidadania, e seus serviços, programas, projetos e benefícios devem estar articulados com as demais políticas sociais para efetivamente se constituir um sistema público.

As Normas Operacionais Básicas (NOB) do SUAS envolvem a garantia de um conjunto de seguranças que precisam estar articuladas (BRASIL, 2005):

- a) Segurança de Acolhida: fomentada por meio da oferta pública de espaços e serviços adequados para a promoção de ações de recepção, escuta profissional qualificada, orientação de como obter concessão de benefícios e informação;
- b) Segurança Social de Renda: complementa a política de emprego e renda e é responsável por conceder bolsas-auxílio financeiros sob determinadas circunstâncias, por exemplo, quando indivíduos ou famílias apresentam vulnerabilidade decorrente do momento do ciclo de vida que estão ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;
- c) Segurança de Convívio: disponibiliza serviços gratuitos continuados e de trabalho socioeducativo que se comprometem com a construção, restauração e fortalecimento de laços de pertencimento e vínculos sociais de âmbito geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e comunitário. Defende o direito à convivência familiar, estimula a sociabilidade grupal para que haja maior participação social e exercício de cidadania, objetiva fortalecer as redes sociais para que se identifiquem pautas comuns e se lute em torno de direitos coletivos;
- d) Seguridade de Desenvolvimento da Autonomia: visa desenvolver habilidades para que indivíduos, famílias e grupos tenham a possibilidade de ter escolhas de maior

potencial, consigam garantir sua independência pessoal e apresentar comportamento de resiliência diante das situações que dificultam o protagonismo social e político. Diante disso, é adequado se referir a essa questão como processo de fortalecimento da autonomia, ao considerar a complexidade e a questão gradual que envolve a aquisição e/ou o reforço das competências que os impulsionem para um maior grau de independência e realização;

- e) Segurança de Benefícios Materiais ou em Pecúnia: ter acesso à provisão estatal, em caráter provisório, de benefícios para indivíduos e famílias sujeitas às condições de vulnerabilidade circunstanciais, de emergência ou calamidade pública.

O SUAS dispõe de duas modalidades de proteção social, a básica e a especial. A proteção social especial se refere aos programas especializados oferecidos às famílias e indivíduos que estão em situação de risco pessoal e social. São disponibilizados serviços de média e alta complexidade. A proteção especial de média complexidade concede serviços de acolhimento, de escuta, de atendimento psicossocial realizados nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Já as medidas de proteção de alta complexidade viabilizam a assistência integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a indivíduos e famílias que se encontram sob ameaça cuja retirada do âmbito familiar e comunitário é necessária (CASTRO, 2008).

O CRAS e o CREAS são equipamentos público-estatais, implantados nos territórios em que há elevado índice de vulnerabilidade social. Foram criados para estar territorialmente dentro da comunidade, disponibilizam serviços, programas e benefícios socioassistenciais voltados para a realidade e necessidades sociais do cidadão que mora naquela redondeza (BRASIL, 2005).

Esta pesquisa se aprofundou no que tange à Proteção Social Básica, que é tida como aquela que se refere às ações preventivas, de convivência, socialização, inserção e acolhida, privilegiando as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Objetivou-se desenvolver potencialidades, produzir aquisições, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e favorecer a construção de um projeto de vida para a família.

4.2 O CRAS no SUAS

O trabalho oferecido pelo CRAS deve acolher os mais variados arranjos familiares, procurando auxiliar no melhor desenvolvimento possível de cada cidadão. Nesse sentido, considera-se o desenvolvimento como a expansão de capacidades humanas e realizações, que envolvem, por exemplo: alimentar-se adequadamente, evitar doenças, desenvolver boa autoestima, afetividade, autonomia, iniciativa, segurança pessoal e participação social (BRASIL, 2008).

Um dos papéis do CRAS é fazer uma espécie de triagem e mediação das necessidades das famílias e encaminhamentos para outras instituições como CREAS e abrigos, por exemplo. É claro que o CRAS não comporta tudo, seu espaço físico e sua equipe possuem limites. Em função do princípio da intersetorialidade, o CRAS deve ter conhecimento sobre as deficiências apresentadas no território, além de saber quais as outras instituições sociais que a população de determinada região pode contar para fazer os encaminhamentos e não concorrer com a oferta já existente de espaços para usos comuns. Em outras palavras, o CRAS é integrante de uma rede de equipamentos públicos territorializados e deve ratificar a dimensão comunitária dessa rede, como: escolas, posto de saúde e igrejas (BRASIL, 2013).

A identificação de território de incidência e risco significa mais do que localizar situações, compreender as razões e conexões regionais que dizem respeito não somente à vizinhança física, mas às similaridades e diferenças de situações vividas nesses contextos. Por essa razão, o profissional que atua junto a uma população, precisa se aproximar da realidade dela como caráter introdutório e exploratório para elaboração de objetivos e metas. Infelizmente, na gestão social não é habitual o procedimento de sistematizar documentação, registro, interpretação e análise de dados (BREVILHERI; NARCISO; PASTOR, 2014).

Brasil (2008b, p. 97) resume a missão do CRAS com relação ao princípio da territorialização da seguinte forma:

A correta definição dos territórios e o mapeamento das suas vulnerabilidades sociais, eleição de prioridades regionalizadas, a utilização de informação e cadastros acessíveis e manipuláveis, o desenho da rede socioassistencial e a identificação de requisitos para seu aprimoramento são partes de um processo de planejamento da regionalização da política de assistência social, de competência do gestor municipal, às quais se somam a favorável localização dos CRAS em cada território, o justo dimensionamento e a boa estruturação física deles e a progressiva instrumentalização de cada um, dentro da capacidade orçamentária e operacional local.

Ao adotar uma compreensão territorial, é fundamental descrever e analisar a realidade social na qual se pretende intervir. As vulnerabilidades socioambientais e os riscos a que estão expostos os moradores necessitam receber estudos que indiquem a sua natureza, característica, dimensão, faixas etárias com maior incidência, dando ênfase aos problemas de maior impacto social e aprofundando a correlação entre eles, apresentando sua repercussão nas condições de vida das famílias (BRASIL, 2008b).

O CRAS possui um projeto arquitetônico próprio para que seja efetivado. Aqui, não cabe detalhar quanto a isso. Mesmo assim, segundo Castro (2008) é importante pontuar que foi feita uma pesquisa com 46 visitas em CRAS por todo o país, visando avaliar essa questão. Notou-se que o CRAS sofre influência determinante das condições da realidade, especialmente as heranças do modelo de prestação de serviços assistencialistas do passado. Nesse sentido, carece que os gestores invistam em ações estratégicas que visem consolidar um espaço físico para o CRAS que concilie a linguagem contemporânea de assistência social e do SUAS. Muitas vezes, os prédios são cedidos pelo governo ou alugados – o que interfere na organização da instituição. O espaço do CRAS deve ser compatível com os serviços ofertados e a linguagem adotada pelo SUAS. Ou seja, deve ser um ambiente acolhedor que favoreça a exposição das necessidades e opiniões, garanta privacidade e preserve a integridade da família. A arquitetura possui uma dimensão simbólica que é capaz de exteriorizar valores. Não obstante, somente o espaço físico adequado não garante o bom desenvolvimento de atendimento integral às famílias.

De acordo com a Fundação Papa João Paulo XXII - FUNPAPA (2013) a equipe de referência do CRAS é composta por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores, apoio administrativo e operacional que trabalham com famílias nas suas diversas manifestações.

A cartilha produzida pelo Centro de Referências Técnicas de Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), para orientar o psicólogo com relação ao seu papel no CRAS, coloca que esse profissional deve contribuir no processo de transformação social, uma vez que traz de acúmulo e aprendizagem as convicções oriundas da luta pela Reforma Psiquiátrica, pela desinstitucionalização, em todas as suas formas: explícitas e maquiadas. Nesse sentido, é necessário valorizar o potencial dos usuários, enquanto sujeitos capazes de autonomia, independência e protagonismo. Assim sendo, não precisam continuar sob as rédeas da exclusão e da tutela. O compromisso ético-político do psicólogo implica em construir um solo favorável para o bem-estar biopsicossocial, comprometido com a promoção de saúde. O CREPOP (2007, p. 15) afirma que o psicólogo tem a função de:

Propor, a partir das nossas intervenções, atravessar o cotidiano de desigualdades e violências, visando o enfrentamento e superação das vulnerabilidades, investindo na apropriação, por todos nós, do lugar de protagonista na conquista e afirmação de direitos.

Costa e Cardoso (2010), ao discorrerem sobre a função do psicólogo no CRAS, enfatizam que ele precisa ser um facilitador dos relacionamentos, favorecendo a convivência, troca de experiências e um estimulador de ações concretas de solidariedade; podendo trabalhar as dificuldades e potencialidades em conjunto. Além disso, é necessário levantar reflexão contundente dentro da Psicologia. Por diversos motivos, a Psicologia foi se estabelecendo como uma profissão elitizada, tendo sua prática sido iniciada nos consultórios particulares – o que, ainda hoje, a torna distante das pessoas menos favorecidas social e economicamente. Já se percebe um movimento no qual o psicólogo amplia o seu *setting* terapêutico e se aproxima da comunidade, contudo permanece notória a discrepância entre a demanda e a oferta de assistência psicológica nos serviços públicos. Nesse cenário, o CRAS passou a ser uma oportunidade para o psicólogo integrar a equipe de política pública de assistência social, ampliando o alcance profissional e fomentando a abertura de um mercado de trabalho.

O processo da Psicologia que se aproxima das classes populares ainda está em construção e requer que os profissionais invistam nesta outra maneira de atuação. A ida do psicólogo até a comunidade ainda é tida como uma proposta ousada; e seu papel diante desse desafio gera-se à medida que cada passo vai sendo dado e avaliado criticamente. Para Andrade e Romagnoli (2010) há muito que ser criado e reinventado na Psicologia para que ela cumpra de forma inovadora e transformadora o seu papel. Urge a necessidade de uma Psicologia que vise uma prática libertária capaz de habitar lugares ainda desconhecidos como a inserção onde a população mora para prestar atendimento familiar, comunitário e coletivo. Dessa forma, inserir-se em novos campos de forma crítica, inventiva e eficaz.

É incontestável a alta procura por produtos sociais, o que explica uma aceitação automática ao CRAS. Contudo, provavelmente, a própria existência do CRAS seja uma indutora de demanda. Inserido na comunidade, o CRAS exerce a função de vigilância e de articulador da rede socioassistencial. Nesse sentido, de acordo com a FUNPAPA (2013), o CRAS oferece programas e benefícios como o Cadastro Único (CADÚNICO), Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Tarifa Social de Energia Elétrica, Isenção de taxa de inscrição em concurso público, Benefício de Prestação Comunitária (BPC) e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).

O CRAS é uma unidade pública que assegura o direito socioassistencial ao disponibilizar serviços de proteção social básica. Os três serviços que são fundamentais no CRAS são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos (SCFV) e Serviço de Proteção Social Básica no Domínio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2013).

Optou-se por detalhar o objetivo e as estratégias do PAIF, uma vez que é o programa ofertado pelo CRAS que atende às famílias.

4.3 O serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O CRAS é uma das bases físicas responsáveis por propagar localmente os valores preconizados pelo SUAS. Seu foco de ação é a família, por essa razão abriga o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e na territorialidade, posto que, deve ser instalado em áreas de vulnerabilidade social (CASTRO, 2008).

O trabalho social com famílias no âmbito do PAIF é composto por uma gama de procedimentos apoiados em pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, com a finalidade de colaborar para a convivência, reconhecimento de direitos e alternativas de intervenção na vida social de um grupo de pessoas. Compreende que a família pode ser unida por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade – que se organiza em um espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, com a intenção de proteger seus direitos, resguardar e socializar seus membros, além de incentivar a convivência familiar e comunitária, partindo do reconhecimento do papel do Estado na proteção às famílias e aos seus membros mais vulneráveis. Essas metas são concretizadas por meio do desenvolvimento de ações de caráter preventivo e protetivo, legitimando as famílias e seus membros como sujeitos de direitos, observando as potencialidades e vulnerabilidades presentes no seu território de vivência (BRASIL, 2012).

É um serviço baseado no respeito à diversidade dos arranjos familiares. Fundamenta-se na cultura do diálogo, no combate a todas as formas de violência e estigmatização nas relações familiares. O perfil dos usuários do PAIF é composto comumente por famílias beneficiadas por programas de transferência de renda e benefícios assistenciais; famílias em situação vulnerável; famílias que atendem aos critérios para serem assistidas pelo CRAS, mas ainda não foram contempladas por programas ou benefícios; pessoas com deficiência ou idosas que vivem em contexto de risco social. A forma de acesso dessas famílias pode ocorrer

por procura espontânea, busca ativa, encaminhamento da rede socioassistencial e/ou das demais políticas públicas (BRASIL, 2013).

Com relação ao impacto social que o PAIF pretende gerar, o serviço se destina a reduzir as situações de vulnerabilidade social no território de abrangência do CRAS, prevenir a ocorrência de riscos sociais, aumentar o acesso à rede socioassistencial e melhorar a qualidade de vida das famílias residentes no território de alcance do CRAS (FERRARI, 2010).

O PAIF visa fortalecer a função protetiva da família e prevenir as rupturas dos vínculos familiares e comunitários, pretendendo, dessa forma, melhorar a qualidade de vida nos territórios; promover a obtenção de materiais e ações sociais que intensifiquem o protagonismo e autonomia das famílias e comunidades; proporcionar acesso às redes de proteção social de assistência, favorecendo o desfrute dos direitos socioassistenciais; e auxiliar famílias que possuem membros com necessidade de cuidado a partir da oferta de espaços coletivos de escuta e troca de vivências familiares. Para atingir esses objetivos, o PAIF possui ações, como: acolhida, oficina com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

A presente pesquisa considerou as orientações apresentadas na cartilha “Trabalho Social com Família” do PAIF (BRASIL, 2012) para a realização das oficinas com as famílias, uma vez que esta abordagem é a que mais se afina com a metodologia do presente estudo. As oficinas têm o intuito de refletir um tema de interesse para família (situações vivenciadas e de interesses comuns) que pode ser sobre vulnerabilidades e/ou potencialidades, visando fortalecer os laços familiares e comunitários, acesso aos direitos, protagonismo, participação social e prevenção de riscos. Igualmente, possibilitam o entendimento dos problemas vivenciados, buscando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, afastando-se de uma postura passiva e de vítima diante da vida. Na esfera familiar, as oficinas podem trabalhar as seguintes questões:

- a) Questionar padrões estabelecidos e estruturas desiguais, estimulando o desenvolvimento da autoestima dos membros da família;
- b) Despertar a importância da socialização e discussão de projetos de vida;
- c) Refletir sobre as situações vivenciadas nas famílias e as diversas formas de lidar com tais situações;
- d) Desenvolver melhor comunicação e fomentar a cooperação entre os membros das famílias;

- e) Romper com preconceitos e comportamentos que incentivam a violência e repensar os papéis sociais no meio familiar.

Já na esfera comunitária/territorial, as oficinas podem:

- a) Ampliar as redes de apoio, potencializando a rede de proteção social do território;
- b) Promover espaços de convivência, nos quais os membros das famílias percebam como estão construindo suas relações familiares e comunitárias, adotando postura capaz de realizar mudanças;
- c) Estimular o compartilhamento de experiências, exercitando habilidades de negociação e mobilização, objetivando o protagonismo e autonomia;
- d) Alavancar a participação social tanto no planejamento, na execução quanto na avaliação dos projetos.

Os resultados das oficinas com as famílias podem detectar informações importantes que devem ser consideradas em futuras articulações intersetoriais. Para a efetivação das oficinas é necessário que o profissional seja capacitado, saiba manejar grupo e tenha clareza dos objetivos e métodos que serão adotados para alcançá-los. Independente da temática a ser abordada na oficina, é preciso que se construa um contrato de convivência no qual se defina as regras, fale-se sobre a relevância do sigilo e da escuta respeitosa (CREPOP, 2007).

Esse formato de atuação não é interessante somente pelo fato de ser uma técnica econômica, muito pelo contrário, demanda conhecimento conceitual, domínio de métodos, aprimoramento contínuo e aptidão para trabalhar os relatos de experiência que gerem comoção e emoção. É necessário que se crie um clima acolhedor, de diálogo e democrático para que as famílias possam falar de suas histórias. O manejo de dinâmicas de grupo pode favorecer o processo de comunicação e interação entre as famílias, facilitar a expressão da subjetividade e favorecer a construção coletiva de conhecimento (AFONSO, 2006). Por essa razão, o CRAS deve estimular a qualificação dos profissionais que nele atuam fazendo parcerias com instituições de ensino e proporcionando capacitação continuada.

Quanto ao tempo de duração, Brasil (2012) indica que cada encontro tenha de 60 a 120 minutos. Com relação ao lugar, deve ter uma iluminação e ventilação adequada, estar em bom estado de conservação, proporcionar privacidade, salubridade e limpeza. Podem-se utilizar elementos do cotidiano das famílias para enfeitar o espaço e proporcionar sentimento de pertencimento.

Existe a possibilidade das oficinas terem um formato aberto ou fechado. Diz-se oficina aberta quando elas recebem novos participantes a qualquer instante do processo de execução. Já na oficina fechada, não há a inserção de novos integrantes após o seu início. A escolha por uma das duas formas dependerá do perfil do público alvo, do tema abordado e do resultado almejado. Todavia, deve-se considerar o fato de que essa alta rotatividade pode prejudicar a formação dos vínculos (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010; AFONSO, 2006).

O PAIF disponibiliza sugestões de assuntos a serem abordados nas oficinas com as famílias, tais como: direito à transferência de renda; direito a documentação básica; direito à cultura, esporte e lazer; direito das crianças e adolescentes; direitos das mulheres; direito das pessoas idosas; direito das pessoas com deficiência; direito a alimentação e nutrição adequada e direito a meio ambiente saudável. Dessas temáticas recomendadas, aproxima-se mais desta investigação a questão do direito da criança e adolescente, na qual eles detalham a relevância de discutir: trabalho infantil; violência doméstica; atos infracionais cometidos por adolescentes; uso de drogas; exploração e abuso sexual; apresentar serviços de proteção relacionados a situações de risco; ensiná-los a identificar os riscos; realizar ações preventivas que podem ser implantadas no território; e esclarecer a responsabilidade das famílias, da comunidade e do estado perante as crianças e adolescentes (BRASIL, 2012).

Com relação aos desafios enfrentados pelas famílias no PAIF, Brasil (2012) elenca: as especificidades do ciclo vital dos membros das famílias, a produção e a resolução de conflitos intergeracionais. Ademais, pontua como desafiantes as questões ligadas à gravidez na adolescência, mortalidade de jovem por causas externas (trânsito, violência, uso de drogas), sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e o respeito às diferentes orientações sexuais.

No que diz respeito aos modelos de planejamento estratégico oferecidos pelo CRAS, estes devem considerar os contextos, as circunstâncias, a influência da força política, articular áreas e setores, atribuir caráter democrático e participativo fazendo do plano algo coletivo e que a comunidade se identifique. É imprescindível a criação de novas práticas viáveis que superem as atividades tradicionais e dêem espaço para que a criatividade, ousadia e sensibilidade atendam as necessidades da comunidade. Além disso, o plano de assistência social deve construir os objetivos e analisar os mecanismos de viabilização. É recomendável compatibilizar custos com objetivos a serem atingidos, possíveis resultados e metas realistas para administrar a eficácia e efetividade dos programas e serviços (BRASIL, 2008b).

Outro aspecto do planejamento que carece de atenção é a superação do uso de abordagens focadas em indivíduos particulares ou faixa etária específica, que retira cidadãos

dos seus grupos familiares e comunitários, isolando-os. Tradicionalmente, os programas foram arrolados nos planos de assistência social por segmentos fracionados: criança, adolescente, idoso, pessoa com necessidades especiais, mulher vítima de violência, população de rua, dentre outros. Ao priorizar a matricidade familiar e da territorialidade, o SUAS permite romper essa lógica. Para Brasil (2008b, p. 67) faz-se urgente a realização de estudos que tenham “ações globalizadas no contexto do apoio e fortalecimento dos vínculos, desenvolvimento dos seus membros, participação e engajamento comunitário, e em paralelo, obter melhorias nas condições de vida e no desenvolvimento dos territórios de vivência”.

É salutar que as oficinas prevejam um momento de avaliação, no qual os participantes tenham a oportunidade de falar sobre suas impressões e recomendações. Esse *feedback* pode ser um dos indicativos para verificar se os objetivos foram alcançados, além de servir para aprimorar futuras intervenções com as famílias. Brasil (2012) orienta que as oficinas com as famílias devem ocorrer de forma regular, conforme a demanda do Serviço. Faz-se necessário enfatizar que uma oficina pode dar origem a uma ação coletiva, como campanha ou palestra.

As avaliações e sugestões oriundas do encerramento de uma oficina ajudam a construir o conhecimento sobre a realidade que essas famílias vivem. Esse processo é dinâmico, participativo e de labor coletivo (BRASIL, 2008b; AFONSO, 2006).

Diante das diretrizes expostas, pode-se afirmar que o CRAS é uma instituição que visa minimizar e eliminar as vulnerabilidades e maximizar a resiliência. O seu grande desafio é fazer com que esse tipo de Política Social Brasileira seja substancial, democrática e eticamente articulada e executada. Sob a compreensão de que o Brasil possui uma dívida social histórica e um tratamento discriminatório dispensado às classes populares que precisa ser reparado.

5 MÉTODO

5.1 A proposta de trabalho

Este estudo teve a intenção contribuir para a ampliação da discussão acerca do ciclo vital da família brasileira, tomando como perspectiva de análise: compreender como se estabelece as relações familiares na fase adolescente do ciclo vital junto às famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade atendidas pelos CRAS Aurá e Guamá, em Belém/PA. E, propor uma intervenção com esse público. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o conhecimento das características dessas famílias atendidas pelo CRAS colabore com os profissionais e as autoridades para que juntos reflitam e construam/aprimorem medidas capazes de reconhecer, reparar e prevenir danos relacionados aos vínculos familiares.

O presente estudo é uma pesquisa de campo, que de acordo com Gil (2008) é o tipo de investigação que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada, ou seja, é a investigação empírica realizada no local onde ocorre um fenômeno e/ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Dessa forma, aprofunda a investigação do fenômeno, o que exige mais participação do pesquisador na investigação, pois esse precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

Esta pesquisa buscou compreender a dimensão relacional das famílias. Para tal, deteve a atenção à condição da estrutura, funcionamento, heranças, vínculos familiares, rede de apoio e projeto de vida. Bem como conhecer as características do ambiente no qual essas famílias vivem e se desenvolvem, nos moldes que discute Vasconcellos (2008) ao afirmar que só é possível produzir um conhecimento científico que seja útil ao valorizar o contexto no qual família está inserida.

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa que teve como público-alvo famílias na fase adolescente do ciclo vital, atendidas pelo CRAS Aurá e Guamá. Tal proposta de intervenção elaborada a partir desse estudo valorizou a co-construção com os participantes e com interlocutores (funcionários do CRAS, auxiliar de pesquisa e orientador), incrementando a visão das diferentes nuances das relações familiares de uma forma ampla e contextual.

Segundo Minayo (2012) a pesquisa qualitativa se interessa por um nível da realidade que não pode ser quantificado. Atua junto ao universo de significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos

e dos fenômenos, e não podem ser minimizados a operacionalizações de variáveis. Constrói conhecimento acerca de temas que não podem ser mensurados, mas merecem ser conhecidos e compreendidos. Geralmente, os fenômenos que são estudados a partir desse tipo de pesquisa são complexos e únicos. A abordagem qualitativa se imprime no campo da compreensão das relações e atividades humanas, enfatizando o processo e o seu significado. Assim sendo, o método qualitativo é útil para identificar e explorar os significados dos fenômenos e as interações que estabelecem, estimulando o desenvolvimento de novas compreensões sobre a variedade, complexidade e a profundidade dos fenômenos sociais.

Escolhemos trabalhar qualitativamente, em função de este estudo ter como foco as relações familiares, desenvolvimento do ciclo vital familiar e a busca da compreensão do processo e não apenas analisar as relações casuais, simples e lineares.

Para Spencer e Spencer (1993) os métodos qualitativos produzem explicações contextuais para um diminuto número de casos, enfatizando mais o significado do que a frequência com que o fenômeno aparece. Centralizam a atenção no que é específico, pretendendo sempre compreender o fenômeno investigado, comumente ligado às atitudes, crenças, motivações, sentimentos e pensamentos da população estudada. As técnicas qualitativas visam proporcionar um meio para as pessoas manifestarem seus sentimentos. O modo como falam sobre suas vidas é importante, a linguagem usada e as relações estabelecidas revelam como o mundo é percebido por elas.

Ultimamente, tem-se defendido a importância da pesquisa com seres humanos atender as características do seu ambiente natural de desenvolvimento (KOLLER, 2004; TUDGE et al, 2009). Essa visão ratifica a relevância em estudar populações em situação de vulnerabilidade, dado que os seus ambientes de desenvolvimento tendem a apresentar características peculiares que devem ser consideradas.

Segundo Souza e Dutra-Thome (2014) ao propor ações de intervenção para famílias é fundamental ir até a comunidade do público-alvo e averiguar suas demandas e necessidades. O pesquisador deve conhecer a realidade sociocultural, histórica e geográfica da região na qual pretende desenvolver sua pesquisa. Seguindo essas recomendações, optou-se por realizar a coleta de dados dentro da comunidade dos participantes.

5.2 Contexto de pesquisa

Segundo a estimativa populacional de 2014 (IBGE, 2010) o Pará possui 8.073,924 habitantes e sua área é de 1.247.954.320 km². A Região Metropolitana de Belém (RMB), também conhecida como a Grande Belém, é composta pelos municípios de Ananindeua, Belém, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará, Santa Bárbara do Pará e Castanhal. Em 2014, a RMB era a 13^a área metropolitana mais populosa do Brasil.

O Estado do Pará possui 12 CRAS, sendo eles: Mosqueiro, Oiteiro, Icoaraci, Tapanã, Aurá, Benguí, Barreiro, Pedreira, Cremação, Guamá, Terra Firme e Jurunas. Em 2015, considerando os 12 CRAS, foram atendidas 103.740 famílias, sendo 3.007 famílias pelo CRAS Aurá e 15.550 no CRAS Guamá (FUNPAPA, 2016).

As subseções seguintes apresentam o contexto em que o CRAS Aurá e CRAS Guamá estão inseridos.

5.2.1 CRAS Aurá

O CRAS Aurá fica localizado no município de Ananindeua, na BR-316, no Km 6. Encontra-se na saída da cidade de Belém, em uma área quase limítrofe entre Belém e o município de Ananindeua. Seu prédio é cedido pela da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e posiciona-se dentro desta mesma repartição em terreno denominado Granja Modelo (Figuras 3 e 4). Atualmente, há construção de um novo espaço para o CRAS no bairro Águas Lindas, atrás da Unidade Básica de Saúde.

Figura 3 – Fachada do prédio da SEMMA.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

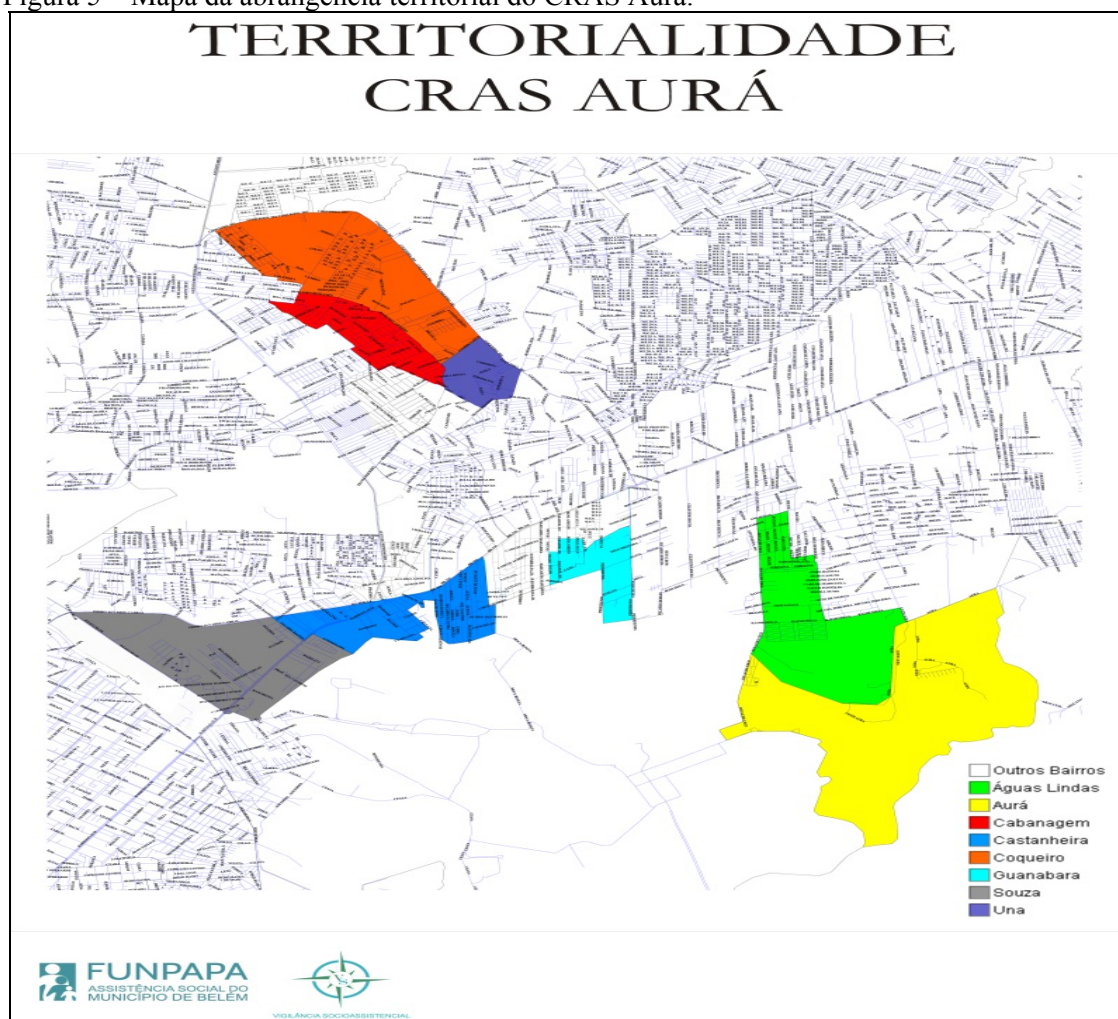
Figura 4 – Fachada do prédio do CRAS Aurá.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Como demonstra a Figura 5, o CRAS Aurá, além de atender os bairros do Aurá, Águas Lindas e Guanabara, atende parte dos seguintes bairros: Una, Cabanagem, Castanheira, Coqueiro e Souza. De acordo com o Relatório Anual de Gestão da FUNPAPA relativo ao ano de 2015, o CRAS Aurá acompanhou, por meio do PAIF, 595 famílias. O recomendado pelo MDS são 1000 famílias/ano por cada CRAS (FUNPAPA, 2016).

Figura 5 – Mapa da abrangência territorial do CRAS Aurá.



Fonte: FUNPAPA, 2016.

É notório que o CRAS Aurá não cobre uma área contínua, o que dificulta o acesso da comunidade. Esse é um dos desafios que se percebe desse CRAS. Essa questão, de acordo com os funcionários, dificulta a adesão dos usuários visto que precisam fazer uso de transporte público para chegarem ao CRAS.

A Prefeitura de Belém tem um ônibus a serviço das pessoas dessa comunidade, porém em horários restritos. Na época do planejamento da coleta de dados o ônibus estava em uma oficina mecânica. Esse fato somado à compreensão, em conformidade com Freitas (1998), de que é pertinente uma maior aproximação com a realidade das famílias e imersão na comunidade, levou à construção de uma parceria com a Igreja de São José para que os atendimentos fossem realizados em seu salão paroquial (Figura 6 e 7), situado no Conjunto Verdejante, no Bairro de Águas Lindas.

Figura 6 – Fachada do Salão Paroquial de São José.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Figura 7 – Área interna do Salão Paroquial de São José



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

O CRAS Aurá está situado em uma região que possui, há 25 anos, um lixão a céu aberto que recebe resíduos oriundos de Belém e dos municípios de Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara, Santa Isabel e Benevides.

Um dia após o término da coleta de dados desta pesquisa, em junho de 2015, os catadores interditaram a entrada principal do bairro do Aurá em protesto pelo fechamento do lixão. Isso repercutiu na coleta de lixo da Região Metropolitana de Belém. Então, o Ministério Público do Estado do Pará e a Prefeitura de Belém decidiram por antecipar o fechamento do lixão do Aurá. A

partir desse período, o lixo passou a ser armazenado e tratado no município de Marituba e em um local previamente preparado o recebimento desses dejetos (O LIBERAL, 2015). Todavia, como durante todos os encontros o lixão do Aurá estava em funcionamento, decidiu-se por mostrar a realidade das famílias participantes no momento em que o contato com eles foi estabelecido.

Por dia, o lixão do Aurá recebia cerca de 2000 toneladas de resíduos sólidos, atraindo uma população que vive em extrema pobreza, visto que nesta região não é possível exercer a pesca ou o cultivo de alimentos em função da contaminação do solo. Este fato influencia para que grande parte dos membros dessa comunidade se torne catadora de lixo. O “lixão do Aurá”, como é chamado, funcionava sem respeitar as regras de proteção ao meio ambiente. Assim, é possível que produza impactos ambientais, como o lançamento de chorume¹ no igarapé Aurá, que deságua no rio Guamá, onde era captada parte da água que abastece a cidade de Belém. Essa questão relaciona-se diretamente à saúde da população porque, por mais que se tenha água em abundância, sua condição impotável não tem sido empecilho para que seja utilizada na feitura dos alimentos e no banho das crianças nas margens do rio Guamá (LOBARO; TAVARES, 2012).

Outro perigo para a saúde da população foi denunciado por Seixas, Sampaio e Cardoso (2014) ao realizarem um estudo sobre o uso e descarte dos materiais utilizados na coleta de sangue no Centro de Hemoterapia e Hematologia do Pará (HEMOPA), que é a fundação responsável pelo atendimento da demanda transfusional da rede hospitalar pública e privada do Estado e de pacientes portadores de doenças do sangue. De acordo com essas autoras, os resíduos do grupo D, os não reciclados, eram recolhidos diariamente pela Prefeitura de Belém e encaminhados ao lixão do Aurá.

Lobato e Tavares (2012) descrevem o lixão do Aurá como um ambiente de forte odor, em decorrência da decomposição de alimentos e animais, com muitas moscas, tendo ruas esburacadas, com sistema de drenagem ausente e com fluxo intenso de caminhões que descarregam o lixo. As famílias se revezam 24 horas por dia, sem nenhum tipo de restrição para exercer a catação, incluindo a força de trabalho de adolescentes e mulheres grávidas. Todos procuravam roupas, brinquedos e restos de comida.

Borges et al (2004, p. 25) retrataram uma visita ao lixão e descreveram a realidade ilustrada na Figura 8:

¹ Chorume é uma substância líquida resultante do processo de putrefação (apodrecimento) de matérias orgânicas. É viscoso e possui um odor muito forte.

Havia muitas pessoas entre homens, idosos, mulheres sendo algumas grávidas, adolescentes e crianças. A cada aproximação, as coisas iam ganhando definição. Eram cachorros, baratas, ratos, moscas e os tais urubus que no céu não estavam, mas disputavam um espaço para ‘bagulhar’. Quanta gente naquele sol, com um cheiro que invadia as entranhas de quem ali estivesse, e a cada caminhão que ali entrava, formavam-se um grande alvoroço. Ao redor de toda aquela paisagem, havia pequenas cabanas levantadas com lonado preto e as pessoas que, por alguns instantes, descansavam e outras que até dormiam. Tudo se resumia em pessoas, lixo e sobrevivência.

Figura 8 – Lixão do Aurá.



Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2015.

A cena retratada Figura 8 permaneceu atual até o último dia de funcionamento do lixão do Aurá. Ultimamente, os catadores relatam que diminuiu a presença de crianças e adolescentes na catação em decorrência da fiscalização do Conselho Tutelar que ao encontrar irregularidades atraía a imprensa e a polícia. Para o bairro não ser visitado por jornalistas e policiais, os traficantes passaram a impedir a presença de menores de 18 anos de idade. Contudo, ainda há muitas crianças e adolescentes que nunca foram à escola, o lixo passou a ser sua sala de aula, a praça, a alimentação (FUNPAPA, 2005).

No estudo apresentado por Borges et al (2004, p. 27), há um relato de um catador de 47 anos, que afirma: “não é um bom trabalho, é ruim, eu sei que é ruim, todo mundo sabe, mas se não tem outra coisa pra fazê, pra lá que dá.. todo dia a gente descola dez reais forçado, dez, doze reais, ... então eu to indo porque não tem outra alternativa para mim”.

Galvão (2004) assinala que se por um lado o desemprego desmobiliza, deixa o indivíduo perplexo diante da crise relativa ao processo civilizatório que o capitalismo impõe. Contudo, é desse processo que surge a possibilidade de aproximação, gestação e criação do

novo, a partir da força coletiva. A busca por justiça social pode romper tabus e delinear um futuro mais digno para as famílias e comunidade do Aurá.

Em 2010, com a Lei dos Resíduos Sólidos (BRASIL, 2012b), definiu-se que até 2014 as prefeituras municipais deveriam ter uma solução para destinar adequadamente o lixo produzido pelas cidades. A Prefeitura de Belém estendeu este prazo até 05 de julho de 2015 para o fechamento do lixão do Aurá. Dessa forma, preparou um terreno respeitando as orientações, promovendo a diminuição do impacto ambiental no município de Marituba. Para isso, há mais de um ano, o Ministério Público e a Prefeitura de Belém têm o cadastro dos catadores de lixo visando disponibilizar cursos voltados ao manuseio de resíduos sólidos e à inserção desses profissionais no mercado de trabalho. Assim, os catadores possuem prioridade para trabalhar no aterro sanitário de Marituba.

De acordo com o promotor de meio ambiente do Ministério Público do Estado, Raimundo Moraes (O LIBERAL, 2015), essa transição tem apresentado algumas dificuldades como:

- a) Em função da baixa escolaridade das pessoas da comunidade se tornou difícil disponibilizar serviço com renda superior a um salário mínimo;
- b) Os catadores de lixo não compreendem a lógica de trabalhar o mês inteiro e só receber o pagamento de uma única vez no final do mês, além do que, não estão habituados a administrar o dinheiro para durar o mês todo, visto que o pagamento era feito imediatamente após a entrega do lixo selecionado;
- c) Apresentam resistência a cumprir horário e respeitar hierarquia;
- d) Os traficantes da região passaram a pressionar alguns catadores para não se inscreverem neste cadastro que possibilitaria inserção no mercado de trabalho, pois os caminhões de lixo serviam de distribuidores de drogas, uma vez que, predominantemente, fazem a coleta no período da noite e possuem acesso a todos os bairros da cidade.

O CRAS Aurá incentivou a capacitação das famílias para que tenham nova possibilidade de obtenção de renda. Para tal, ofereceu cursos de manipulação de resíduos sólidos, pintura e costura. Em função dessa iniciativa com os catadores, durante a execução desta pesquisa, em abril de 2015, o CRAS Aurá recebeu um prêmio de iniciativas sociais no XVII Encontro Nacional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS), que ocorreu no estado do Ceará, pelo trabalho dirigido às centenas de

famílias que vivem da triagem de materiais recicláveis no lixão do Aurá. O projeto se propôs a conhecer melhor a estrutura familiar dos usuários do CRAS para fomentar a inclusão destas em programas sociais de renda mínima, qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho.

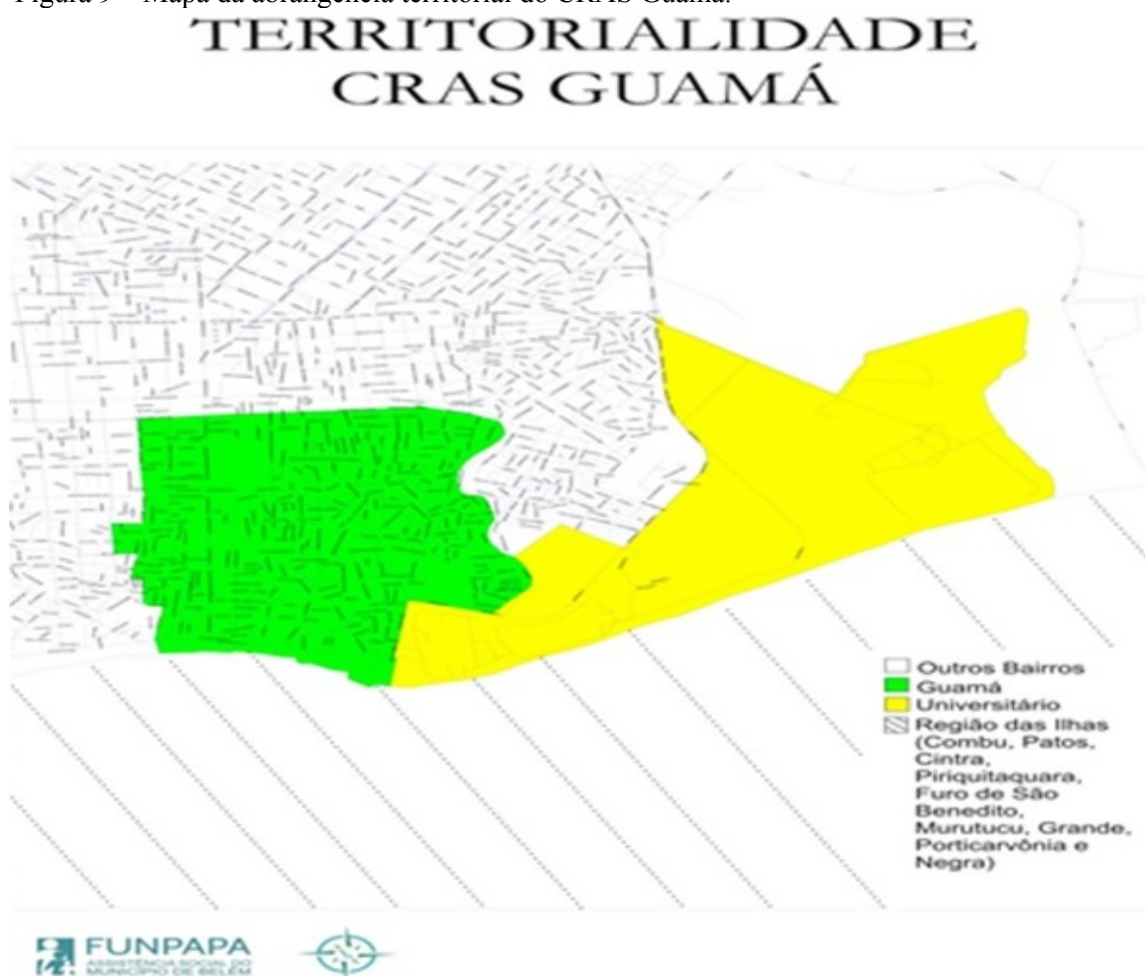
Segundo a FUNPAPA (2016) com relação à oferta de serviço da rede intersetorial (especificamente os serviços públicos de educação, saúde, lazer e segurança) que se efetivam por meio de equipamentos existentes nos bairros que compreendem a territorialidade do CRAS Aurá, encontram-se: duas escolas de ensino fundamental e médio, uma escola que atua como creche e ensino infantil e um posto de saúde e um CRAS. Não foi indicado nenhum equipamento de lazer, nem delegacias.

5.2.2 CRAS Guamá

O CRAS Guamá é localizado na Trav. Sururina, nº 268, entre as passagens 25 de junho e Ezeriel de Matos, no bairro do Guamá. Atualmente, o prédio onde se encontra o CRAS Guamá é alugado e há previsão de transferência para prédio próprio, até o final de 2016.

O CRAS Guamá atende aos bairros do Guamá e Universitário (Riacho Doce e Pantanal) e as seguintes ilhas: Combu, Patos, Cintra, Piriquitaquara, Furo de São Benedito, Murutucu, Grande, Porticarvônia e Negra (como mostra a Figura 9).

Figura 9 – Mapa da abrangência territorial do CRAS Guamá.



Fonte: FUNPAPA, 2016.

Segundo o Relatório Anual de Gestão da FUNPAPA, relativo ao ano de 2015, o CRAS Guamá atendeu, por meio do PAIF, 670 famílias. O MDS estima o acompanhamento de 1.000 famílias/ano para cada CRAS (FUNPAPA, 2016).

De acordo com o IBGE (2010), o bairro do Guamá é o segundo bairro mais populoso da Região Metropolitana de Belém, possuindo aproximadamente 94.610 habitantes, contendo 16.923 de pessoas na faixa etária entre 10 e 19 anos.

A coleta de dados ocorreu no prédio do CRAS Guamá, como mostram as Figuras 10 e 11. As famílias vinham andando ou de bicicleta, por residirem nas proximidades do prédio não tinham necessidade utilizar transporte público.

Figura 10 – Fachada do prédio do CRAS Guamá.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Figura 11 – Área interna do CRAS Guamá.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

A ocupação das primeiras áreas do bairro Guamá originou-se da expansão do Bairro de São Braz, o qual era habitado, sobretudo, por migrantes nordestinos que vieram para Belém em função da economia da borracha. O bairro de São Braz era um ponto de entrada e saída da cidade, assim, os terrenos que ficavam no seu entorno passaram a ser ocupados por esses imigrantes que se embrenhavam nas matas, formando caminhos nos quais fixaram moradia gradativamente (DIAS JÚNIOR, 2009).

Costa (2011, p. 213) descreve o bairro do Guamá da seguinte forma:

O bairro mantém fortes laços com o interior do estado via margem fluvial, pelos seus portos, por onde são transportadas mercadorias e transitam pessoas, e por meio do permanente acolhimento de novos moradores oriundos de outras cidades ribeirinhas paraenses. A grande concentração populacional torna suas ruas principais fortemente propícias para o comércio popular. Da mesma forma, os imensos bolsões de moradias pobres atraem políticos em busca de redutos eleitorais expressivos. Em um lugar com tão grande densidade demográfica e com muitas carências sociais (escolas públicas sucateadas, serviço de saúde deficitário, escasso serviço de saneamento básico, péssimas condições habitacionais, desemprego e criminalidade), proliferam as opções religiosas e se multiplicam as formas de expressá-las. No mesmo passo, destaca-se a presença de casas de festa dançante e de aparelhagens que compõem o circuito bregueiro* da cidade.

Dias (2011) ressalta a Festa de São José, comemoração dos trabalhadores da feira e do mercado municipal do Guamá. A data comemorativa deste santo é dia 19 de março, porém, desde a sua origem, os organizadores da festa escolheram realizar em junho por conta dos festejos juninos. Nesta época, o bairro do Guamá vira um grande terreiro: tem apresentação de boi-bumbá, cordões de pássaros e apresentações de quadrilhas juninas. Os convidados (parentes, amigos e fregueses dos feirantes) dançam brega² e consomem comidas típicas do período junino. O dinheiro para a preparação da festa é arrecadado durante o ano inteiro, por meio de coleta dos feirantes, o que costumam chamar de “caixinha da festa”, e são patrocinados por proprietários de estabelecimentos comerciais (supermercados e lojas), políticos e companhias de cerveja, que fornecem o produto para comercialização na festa.

Nesse bairro há uma instituição muito importante para a comunidade, especialmente por ter como objetivo o incentivo à leitura, voltada especificamente ao público infanto-juvenil: o Espaço Cultural Nossa Biblioteca (ECNB). É uma instituição não governamental sem fins lucrativos, que foi criada há 39 anos e que disponibiliza atividades educacionais, políticas e culturais que gerem a integração, autoformação política e estimula a solidariedade entre as crianças, os adolescentes e a comunidade do Guamá. Além disso, visa melhorar a qualidade de vida da população e minimizar a situação de vulnerabilidade das famílias do bairro. Para tanto, elegeram a leitura como meio para fortalecer a educação e os laços entre família, escola e comunidade, uma vez que compreendem que o acesso ao conhecimento pode ser uma ferramenta para transformação de pessoas. Ultimamente, o ECNB tem incentivado que mais pessoas apoiem o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Biblioteca (PMLLLB) que objetiva, fundamentalmente: democratizar o acesso ao livro, à leitura, à literatura e à informação, como um direito do cidadão; formar leitores e mediadores no

² Brega é um gênero musical brasileiro que tem como característica ter letras românticas, sem arranjos elaborados, com bastante apelo sentimental, letras com rimas fáceis e palavras simples. Especialmente na cidade de Belém, há vários seguimentos desse estilo musical, como: brega pop e tecnobrega.

Município; o reconhecimento à literatura como direito humano, considerando o seu caráter formativo e a promoção à imaginação, à criação e à educação literária.

Para Dias Junior (2009) o bairro do Guamá tem como característica marcante ser um “caldeirão cultural”. E em função disso, chama atenção de muitos estudiosos, como antropólogos, sociólogos, psicólogos e educadores que buscam compreender a rede de significados que é tecida nesse espaço sociocultural. Rodrigues e Ferreira (2013), ao investigarem a relação entre sociabilidade festiva e ação educação, a partir do contato com uma escola de Samba do bairro do Guamá chamada “Bole Bole”, sustentam a ideia de que a escola pode ser o local de construção de conhecimento e saberes e tem como atrativo o fato dessa aprendizagem ocorrer em um ambiente informal e de descontração, isento de disciplinas curriculares e da formalidade. Além disso, ao fazerem o carnaval, ao botarem “o bloco na rua”, a população do bairro do Guamá e a comunidade fortalecem seus vínculos comunitários.

Frente à concepção de que as festividades podem trazer aprendizagens e fortalecer a comunidade, concorda-se com as ponderações de Rodrigues e Ferreira (2013, p. 160) que ao estudarem as festas que ocorrem no bairro do Guamá, afirmam que:

Formas de sociabilidade festiva produzidas nesses eventos e espaços do bairro podem ultrapassar o nível puramente lúdico e abrir um espaço político de discussão e autoconscientização acerca de questões relativas aos direitos de reconhecimento e legitimidade, dos grupos envolvidos, para fazer escolhas, realizar suas práticas, negociar apoios e lealdades e, enfim, somar, contabilizar, negociar e ampliar o conjunto de artifícios e estratégias disponíveis. Mesmo incluindo uma agenda de lutas por acesso à moradia, emprego e renda dignos, participação cívica e direitos de cidadania em geral, não abrem mão do direito ao lazer e às festas “tradicionais” que costumam realizar, como “legítimas” expressões de uma identidade local. Saber jogar o jogo da sociabilidade, saber relacionar-se, ter amigos, circular pelos diferentes espaços do bairro, saber como e quando acionar as redes de relações que são, ao mesmo tempo, redes de conhecimento e poder, são astúcias utilizadas pelos sujeitos na trama cotidiana de viver e sobreviver no espaço urbano.

É importante ressaltar que o Guamá é um dos bairros no qual está localizado o campus principal da Universidade Federal do Pará (UFPA) e isso favorece que a população seja amparada pelos serviços que a Universidade oferece (farmácia escola e consultas no Hospital Universitário Bettina Ferro Souza – HUBFS), além de atrair pesquisadores comprometidos em beneficiar a comunidade que circunda a UFPA.

A respeito da oferta de serviços, o bairro do Guamá possui quatro escolas de ensino fundamental e médio, duas creches, um posto de saúde, uma delegacia, um CRAS e quatro equipamentos de lazer (FUNPAPA, 2016).

5.3 Participantes

Os participantes desse estudo foram famílias na fase adolescente do ciclo vital que vivem em situação de vulnerabilidade e são atendidas pelo CRAS Aurá e Guamá, na Região Metropolitana de Belém. A amostra foi intencional, à medida que os funcionários dos CRAS selecionaram do banco cadastral do CRAS as famílias que se encontravam neste período de vida familiar. Foram convidadas 10 famílias de cada CRAS, contudo, permaneceram até o final da pesquisa 6 famílias do CRAS Aurá e 4 famílias do CRAS Guamá.

Decidiu-se trabalhar com famílias adolescentes do CRAS Aurá e CRAS Gumá em função do seguinte raciocínio: os CRAS que possuem semelhanças e peculiaridades (descritas no item anterior) que a partir da avaliação dos participantes obtiveram-se indicativos se esse tipo de prática favorece ou não essas duas comunidades.

Não se teve por objetivo comparar o CRAS Aurá com o CRAS Guamá, todavia na apresentação e análise dos resultados quando questões significativas foram identificadas, optou-se por discuti-las.

Os critérios de seleção utilizados nesta pesquisa foram: ser família que estivesse na fase adolescente ciclo vital familiar, que os adolescentes estudassem no período inverso ao horário do grupo (para que sua participação não prejudicasse a frequência escolar) e que a família fosse acompanhada pelo CRAS Aurá ou Guamá (de alguma forma fosse usuária de um dos serviços que o CRAS oferece).

Somente foram analisados os resultados de famílias que participaram de, no mínimo, 3 encontros. Algumas famílias apenas compareceram ao grupo uma vez e a não assiduidade dificultou a obtenção de informações importantes para que pudesse ser feita uma análise de como o projeto afetou os seus membros.

A proposta foi de um grupo aberto, no qual puderam ser incluídas outras famílias, mesmo já tendo iniciado o processo.

Ainda com relação aos participantes, é importante esclarecer que cada um escolheu o nome fictício que foi utilizado para sua identificação nesta pesquisa. Optou-se por utilizar essa estratégia, baseada no estudo “O trabalho doméstico de meninas em Belém” (LAMARÃO; MENEZES; FERREIRA, 2000), pelas seguintes razões:

- a) Considera-se o pressuposto de que o participante sabe mais de si do que o expert ou a pesquisadora, sendo assim, o codinome que ele selecionou para si expressa suas características;

- b) Com o intuito de fomentar ao protagonismo dos participantes, visto que cada um escolheu o codinome.

Ao levar em consideração o critério de seleção das famílias, foram 10 famílias – 6 oriundas do CRAS Aurá e 4 do CRAS Guamá. No total, 33 pessoas participaram de, pelo menos, 60% dos encontros, das quais: 7 mães, 1 pai, 2 avós, 10 crianças e 13 adolescentes. As seis famílias do CRAS Aurá contabilizaram 21 pessoas e do CRAS Guamá 12. O Quadro 1 apresenta o número de participantes de cada CRAS detalhadamente. Em ambos os CRAS, o maior número de participantes foi o de adolescentes, seguido pelo número de crianças e mães. Além disso, houve a presença de avós. E somente no CRAS Guamá, contou-se com a participação de um pai.

Fonte

Quadro 1 – Número de participantes do CRAS Aurá e do CRAS Guamá.

Participantes	CRAS Aurá	CRAS Guamá	Total
Mãe	5	2	7
Pai	0	1	1
Avó	1	1	2
Crianças	7	3	10
Adolescentes	8	5	13

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

5.4 Procedimento

Inicialmente entrou-se em contato com a coordenação do Setor de Vigilância Socioassistencial da FUNPAPA, órgão ligado à Prefeitura de Belém, que desenvolve atividades de amparo e proteção às populações que vivem em situação de risco pessoal e social causados pela pobreza, abandono ou isolamento familiar. Foi apresentado o projeto de pesquisa à coordenação. Posteriormente, o projeto foi exposto aos coordenadores dos CRAS, que sugeriram o CRAS Aurá e Guamá para a realização da pesquisa.

A motivação da escolha do CRAS Aurá e Guamá ocorreu por razões distintas. De acordo com a coordenação do CRAS Aurá, o trabalho serviria de estímulo e modelo para a prática com grupo de multifamílias, dado que a equipe desse CRAS possuía um projeto de realizar esse tipo de trabalho. Já a coordenação do CRAS Guamá relatou que os usuários são

receptivos e participativos para as atividades propostas pelo CRAS, o que seria um facilitador para que a pesquisa pudesse ir adiante.

É importante ressaltar que o projeto foi protocolado junto à Prefeitura de Belém e somente após receber a autorização por escrito da diretoria da FUNPAPA foi iniciada a coleta de dados (Anexo A).

5.4.1 Reconhecimento do ambiente institucional, funcionários e participantes da pesquisa

Diante da autorização para início da pesquisa, foram adotadas estratégias de reconhecimento do ambiente e aproximação da equipe. A primeira estratégia foi interagir com funcionários dos CRAS individualmente e por meio de reunião para apresentação dos objetivos e método do estudo, discutir sobre como poderia ser viabilizada a coleta de dados (local, melhor dia e horário para a atividade) e motivá-los a participar das várias etapas do processo. A segunda estratégia foi se aproximar dos CRAS, fazer as observações iniciais de quem e como eram os usuários, além de tomar contato com a rotina institucional.

Para Piovesan e Temporini (1995) é válido visitar informalmente o cenário de pesquisa, procurando observar os processos que nele ocorrem. É necessário ir a campo sem pretensões formais, pois isso tende a aumentar o grau de segurança em relação à abordagem do objeto. É recomendável realizar entrevistas abertas, com a finalidade de gerar o redesenho de questionamentos, pressupostos e instrumentos, buscando harmonizar a teoria com os primeiros influxos da realidade, atentando para que o olhar analítico se faça presente durante todo o percurso de aproximação do campo.

Partindo desse pressuposto, foram feitas duas aplicações do formulário e duas entrevistas-piloto junto a uma família de cada CRAS. Selecionaram-se famílias adolescentes que tinham algum impedimento de participar do grupo multifamília.

O formulário visou construir uma estrutura e dinâmica de cada família. A entrevista piloto objetivou testar as perguntas formuladas, com o intuito de fazer adaptações, caso necessário. Após a transcrição e análise desse material, foram feitas algumas alterações no instrumento e ficou decidido que, inicialmente, ocorreria a aplicação do questionário e depois a realização da entrevista, já que os participantes se sentiram mais “aquecidos” e a vontade para relatar suas histórias.

Também foram feitas visitas à comunidade e às instituições que lidam com o mesmo perfil de família que estava em estudo, como foi o caso do Lar Fabiano de Cristo, no bairro do Guamá. Foi possível conhecer os líderes comunitários dos bairros Aurá e Guamá, sendo que

no bairro do Aurá realizou-se parceria com a Igreja São José para que os encontros acontecessem no salão paroquial, pois a proposta era ficar o mais perto da possível comunidade. Soma-se a isso o fato de que as famílias que tinham o perfil para participarem da presente pesquisa precisavam se deslocar cerca de 3 km – o que poderia ser um impeditivo à participação.

5.4.2 Coleta de dados e instrumentos

É uma tarefa complexa conhecer e intervir junto às necessidades de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. A proposta dessa pesquisa não foi apenas traçar as características dessas famílias, mas concomitante a isso, possibilitar que o grupo multifamiliar proporcionasse trocas que favorecessem a convivência familiar na fase adolescente do ciclo vital da família. A coleta de dados ocorreu por meio de 20 encontros semanais, sendo 10 encontros em cada CRAS, por aproximadamente 2h cada, de abril a junho de 2015.

É importante deixar claro que no decorrer da pesquisa utilizou-se a palavra “encontro” para denominar qualquer um dos 10 momentos em que se deu a coleta de dados, incluindo o terceiro encontro que não ocorreu por meio do grupo de multifamília.. O terceiro foi dedicado ao preenchimento do quadro de caracterização, formulário e entrevista. Metodologicamente não foram utilizadas as etapas que caracterizam uma oficina, como: aquecimento, dinâmica e fechamento; denominam-se, aqui, de oficina todos os trabalhos que passaram por essas etapas.

Para a construção dos 10 encontros utilizaram-se os seguintes instrumentos:

- a) Formulário contendo 71 questões fechadas sobre a estrutura e funcionamento familiar. Foi acrescentada uma questão aberta que solicitava que completassem a frase “Família é...” (Anexo B). O formulário utilizado foi baseado na adequação realizada por Rodrigues (2015) do instrumento construído originalmente por Cervený e Berthoud (1997);
- b) Entrevista semiestruturada, contendo 9 (nove) perguntas, tendo como parâmetro o roteiro de entrevista utilizado por Chavis (2004) – (Apêndice A);
- c) 9 (nove) oficinas, nas quais cada uma possuía um tema central e, basicamente, três dimensões metodológicas: informativa, vivencial e reflexiva.

Na coleta de dados, a pesquisa teve auxílio de uma psicóloga, aluna de especialização em terapia familiar da Universidade da Amazônia (UNAMA), nos quatro primeiros encontros do CRAS Aurá e nos três primeiros encontros do CRAS Guamá.

Em todos os encontros do CRAS Aurá, a instituição disponibilizou uma psicóloga ou uma assistente social para acompanhar a coleta de dados, com intuito de:

- a) Ter sempre uma funcionária do CRAS dentro da comunidade de forma que a população identificasse que o projeto fazia parte do CRAS e desse uma espécie de “proteção” para o grupo;
- b) Que contribuísse para que as funcionárias do CRAS pudessem fortalecer os vínculos com a comunidade e fossem pessoas de referência para os participantes, após o término da pesquisa;
- c) Fornecer às funcionárias a oportunidade de se aproximar de uma metodologia que contempla o atendimento de várias famílias ao mesmo tempo.

Nesse sentido, a execução da pesquisa foi vista como treinamento. A psicóloga participou de 8 encontros. No segundo e quarto encontros, participou uma assistente social e o terceiro encontro ocorreu com a presença de outra assistente social. No total, foram três funcionárias do CRAS Aurá que participaram da coleta de dados.

É importante ressaltar que a psicóloga que era funcionária do CRAS Aurá teve papel fundamental, uma vez que se tornou cofacilitadora do grupo, realizando buscas ativas na comunidade quando a família faltava, além de planejar, executar e avaliar os encontros em conjunto com a pesquisadora.

No CRAS Guamá, nenhum funcionário acompanhou todo um encontro, por exemplo. Foram disponibilizadas duas pedagogas que auxiliaram no âmbito dos registros fotográficos, organizaram o ambiente antes dos encontros, ajudaram a servir os lanches para os participantes e a contatar as famílias para convidá-las a participar do projeto.

Tanto as profissionais do CRAS Aurá quanto a do Guamá, receberam treinamento dado pela pesquisadora, que constou de 4 encontros (de uma hora e meia cada), no qual foi lida e discutida a proposta de trabalho. Cada funcionária recebeu o livro intitulado “Caderno Pedagógico: metodologia de trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados” (LAMARÃO; AMARAL, 2007) e um texto de Ladvocat (2011) intitulado “Famílias com crianças e adolescentes em situação de risco”. Foram lidas e discutidas as questões do formulário e entrevista.

Apenas com a psicóloga, aluna da pesquisadora na Universidade da Amazônia, foi realizado o treinamento quanto ao uso do formulário e entrevista. Ela participou do estudo piloto: preencheu o formulário e realizou a entrevista na presença da pesquisadora. Assim sendo, no terceiro encontro no CRAS Aurá, ela participou coletando os dados de duas famílias.

Independente de quem estivesse auxiliando no dia, após o encontro com as famílias era feita uma avaliação sobre a reação dessas famílias e se havia a possibilidade de melhorar a estratégia para a semana seguinte. Outra forma de aperfeiçoar a intervenção ocorreu durante a audição e transcrição da gravação a cada encontro que constituiu a coleta de dados.

5.4.3 Análise dos Resultados

Todos os 10 encontros foram gravados. Os 9 primeiros com gravação de áudio e registro fotográfico, o último foi filmado. Cada encontro foi transcrito e seu texto lido e relido, sob uma ótica compreensiva, visando agrupar padrões e encontrar singularidades.

A análise dos resultados e discussão se desdobrou em três partes. Na primeira, buscou-se fazer uma caracterização das famílias adolescentes pesquisadas, apresentando a estrutura e dinâmica a partir dos dados coletados pelo formulário e do quadro de caracterização por meio das categorias de análise construídas a posteriori. Em seguida, foram correlacionados os resultados encontrados por Cervený e Berthoud, publicados em duas pesquisas no ano de 1997 e 2002, junto às famílias adolescentes da classe média paulista.

Na segunda parte, efetuou-se a análise geral dos resultados, a avaliação do grupo multifamiliar feita pelos participantes, o processo de construção dos encontros e apresentaram-se reflexões elaboradas a partir desse trabalho com famílias adolescentes.

Na terceira parte, procedeu-se à exposição de uma proposta de intervenção com famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade, o processo de construção desta prática e houve o compartilhamento de reflexões oriundas desta experiência.

5.5 Considerações Éticas

A FUNPAPA apreciou o projeto de pesquisa e autorizou sua realização. Ademais, o presente estudo foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, recebendo como Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) a seguinte identificação: 48035215.8.0000.5482.

Foram utilizados procedimentos não passíveis de manipulação, não maléficos aos participantes, tendo sempre o consentimento dos participantes por escrito por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), inclusive a permissão dos pais/responsáveis para a participação dos menores de idade e a autorização para o uso de registros fotográficos e em vídeos (Apêndice C).

A autonomia e a participação voluntária das famílias foram garantidas, explicitando que se tratava de um convite e que poderia ser declinado a qualquer momento.

A pesquisadora esclareceu que caso ocorresse alguma consequência indesejável em decorrência dos procedimentos realizados na pesquisa, a mesma se colocava à disposição para atender quem necessitasse.

Foi fixado o compromisso de disponibilizar exemplares da tese, além da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, à FUNPAPA e aos CRAS Aurá e Guamá. Cada família participante receberá o vídeo que contém imagens do décimo encontro da pesquisa.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo geral do presente estudo volta-se a compreender a fase adolescente do ciclo vital das famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pelo CRAS Aurá e Guamá em Belém-PA e apresentar uma proposta de intervenção para estas famílias. Por objetivos específicos têm-se:

- a) Caracterizar a estrutura e dinâmica das famílias pesquisadas;
- b) Ampliar as informações sobre o ciclo vital da família brasileira na fase adolescente;
- c) Propor uma intervenção em grupo multifamília e analisar de que forma esta experiência fortaleceu os vínculos familiares, contribuiu para a reflexão sobre os papéis familiares, valorização das raízes familiares e na construção de um projeto de vida para a família.

Para responder o problema proposto, os resultados e discussão foram subdivididos em três partes.

Primeiramente, apresentou-se uma breve história de cada família, o quadro de caracterização dos participantes, a frequência das famílias pesquisadas nos encontros e as respostas obtidas por meio do formulário e quadro de caracterização dos participantes, buscando construir um retrato da estrutura e dinâmica da família a partir de sete categorias de análise:

- a) O que significa viver a fase adolescente;
- b) Relacionamento na fase adolescente do ciclo vital familiar;
- c) Tabus;
- d) Desafios na fase adolescente do ciclo vital familiar;
- e) Heranças intergeracionais;
- f) Família adolescente e comunidade;
- g) Família é...

Em seguida, realizou-se uma comparação dos resultados obtidos na presente pesquisa com os obtidos nas investigações sobre o ciclo vital da família paulista de classe média, realizadas por Cerveny e Berthoud (1997; 2002) e das impressões observadas diante da

aplicação do formulário junto às famílias paraenses adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade.

Optou-se por este formato de exposição e discussão desses instrumentos separadamente dos demais, em função do formulário construído e utilizado por Cervený e Berthoud e da classificação do ciclo vital familiar definida por Cervený e Berthoud (1997) serem utilizados em diversos locais do Brasil, esta parte da tese pode ser vista como uma contribuição ao tentar ampliar a reflexão do ciclo vital da família na fase adolescente, na cidade de Belém/PA.

Na segunda parte, apresenta-se uma análise geral dos dados compondo com as narrativas das famílias participantes e suas avaliações diante do trabalho realizado.

Na terceira parte, coloca-se a proposta de intervenção com famílias adolescentes que vivem em contexto de vulnerabilidade desenvolvida durante esta pesquisa, enfatizando a forma de enfrentamento e manejo de situações imprevisíveis. Por fim, compartilham-se reflexões que surgiram a partir deste processo investigativo.

6.1 Primeira Parte

6.1.1 Famílias adolescentes pesquisadas: estrutura e dinâmica

Para identificar cada família, foi escolhida a letra “A” para representar as do CRAS Aurá e “G” para as famílias participantes do CRAS Guamá. Nas alíneas a seguir, há uma breve descrição de cada família, apontando algumas questões como: configuração familiar, destacando os membros que participaram da pesquisa, grau de escolaridade, profissão e renda financeira.

Das 10 famílias participantes, 2 famílias (A6 e G4) não responderam o quadro de caracterização, o formulário e a entrevista. A mãe da família A6 participou somente de um encontro e a mãe da família G4 teve dificuldade de estar nos encontros, em função do seu horário de trabalho.

a) Família A1

A família A1 é composta por pai, mãe e dois filhos da segunda união (não formalizada). A mãe tem dois filhos do seu primeiro relacionamento conjugal que possuem 18 e 26 anos e não residem com ela.

Essa família ingressou no projeto a partir do 2º encontro e esteve presente em todos os outros subsequentes. Quem participou da pesquisa foi: mãe, filha e filhos mais novos.

O pai e a mãe não possuem emprego formal. A mãe exerce a catação de lixo no Aurá e a família recebe o benefício da Bolsa Família³. Tanto pai quanto mãe da família A1 possuem o ensino médio completo e os dois filhos do casal não se encontram em distorção idade/série.

b) Família A2

A mãe da família A2 está no seu quinto relacionamento conjugal. Possui 8 filhos que estão com as seguintes idades: 30 anos, 27 anos, 26 anos, 21 anos, 17 anos, 15 anos, 14 anos e 12 anos. Apenas o antepenúltimo e o caçula residem com ela e seu cônjuge. Da atual relação conjugal, não possui filhos.

A participação efetiva da Família A2 se deu por meio da mãe, do filho caçula e da filha (de 15 anos). Há três meses, essa filha passou a morar na casa do namorado, junto com a mãe dele. Ela apresenta distorção idade/série e o seu irmão está cursando série de acordo com o esperado para a sua faixa etária.

Há dois meses, a mãe da família A2 trabalhava como empregada doméstica, mas seu pai adoeceu e ela pediu demissão para poder cuidar dele. Atualmente a renda familiar é composta de aproximadamente um salário mínimo do marido (que trabalha capinando propriedades de terra e como pedreiro) e pelo benefício da Bolsa Família. A mãe e o padrasto são analfabetos.

c) Família A3

A Família A3 é formada pela avó materna e três netas, que são filhas da sua primogênita. Até 2014 as meninas moravam com a mãe em São Paulo. Em função de negligência materna, as meninas residiram em abrigo alguns meses. Posteriormente, a guarda delas foi retirada da mãe e passada para a avó, que é viúva há 14 anos e reside em Belém. Assim, tanto avó quanto netas estão em período de adaptação no que tange à convivência

³ É um programa de transferência direta de renda do Governo Federal, voltado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. As famílias extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 77,00 por pessoa. As famílias pobres são consideradas aquelas que têm renda mensal entre R\$ 77,01 e R\$ 154,00 por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes ou crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

familiar, à nova escola e novos grupos de amigos. As meninas possuem pouco contato com a mãe, que permanece residindo em São Paulo e em nenhum momento falaram sobre seus pais (Ana, oriunda de um primeiro relacionamento conjugal de sua mãe, e as suas irmãs, provenientes do segundo relacionamento conjugal de sua mãe).

A avó e as três netas participaram do projeto. A avó possui o ensino médio completo. As netas estão em séries escolares adequadas às suas idades. Atualmente, a família A3 possui como única fonte de renda o Benefício de Prestação Continuada⁴ que a avó recebe.

d) Família A4

É uma família constituída por dez pessoas: mãe, pai, quatro filhos, uma nora, uma neta e dois sobrinhos. Dos dez, três pessoas residem em casas distintas: seus sobrinhos que moram com a mãe deles e sua filha (de 13 anos de idade), que vive com o namorado na casa da mãe dele. Contudo, mãe, três filhos e dois sobrinhos estiveram presentes nos encontros do grupo. Os componentes dessa família que participaram desta pesquisa foram: mãe, três filhos e dois sobrinhos.

Na família A4, os pais apresentam baixa escolaridade: a mãe é analfabeta e o pai possui o ensino fundamental incompleto. O filho mais velho apresenta distorção idade/série, faz parte do programa Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁵. Esse filho já trabalhou com catação de lixo e por envolvimento com o tráfico de drogas é proibido pelos traficantes de frequentar algumas regiões do bairro. Os outros dois filhos que participaram dessa pesquisa cursam séries adequadas às suas idades. A mãe é dona de casa e o pai é pedreiro. O sustento econômico familiar é composto pela renda do pai, do segundo filho do casal que trabalha fazendo frete em uma carroça e da esposa desse filho que presta serviço doméstico como diarista.

⁴ É um benefício da Política de Assistência Social de caráter individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.

⁵ O EJA é o nome da modalidade de ensino do antigo supletivo. É direcionado às pessoas que não concluíram o ensino fundamental (1º grau) ou o ensino médio (2º grau) no tempo esperado, ou seja, para estudantes que possuem distorção série x idade.

e) Família A5

A Família A5 é composta por mãe, filho e padrasto. Participaram da pesquisa a mãe e o filho.

A mãe e o padrasto da família A5 possuem ensino médio completo. O filho cursa a série escolar adequada a sua idade. A renda desta família é oriunda do trabalho da mãe como depiladora e do padrasto que trabalha esporadicamente como segurança de festas. Ambos não possuem trabalho formalizado.

f) Família A6

A família A6 possui mãe, pai, quatro filhos e um sobrinho. No entanto, dois filhos são provenientes do primeiro relacionamento conjugal da mãe, os quais não residem com ela. Esta família ingressou no 4º encontro do grupo e os membros que participaram, foram: mãe, filho caçula e sobrinho. A mãe e filho só compareceram a um encontro e o sobrinho adolescente permaneceu até o 10º encontro. A mãe é dona de casa e o pai trabalha como reparador de carros. O adolescente reside na casa dos tios há 3 meses, depois do falecimento súbito de sua avó materna – com a qual morava e foi criado. Atualmente, ele apresenta disfunção idade/série. Estuda no período noturno no programa do EJA.

g) Família G1

A família G1 é composta de pai, mãe e duas filhas adolescentes. Tanto o pai quanto a mãe possuem ensino superior. A renda familiar provém do trabalho do pai como professor de História concursado do Estado e da atuação da mãe como enfermeira. As filhas estão cursando séries compatíveis com faixa etária de cada uma delas. Os membros da família que participaram do grupo foram o pai e as filhas.

Caso fosse considerada somente a renda mensal familiar, a família G1 podia não ser tida como de pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade. Contudo, ao ampliar a percepção, nota-se que a família vive no bairro periférico, as filhas estudam em escola pública e convivem com várias dificuldades que um contexto de vulnerabilidade apresenta (greve escolar, alto índice de violência e falta de saneamento básico no bairro, dentre outros), apesar de não ser uma família que esteja na condição de pobreza.

h) Família G2

A Família G2 possui os seguintes membros: pai, mãe e dois filhos adolescentes. Quem participou dos encontros desse projeto, foram: a mãe e a filha mais velha. O pai possui ensino médio incompleto e a mãe ensino médio completo. A mãe da família G2 trabalha como empregada doméstica e com venda de cosméticos. O pai é carpinteiro. Ambos não possuem vínculo empregatício. Os filhos não apresentam disfunção idade/série.

i) Família G3

A família G3 é formada por oito pessoas: avó, irmã da avó, sobrinha, dois filhos, uma nora e dois netos. A avó e os dois netos participaram da pesquisa. A avó tem o ensino médio completo. Os netos estão em série escolar de acordo com a idade de cada um deles. Mãe e pai possuem ensino médio completo.

O sustento econômico da família G3 é proveniente da aposentadoria da avó (como serviços gerais), do filho mais velho como motorista de ônibus, da irmã da avó como empregada doméstica e da nora como serviços gerais. Todos possuem trabalhos formalizados com carteira assinada.

j) Família G4

A família G4 é composta por mãe viúva e seis filhos. Quem participou dos encontros foi a mãe e seus três filhos mais novos. Essa família estava vivendo um período de adaptação em função do falecimento do pai (há 1 ano e meio) e pelo fato de uma das filhas ter morado a vida inteira com a avó materna e, a partir de 2015, passar a residir com a mãe e os irmãos.

A mãe da família G4 é analfabeta e trabalha como cozinheira de um restaurante.

A seguir, por meio do Quadro 2, serão apresentadas as características dos membros de cada família que participaram da pesquisa, como: nome, idade, parentesco, escolaridade, profissão, renda familiar e o número de pessoas por família. Nota-se que a menor família possui três membros e a maior tem oito componentes. Com relação à idade das pessoas que participaram da pesquisa, os participantes possuíam entre 8 e 67 anos. Com relação à escolaridade, 3 mães são analfabetas, só um pai possui ensino superior e a metade dos adultos possui ensino médio completo. A menor renda familiar foi de R\$ 147,00 e a maior de R\$ 10.193,00 na qual pai e mãe possuíam nível superior. Com relação à ocupação dos

responsáveis, todas as mães e a avó do CRAS Aurá são donas de casa, com exceção da mãe da família A5 que trabalha como esteticista. De acordo com o grau de escolaridade dos responsáveis, a maioria (A1, A3, A5 e A6) possui o ensino médio completo, 3 mães são analfabetas (A2, A4 e G4) e apenas uma concluiu ensino superior (G1).

Quadro 2 – Caracterização das famílias adolescentes.pesquisadas

Família	Nome	Idade (anos)	Parentesco	Escolaridade	Renda Familiar	Ocupação	Nº de pessoas por família
A1	Tânia	46	Mãe	Ensino médio completo	R\$ 147 (Bolsa Família)	Dona de Casa	4
	Assenav	13	Filha	7ª série			
	Pedro	12	Filho	6ª série			
A2	Nicole	46	Mãe	Ensino fundamental incompleto (analfabeta)	R\$ 354 (sendo R\$ 134 da bolsa família)	Dona de Casa	4
	Sabrina	15	Filha	Supletivo: 5ª e 6ª série			
	Cláudio	12	Filho	5ª série			
A3	Flor de Liz	67	Avó	Ensino médio completo	R\$ 788 (Benefício de Prestação Continuada)	Dona de casa	4
	Ana	15	Neta	7ª série			
	Mirian	11	Neta	6ª série			
	Leidy	10	Neta	4ª série			
A4	Solange	32	Mãe	Analfabeta	R\$ 1.050	Dona de Casa	8
	Madson	17	Filho	Supletivo: 3ª e 4ª série do ensino fundamental			
	Mariana	13	Filha	7ª série			
	Matheus	12	Filho	4ª série			
	Vicente	12	Sobrinho				
	Regiane	8	Sobrinha				
A5	Jasmim	39	Mãe	Ensino médio completo	R\$ 1.088	Esteticista (depiladora)	3
	João Henrique	12	Filho	7ª Série			
A6	Nádia	42	Mãe	Ensino fundamental incompleto	R\$ 700	Dona de casa	5
	Alex	14	Filho				
	Robinho	17	Sobrinho	Supletivo: 4ª e 5ª série do ensino fundamental			
G1	Jonas	48	Pai	Ensino Superior	R\$ 10.193	Professor de História	4
	Mook	13	Filha	7ª série			
	Izabel	15	Filha	2º ano do Ensino Médio			
G2	Meury	31	Mãe	Ensino Fundamental Completo	R\$ 2.345,00	Empregada doméstica e vendedora de cosméticos	4
	Brunety	13	Filha	8ª série			
G3	Alegria	60	Avó	Ensino Médio Completo	R\$ 3.540,00	Aposentada	8
	Pablo do Arrocha	14	Neto	8ª série			
	Águia Negra	8	Neto	2ª série			
G4	Silva		Mãe	Analfabeta		Cozinheira	7
	Bruna Carla	14	Filha				
	Matias	11	Filho				
	Adriele	10	Filha				

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Os quadros 3 e 4 demonstram a frequência de cada família ao longo dos 10 encontros. Utilizou-se “P” para denotar a presença de pelo menos um membro da família às atividades do grupo multifamiliar; “F” para ausência e as regiões preenchidas de coloração azul simbolizam que a família ainda não tinha ingressado ao grupo. É importante ressaltar que no item “número de pessoas”, considerou-se todas as pessoas que foram para o grupo, mesmo as famílias que não deram continuidade a sua participação nesta pesquisa. Optou-se por incluí-las na contagem para obter melhor visualização do número de pessoas que possibilitou a realização de cada encontro, que entraram em contato com esse tipo de trabalho e notar os temas que tiveram maior e menor público.

A primeira atividade no CRAS Aurá ocorreu com a presença de 7 famílias, sendo que dessas, 3 deram continuidade à participação no grupo (A5, A4 e A3). No segundo encontro, ingressaram mais duas famílias (A2 e A1). E por último, no quarto encontro, ocorreu à entrada de mais uma família (A6).

Como o Quadro 3 apresenta, o grupo do CRAS Aurá sucedeu com no mínimo 5 pessoas e no máximo com 15 pessoas por encontro. O dia do quorum menor foi na oficina que era somente para os responsáveis. E o único dia em que representantes das 6 famílias estavam presentes, foi na Oficina 7 – que era voltada apenas para os filhos e netos.

O Quadro 3 também demonstra que as famílias A4, A5 e A6 estiveram presentes em 60% encontros. A família A3 participou de 80%. As famílias A1 e A2 tiveram 90% de presença, ressaltando que essas duas famílias nunca faltaram, desde que ingressaram no grupo.

Quadro 3 – Demonstrativo de frequência das famílias pesquisadas do CRAS Aurá.

	A1	A2	A3	A4	A5	A6	Nº de pessoas
Encontro 1			P	P	P		15
Encontro 2	P	P	F	P	F		7
Encontro 3	P	P	P	P	P		14
Encontro 4	P	P	P	F	F	P	7
Encontro 5	P	P	P	F	P	P	7
Encontro 6	P	P	P	P	F	P	11
Encontro 7	P	P	F	P	P	P	5
Encontro 8	P	P	P	P	P	P	10
Encontro 9	P	P	P	F	P	F	9
Encontro 10	P	P	P	F	F	P	9
Participação	90%	90%	80%	60%	60%	60%	_____

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

O Quadro 4 demonstra a frequência das famílias do CRAS Guamá, sendo que o espaço em azul denota que a família ainda não tinha sido introduzida ao trabalho. A Família G2 esteve presente em todos os encontros, a G1 tem 90% de presença visto que nunca faltou a partir do momento em que foi inserida no grupo e a G4 foi a que teve menor índice de frequência, apenas 50%. Os encontros 2, 8, 9 e 10 tiveram pelo menos algum participante de cada uma das famílias.

Quadro 4 – Demonstrativo de frequência das famílias pesquisadas do CRAS Guamá.

	G1	G2	G3	G4	Nº de pessoas
Encontro 1		P	P	P	7
Encontro 2	P	P	P	P	10
Encontro 3	P	P	P	F	8
Encontro 4	P	P	P	F	7
Encontro 5	P	P	P	F	7
Encontro 6	P	P	P	F	11
Encontro 7	P	P	F	F	3
Encontro 8	P	P	P	P	7
Encontro 9	P	P	P	P	8
Encontro 10	P	P	P	P	12
Participação	90%	100%	90%	50%	

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

A seguir, serão apresentados os resultados obtidos por meio do formulário respondido por oito famílias, sendo cinco do CRAS Aurá e três do CRAS Guamá. O formulário que utilizamos foi uma versão do formulário de Cervený e Berthoud (1997) adaptada pelas pesquisadoras Anaclara Rodrigues e Adriana Leônidas na construção da pesquisa sobre o ciclo vital das famílias em Rondonópolis, em 2015.

No mestrado de Rodrigues (2015) o formulário possui 99 perguntas agrupadas nos seguintes eixos temáticos: identificação, sobre o relacionamento do casal, sobre a vida em família, sobre filhos pequenos, sobre filhos adolescentes, sobre filhos adultos, sobre aposentadoria, sobre viuvez e sobre a vida na comunidade. Sendo que apresenta duas questões para o participante completar: “casamento é” e “família é”.

Na presente pesquisa, utilizamos as questões dos seguintes eixos:

- a) Identificação;
- b) Sobre o relacionamento do casal;

- c) Sobre a vida da família;
- d) Sobre filhos pequenos;
- e) Sobre filhos adolescentes;
- f) Sobre a vida na comunidade.

Todavia, foram suprimidas nove perguntas do item identificação que já tinham sido contempladas no Quadro de Caracterização (Apêndice D) e das perguntas para completar a frase, conservou-se apenas “família é”, dado que esta pesquisa priorizou a compreensão da relação parental e teve como participantes: adolescentes com seus pais e avós.

Diante das respostas obtidas por meio dos formulários, utilizaram-se sete categorias de análise com o intuito sistematizar os resultados, que são:

- a) O que significa a fase adolescente do ciclo vital familiar;
- b) Relacionamento na fase adolescente do ciclo vital familiar;
- c) Tabus;
- d) Desafios na fase adolescente do ciclo vital familiar;
- e) Heranças intergeracionais;
- f) Família adolescente e comunidade;
- g) Família é...

a) Categoria 1: O que significa viver a fase adolescente do ciclo vital familiar

A maioria das famílias relatou que a fase adolescente do ciclo vital familiar “é uma fase natural, sem maiores complicações”. Contudo, duas famílias percebem esse momento como a “fase da rebeldia”.

Sobre as mudanças características desse período do ciclo vital da família, a maioria das famílias relatou perceber a necessidade de criar novas regras familiares. As metas familiares apontadas nesta fase que se destacaram, foram: enfrentar mudanças e promover estudo/formação dos adolescentes.

As famílias apontam que o grupo de amigos dos filhos passa a ter um papel mais importante na vida dos adolescentes. Todavia, só uma família relata receber os amigos dos filhos adolescentes com frequência, enquanto cinco famílias afirmam recebê-los esporadicamente.

Na fase adolescente do ciclo vital familiar, o lazer familiar é feito geralmente na presença da mãe e/ou amigos. E a atividade de lazer mencionada por cinco famílias foi assistir televisão. Com menor frequência, foram assinalados os itens: visitar amigos e parentes, ler e viajar.

Sobre aspectos ligados ao tema sexo nessa fase do ciclo vital familiar foi relatado que os filhos obtêm informação por meio de comunicação na escola e conversa com as mães. Com relação à temática sobre drogas, predominaram as respostas que afirmaram que os filhos têm acesso à orientação oriunda de suas mães, por meio de comunicação escolar e por conversa com o irmão mais velho.

b) Categoria 2: Relacionamentos na fase adolescente do ciclo vital familiar

As famílias enfatizaram duas possibilidades diante das decisões importantes na família: a mãe tem a última palavra ou pais e filhos decidem em conjunto.

Acerca das regras adotadas para a educação dos filhos, a maioria das famílias afirmou que são discutidas e construídas pelos pais ou baseada nas regras da família da mãe. Somente uma família respondeu que as regras eram contrárias a como os pais foram criados.

Quadro 5 – Dinâmica na família pesquisadas

Dinâmica na Família Adolescente	Membros da Família Adolescente
Cuida da organiza a casa	Mãe e filhos /netos
Cuida da educação dos filhos	Mãe
Dirigir a família	Mãe e pai
Protege a família	Mãe e pai
Responsável pelo sustento econômico	Mãe e pai
Dar carinho	Mãe e animais domésticos de estimação
Obedecer regras familiares	Filhos / Netos
Ser conselheiro	Mãe
Dar apoio	Mãe
Alegria a família	Mãe e filhos / netos
Cuidar dos pais	Filhos / Netos
Ser companheiro	Mãe e filhos / netos

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

A partir do Quadro 5, nota-se que a mãe é o membro que mais acumula funções familiares. Na tarefa de cuidar da organização da casa, alegrar a família, ser conselheira, companheira, mãe e filhos são as pessoas de referência. A presença do pai é marcada nas funções de dirigir, proteger a família e prover sustento econômico. A atividade que foi vista pela maioria das famílias adolescentes pesquisadas como predominantemente dos filhos, foi “obedecer a regras familiares”.

De acordo com as famílias adolescentes o melhor aspecto que elas percebem no sistema familiar é o respeito e a segurança. Todavia, uma adolescente respondeu que o que ela mais gosta da família dela é o carinho recebido por parte do seu bicho de estimação.

Quadro 6 – Papéis familiares.

Funções Familiares	Membro da família
O mais trabalhador	Pai
Quem manda	Mãe e avó
O birrento	Filhos e netos
O bonzinho	Não se aplica
O mais amigo	Mãe
O conselheiro	Mãe
O que atrapalha	Filhos
O chato	Mãe
O compreensivo	Mãe
O amoroso	Mãe
O presente	Mãe e avó

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

O Quadro 6 reforça o que já foi mencionado anteriormente, a mãe é o membro da família de referência para a maioria dos papéis mencionados, como: a mais amiga, conselheira, a chata, a compreensiva e amorosa. A mãe compartilha com a avó quando se trata de pessoa mais presente e que manda no grupo familiar. Os filhos e netos são tidos como os que são birrentos e atrapalham.

Quadro 7 – Relações familiares e subsistemas.

Relações Familiares	Subsistemas
Diálogo freqüente	Filhos e mãe; entre irmãos
Relacionamento frio e distante	Entre o casal; entre pai e filhos
Respeito	Entre filhos e pai / mãe
Agressividade	Entre filhos e pai / mãe; entre irmãos
Afeto	Entre filhos e mãe
Liberdade	Entre filhos e mãe
Desrespeito	Não se aplica
Submissão	Entre os irmãos
Apoio	Entre filhos e mãe
Intimidade	Entre filhos e mãe
Amizade	Entre filhos e mãe
Cooperação	Entre filhos e mãe
Lealdade	Entre filhos e mãe; entre irmãos

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

De acordo com o Quadro 7, observa-se que há maior aproximação entre mãe e filhos, em comparação aos outros subsistemas. As mães são a figura de apego, proteção e segurança. Sobre a relação dos filhos com o pai, observa-se que o pai ainda detém o papel de “trabalhador” e “provedor”, apesar das mães trabalharem em dupla jornada. A maioria das famílias pesquisadas relata que os pais são distantes afetivamente dos filhos. Entretanto, algumas famílias percebem que, mesmo distanciados, há respeito e em outros grupos familiares existe a presença de comportamentos agressivos, principalmente entre o subsistema parental e conjugal.

c) Categoria 3: Tabus

Das oito famílias que responderam o formulário, quatro relataram que não os possuem com nenhum tipo de assunto. Já a outra metade, afirmou ter receio de conversar na família sobre os seguintes temas: separação, doença, morte e sexo.

d) Categoria 4: Desafios na fase adolescente do ciclo vital familiar

O aspecto que as famílias adolescentes mais reclamaram e apresentaram como dificuldade foi, principalmente, a falta de dinheiro; seguida da falta de diálogo, falta de tempo e da presença de comportamentos agressivos dentro do sistema familiar.

A maior parte das famílias adolescentes aponta como as duas particularidades mais desafiadoras desta fase do ciclo vital a incerteza quanto à instabilidade financeira e a preocupação com o futuro dos filhos. Outros itens que foram assinalados estão ligados a conflitos com os filhos e problemas de relacionamento do casal.

e) Categoria 5: Heranças Intergeracionais

Com relação às heranças intergeracionais, o valor que é passado de uma geração para a outra, mais mencionado nas famílias pesquisadas, volta-se à importância dos estudos. Em seguida, à honestidade. O valor tido como o mais importante foi a valorização dos estudos. Além desse, a comemoração de datas significativas e do amor entre o casal e os filhos foram escolhidos como valores relevantes pelas famílias na fase adolescente do ciclo vital.

Os ditados populares mais escolhidos que traduzem as crenças das famílias pesquisadas, foram: “cada um colhe o que planta” e “Deus dá o frio conforme o cobertor”. Apenas uma família (G1) acrescentou um ditado que não havia nas opções do formulário, que foi: “quando o dinheiro entra pela porta o amor sai pela janela”.

O ritual que a família preserva mais mencionado pelos participantes foi o de se reunir com parentes no final de semana. Em seguida, foi o encontro com familiares em casamentos/aniversários e praticar ritos religiosos juntos.

f) Categoria 6: Família adolescente e comunidade

Sobre o relacionamento das famílias adolescentes pesquisadas e a comunidade, essas relataram que é distante, mas cordial. Somente uma família afirmou não ter relação com a vizinhança, em função de sua casa ficar localizada em uma rua onde se vende entorpecentes, o que faz com que a família se isole.

A única questão do formulário em que a resposta foi unânime se refere ao fato das famílias considerarem os vizinhos como pessoas dispostas a ajudar, somente em caso de urgência.

De acordo com a metade das famílias pesquisadas, o serviço de saúde da comunidade é utilizado com frequência para fazer consultas e acompanhamentos e a outra parte, usa apenas para vacinação e obtenção de medicamentos.

Há um estreito envolvimento das famílias adolescentes com a escola, pois elas sempre participam das reuniões e atividades promovidas pela escola.

Quatro famílias possuem pelo menos um membro que exerce uma atividade voluntária. As instituições mencionadas para esse tipo de trabalho foram: igreja, escola e biblioteca do bairro.

Cinco famílias relataram que não fazem nenhuma atividade com os membros do bairro. As demais, afirmaram que organizam festas religiosas, festas culturais, passeios e excursões.

g) Categoria 7: Família é...

O Quadro 8 retrata a resposta das famílias ao completar a seguinte frase: “Família é...”. Houve família em que cada membro apresentou uma resposta e outras famílias em que todos os componentes chegaram a um acordo e fizeram uma resposta única. Nota-se que três famílias relataram que a família é o que há de mais importante na vida deles e relacionaram família à união. E duas correlacionaram família à alegria e respeito.

Quadro 8 – Definição de família pelos participantes.

Famílias	Família é ...
A1	A coisa mais importante
A2	Respeito, união e alegria
A3	Tudo de bom
A4	Alegre (Solange)
	Somos todos unidos, graças a Deus (Madson)
	Feliz (Mariana)
	Carinhosa (Matheus)
	Bonita (Vicente)
A5	Ter amor, respeitar e ajudar (João Henrique)
	União e responsabilidade (Jasmim)
G1	Comida e casa (Mook)
	Segurança (Izabel)
	Proteção (Jonas)
G2	Tudo na nossa vida (Meury)
	Uma parte de minha vida (Brunete)
G3	Tudo na vida da gente. É união (Alegria)
	É o meu tudo (Águia Negra)
	É tudo (Pablo do Arrocha)

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

6.1.2 Correlacionando as famílias adolescentes paraenses que vivem em contexto de vulnerabilidade e as famílias adolescentes paulistas de classe média

É importante esclarecer que ao usar o termo família adolescente, não se objetiva dizer que os dados desta tese são capazes de construir um perfil da família paraense adolescente. Para isso era preciso que o enfoque da pesquisa e sua abrangência fossem outros. Contudo, foi adotado esse termo com o intuito de facilitar a identificação, já que em seguida será feita uma correlação com os resultados das pesquisas realizadas por Cervený e Berthoud (1997; 2002), com famílias paulistas de classe média.

a) Semelhanças

Os resultados desta pesquisa apontaram que na fase adolescente do ciclo vital familiar, os responsáveis (pais /avós) notam a necessidade de reajustarem as regras, mas não possuem um modelo já elaborado para lidar com as novas demandas. É preciso criar novas regras como medidas adaptativas para o atual momento familiar.

Tanto na família paulista de classe média como na população investigada nesta pesquisa, a mulher é vista como a personagem familiar responsável pelo equilíbrio familiar e a personagem que acumula funções dentro do sistema familiar. Os resultados obtidos apontam que mães e avós são as que mandam e possuem a última palavra diante de decisões importantes.

As mães paulistas da classe média relataram que nesta fase do ciclo vital familiar elas passam por uma crise, pois começam a se questionar quanto às suas ambições e carreira profissional, amorosa, reavaliando suas opções de vida. Além do que, estão vivenciando o início da menopausa. As mães paraenses que vivem em situação de vulnerabilidade passaram a relatar que precisam repensar a sua vida pessoal, profissional e conjugal a partir da participação delas nesta pesquisa. Em geral, elas apresentam a vontade de retornar aos estudos.

Assim como afirmado por Cervený e Berthoud (2002), também na presente pesquisa, notou-se que a divergência do casal em relação à educação e criação dos filhos influencia a família. Muitas vezes, essa é uma das razões para que filhos mais velhos passem a ser um filho parental, ocupando um lugar de destaque dentro da fratria por ter mais responsabilidade com relação aos irmãos mais novos.

O ditado popular que as famílias adolescentes paulistas mais se identificaram foi “cada um colhe o que planta”. Esse ditado, juntamente com o “Deus dá o frio conforme o cobertor” foi o que as famílias adolescentes paraenses escolheram para representar a fase do ciclo vital na qual eles se encontram.

As famílias paraenses pesquisadas mostram que há uma pressão intragrupo de uniformizar e necessidade dos adolescentes de se diferenciar do grupo familiar para ficarem mimetizados ao grupo de amigos. Denotam que os adolescentes mudam o seu modo de vestir, por exemplo: querem usar aparelho ortodentário (mesmo quando não necessitam), usam bonés como os MCs que tocam *funk*, as meninas fazem uso de maquiagem, passam a rasgar e cortar as roupas para imprimir um “estilo próprio”, tanto os meninos como as meninas fazem mechas nos cabelos, usam *piercing*, fazem tatuagens e desejam ter o celular da moda.

Há uma busca por parte dos adolescentes por mais autonomia e independência da família de origem. Esse aspecto pode ser visto quando eles preferem a presença dos amigos nos momentos de lazer e conversam com eles temas tão relevantes como drogas e sexo. Todavia, é importante modificar o relacionamento parental para permitir que os adolescentes também se movimentem para fora do sistema, mesmo quando esse processo é permeado pelo sentimento dos adolescentes de insegurança e autoconfiança absoluta.

Na fase adolescente do ciclo vital familiar paraense, os responsáveis demonstraram preocupação sobre “com quem” seus filhos adolescentes se relacionam, quais os lugares que eles frequentam e o horário que retornarão para casa.

Tanto as famílias adolescentes paulistas de classe média como as paraenses que vivem em situação de vulnerabilidade apresentam as mesmas inquietações: preocupam-se com os estudos e o futuro profissional dos filhos adolescentes. Pesquisa sobre o ciclo vital realizada no Mato Grosso (RODRIGUES, 2015) e em São Paulo (CERVENY; BERTHOUD, 1997) com famílias de classe média apresentaram o mesmo receio dos pais com relação ao futuro dos seus filhos adolescentes. Nesse sentido, infere-se que essa questão está presente nas famílias que residem em várias regiões do Brasil, independentemente da classe social a quais pertencem.

b) Particularidades:

Nas famílias paulista de classe média, a fase adolescente do ciclo vital é tida como o momento em que os próprios adolescentes não sabem o que querem. Já nos resultados da presente pesquisa, aponta-se que os participantes significam esta fase com natural e sem

maiores complicações. Pode-se inferir que as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade estejam mais acostumadas a lidar com conflitos e situações desafiadoras, mesmo sem possuir tantos recursos estruturais e emocionais.

Diferentemente do que Cervený e Berthoud (1997) apontaram, não sobressaiu o fato dos responsáveis se vestirem ou se comportarem como os adolescentes. Ao contrário, em geral, os filhos/netos estavam bem mais arrumados que os pais e avós. Os responsáveis aparentavam ter uma idade superior a qual possuem e isso pode ser consequência de terem se exposto muito ao sol, por não terem tido acesso à saúde bucal (uma vez que muitos adultos não apresentam a arcada dentária completa) e possuem poucas condições de ter comportamentos em prol da sua vaidade, pois estão mais atrelados à sobrevivência. Assim, o temor ao envelhecimento e as perdas que esse processo acarreta só apareceu na família A4, na qual a principal referência familiar para as netas é a avó que possui 67 anos.

Ainda sobre os pais e mães com relação ao vestuário, não se observou a tendência dos adultos de se trajarem com o mesmo estilo de indumentárias que os adolescentes, pode ser que dois fatores também influenciem esse aspecto: a metade das famílias pesquisadas se apresenta como evangélica e as mães se vestem e se comportam de acordo com as orientações desta religião (não usam maquiagem, sempre estão de saias longas, possuem cabelos longos que geralmente estão amarrados em forma de coque ou trança); as famílias utilizam muitas vestimentas usadas, geralmente oriundas de doação ou compradas em brechó ou bazar.

Assim como observado na família paulista de classe média, observa-se que na família paraense que vive em situação de vulnerabilidade os adolescentes permanecem morando com os pais. Entretanto, os motivos desse fenômeno são distintos. Na classe média paulista isso acontece com os adolescentes que se dedicaram aos estudos e no Pará, junto às famílias vulneráveis, isso ocorre comumente porque os adolescentes têm filhos nesta fase da vida, não possuem condições de sustentar a nova família e precisam da ajuda financeira e do apoio dos pais.

Outra situação percebida é a saída ainda adolescente de meninas da casa dos pais para morarem na casa da mãe dos namorados, pois foram expulsas de casa quando os pais descobriram que elas já tinham vida sexual (situação vivenciada por duas adolescentes que participaram desta pesquisa). Essas duas possibilidades favorecem que os adolescentes não priorizem os estudos. São incentivados, assim, a buscar um meio de ganhar dinheiro para se sustentar, mesmo que em longo prazo esse comportamento possa diminuir a possibilidade de romper com o ciclo da vulnerabilidade, do pouco estudo e da baixa qualidade de vida.

Conforme essa perspectiva pode-se ressaltar que os adultos das famílias pesquisadas quando eram adolescentes (e alguns até mesmo crianças) já trabalhavam. Nessa época, não existia o Estatuto da Criança e do Adolescente e algumas instituições que surgiram a partir dele para zelar pelos direitos e proteger essa população. Assim, atualmente, alguns responsáveis não compreendem de que forma o adiamento do início da vida laboral pode beneficiar seus filhos e a família. Pode-se inferir que o apelo dos pais está mais voltado para brevidade e sobrevivência do que investir por longos anos para que o filho adolescente possa ter um futuro mais promissor. Diante deste cenário, sobressai o desejo tanto dos responsáveis quanto dos adolescentes de ingressar no Programa Menor Aprendiz⁶, pois assim os adolescentes recebem uma gratificação financeira e investem na sua capacitação profissional. Esse programa parece ser o caminho que satisfaz o adolescente e sua família, por receber uma remuneração dentro dos parâmetros legais e, ainda, ter acesso a um conhecimento que lhe preparará melhor para o mercado de trabalho.

De acordo com Cervený e Berthoud (1997), na fase adolescente do ciclo vital familiar, uma das dificuldades apresentadas é quanto à escolha da profissão. Na presente pesquisa também foi observado esse aspecto, porém mais relacionado com as estratégias e etapas que precisam ser planejadas e percorridas para construir uma carreira profissional. Na população a qual este estudo teve acesso, a maioria dos adolescentes relata a vontade de fazer um curso superior, contudo não apresentam com clareza o que precisam fazer para que isso ocorra. Talvez isso se dê pela escassez de exemplos de pessoas próximas que seguiram este caminho e por ir de encontro com a lealdade familiar ao trilhar um caminho diferente do que seus antepassados vivenciaram. Dos 13 adolescentes que participaram da pesquisa, quatro explicitaram o desejo de não fazer curso superior, pois três rapazes desejam ser jogadores de futebol e uma moça quer ser modelo fotográfico.

Dando continuidade a reflexão sobre os obstáculos que as famílias enfrentam nesta fase do ciclo vital familiar, diferente dos resultados obtidos por Cervený e Berthoud (1997), os participantes não apontaram que os adolescentes não se envolvem no trabalho doméstico e não respeitam ou cuidam dos mais velhos. Ao contrário, muitas vezes, eles são responsáveis por atividades domésticas e por colaborar na criação dos irmãos mais novos ou de cuidar dos avós. Por exemplo, o Matheus (de 12 anos) dorme todo o dia na casa da avó materna depois que o seu avô faleceu, para ela não ficar sozinha.

⁶ É um programa para pessoas que possuem de 14 a 24 anos de idade e busca oportunizar o aprendizado de uma profissão durante o período escolar

Para a família adolescente paulista de classe média, a informática foi vista como uma temática que une a família nesta fase do ciclo vital. Os resultados da presente pesquisa apontam para o fato de que esse assunto passa a fazer parte do sistema familiar de forma mais veemente, por ser um meio dos adolescentes, de modo especial, de se comunicarem com os amigos e estarem conectados diante dos acontecimentos relevantes para eles.

Contudo, junto às famílias pesquisadas, de modo geral, elas não possuem computador. E quando o possuem, não têm acesso à internet. Fazem uso da internet na escola, biblioteca do bairro ou em *lan house*. Deste modo, os pais/avós não presenciam o uso da internet pelos filhos/netos e apresentam mais dificuldade de utilizar essa ferramenta do que os filhos. Muitas vezes, é como se o mundo virtual fosse visto pelos pais/avós, como um mundo ainda distante, pois não possuem e-mail, páginas em sites de relacionamento ou fazem pesquisas usando essa ferramenta. É mais comum que os adolescentes que têm acesso à internet e informática compartilhem notícias e descobertas com os adultos da família, sem que vivenciem essa realidade no âmbito doméstico.

6.1.3 Impressões com relação ao uso do formulário junto às famílias adolescentes paraenses em situação de vulnerabilidade

O formulário utilizado é um instrumento muito útil para se construir um retrato da família na fase adolescente. A visão panorâmica proporcionada por ele foi de grande valia para viabilizar o acesso às famílias, seus recursos e dificuldades nesta fase do ciclo vital. Contudo, a seguir, far-se-á algumas sugestões do uso dele diante de famílias com as características dos participantes desta tese.

Primeiramente, nota-se que ele é híbrido: em algumas questões está estruturado a partir de pressupostos heteronormativos e baseado em uma família padrão tradicional (como a questão 2, 44 e 45 que só dão como informações do pai e da mãe e nas questões 30 e 31 que só dispõem como membros da família: pai, mãe e filhos); e também considera famílias oriundas de recasamentos (como a questão 6 que considera vários arranjos familiares). Possivelmente, como ele foi utilizado há 20 anos, mesmo com modificações ainda apresenta algumas posturas tradicionais e que não são características da família pós-moderna, por exemplo: quando não dá opções que incluíam o padrasto, a madrasta, o enteado e/ou o meio irmão.

Diante disso, talvez uma opção que possa ser adotada seja a de utilizar responsável 1 e responsável 2 nas questões que abordam o relacionamento familiar e deixar um espaço para que seja preenchido de que relação está se referindo.

Uma sugestão é quando se tratar dos membros da família, sempre deixar opção “outro” para que se a pessoa for criada pela avó ou uma tia, tenha como preencher o formulário de uma forma mais fidedigna com a sua realidade familiar.

Outro item de relevância que surgiu na aplicação do formulário foi da relação que as famílias participantes possuem com o animal doméstico de estimação. O animal doméstico foi mencionado algumas vezes como àquele que é membro da família e tem uma função importante, como a de dar carinho. Além disso, as famílias levavam seus cachorros (Figura 12) para os encontros e relataram que eles são uma espécie de protetores, pois vigiam a bicicleta e dão alarde se alguém diferente do círculo, que o cão está acostumado a conviver, se aproxima.

Figura 12 – Cachorro de uma das famílias do CRAS Aurá, no local do encontro.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Com relação ao vocabulário utilizado no formulário, observa-se que os participantes tiveram dificuldade de compreender algumas palavras, por exemplo: “construção/manutenção do patrimônio familiar” (questão 28 e 33) e “respeitar hierarquia” (questão 40). Nos quesitos voltados para a Vida na Comunidade, alguns perguntaram o que significava “rodízio de condução para escola do filho e para o trabalho” (questão 67). Nota-se que, além de poder ter sido utilizado palavras que não pertencem ao vocabulário deles, as expressões também descrevem situações que eles não lidam no seu dia a dia. Ou seja, diante da realidade da

população estudada, alguns itens estavam distante da realidade deles, como, por exemplo, um dos quesitos apresentados, a alternativa de fazer rodízio de condução escolar. Nenhuma família que participou da presente pesquisa possui automóvel, fazem uso de transporte público e muitas vezes andam de bicicleta ou a pé.

Assim, observa-se que o formulário construído originalmente para pesquisa com as famílias paulistas da classe média auxilia na elaboração de um panorama que possa caracterizar as famílias nesta fase do ciclo vital mesmo sendo utilizado com famílias que estão inseridas em contexto de vulnerabilidade, visto que abrange situações vividas na fase adolescente independentemente da classe socioeconômica-cultural. No entanto, visando potencializar o seu alcance, anteriormente sugeriram-se alguns ajustes no instrumento com o propósito de ajustar ao público de classe social menos favorecida. Desta feita, pode-se afirmar que esse formulário produzido na pesquisa coordenada por Cervený e Berthoud (1997) auxiliou no acesso à estrutura e dinâmica das famílias pesquisadas.

6.2 Segunda Parte

6.2.1 Análise geral e discussão dos resultados

Para compor esta parte do trabalho, optou-se por subdividir em tema os resultados e favorecer a análise dos dados. Os oito primeiros tópicos referem-se a aspectos relacionados à compreensão e vivência da fase adolescente do ciclo vital pelas famílias pesquisadas. No nono item apresenta-se como as famílias pesquisadas vislumbram o futuro. Por fim, o décimo item contém a avaliação das famílias participantes com relação a experiência vivida neste trabalho. Os aspectos abordados nesta parte da pesquisa foram:

- a) Como as famílias pesquisadas compreendem a fase adolescente do ciclo vital familiar;
- b) Quando os pais e avós das famílias pesquisadas eram adolescentes;
- c) Relação das famílias pesquisadas com a família de origem: mudanças e repetições;
- d) As relações nas famílias pesquisadas;
- e) Famílias pesquisadas e segredos;
- f) Dificuldades e estratégias de enfrentamento das famílias pesquisadas;
- g) Famílias pesquisadas e heranças intergeracionais;

- h) Famílias pesquisadas na comunidade;
- i) Como as famílias pesquisadas compreendem o futuro;
- j) Avaliações feitas pelas famílias pesquisadas.

a) Como as famílias pesquisadas compreendem a fase adolescente do ciclo vital familiar

As famílias caracterizaram a fase adolescente do ciclo vital familiar como sendo o momento que é preciso ter mais diálogo e no qual a função dos pais (ou responsáveis) é orientar os filhos. Contudo, pontuam que encontram dificuldade em ter conversas respeitosas e construtivas. Há também quem veja que esse período é a fase da revolta e das dificuldades (enfrentadas tanto pelos adultos e quanto pelos adolescentes), podendo ocasionar conflitos familiares quando os adolescentes ficam intransigentes com os adultos e não há entendimento entre os membros da família com relação às regras intragrupo.

Os pais/avós pesquisados relataram que precisam ficar atentos porque os próprios adolescentes querem impor para os responsáveis o que deve ser feito. Essa situação é vista por França (2014) como o momento em que pais e filhos necessitam de menos hierarquia e mais negociação. É indicado que os pais continuem no seu papel, mas sem usar a autoridade cega que não reconhece e valoriza a opinião do adolescente. Todavia, não é adequado que permita que o adolescente sozinho decida absolutamente todos os parâmetros utilizados na construção das regras famílias. É desejável que isso seja feito em conjunto entre pais/avós e filhos/netos. Contudo, os adultos devem estar cientes do seu papel como responsáveis dos adolescentes e deixar claras as regras que podem ser reacordadas e as que não possuem acordo.

O único pai e as duas avós que participaram da pesquisa afirmaram que a função de ser responsável por adolescentes não é somente uma tarefa árdua. Esse pai relata que percebe que a fase do ciclo vital que sua família se encontra é marcada por conflitos, mas diz que já se acostumou a lidar com isso porque na sua vida inteira teve que lidar com situações marcadas por incompatibilidades no pensar e agir.

Para Cervený e Berthoud (2002) é comum os responsáveis pelos adolescentes se dedicarem a proporcionar do melhor (tanto materialmente como posição social) e o que não tiveram oportunidade de ter na sua juventude para seus filhos e netos. Os pais/avós tendem a priorizar as demandas dos adolescentes. Nesse sentido, uma participante relata: “Ser avó de

adolescente é natural. Desde o dia que elas vieram morar comigo temos horas de chorar de sorrir e de cantar. Temos dias difíceis, mas vai passando e a gente vai continuando juntas. Eu tenho de dar para as minhas netas tudo o que eu não tive”.

Ao vivenciar a fase adolescente do ciclo vital familiar, uma mãe relata: “O lado bom é que os adolescentes ajudam nos serviços domésticos e o ruim é quando se juntam as más companhias e caem nas drogas”.

Outra mãe afirma que é mais fácil exercer a maternidade junto a uma criança do que com um filho adolescente:

Quando é criança a gente fala assim: ah não vejo á hora de crescer! Mas quando começa a crescer que a gente vai ver a dificuldade. Eles ficam mais alterados, a opinião deles já fica mais forte. Eu só quero que meu filho me entenda e comece a fazer o que falo.

A narrativa anterior está de acordo com a afirmação de Cervený e Berthoud (2002) que pais/avós e filhos/netos são desafiados na fase adolescente do ciclo vital familiar a construir novos padrões de interação para que os responsáveis possam cuidar dos adolescentes de forma diferente da fase anterior e, ainda assim, proporcionando-o apoio. Os resultados desta pesquisa apontam que é inegável a necessidade de reconfigurar as relações familiares e imprimir um novo ritmo no funcionamento familiar.

Com relação às mudanças físicas dos adolescentes, ressaltam que sentem muita fome e maior necessidade do que antes de dormir, o aparecimento das espinhas, a menstruação, a possibilidade de engravidar e/ou se contaminar por doenças sexualmente transmissíveis. Uma característica marcante descrita pelos participantes é a oscilação do humor dos adolescentes e a presença de um sentimento de tédio, muitas vezes. Segundo Feijó (2008) é desafiador tanto para os adolescentes quanto para os pais lidarem com tantas mudanças no âmbito físico e social. A descrição dessa situação pelos adultos é da seguinte forma: “Quando estão com tédio, não adianta, tudo fica chato pra eles”; “Eu pergunto o que ela quer, mas nem ela sabe. Nada satisfaz”.

Os adolescentes expressam que gostam de “andar na moda”, que segundo eles significa: gostam de cortar as suas próprias roupas, imprimindo um visual despojado – como se pode observa na fala de um adolescente: “é um rasgado arrumado, que a pessoa percebe que a gente cortou querendo que apareça uma coisa alí ou aqui. Fica descolado”. Para os meninos “estar na moda” é usar gel no cabelo ou um boné e ter um par de chinelos da marca Kenzo. Tanto as meninas como os meninos relatam que dentro do grupo de amigos, o

adolescente tem mais prestígio se tiver o celular com internet e usar aparelho ortodôntico. Além disso, pais/avós asseguram que os adolescentes já possuem gosto próprio e quando compram alguma roupa pra eles, já não agrada mais – como antigamente. As famílias pesquisadas percebem o aumento da vaidade dos adolescentes e notam o desejo por terem cada vez mais objetos que sejam valorizados pela turma de amigos. Para Macedo, Bruscagin e Feijó (2014) isso ocorre devido à busca do adolescente em se diferenciar da família e de se apoiar no que o grupo de amigo, a mídia e as redes sociais valorizam. Essa situação é descrita por um adulto da seguinte forma: “Eu acho que essa fase é a época do Eu Quero. Eu quero dinheiro, eu quero um celular, eu quero computador, quero passear, quero aquela roupa, quero comer pizza. Lá em casa, elas são que nem a Angélica: só querem ir de táxi”.

Outra peculiaridade desta fase é que os adolescentes mimetizam com seus grupos de amigos e também afirmam que se inspiram em seus ídolos para se vestir, para utilizar as gírias pregadas por pessoas famosas e/ou significativas. De acordo com Cervený e Berthoud (1997) a função do ídolo na adolescência é ser um modelo de referência. A maioria relatou ter como ídolo ator de televisão, cantor, modelo, apresentadora de televisão ou jogador de futebol. Apenas um adolescente citou a sua avó paterna como sua egéria.

A relação dos adolescentes pesquisados com seus ídolos pôde ser percebida na escolha que eles fizeram diante do codinome que os identifica nesta pesquisa, por exemplo: o nome Sabrina foi alusivo à apresentadora de televisão Sabrina Sato, pois a participante sonha em ser modelo e a tem como inspiração; outros dois adolescentes também escolheram nomes dos seus ídolos, Robinho, Águia Negra, Pablo do Arrocha e Bruna Carla (respectivamente, em homenagem ao jogador de futebol brasileiro do time Atlético Mineiro, ao time de futebol da sua escola, ao cantor Pablo que é tido como precursor de um ritmo de música chamado arrocha e a cantora cristã da contemporaneidade); o nome Izabel foi escolhido em referência à escritora predileta da adolescente, Izabel Allende e o nome Leidy foi escolhido pela adolescente ao lembrar pessoas da realeza.

Neste momento do ciclo vital, passam a ter mais segredos com os amigos e confidenciar histórias os quais os pais/avós desconhecem, fazem uso da palavra “coisa” como forma de não revelarem o que vão fazer exatamente e passam a se referir aos amigos por apelidos – os responsáveis precisam estar atentos para saber identificar os colegas utilizando apelidos. Podemos inferir que os adolescentes ao utilizarem a palavra “coisa” como verbo, sujeito e advérbio de lugar denotam a necessidade ressaltada por Luisi e Cangelli Filho (1997) do adolescente se movimentar para dentro e fora família, solicitando que os pais/avós juntamente com eles ampliem as fronteiras negociadas pelo sistema familiar. Os dados que

encontrados assinalam, assim como Cervený e Berthoud (1997), que o adolescente tende a investir mais tempo e a compartilhar confidências junto aos amigos do que com seus pais/avós.

Há uma aproximação nítida dos adolescentes junto aos amigos concomitantemente com o afastamento dos adolescentes dos membros da família. Essa situação pode ser exemplificada com a recusa de afagos dos adultos em público ou por atitudes de cuidado que anteriormente eram bem recebidas, como a descrita por uma avó, abaixo: “Quando meu neto completou 10 anos, ele não queria mais que eu fosse levar ele lá na escola. Eu continuei levando, só que não mais de mãos dadas”.

A importância dos amigos nesta fase da vida dos adolescentes é tão relevante que eles apresentaram e definiram uma categoria entre a turma de amigo, que é chamado “amigo-irmão”, descrito por um adolescente como sendo: “Aquele que chega, conversa, te apoia e você pode contar com ele e contar tudo pra ele”.

Em função dessas amizades, afirmam que é difícil quando mudam de residência e precisam se afastar dos amigos que moravam na localidade. Mesmo mantendo contato pela internet, sentem falta dos encontros presenciais.

Os adolescentes referem que a fase de vida que se encontram é marcada pelo aumento da responsabilidade, por ter que fazer escolha no que tange à que profissão seguir, a ser mais cobrado em casa e na escola. Além disso, desperta a vontade de trabalhar para ganhar dinheiro e poder comprar as coisas para si e ajudar na renda familiar. Dizem se surpreender com as mudanças do próprio corpo que parece que “passa a ter vida e vontade própria”. Alguns adolescentes assinalam que sentem os impactos desta nova fase, como por exemplo:

Virar adolescente é triste. Ainda queria ser criança. A gente menstrua todo o santo mês, muda o humor, tem dias que bate um tédio.

A adolescência representa a necessidade de desenhar novas estradas que representam caminhos novos que precisam ser feitos nesta fase. A gente tem que escolher coisas novas. Vêm junto novas decisões e mudança no corpo.

Quando eu era criança, queria ser adolescente. E agora, eu quero trabalhar, sem deixar o estudo de lado. A adolescência chega e gera tipo assim: uma evolução maior de mim.

É notória nos adolescentes a vontade de trabalhar e a participação no Programa Menor Aprendiz é vista como uma forma de ganhar dinheiro e continuar os estudos, assim sendo a maioria dos adolescentes expressa o desejo de ser selecionada para ingressar nas empresas.

Outro item que caracteriza os adolescentes e tem impacto na vida familiar e na forma que eles vivem em comunidade é o fato do jovem ter um olhar mais crítico, como mostra a fala de um adolescente:

Quando a gente é pequeno não se liga nas coisas do mundo. Quando a gente é adolescente a gente já olha mais pro lado e vê a violência: a violência contra mulher e idosos. Olha, nem a escola tá agüentando mais isso. Tem muita violência na escola, os alunos tratam os professores como se eles fossem um lixo, com total desrespeito.

Esse olhar mais crítico do adolescente não ocorre apenas na forma que ele percebe as relações familiares, mas influencia a maneira como ele enxerga e se posiciona no mundo. Nesse sentido, Aun, Vasconcellos e Coelho (2010) apontam que essa característica pode ser compreendida como uma percepção do seu papel social e, se bem trabalhado, pode contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários.

O Quadro 9 elenca características que retratam uma família na fase adolescente do ciclo vital, segundo os participantes, agrupadas em sete itens: lazer, atividade física, sexualidade, responsabilidade dos adolescentes, responsabilidade dos pais/avós, desejos que a adolescência despertou nos adolescentes e desejos que a segunda adolescência despertou nos adultos.

Quadro 9 – Atividades realizadas pelas famílias pesquisadas

Lazer	Viajar, passear com os amigos / familiares, participar do grupo da Igreja, ouvir música, ler, comer pizza, navegar na internet (falar com os amigos pelo <i>Facebook</i> , assistir clipe no <i>YouTube</i> , comunicar-se pelo celular (<i>WhatsApp</i>), fotografar (<i>self</i>), brincar com animal de estimação e assistir filme e novela.
Atividade física	Andar de bicicleta, jogar futebol / vôlei, empinar pipa, nadar, caminhar e jogar capoeira.
Sexualidade	Vaidade, namorar, sexo, masturbação e menstruação.
Responsabilidade dos adolescentes	Estudar, cooperar nas atividades domésticas e respeitar os limites.
Responsabilidade dos pais / avós	Orientar, dialogar e negociar limites.
Desejos que a adolescência despertou nos adolescentes	Ser rico, dormir até mais tarde, comer em maior quantidade, ter aparelho ortodôntico, ter sempre companhia e ser compreendido.
Desejos que a segunda adolescência despertou nos adultos	Ser rico, onipresente para proteger os filhos / netos da violência urbana.

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

De acordo com o Quadro 9, os participantes referem fazer viagens para o interior do Pará como sendo um momento de lazer com familiar. Um dos adolescentes descreve os atrativos do espaço rural da seguinte forma: “Lá no interior tem igarapé e campo de futebol à vontade. A gente pode ficar mais livre. Não passa tanto carro. O pessoal anda de bicicleta. Eu me sinto solto”.

Os pais e avós referem fazer atividade de lazer com parentes, já os adolescentes tendem a exercê-las com mais frequência com os amigos.

É maior a utilização da internet com a manipulação de aparelho celular pelos adolescentes do que pelos adultos da família. Contudo, todos os membros dizem gostar de fazer autorretrato por meio de “*self*”⁷. Nas famílias pesquisadas, os adolescentes possuem mais conhecimento sobre o uso de tecnologias do que seus pais/avós e, em geral, utilizam essas ferramentas para estarem conectados aos amigos – o que está de acordo com os estudos de Dominski et al (2013).

As atividades que são compartilhadas por adolescentes e adultos são: brincar com animal doméstico e assistir novelas. Nesse sentido, o animal doméstico parece como um objeto mediador da relação dos adolescentes com pais/avós e que favorece a aproximação dos

⁷ *Self* é quando a própria pessoa tira a foto de si.

mesmos. E, assim, como pontua Silva (2003), a família brasileira de baixa renda tende a fazer da programação da televisão de canal aberto, muitas vezes, única fonte de lazer. Isso se torna delicado, visto que a mídia emite mensagens explícitas e subliminares que podem ser alienantes e manipuladoras. E esse é um dos riscos aos quais as famílias de classe menos favorecida estão sujeitas.

Os estilos de música mencionados foram: gospel (cantores evangélica), reggae, rap, melody, eletrônica e trilha sonora das novelas. As bandas musicais citadas, foram: *Mind Blastic*, *One Direction*, *Restart* e Luan Santana. Apenas os adolescentes mencionaram os livros e autores preferidos. Os livros referidos foram: “A Culpa é das Estrelas” e “Quem é Você Alasca?”, ambos de John Green. Os escritores Rick Riordan e Izabel Allende também foram lembrados pelos adolescentes.

Tanto os itens pertencentes à sexualidade como à atividade física, foram indicados como sendo primordialmente realizados pelos adolescentes. Nenhum participante adulto fez referência à sua vivência sexual. E quanto à atividade física, só os pais da família G1 e G3 caminham e jogam futebol com seus filhos, respectivamente. Portanto, a atividade física, geralmente, é realizada pelos adolescentes e seus amigos da escola e/ou da vizinhança.

De acordo com o Quadro 9 as responsabilidades dos adolescentes foram mencionadas como sendo: estudar, colaborar com as atividades domésticas e respeitar os limites acordados com seus pais/avós. Para os participantes, nesta fase do ciclo vital familiar, as responsabilidades dos adultos são: orientar, dialogar e negociar limites com seus filhos e netos.

Os resultados sobre as responsabilidades dos adolescentes apresentam conformidade ao que Bohoslavsky (2003) afirma: os adolescentes precisam definir o seu futuro, quem querem ser. Nesse sentido, o estudo pode ser um elemento importante. Feijó (2008) assinala que lhes é exigido que aumentem seus desempenhos escolares, escolham uma profissão. Silva (2003) afirma que nas famílias de baixa renda é comum os filhos jovens terem como função contribuir no trabalho doméstico. Além disso, Cruz (2014) assegura que o adolescente precisa receber limite dos responsáveis mesmo que a reação imediata seja de irritabilidade, existe a mensagem subliminar de cuidado dos pais/avós com relação aos filhos/netos.

Os resultados apresentados anteriormente ratificaram o que França (2014) define como a função dos responsáveis: os pais/avós devem orientar os adolescentes com amor, buscando construir uma relação na qual a educação seja pautada no diálogo e na negociação, não no autoritarismo baseado no meio. Para Macedo, Bruscin e Feijó (2014) é necessário

que os adultos estabeleçam limites para protegerem os jovens e os ajudem a assumir responsabilidade perante suas escolhas.

Em relação aos desejos da família adolescente, tanto os adultos quanto os jovens reportaram a vontade de enriquecer como sendo uma alternativa para sanar limitações vivenciadas por eles. A esse respeito um adolescente diz: “Eu queria ter muita grana. Só fazer o que quero e poder dizer: eu não preciso disso ou daquilo, nem de ninguém. Eu sou rica”.

Essa fala apresenta uma das maiores dificuldades das famílias que participaram desta pesquisa que é a precariedade financeira, chegando a dar a sensação de que, ao ter muito dinheiro, os outros desafios da vida são automaticamente resolvidos e não precisarão mais da ajuda/apoio de ninguém. Nesse sentido, pode-se inferir que os adolescentes compram a ideia midiática e capitalista de que o dinheiro compra tudo, todos e sana qualquer dificuldade. Além disso, insinua que a rede de apoio só é relevante na presença de carência material.

Os adolescentes pontuam a responsabilidade e a capacidade de suportar as cobranças dos adultos como os seus maiores desafios. E a liberdade é tida como a melhor conquista dessa etapa de vida. Todavia, muitas vezes, apresentam embaraço ao tentar harmonizar essas questões. Isso pode ser visto na narrativa de um adolescente: “O que é legal é sair e ter mais liberdade. O que é chato é ter que ter responsabilidade. É chato quando as pessoas querem que você passe a ter responsabilidade de uma hora pra outra”.

Conforme Bohoslavsky (2003) não é fácil ser adolescente, tudo ainda precisa ser conquistado. Os adultos criam muitas expectativas quanto à postura do filho/neto adolescente e exigem que eles aprendam com rapidez a lidar com a liberdade e responsabilidade. Muitas vezes, esse processo pode gerar conflitos familiares por diversas razões: quando os pais/avós não confiam nos adolescentes, quando os adolescentes não sustentam as consequências das suas escolhas e quando alguém não cumpre o que foi acordado. Um adolescente descreve essa realidade nesta fase do ciclo vital familiar: “Hoje em dia, o mundo está muito violento. Os pais se preocupam com isso. Às vezes, a gente escuta. Às vezes, a gente não escuta. A gente acha que tem razão. A gente quer descobrir as coisas”.

O desejo que os adolescentes mais mencionaram é o de ser compreendido pela família. E o que os adultos afirmaram desejar foi a onipresença, para desta forma, proteger os filhos/netos de toda e qualquer situação de perigo. Frente a isso, infere-se que a família anseia por aceitação plena e proporcionar proteção absoluta. Assim, a fase adolescente do ciclo vital familiar é compreendida como o momento em que a família é desafiada a equilibrar liberdade, autonomia, responsabilidade, proteção e confiança. Significa ter que lidar com ajustes e descobertas.

b) Quando os pais/avós das famílias pesquisadas eram adolescentes

Apresentou-se como se deu a adolescência dos pais e avós das famílias que participaram desta pesquisa com o intuito de observar, de que forma a vivência deles no passado, influencia nas relações com seus os filhos/netos adolescentes no presente. Segundo Blay Levisky (1999) é fundamental que os adolescentes conheçam a história da sua família para melhor compreenderem o percurso e os recursos/limitações que seus avós/pais dispõem, além de ajudar a fortalecer as raízes familiares.

A metade dos adultos entrevistados relatou que durante a sua adolescência não moravam com seus pais, pois foram criados por irmãos mais velhos ou outros parentes. Era comum nas famílias pobres e numerosas os filhos serem distribuídos para morarem com vários parentes.

Duas participantes relataram que a morte da sua mãe aumentou as dificuldades vividas, uma pelo fato de ter que sair do interior para ir pra capital para trabalhar e enviar dinheiro para ajudar no orçamento familiar e a outra, por ter que criar os irmãos mais novos e lidar com a madrasta.

Os participantes cujos pais se separaram durante as suas adolescências contaram que isso influenciou negativamente na sua vida, posto que passaram a ter mais responsabilidade na família. Diante dessa situação, uma participante afirma: “Quando os meus pais se separaram eu tinha 14 anos, foi um choque par mim. Meus irmãos eram pequenos. Eu assumi o papel de mãe deles. Eu tomava conta de quatro crianças porque o meu pai era alcoólatra e não se importava conosco”.

A adolescência de todos os pais e avós que participaram da pesquisa foi marcada por vulnerabilidades, o que impulsionou a maioria deles a começar a trabalhar ainda na infância ou na adolescência. E em detrimento disso, alguns tiveram que se afastar do convívio da sua família, como ilustra o seguinte relato:

Eu morava no interior do Pará. Minha mãe morreu quando eu tinha 9 anos. Vovó não queria se desfazer de ninguém. Vim pra Belém com 10 anos com a promessa de estudar e passei a trabalhar na casa de família. Eles diziam que eu não era empregada, mas eu fazia tudo na casa. Passei a minha adolescência trabalhando. O marido da patroa me humilhava, dizia que eu não sabia comer de garfo. Foi duro. Só me afastei da minha família por necessidade. Eu sofri muito porque eu era muito agarrada com a minha avó. Eu te juro que eu trouxe um vestido da minha avó e me embrulhava com ele, não colocava pra lavar de jeito nenhum. Ficava alí, sentindo o cheirinho dela e, chorava toda a noite. O dinheiro que eu ia ganhando eu mandava por algum portador de confiança pra ela.

A narrativa acima reflete as concepções de Gomes e Pereira (2005) ao afirmarem que a pobreza pode provocar com que o adolescente precise entrar na luta da sobrevivência precocemente para contribuir financeiramente com a família, muitas vezes, abandonando ou negligenciando os estudos. Diante dessa perspectiva que Kaloustian e Ferrari (1994) asseguram que por detrás de um adolescente excluído da escola há uma família desassistida e invisível perante o acesso às políticas públicas.

Martins (2013) assinala que o êxodo rural não é opção dos adolescentes, pois são obrigados a abandonar as regiões interioranas em busca de oportunidade de trabalho para ajudar na renda familiar. Esta realidade vivida pelos adultos das famílias pesquisadas tem influência no projeto de vida.

Os adultos declararam que percebem que na época da adolescência deles, os pais não os orientavam, especialmente quanto a temas como sexualidade, gravidez e namoro. Ressaltaram que essa questão pode ter influenciado para com que fosse comum a gravidez na adolescência e valorizassem o trabalho em detrimento do estudo, por exemplo. Geralmente, a falta de diálogo deu lugar ao contato por meio da agressão física, como se pode ver na seguinte explanação:

Com 14 anos conheci um rapaz. Ai ele veio e me falava que ele gostava de mim, que ia viver comigo. Eu era besta. Não sabia de nada. Minha mãe nunca me falava nada. Ai eu fiquei, ele fez aquilo comigo. Eu engravidei. Quando meu pai soube, colocou em cima de mim pra dizer quem era o pai. Eu fui falar pra ele, ele disse que não era o pai e que não ia ficar comigo. Ele sumiu, já tinha feito o que ele queria mesmo. E agora? Minha mãe tinha medo do meu pai. Ela não podia falar nada. Meu pai me bateu muito, quase me mata. Papai colocou a culpa na mamãe porque a mamãe que queria que a gente estudasse, mas nos deixou fazer filho. Daí em diante, papai me proibiu de estudar.

Por mais que as famílias pesquisadas vivam em contexto de vulnerabilidade, os adultos foram unânimes em reiterar que os adolescentes já possuem realidade e qualidade de vida muito melhor do que a deles, nesta época. A Família G1, que apresentou a melhor condição financeira dentre as famílias pesquisadas, tem acesso a serviços que as demais famílias que participaram do projeto não possuem. Contudo, mesmo não sendo a norma, e o exemplo a seguir seja extremista, por apresentar uma exceção dentro das famílias participantes, demonstra a diferença da vida do pai quando viveu sua primeira adolescência e da adolescência das filhas:

Tem coisas que elas aprenderam a fazer que na minha época eu não tinha condições. Ou melhor, não fazia parte do meu mundo de adolescente. Eu fui entrar em um avião, por exemplo, com 42 anos. Hoje, eu vejo como obrigação deles saber falar inglês. Eu mal sabia o português, na idade delas. Quando a gente viaja, eu entrego um pouco do dinheiro para elas administrarem. Eu procuro fazer com que elas aproveitem essas oportunidades, que sejam responsáveis e saibam dar valor a tudo que estão vivendo.

Um quesito pontuado como uma mudança negativa que os adultos percebem ao analisarem a adolescência deles e a dos filhos é o aumento da violência urbana. Esse fator faz com que pais/avós e adolescentes tenham preocupações que antigamente não se tinha como, por exemplo, temer ser atingido por “bala perdida” (essa expressão faz referência ao acontecimento típico das grandes cidades no qual alguém é atingido por um disparo de arma de fogo que tem origem desconhecida). De acordo com a UNESCO (2015) é crescente a violência nas regiões metropolitanas e uma relação importante entre vulnerabilidade juvenil, violência e território. A violência que leva o jovem à morte é o fator que mais incita o aumento da vulnerabilidade juvenil à violência. Mediante esta realidade, os participantes mencionam:

Antigamente, não era tão perigoso. A gente podia andar a qualquer hora da noite. As minhas amigas também eram as minhas primas. Não tinha perigo nenhum. Eu brincava de peteca até de noite na rua.

Tem uma boca de fumo do lado de casa. Ele fica brincando de peteca na frente de casa, fico atenta, olhando. Mas teve outro dia que teve tiroteio. Quando eles querem matar, não tem dia nem hora. De repente, uma bala perdida. É muito perigoso.

c) Relação das famílias pesquisadas com a família de origem: mudanças e repetições

O aspecto mais enfatizado pelas famílias pesquisadas como uma mudança do funcionamento da família de origem foi a possibilidade de se ter um canal de diálogo entre adultos e adolescentes. Também afirmam que, atualmente, os membros da família são mais compreensíveis entre si.

Com referência ao que a família atual preserva, do que foi vivenciado na família de origem, são: amor, companheirismo, união entre os membros da família e a integridade – tanto nas relações intra como extra familiares.

Três famílias relataram que em nada se parecem com a família de origem.

As famílias pontuaram algumas situações como retrocesso e que são diferentes de antigamente, como: hoje em dia, os adultos não dispõem de tanto tempo como seus pais para

dedicar a família (família G1) e os adolescentes não pedem mais “a benção” aos mais velhos (família G2).

Os resultados confirmam que a fase adolescente do ciclo vital familiar estimula um processo de reflexão com relação aos valores, a família nuclear reavalia a relação com a família de origem. Assim, como afirma Cervený e Berthoud (1997) essa fase reacende transformações em três gerações: avós, pais e adolescentes.

d) As relações nas famílias pesquisadas

Os adultos das famílias pesquisadas afirmam que a sua função dentro da família é marcada por muita responsabilidade, pelo exercício de ser companheiro dos filhos/netos, se orgulhar deles, amar, educar e lhes proporcionar proteção. A presença dos filhos/netos adolescentes alimenta a esperança no futuro. Alguns adultos não souberam relatar as suas atribuições como responsáveis pelos adolescentes. Outros participantes explicitaram como compreendem o seu papel parental na fase adolescente do ciclo vital familiar. Para França (2014) é o momento dos pais/avós orientarem com amor, ajudando para que os adolescentes constituam uma boa autoestima, à medida que se sentem aceitos, apoiados e que seus pais/avós acreditem em seus potenciais enquanto seres humanos.

A seguir, apresentam-se os relatos dos adultos quanto à sua função parental:

Eu não sei qual é a minha função na vida dos meus filhos. Só sei que os meus filhos representam na minha vida: carinho, felicidade e amor. Eu gosto de ser mãe. Pra mim é o meu melhor papel.

O papel principal dos pais nessa fase é educar.

Nosso papel é mostrar que nós somos amigos deles. Foi sendo mãe que aprendi a sentir o verdadeiro amor. Então, o meu papel mais importante na vida deles é ensinar o que é o amor.

Sendo mãe aprendi a ser mais responsável. Hoje, posso dizer que o meu filho é a minha companhia. Ele me dá a segurança no futuro. Eu dou o melhor de mim pra ele. Às vezes, olho pra ele e choro de felicidade. Eu me derreto por ele. Eu não permitiria nunca que acontecesse nada de mal com ele, tipo essas coisas: pedofilia, adolescente sendo espancado no colégio. Eu digo pra ele: se eu pudesse eu pegaria um anjo só pra te proteger.

O meu papel é orientar, proteger e principalmente, procurar ser amigo. Tento ser a pessoa que as minhas filhas mais confiam.

A nossa parte é orientar e está ali, acompanhando.

O processo típico da adolescência, “ser um momento no qual não se é criança, mas ainda não se é adulto”, matiza a relação de ambiguidades relativa a essa fase de transição que os jovens estão vivenciando no seu ciclo individual. Além disso, os participantes também

assinalam que os conflitos, e até ameaças, entre pais/avós e filhos/netos fazem parte desse momento (BENEDITO, 2014). A seguir apresentam alguns relatos sobre essas questões:

Os adolescentes tem um lado rebelde que querem mostrar como pensam, apontar que nós estamos errados. Mas também eles tem um lado criança que deitam na cama com a gente, pedem carinho e ficamos brincando juntos.

Tem dias que passo o dia todo trabalhando e só vou ver minha filha de noite. Eu não falo pra ela, mas eu tenho confiança nela. Vejo verdade nela. Eu não fico falando isso pra ela porque ela já se acha um pouco adulta, ai que ela vai se achar mesmo. Agora, ela também tem o lado mais imaturo que acha que nada vai dar errado com ela, nada de mal pode acontecer.

É uma fase que como mãe a gente precisa ter muita paciência. Até porque quando eu era adolescente eu fazia tudo ao contrário do que minha mãe dizia. Fazia de pirraça. Peguei filho com 13 anos e fui tendo um atrás do outro. Hoje, meus filhos me ameaçam. Tem um que diz: se a senhora me atentar muito, eu vou fumar droga e roubar.

Como característica desta fase do ciclo vital, observa-se no subsistema parental o uso da barganha, como troca de favores para receber o que almeja. Isso pode ser visto, por exemplo, na fala de um adolescente: “Eu tenho que fazer uns 30 favores para ela esquecer que aprontei e me perdoar. Ai ela me deixa sair de novo. Tipo: vai alí na casa da tua tia dá um recado pra mim, tira a roupa do varal, dobra a roupa”.

Os adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade descrevem que a sua função no grupo familiar como sendo a de colaborar nos serviços domésticos e cuidar dos seus pais/avós quando eles adoecem. Isso fica explícito nos relatos a seguir:

Minha função na vida da minha mãe é ajudar ela. Quando ela tá doente, eu passo o dia na casa dela, levo na Emergência se precisar. Sou importante nesses momentos. Quando ela precisa, eu tô lá.

A minha função em casa é cuidar das coisas quando a mamãe pede a minha ajuda ou quando ela adocece.

De acordo com os adolescentes pesquisados, os seus pais/avós possuem diversas qualidades. Eles reconhecem o cuidado dos pais/avós quando os adultos são pacientes, amorosos, carinhosos, atenciosos e compreensivos. Valorizam quando recebem ajuda para fazerem as atividades escolares, quando os pais se dedicam a dar a melhor educação que podem e ao cozinhareм pra eles. Também foram ressaltadas atitudes extremamente importantes dos pais/avós que os adolescentes admiram: a forma como os adultos se dedicam ao trabalho, como os acolhem no momento de tristeza, os orientam diante de um “tropeço” e os ajudam a olhar para as várias possibilidades que o mundo oferece.

A seguir, apresentam-se os depoimentos dos adolescentes sobre as qualidades que observam em seus pais/avós:

O que a minha avó tem de melhor é paciência com a gente.
 O que a minha avó tem de melhor é a comida dela.
 O que a minha mãe tem de melhor é que ela se esforça pra me educar e me dá amor.
 É compreensiva comigo e me ajuda a fazer o dever de casa da escola.
 A minha mãe só representa coisa boa na minha vida. Tudo que eu peço ela me dá.
 Ela me dá carinho. Vive me cheirando. Ela me denga. O que a minha mãe tem de melhor é o amor e a alegria.
 Uma coisa que eu admiro na minha mãe é o coração. Ela ama tanto os outros que se deixa por último. Não é todo mundo que escuto, mas escuto com carinho a minha mãe e a minha tia.
 Eu reparo que a minha mãe é dedicada no trabalho e isso me surpreende. Eu admiro muito ela ser guerreira..
 Sem a minha mãe, eu não seria nada. Ela me agrada nos momentos de tristeza. Ela me orienta quando eu faço coisa errada e briga comigo quando precisa. Ela me faz feliz. Ela me ensina as coisas novas do mundo.

Macedo (1994) preconiza que os adultos devam suprir as necessidades de sobrevivência da família, garantindo o desenvolvimento dos membros no âmbito afetivo, social e cognitivo. Para Coelho (2007) os adultos devem se encarregar das seguintes tarefas: nutrição, proteção, orientação e controle. Acredita-se que esses são desafios Hercúleo, que com base nas narrativas acima, é possível inferir que mesmo inseridas em situação de vulnerabilidade que acarreta em limitados recursos, as famílias pesquisadas apresentam atributos valiosos e fundamentais para a construção de um vínculo de qualidade na fase adolescente do ciclo vital familiar. Dessa forma, observa-se o potencial de resiliência das famílias pesquisadas, visto que Walsh (2005) define como a capacidade de enfrentar situações desfavoráveis e, ao se deparar com elas, se tornar-se capaz de gerir essas circunstâncias adversas.

Segundo os participantes, as famílias pesquisadas possuem a presença marcante das mães como cuidadoras principais dos adolescentes, chegando a se sentirem sobrecarregadas e sozinhas na missão de criar e educar os filhos.

Brasil (2008) afirma que quando a família é chefiada por mulher, essa tende a se sentir sobrecarregada pelos custos das despesas domésticas e os cuidados com os filhos/netos. Todavia, o resultado do presente estudo apontou que essas questões ocorrem mesmo quando a mulher vive com o cônjuge. Concordamos com a afirmativa de Gomes e Resende (2004) de que a família brasileira tem sofrido mudanças significativas, mas que, mesmo assim, a mulher continua ocupando o papel de principal cuidadora – sendo esta mulher a mãe ou a avó. Macedo e Kublikowski (2006) e Oliveira (2009) ratificam que a família se organiza em torno da mulher.

Carvalho (1998) assinala que as famílias que são sustentadas exclusivamente pelo trabalho feminino tendem a ser mais sujeitas à vulnerabilidade, em função da mulher ainda

obter menor remuneração comparada ao homem e pela forte presença do trabalho informal/precário. Nas famílias A1 e G2, as mulheres estão sendo as únicas provedoras, pois seus maridos estão desempregados. Uma trabalha como catadora de lixo e a outra como empregada doméstica, ambos os empregos não são legalizados.

As famílias pesquisadas relataram que os pais (nesse caso, referem-se aos do sexo masculino) são ausentes: seja porque os adolescentes não os conhecem, por terem pouco contato em decorrência da separação de suas mães ou por terem uma relação de pouca proximidade mesmo quando eles residem juntos. A maioria das famílias é marcada pela superproteção das mães e distanciamento dos pais. Esse resultado está de acordo com o que Benezik (2011) afirma sobre o homem apresentar dificuldade de separar sua individualidade da função paterna, o que faz com que ele se mantenha protegido pelo silêncio e omissão que compromete a possibilidade de um diálogo com a família e, principalmente, com os filhos. A seguir, observam-se as narrativas dos participantes a respeito da figura paterna:

Pai eu nunca tive. Nunca soube quem é meu pai. Só tenho uma mãe pra me espelhar. Só que não é a mesma coisa. É diferente conversa de homem e de mulher. Só sou registrado com o nome da minha mãe e dos meus avós maternos.
 Eu e o pai do meu filho separamos na época que eu estava grávida. A referência de pai pra ele é o meu atual marido. Ele tem trauma do pai que não teve. Quando o pai dele liga, ele fala como tivesse falando com qualquer pessoa. Eu não sabia que uma pessoa podia ficar traumatizada por algo que não teve.
 Eu tenho o pai dos meus filhos morando na mesma casa, mas é mesmo que nada. Tudo fica nas minhas costas. Ele só sabe cobrar de mim.
 Os meus filhos acham o pai deles enjoado e ele é mesmo. Ele vive junto, mas não é presente. Não se interessa pelas coisas dos filhos, não puxa assunto com eles. Tudo fica pra cima de mim com relação aos filhos.

Todavia, na família G1 o pai é tido pelas filhas como o cuidador principal. É importante frisar que não por acaso esse participante possui nível superior, pois se infere que quanto mais acesso à educação maior a probabilidade do homem questionar, rever e construir um lugar que o pai continue tendo autoridade e seja mais acessível. Segundo as filhas, na família G1 o pai é mais próximo do que a mãe. Este fato pode ser observado na fala de uma das filhas da família G1:

Acho que sou tudo na vida do meu pai. O papai vive pra mim, pra minha irmã e o outro filho dele é o trabalho. Já a mamãe é praticamente só uma pessoa pra chamar de mãe. Tanto que se a gente briga com o papai fica um clima meio estranho em casa porque a mamãe não conversa com a gente.

Observou-se nas famílias (A4, G1 e G4) a presença do filho parental, que é o filho que é afastado do subsistema fraterno e elevado ao subsistema parental, passando a ter

prematuramente responsabilidades emocionais, tais como: exercendo papel de confidente, pacificador, ajudante e suporte primário de seus pais (PENSO; SUDBRACK, 2004). Nas famílias que se notou a existência do filho parental foram as que relataram que os cônjuges tinham relação fria, distante e conflituosa ou que houve a morte de um dos pais e o filho parental passou a assumir, em parte, as funções parentais. O relato a seguir é de uma mãe descrevendo o comportamento do seu filho parental:

O meu filho caçula está entrando na adolescência e está ficando muito rebelde. Só fala gritando. Agora, quando o meu filho mais velho pega ele, ele fica quietinho. O meu filho mais velho me ajuda na criação dos meus filhos mais novos porque não conto com o pai deles.

Das dez famílias que participaram desta pesquisa, a metade se configura como família recasada (A1, A2, A5, A6 e G4). Esse tipo de arranjo familiar envolve a presença de um novo cônjuge que não é o genitor dos filhos. Sarti (2015) afirma que a mulher vai à busca de um companheiro não necessariamente para encontrar alguém que seja o provedor da família, pois, em geral, as mulheres já estão acostumadas a trabalhar. A procura se dá mais para manter a dimensão do “respeito” que, na visão delas, a presença masculina confere uma autoridade moral para a família. Além disso, duas mães afirmaram que o padrasto é comprometido na educação dos seus filhos e passou a ser uma pessoa de referência para eles, como consta nos relatos seguintes:

Por causa do meu filho passei muito tempo sem ninguém. Não queria botar um homem dentro de casa pra espancar o meu filho ou não ser participativo. Quando eu comecei a namorar meu atual marido, meu filho não queria, mas eu disse pra ele que essa escolha era minha. Estou tendo a chance de ser feliz novamente. Hoje, o meu filho diz que se não for jogador de futebol vai fazer faculdade de educação física pra prestar concurso militar. Isso é influencia do padrasto que acabou de passar no concurso da polícia, só que pra nível médio. O pai dele foi lá em casa e perguntou: ‘meu filho, você não vai me dar um abraço?’ Ele respondeu: ‘não. O senhor não me dá carinho. Gosto mais do meu padrasto’. O meu atual marido nunca teve filho e trata meu filho como se fosse filho dele. Quando eu me ajuntei com ele eu já era operada. Até mesmo uma vez o pai biológico dele disse: é o teu marido que está criando, então o que ele fizer esta feito. Só que esse descaso do pai com os filhos não foi só depois da nossa separação, ele nunca teve ai para os meninos. Por isso que tem criança que é só criada pela mãe ou por uma pessoa estranha porque o estranho dá mais carinho do que o de sangue. No meu caso é assim.

O relato acima está de acordo com os resultados do estudo de Cervený e Berthoud (2002) que sustentam que as relações parentais conflituosas ou distanciadas antes da separação conjugal tendem a permanecer assim após a separação dos pais.

Uma questão muito relevante surgiu a partir dos relatos das mães das famílias A1, A2, A4, A6 e G4 que tiveram a experiência da maternidade na adolescência e, posteriormente, tiveram outros filhos já adultas. Elas garantiram que há diferença da forma como exerceram a maternidade na adolescência e quando já estavam na fase adulta, pois sentem que passam a serem mais atenciosas, carinhosas e sentem-se mais preparadas para dialogar. Além disso, confirmam que a gravidez na juventude aumenta a possibilidade de interrupção dos estudos e influencia no projeto de vida (YAZLLE, 2006). Com relação à situação descrita, as participantes afirmam:

Quando a minha mãe se espantou eu já estava grávida. O meu namorado disse que não ia assumir o filho e sumiu. Quando meu pai descobriu, me bateu tanto que quase me mata. A partir daí, não estudei mais.

Com meus filhos mais velhos, eu fui mãe e pai. Já com os menores, o padrasto deles já ajudou. Antes, criava só eu e Deus. Agora, tenho apoio do meu atual companheiro. Além disso, já aprendi mais a conversar, pois fui mãe muito nova e não sabia de muita coisa que sei hoje.

Os meus filhos aprendem muitas coisas no colégio e no CRAS. Um dia, o meu caçula me disse: ‘égua, mãe, a senhora nem liga pra quando a gente fala’. Desse dia em diante, eu fiquei alerta. Sento, pergunto como foi o dia dele. Ele fica feliz. Acho que é isso que os filhos querem: que a gente seja carinhosa e dê atenção. Quando ele chega, se eu to fazendo algum serviço, largo e dou atenção pra ele. Mas já fui aprender isso agora. Com meus filhos mais velhos eu não era assim. Agradeço o meu filho caçula por ter me ensinado isso.

Para as famílias pesquisadas, a qualidade do relacionamento familiar possui grande influência na vida dos jovens (LIPP, 1996). Sendo assim, em famílias nas quais os conflitos são constantes, os adolescentes tendem a se afastar o maior tempo do convívio doméstico, chegando até a cogitarem a possibilidade de morar na rua para fugirem da realidade familiar em que se encontram – como revelam os relatos a seguir:

Eu morava com meus avós. Já teve vezes que pensei em morar na rua. Meus avós brigavam muito. Meu avô é alcoólatra. Quando eu apanhava do meu avô eu aprontava de pirraça. Já a minha avó sentava e conversava comigo, me explicava as coisas e me ajudava a pensar no que aquela minha atitude ia dar.

Eu não tenho lugar na minha família. Eu passo muito tempo longe deles. Vivo na Biblioteca do bairro. Sou distante, principalmente, do meu pai. Tudo isso porque as brigas me afastaram de casa. Eu vejo as coisas e falo, denuncio. Ai pra não brigar, eu me afasto deles e corto relações.

Uma situação presente em duas famílias pesquisadas (A2 e A4) foi o fato das adolescentes terem sido expulsas de casa quando revelaram ou os pais descobriram que elas tinham vida sexual ativa com os namorados e passaram a residir na casa da mãe do namorado delas. A esse respeito, uma adolescente revela:

Foi difícil sair da casa da minha mãe. Sentia como se tivessem me afastando dela. Chorava o dia todo. Todo mundo dizia: ‘calma. Ela mora bem ali, dá pra tu ires todo o dia lá’. Mas eu não escutava, só chorava. Hoje, já tô mais calma. Passo o dia na casa dela, praticamente. Depois que saí de lá passei a valorizar mais a minha família. Antes, só queria sair, tá na rua aprontando besteira. Agora, gosto de sair com eles. Gosto de ficar perto deles 24 horas por dia.

O relato acima ratifica que mesmo a família brasileira tendo passado por várias transformações ainda conserva atitudes e valores arcaicos que convivem com os ares da modernidade (FIGUEIRA, 1987).

Os resultados mostram diferença no âmbito relacional quando a avó é a principal responsável pelos netos adolescentes (família A3) e quando a avó passa a maior parte do tempo com os netos (família G3), mas eles residem com os pais. No primeiro caso, há uma tendência a exercer um papel que é marcado pela missão de criar, educar e dar limite. Já no segundo, a avó se permite ter mais comportamentos de mimar e deixar com que os pais se preocupem com as conversas tidas como difíceis e deixá-los de castigo, por exemplo. Além disso, os netos que participaram desta pesquisa também se sentem mais compromissados em ajudar a avó quando ela é a sua cuidadora principal. Essa realidade é descrita nos relatos a seguir:

Antes, a minha relação com a minha avó era diferente. A gente morava em outra cidade. A gente se conhecia, mas não era próxima. Depois que ela ganhou a nossa guarda, eu e as minhas irmãs passamos a morar com ela. Ela é uma espécie de mãe. O meu papel na vida dela é ajudar no que ela precisar. Por exemplo, quando ela vai no Banco, ela me chama pra ajudar a usar o cartão no caixa eletrônico. Gostaria de tá passeando pra cima e para baixo e eu estou criando três netas porque a mãe delas voltou para São Paulo. Eu podia está linda e chique lá no Maranhão, numa rede, na casa da minha irmã. Mas, fazer o quê? Não vou deixar de cuidar das meninas, abandoná-las. Creio que elas me darão um retorno muito bom. Se elas me obedecem, se eu posso ajudá-las a ser alguém na vida.

Atentou-se para um termo que a avó usou no relato anterior: “posso ajudá-las a ser alguém na vida”, o que sugere que as netas atualmente não são pessoas de valor, que isso só acontecerá no futuro se obedecerem as suas orientações. É comum as pessoas que vivem em contexto de vulnerabilidade usar essa expressão “para ser alguém na vida”. Contudo, é possível inferir que esse tipo de linguagem pode ser consequência de baixa estima e de um sentimento de que são tão marginalizados que só quando não fizerem mais parte da população excluída socialmente se sentirão tendo lugar e sendo alguém na vida (FRANÇA, 2014).

De acordo com os adolescentes pesquisados, algumas modificações no comportamento dos pais/avós poderiam trazer melhoria relacional na família, como por exemplo: os adultos se cuidarem mais fisicamente e emocionalmente, aprenderem a relaxar,

ter mais tempo dedicado ao lazer em família e aprenderem a não descontar o estresse do trabalho na relação com os filhos. Baseado nessa perspectiva, uma adolescente afirma:

Papai precisa de um pouquinho de humildade. Quando tem muito estresse no trabalho dele ele acaba descontando na gente. Eu falo pra ele que ele tá misturando as coisas. A minha irmã não fala nada, engole. Quando ele vem estressado vem colocando a culpa das coisas em mim. E geralmente, ele reclama com a nossa mãe quando ela faz isso, mas ele faz o mesmo. Essa parte, eu não falo pra ele, mas ele faz justamente o que reclama da mamãe.

e) Famílias pesquisadas e segredos

Os resultados desta pesquisa apontaram os seguintes assuntos como segredos na fase adolescente: abuso sexual na infância/adolescência, entrega de filho para adoção decorrente de abuso sexual na adolescência, o uso de drogas ou envolvimento de algum membro da família com situações que envolvem criminalidade.

Para exemplificar, apresenta-se a seguir o relato de uma adolescente:

É um segredo, mas já fui abusada sexualmente pelo meu padrasto. Eu procuro esquecer. Porque disso tudo eu engravidei e tive uma filha. Ai a gente deu pra adoção. Agora, eu procuro esquecer. Se eu tivesse que cuidar de uma criança eu não estaria nem estudando mais. Eu procuro não pensar muito nisso e me preocupar com o meu estudo. Porque eu sei que uma hora ela pode querer me procurar pra saber a verdade e eu vou tá preparada pra contar a verdade.

Vale ressaltar que para Cervený e Berthoud (1997) comportamentos transgressores, como o uso de drogas e envolvimento com a criminalidade pelos jovens, podem ser vistos como refúgios que denunciam que ele está apresentando dificuldade para efetivar as transformações necessárias da fase na qual se encontra.

f) Dificuldades e estratégias de enfrentamento das famílias pesquisadas

Optou-se por subdividir, apenas de cunho didático, as dificuldades e estratégias da família adolescente, dos pais/avós e dos adolescentes. As famílias pesquisadas mencionaram 11 dificuldades que enfrentam, sendo que duas delas foram elencadas somente pelas famílias usuárias do CRAS Aurá como demonstra o Quadro 10.

Quadro 10 – Dificuldades e estratégias das famílias pesquisadas.

Dificuldades	Estratégias
Negociar limites	Ligar com o limite como sendo um processo dinâmico e gradual Construir uma relação de confiança Construir regras claras
Lidar com a programação dos filhos/netos adolescentes sem a presença do responsável	Autorizar quando acompanhado por um dos irmãos
Conversar sobre namoro e sexualidade	Adolescentes conversam com os amigos Os adolescentes usam as histórias dos amigos ou como se fosse vivenciada por um terceiro para conversar com os pais / avós sobre namoro e sexualidade
Ter autorização para falar sobre os erros/“tropeços”	Ficar quieto para evitar conflitos Só falar se for obrigado
Carência financeira	Bom humor Confiar na providência divina
Falta de confiança na relação parental	Os pais/avós se aproximarem dos adolescentes não como vigias que querem os controlar, mas para viver e compartilhar momentos.
Falta de diálogo entre o sistema parental e conjugal	“Conversa franca” Cada um se responsabilizar por suas escolhas
Agressividade	Ter amor na família
Violência urbana	Pedir proteção divina Pedir ajuda Na insistência, revidar com violência
Conflitos familiares	Os adolescentes ouvem música, lêem livro e tentam passar o maior tempo possível fora de casa
Carência de local de lazer (CRAS Aurá)	Usar a rua como espaço de lazer
Pouco acesso a livros (CRAS Aurá)	Recebem doações de livros Trocaram livros com os amigos Projeto Monteiro Lobato

Fonte: A autora da pesquisa, 2016.

Como evidencia o Quadro 10, com relação aos limites, tanto os pais/avós como os adolescentes concordam que a família possui dificuldade de estabelecê-los, negociá-los e cumpri-los. Para Macedo, Bruscagin e Feijó (2014) os limites são uma forma dos jovens sentirem que os adultos se preocupam com eles. É por meio de regras e sanções que os pais/avós ajudam os adolescentes a controlarem seus impulsos e analisarem cada situação antes de agir. Por essa razão quando os limites são claros, os adolescentes tendem a se sentirem protegidos. Cangelli Filho (1997) alerta os pais/avós para que não se sintam acuados

por serem rotulados como “caretas” ao apresentarem os limites, pois eles são uma forma de cuidado uma vez que favorecem o amadurecimento dos seus filhos/netos.

De acordo com as famílias pesquisadas, os pais/avós não sabem qual a medida que permite que os adolescentes tenham mais independência e relatam que essa situação se agrava quando o casal não chega a um acordo e apresentam regras antagônicas aos adolescentes – desautorizando o cônjuge. Para Cervený e Berthoud (2002) quando os conjugues divergem com relação à educação e criação dos filhos, passam a ter mais dificuldade de criar um novo modelo parental e conjugal que seja adequado para a fase do ciclo vital que a família se encontra.

Os adolescentes relatam três situações sobre limites: que são tolhidos pelos responsáveis; ou que não são estabelecidas regras e eles ficam sem parâmetro de como agir; e, por último, que sentem que as regras viram “moeda de troca” – só lhes é permitido mais independência se eles fazem algum favor para os adultos. As narrativas abaixo, de duas mães, ilustram as dificuldades em estabelecer limites adequados para a fase do ciclo vital que a família se encontra:

Tem vezes que a gente não sabe se aperta ou afrouxa a corda. É um desafio pra nós pais, porque não dá para eles andarem debaixo da nossa saia, nem das nossas asas. Mas também, ainda não estão prontos pra saírem por aí ao léu. Se ele tiver um pouco de limite não vai ser proibido de nada. Ele sai do colégio e não volta, fica brincando de peteca. Às vezes, sinto que ele pensa: eu vou ultrapassar o limite mesmo se ela me esculhambar. Ele me testa. Mas eu falo: manda quem pode e obedece quem tem juízo.

Foi apresentada como estratégia para lidar com os limites compreendê-los como algo que precisa ser construído gradativamente, de acordo com o desenvolvimento dos adolescentes. Além do que, esta negociação pode ser prejudicada ou facilitada conforme a confiança que há na relação entre pais/avós e os adolescentes. A seguir, apresenta-se a fala de um participante: “Desde cedo eu costumei para que geograficamente elas tivessem o espaço delas. Tinha que aprender a andar de ônibus. Ensina e depois dizia: pode ir. Assim, elas e eu fomos pegando confiança”.

Os resultados desse estudo apontaram que no tocante ao fato dos adolescentes já desejarem fazer programações com o grupo de amigos, sem a presença dos responsáveis, há certa dificuldade para estabelecer acordos porque existem outras situações familiares que agravam esta questão, como: o comportamento dos jovens de mentir/omitir informações aos responsáveis (o que revela falta de confiança na relação parental), a violência urbana e a

recusa em ter possibilidade de dialogar sobre os tropeços⁸ que cada membro da família pode cometer na vida. Além disso, mencionaram a hesitação dos pais/avós em admitirem o crescimento/desenvolvimentos dos adolescentes, confirmando o que Cervený e Berthoud (1997) afirmam: na fase adolescente, os pais se defrontam com a perda do filho idealizado e são convidados a enxergar os filhos não mais como crianças, mas como pessoas que já fazem as suas próprias escolhas. A seguir, serão apresentadas algumas falas que exemplificam essas situações vividas:

É difícil como mãe, abrir mão da imagem dos filhos como criança.
Minha filha arranja amizade fácil e isso me preocupa. Além disso, ela acha que tem testa de ferro e nada de mal vai acontecer com ela.
Na minha família não se pode falar de atropelos. Quando tropeço, fico quieta. Se eu conto para os meus pais, eles vão gritar, me brigar, vou ficar de castigo. Então, eu fico na minha e só falo quando sou obrigada.
Quando meu neto tira nota baixa, ele diz: ainda não recebi as notas, vó. Quando ele começa com isso, já sei que ele não se saiu bem, mas tá sem coragem de falar a verdade.
Lá em casa, não tem muito espaço para nem pais nem filhos falarem sobre os enganos.

Pode-se inferir que as conjunturas desfavoráveis para que cada membro da família converse sobre seus “tropeços” dificulte o compartilhamento de histórias e consequente aprendizado de uns com os outros. Assim, vale-se da experiência para construir novos recursos de enfrentamento em situações adversas e compreendendo que os “enganos” fazem parte da vida familiar também – a habilidade adaptativa está em aprender com eles. E mais, essa atitude pode favorecer com que todos tenham mais responsabilidade com as suas escolhas por saberem que elas possuem consequências, favorecendo novas aprendizagens.

A respeito das estratégias utilizadas diante da programação sem a presença dos pais/avós, algumas famílias relataram que permitem somente quando o adolescente leva um dos irmãos para ir junto, pois se o adolescente fizer algo fora do que foi acordado com os responsáveis esse irmão tem a função de denunciar. E diante da violência, os pais/avós recorrem à proteção divina para salvaguardar os adolescentes e/ou instruí-los a refutar usando de violência, como mostram os relatos que seguem:

⁸ A pesquisadora optou por utilizar esse termo porque ele é soa menos linear, normativo e punitivo do que erro. Além disso, imprime uma idéia de movimento á medida que só tropeça quem está caminhando e todos que estão na estrada estão expostos a vacilar.

Só deixo ir se ela levar a irmã dela, porque a menor me conta tudo o que acontece por lá.

Eu tenho medo de perder meus filhos pra violência. Por isso todos os dias, eu peço pro Senhor guardar eles: levar e trazer em paz. Porque o mundo que estamos vivendo, só Deus para guardar a gente. Nós saímos de casa e não sabemos se vamos voltar.

Com o meu pai aprendi que cada pessoa tem seu jeito de pensar. Nem sempre a violência é a melhor forma de resolver algo, mas se depois da terceira vez que você pedir para a pessoa parar e ela continuar a lhe tratar com violência, aí partir pra porrada é a melhor saída.

Em geral, de acordo com as famílias pesquisadas, os adultos afirmam que os adolescentes não falam sobre namoro. Todavia, muitas vezes, os próprios pais/avós transmitem mensagens explícitas ou subliminares que não aceitaram os namoros ou não se sentem preparados para esse tipo de diálogo. Quando suspeitam de algum namoro perguntam para os filhos/netos ou fingem que não estão percebendo nada por não se sentirem preparados para terem esse tipo de conversa. Os adolescentes compartilham suas experiências dentro do namoro com os amigos, como elucida o relato abaixo:

Sobre namoro elas não conversam comigo. Talvez seja porque eu sou o pai. Eu não fico perguntando se elas têm namorado ou não. Elas sempre escondem porque elas acham que eu vou procurar saber quem é. Eu gostaria que a mãe delas conversasse sobre isso, mas acho a mãe muito reservada para falar dessas coisas. Como elas têm amigos, elas conversam com os amigos. Agora, uma coisa é certa: o namorado só pode dormir em casa no dia em que eu tiver um cachorro Pit Bull bem antissocial.

As famílias pesquisadas reconhecem a importância da temática sobre a sexualidade na adolescência, porém afirmam que é um assunto de difícil abordagem. De forma geral, verificam-se comportamentos comuns, agrupados em quatro formas que as famílias pesquisadas apresentaram para lidar com a temática da sexualidade, nesta fase do ciclo vital familiar:

- a) Os responsáveis não se sentem capazes de conversar sobre isso, não querem conversar mesmo que os adolescentes iniciem o assunto. Esperam que os adolescentes tirem suas dúvidas na escola e com os amigos;
- b) Os responsáveis, por não saberem como abordar o tema, esperam que os filhos venham conversar sobre o assunto;
- c) Os adolescentes sentem dificuldade de falar diretamente de suas dúvidas e experiências para os pais/avós, então, usam a seguinte estratégia: quando querem conversar contam uma história como se fosse um amigo deles que tivesse vivenciando e, assim, sabem a opinião dos pais/avós sobre a questão;

- d) Os responsáveis que se sentem mais a vontade para falar com os filhos adolescentes são os que possuem filhos já adultos, oriundo de outras uniões, e que perceberam que a falta de diálogo sobre o início da vida sexual pode ter contribuído para gravidez na adolescência, por exemplo. Todavia, esses responsáveis ao falarem sobre sexualidade na adolescência, muitas vezes, afirmam que os próprios adolescentes não querem conversar e ficam incomodados. A fala a seguir ilustra esse tipo de situação:

Eu converso muito com os meus filhos sobre as doenças que eles podem pegar. Eu falo que AIDS não tem cara. Bato muito que tem que usar camisinha, mesmo com o parceiro estável porque se alguém pular a cerca pode trazer doença. Eu ensinei pra eles como que coloca a camisinha. Mas quando vou falar disso, sinto que eles têm vergonha. Essa vergonha que emperra a gente conversar mais sobre sexo. Ai eu fico paralisada porque eles só ouvem, não falam nada. E pra mim, o fato de não ter uma conversa boa com eles sobre isso aumenta a chance de lá na frente eles fazerem besteira.

Em referência à dificuldade das famílias adolescentes para dialogar sobre namoro e sexualidade, percebeu-se duas circunstâncias interessantes no comportamento das avós com os netos adolescentes:

- a) Relataram terem dificuldade em abordar essas temáticas, afirmam que se envolvem em vários aspectos na criação e educação dos netos, porém no que tange à sexualidade, acreditam que os responsáveis por esse tipo de conversa com os adolescentes são os pais;
- b) Orientam os seus netos para que se envolvam amorosamente com alguém quando eles tiverem mais idade e que devem namorar, noivar e casar – mesmo que nenhuma delas, nem seus filhos, tenham histórias que seguiram esse *script*. Assim, os adolescentes são incumbidos de realizar o que elas não puderam fazer.

A seguir duas narrativas que demonstram as situações anteriormente apresentadas:

Eu acho que eu não sou capacitada para chegar assim com eles e falar, acho que a mãe deles que tem que fazer isso. Eu passo o dia com eles, mas converso sobre outras coisas. Se alguém falar vai ser a mãe deles porque o pai deles, meu filho, diz assim: os meninos vão aprender a se virar. A senhora escolhe a idade que eu vou começar a namorar e eu escolho a idade que vou lhe contar.

Cervený e Berthoud (1997) afirmam que os adolescentes nem sempre irão cumprir com as expectativas dos pais e, por essa razão, assinalam que quanto mais os pais aceitam as escolhas dos seus filhos, mais os adolescentes tendem a ficar próximos. No relato acima, nota-se na fala da adolescente que, em função de não ter aceitação, só compartilha com a família o momento em que perceber que pode ter acolhimento.

Uma dificuldade enfatizada pelas famílias pesquisadas foi com relação à carência financeira que é enfrentada com o bom humor e na confiança de que a providência divina irá auxiliá-las diante da falta de recursos na obtenção de produtos para suprirem suas necessidades básicas, como alimentação, por exemplo.

Todavia, os participantes afirmam que, nessa fase do ciclo vital familiar, os adolescentes tendem a intensificar as solicitações de compras. Diante disso, os pais/avós utilizam os seguintes recursos: procuram mostrar que o dinheiro é de toda a família e estabelecem prioridades para administrar o recurso financeiro; tentam não prometer nada, pois se isso acontecer são muito cobrados; e vão às compras sem a presença dos adolescentes. A seguir, apresentam-se relatos dos adultos frente a essa realidade:

Por exemplo, elas estão precisando de sapatilha. Ai elas dizem: vovó, quando a senhora receber a senhora vai comprar? Eu digo: vou ver. Porque se eu falar que sim, elas me colocam doida se não comprar. Fazem um bicho de sete cabeças. Eu digo: já ouvi e vou ver se vai dar. Quando eu recebo, nem falo nada. Como já sei o número delas, se der o dinheiro, já compro e trago porque se eu levá-las, elas querem a loja inteira.

A nossa relação de pai e filhas envolve leitura e ir ao cinema. Ai elas falam: pai, caiu o teu salário? Eu respondo: caiu o nosso salário. O dinheiro é nosso.

O primeiro obstáculo da estrada da vida da minha família é o financeiro, mas a nossa fé vai superar isso.

Ainda com relação ao dinheiro, surge outra dificuldade: o fato de, muitas vezes, os adolescentes não devolverem o troco. Como fica claro no relato a seguir:

Ela fala: vovó, eu quero ir na lan house pra fazer uma pesquisa da escola. Como hoje já é depois do dia 20, já não tem mais dinheiro nenhum da bendita da aposentadoria. Ai eu disse: toma esses R\$ 5 e estás autorizada a gastar R\$ 1,50. Traz o troco. Ela chegou e disse: vovó, por favor me perdoe, eu gastei R\$ 4. Quase que eu espoco ela. Mas disse pra ela não repetir mais isso porque o dinheiro já estava comprometido. Eu já tinha pensado em comprar o pão pro café da manhã.

Outra conjuntura citada como sendo comum: os adolescentes terem uma relação conflituosa com os pais (aqui, referindo-se aos homens) por eles tratarem suas mães com desrespeito e agressividade. Nesse contexto, os adolescentes denunciam as dificuldades da relação conjugal e, na maioria das vezes, ou enfrentam/ameaçam os seus pais ou se afastam de

casa. Os adolescentes não possuem mais a visão infantil e fantasiosa de que os pais são perfeitos. Não confiam de forma absoluta nos pais e denunciam as incoerências dos adultos (CERVENY; BERTHOUD, 1997), como na narrativa a seguir:

Se eu ponho uma regra, o pai dela não pode ir lá e quebrar aquela regra. Ai ele vai e fala o que ela quer ouvir. Tira toda a minha moral. Estraga tudo. Isso lá em casa cria maior problema.

Eu queria que a minha mãe soubesse que amar ela não significa amar quem ela ama. Eu não admito o jeito como meu pai agride a minha mãe. Quando era criança, aguentei muito. Agora que cresci, parto pra cima dele. Como ela defende ele, prefiro ficar longe de casa. Tenho como refúgio ler e ouvir musica.

O relato acima revela a presença de violência doméstica nas famílias pesquisadas. Em geral, as agressões ocorrem entre: os cônjuges e na maioria das vezes têm relação com o uso excessivo de bebida alcoólica; os pais e filhos porque os adolescentes já se sentem capazes de enfrentar verbalmente e fisicamente; e entre os irmãos, especialmente quando tem uma figura no subsistema da fratria que é responsável pela criação dos outros irmãos ou quando um deles denuncia para os pais algum comportamento que gere desaprovação. Nesse caso específico, a maneira que a mulher lida com o ato violento é acreditando que o amor irá sempre suportar e prevalecer. Vicente (1994) defende que o ser humano tem potencial para construção e para a destruição. E que, mediante contexto de vulnerabilidade, a possibilidade de respeitar o outro fica mais ameaçada. As atitudes são baseadas na lógica: se a vida não é justa, justifica-se quebrar regras morais para lutar pela sobrevivência.

As famílias do CRAS Aurá relataram como dificuldade a falta de um local apropriado para o lazer, como praças e parques. O que faz as crianças e adolescentes terem que brincar na via onde passam carros e ônibus. Além disso, afirmaram que não possuem acesso a livros. A realidade descrita pelas famílias participantes do Aurá confirma o que Libório, Coelho e Castro (2011) colocam sobre as famílias adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade. De acordo com esses autores, existe múltiplas adversidade que essas famílias enfrentam, tais como: pobreza, violência, abandono, falta de eficiência de políticas públicas e escassa agenda de sociabilidade e oportunidades.

Em função dessas circunstâncias, a pesquisadora, junto com as famílias do Aurá, criou o projeto Monteiro Lobato para que adolescentes e adultos tenham a chance de ler mais, especialmente os adolescentes que se apresentaram mais enfaticamente diante desta necessidade, como mostra o discurso abaixo:

Lá na minha escola, cada amigo tem um numero do Diário do Banana. A gente vai se emprestando e lendo fora da sequência. Eu prefiro livros românticos, mas os meus amigos não gostam muito. O último que li foi o que chama “A Culpa é das Estrelas”. Ou então, espero chegar a época da Feira do Livro porque a minha tia compra livro de 3 reais pra mim.

Até então, as estratégias adotadas por eles são: esperar doações da igreja para receberem algum livro ou gibi; ganhar dos parentes livros na Feira do Livro, que acontece uma vez no ano em Belém, a qual possui estandes que disponibilizam livros por preços promocionais; e trocar livros entre os amigos da escola.

Em nenhum momento, foi mencionada pelas famílias do CRAS Aurá a existência de uma biblioteca na escola dos adolescentes ou mesmo no bairro. Já as famílias do CRAS Guamá afirmam que dispõem do Espaço Cultural Nossa Biblioteca que supre com essa necessidade, não apenas disponibilizando livros, mas igualmente cursos literários e rodas de leitura. E também não pontuam com relação à privação de local de lazer na comunidade. Infere-se que essa atitude se deva ao fato do bairro do Guamá dispor de muitas instituições que valorizam o lazer e a cultura local, como: escola de samba e o Lar Fabiano de Cristo que busca fortalecer os vínculos familiares e sociais, promovendo atividades socioassistenciais e socioeducativas para a comunidade.

No Quadro 11 apresentam-se as dificuldades dos pais/avós na fase adolescente do ciclo vital familiar e as estratégias utilizadas.

Quadro 11 – Dificuldades dos pais/avós e estratégias.

Dificuldade dos pais / avós	Estratégias
Não agredir fisicamente filhos e netos	Ter paciência Dialogar
Aceitar que os filhos / netos estão crescendo e necessitam receber tratamento que não seja infantilizado	
Cobrar que os adolescentes compartilhem com os adultos os seus segredos	Respeitar a privacidade dos filhos / netos adolescentes
Aceitar que os adolescentes priorizam a convivência com os amigos	
Ver os adolescentes fazendo suas próprias escolhas	Adultos ficarem próximo
Controlar e vigiar a utilização da internet pelos filhos / netos	
Educar filhos / netos	

Fonte: A autora da pesquisa, 2016.

De acordo com o Quadro 11, os pais reconhecem como uma dificuldade o uso da violência física com os adolescentes. Afirmam que não acontece com frequência, mas se valem desse tipo de comportamento quando se sentem sem recursos para agir de maneira diferente. Segundo eles, tentam ter paciência e conversar, mas quando não são compreendidos ou quando, mesmo assim, os adolescentes desobedecem, fazem uso da agressão física.

Os adultos pesquisados admitem que algumas vezes, adotam atitudes que infantilizam os filhos/netos e que esse fato faz com que os adolescentes se afastem e se sintam incompreendidos e não legitimados perante a sua atual condição, como mostra o relato a seguir: “Quando eu falo: vem cá, meu bebezinho. Ela diz: eu já cresci faz tempo, só falta você notar”.

Segundo Cervený e Berthoud (2002) é importante que os pais/avós reconheçam o crescimento dos filhos/netos, pois apenas mediante essa constatação é que os adultos da família buscarão construir com os adolescentes um novo padrão de interação no qual é possível exercer o cuidado “de longe” e, ao mesmo tempo, tentam se aproximar da turma dos os amigos filho/netos.

Ainda relacionado com as mudanças necessárias para o exercício da parentalidade, os adultos apresentam dificuldade em admitir que os adolescentes façam suas próprias escolhas sem consultá-los, tendem a priorizar a convivência junto aos amigos do que com a família, que gostam de ficar mais isolados quando estão em casa e, muitas vezes, cobram que suas intimidades e segredos sejam também compartilhados com eles – como demonstra a seguinte narrativa: “A minha mãe briga comigo porque conto muitas coisas pras minhas primas e não conto pra ela. Ela já chegou a chorar por isso”.

Para lidar com as conjunturas descritas, alguns adultos das famílias pesquisadas afirmam que procuram respeitar a privacidade e o “tempo” dos adolescentes, sentem que eles tendem a se aproximar e até a compartilhar mais suas histórias pessoais, como se pode verificar no relato abaixo:

Quando eu entro em casa, vou falando alegre com elas. Ai ontem, minha neta tinha acabado de chegar do CRAS. Perguntei como tinha sido e ela ficou calada. Então, eu disse: quando você quiser me contar venha aqui que quero saber. Ai deu um tempinho e lá veio ela pra perto de mim me contar o dia dela. Às vezes, os adolescentes só querem que a gente respeite aquele tempinho, sem insistir muito.

Além de respeitar o momento que o adolescente quer compartilhar ou não algo com os demais membros da família, Feijó (2008) assinala que é fundamental que os pais/avós

resguardem a intimidade dos seus filhos/netos, posto que eles necessitam de respeito e privacidade.

É um desafio para pais/avós dos adolescentes os ver fazendo suas próprias escolhas, mesmo que essas não estejam de acordo com as expectativas dos responsáveis. Os adolescentes desejam maior autonomia e poder de decisão sobre seus atos. Para Cervený e Berthoud (2002) é esperado que os adolescentes reivindiquem mais autonomia. Contudo, o sistema familiar ainda não está se adaptando a essa nova demanda. Assim sendo, é comum os pais terem estranhamento ao perceberem que o adolescente é instável. Essa dinâmica é denominada pelas autoras acima como turbulência.

De acordo com Sapienza e Perdomônico (2005) o adolescente transita entre a autoconfiança cega e a angústia, manifestada através das incertezas. Pode apresentar dúvida ou sentimento de incapacidade diante dos papéis que lhe são impostos pela família. Para enfrentar essa situação, alguns adultos afirmaram que procuram manterem-se próximos para o caso de que os adolescentes queiram recorrer a eles. Apresentam-se a seguir duas narrativas dos pais sobre como enfrentam a situação descrita acima:

Antes, eu pensava que meus filhos só iam transar depois de casados. Mas eu já meti na minha cabeça que não é isso, pois essa escolha será deles e não minha. Eu envolvo os meus filhos no meu mundo. Eles têm o mundo deles, mas deixo claro que fazem parte do meu mundo. Deixo a porta sempre aberta para saberem que podem se aproximar.

Outra dificuldade apresentada pelos pais/avós é com relação ao uso da internet pelos adolescentes, que desperta temor por dois motivos: os adolescentes se envolverem com pessoas que possam causar alguma moléstia; e o acesso a conteúdos inapropriados para a idade na qual se encontram. A preocupação tende a se agravar pelo fato de os adolescentes, em maioria, fazerem uso da internet fora do ambiente doméstico e na ausência dos responsáveis. Esses resultados estão de acordo com os estudos de Wendt e Lisboa (2013) que alertam para a necessidade dos pais quanto ao uso da internet pelos adolescentes.

Por fim, segundo as famílias pesquisadas, o maior desafio dos pais/avós é com relação à educação dos adolescentes para que prezem por bons princípios, como mostra o relato seguinte:

O mais desafiador de ser pai de adolescentes é com relação à educação. Pra mim educação não é só ir à escola. Educação também é fazer com que minhas filhas compreendam o respeito para com o outro e que eu consiga transmitir para elas bons valores.

Diante disso, os pais/avós afirmam que nem sempre se sentem capacitados para cumprir com eficiência esse papel de educadores.

É importante deixar claro que se concorda com os participantes quando eles assinalam que a educação vai além do ensino formal, mas também é produto construído no convívio familiar por meio dos valores em que os membros da família pautam suas relações. E, a maneira que se constitui a vivência doméstica é, em geral, refletida nas demais relações que as pessoas estabelecem socialmente e vice-versa.

O Quadro 12 é apresenta a sistematização das dificuldades dos adolescentes e as medidas para enfrentá-las.

Quadro 12 – Dificuldades dos adolescentes e estratégias.

Dificuldades dos adolescentes	Estratégias
Estabelecer “mau amizade”	
Ter o comportamento de mentir para os responsáveis	
Descumprimento do horário combinado com o responsável para retornar para casa	
Não realizar atividade no momento que o responsável solicita	
Não devolver o troco para o responsável ao efetivar alguma compra	
Desinteresse nos estudos	Contratar professor particular (pagamento com permuta)
Pressionar os adultos para que realizem compras para os adolescentes	Os adultos compram o que sabem que os adolescentes estão precisando, mas sem a presença dos jovens
Início precoce de namoro e vida sexual	Namorar uma pessoa que tenha a mesma religião que a família de origem
Cobranças sociais	Ler e ouvir música

Fonte: A autora da pesquisa, 2016.

Segundo os participantes, “má amizade” é uma relação que pode influenciar os adolescentes a fazerem uso de drogas, praticar crimes, abandonarem os estudos e desobedecer aos pais/avós – como mostra o relato a seguir:

A minha mãe não me ensinou a fazer coisas erradas como ficar vagabundando e fumando droga. Ela nunca me mandou ir pra cima do lixão. Eu que ia pra lá e acabei me metendo com drogas. Só que vi muito colega meu morrer lá. Os traficantes apontavam a arma na cara deles e eles estavam do meu lado. Um dia o cara matou uma menina na minha frente. Foi aí que pensei: ou eu paro com isso ou vou ser o próximo.

“Má amizade” também pode ser compreendida como sendo relações que acarretam em uma sobrecarga emocional excessiva ao adolescente. Os adultos relatam que ficam atentos para essa situação e tentam retirar seus filhos/netos de relacionamentos nos quais eles estão inseridos, assumindo os papéis de conselheiros e confidentes, mas que esse papel gera muita angústia, por exigir além das suas habilidades como amigo. A seguir um relato sobre essa realidade vivenciada pelas famílias pesquisadas:

A minha filha estava virando a psicóloga da turma e estava absorvendo os sofrimentos dos outros. Eu me meti e disse: filha pare por aí. Vá devagar. Não se coloque nesse lugar de salvadora da pátria. Você não tem idade pra lidar com tudo isso. Teve um dia que uma colega foi dizer para ela que ia cometer suicídio.

O comportamento de mentir para os pais/avós e de desrespeitar as regras familiares foi relatado e, algumas vezes, associado à “má de amizade”, mas também aparecem isoladamente. Em geral, os adolescentes mentem com relação aos lugares que se destinam e na companhia com quem andam. E o acordo que é mais descumprido é quanto ao horário dos adolescentes retornarem para casa. Os adultos acusam os adolescentes de mentirem com frequência, os adolescentes reclamam que os pais não confiam neles e não os escutam. Consoante com Cervený e Berthoud (1997), na fase adolescente do ciclo vital familiar os adultos e adolescentes precisam estabelecer relações de confiança, uma vez que os filhos/netos já conquistaram maior independência e, cada vez mais, passarão a ter “vida” fora do grupo familiar. Contudo, os resultados obtidos nesta pesquisa denotam que nem sempre isso ocorre. Muitas vezes, pais/avós pedem prova de confiança e responsabilidade aos adolescentes, sem que isso seja uma prática construída por eles. Abaixo, encontra-se o relato de mãe e filha sobre essa realidade:

Se a minha filha não chega no horário combinado, eu fico nervosa. Ela fica aborrecida comigo, não entende o meu lado. Eu me pergunto: será mesmo que ela está no lugar que ela me informou? Tem que ter um horário limite pra chegar em casa e tem que avisar pra onde é que está indo e com quem. Se a gente não se impor, eles querem mandar na gente. Sei que tem diferença, pois a minha adolescência foi no interior e a dela tá sendo na cidade. Não prendo, pois não adianta.

Se eu passar do horário, mamãe liga pra casa de todo mundo. Só não tem o intuito de ir na casa que eu falei pra ela que eu estava. [...] Quando eu falo pra mamãe que vou chegar às 21 h, ela diz: no máximo até 20h. Mas eu só chego às 21 h, nem discuto. Eu avisei. Minha mãe não saía quando ela era adolescente. Então, ela quer que eu fique só em casa, como ela. Ela quer chegar do trabalho, me encontrar no sofá com os braços abertos dizendo: oi, mãe.

Nota-se que as famílias sinalizam diferença da (primeira) adolescência dos responsáveis e dos seus filhos/netos relacionadas com o fato de que os adultos viviam no interior do Estado do Pará. Assim sendo, o êxodo rural das famílias acarretou em consequências como: as famílias precisaram conviver com violência urbana e notaram que as regras adotadas para lidar no campo e na cidade são diferentes, especialmente para quem vive em situação de vulnerabilidade. Segundo Macedo e Kublikowski (2009) o local de moradia e a comunidade que a família está inserida são fatores que indicam se a família se encontra ou não em um contexto de vulnerabilidade.

Outro inconveniente mencionado pelas famílias pesquisadas é relativo à atitude dos adolescentes de procrastinarem suas atividades ou solicitações feitas pelos pais/avós. Os adultos relatam a sensação de que sentem que a paciência deles é testada nessas ocasiões e para isso precisaram ser mais tolerantes com os filhos/netos. De acordo com Benedito (2014) o adolescente tem a necessidade de se diferenciar para saber quem ele é e durante este processo tende a questionar regras dos pais/avós. Pode-se inferir que a procrastinação é um desses comportamentos de oposição usados para tentar se diferenciar. Faz parte desse intervalo entre a infância e a idade adulta.

Diante da conjuntura exposta, um adulto relata:

Os adolescentes nunca fazem as coisas na hora que a gente pede. Então, tive que aprender a ser mais tolerante. Mas chega uma hora que eu conto até três. Ai eles se levantam e vão fazer. Sempre deixo claro que não dá pra ficar querendo que só o outro faça as coisas, eles precisam colaborar.

As famílias pesquisadas apontam, em alguns casos, falta de interesse nos estudos por parte dos adolescentes. Somente a mãe da família A5 relatou que contrata uma professora particular para reforçar o que foi ensinado na sala de aula e negocia o pagamento com permuta. Ou seja, como a mãe é depiladora oferta os seus serviços à família da professora.

Muitas vezes, os adolescentes dizem que vão à escola, mas vão para outros lugares. Os adolescentes relatam que só com o passar do tempo que eles percebem que o ato de não valorizarem o estudo possui muitas consequências negativas para eles e para a família. Os relatos abaixo ilustram esta realidade:

A mamãe mandava eu ir pra escola. Só que eu não ia pra escola, ia pra outro lugar. Era pra eu ter acabado todos os meus estudos e eu não acabei por causa de uma sem-vergonhice que eu tinha na minha cara.
Meu filho é inteligente, mas é preguiçoso. Eu tenho que ficar de olho. Eu pago professor particular e tudo.

Com relação a namorar e iniciar a vida sexual, tanto os adultos quanto os adolescentes afirmam que cada vez mais cedo essa iniciação está ocorrendo. Mesmo os adolescentes dizem que gostariam de se envolver amorosamente e sexualmente com mais idade, porém sentem que “o corpo pede” um contato mais próximo e íntimo com o(a) namorado(a).

As medidas tomadas pelas famílias diante dessas circunstâncias são duas: quando os adultos descobrem que a filha já tem vida sexual a expulsam de casa como uma maneira de protegê-la socialmente, para que ela se una com o companheiro a fim de não ser mal vista na comunidade; e quando os adolescentes namoram uma pessoa que tem a mesma crença religiosa da sua família de origem, percebem que isso é visto como um facilitador na aceitação da relação pelos adultos. E os pais/avós narram que se sentem mais seguros de saber que o(a) namorado(a) do seu filho adolescente é criado com valores religiosos semelhantes aos da família. Outro artifício usado é mandar os adolescentes passarem uma temporada no interior com a intenção de afastar do namorado ou da namorada a ponto ou de enfraquecer o relacionamento ou deles romperem.

A estratégia de pressionar a filha que tem já iniciado a vida sexual a morar com o namorado, segundo as mães, é desaprovada pela equipe do CRAS. Contudo, as famílias participantes relataram que essa atitude está longe de ser um abandono. Para elas, é vista como uma forma de preservar a adolescente dos maus julgamentos alheios. Abaixo, falas dos participantes sobre a situação apresentada:

Nossa vida melhorou depois que minha filha conheceu o rapaz que ela tá hoje. O namorado anterior era traficante. Esse de agora é de família evangélica. A mãe dele é evangélica e chama atenção da minha filha quando precisa.

Eu já estava pronta para fugir com o meu namorado. Tinha até feito bilhete pra minha mãe. Só que na manhã da fuga, ela chegou com as passagens para eu ir pra Portel⁹. Chegado no interior, eu fui me desligando do namorado, fui pra festa e quando voltei já não queria mais está com ele.

Eu fui chamada lá no CRAS e eles me perguntaram por que eu tinha deixado minha filha adolescente sair de casa para morar com o namorado. Disseram desse jeito: a senhora tava entregando a sua filha? Não é isso. Eles não entendem de que ela vivia atrás desse namorado que é o marido dela, hoje. Ela sumia e não queria voltar pra casa. Ela ia dormir lá na casa dele e só voltava quando bem queria e quando ele ia lá pra casa acontecia a mesma coisa. Ela parou de ir pra igreja comigo, só queria fazer tudo com ele. Não é que eu quisesse empurrar pra ele ficar com ela e assumir um compromisso. Mas o jeito que as coisas estavam indo, não ia dar certo. Outra coisa que elas falaram: a senhora deu o compromisso para ele e a família dele criar a sua filha. Isso não aconteceu. Quando ela foi pra lá, morar com ele, ela amadureceu. A gente passou a conversar mais, tanto que ela saiu de casa, mas vai lá comigo todo o dia. A hora que eu preciso dela, ela tá lá.

⁹ Portel é um município paraense que dista aproximadamente 270 km da cidade de Belém – PA.

Observamos que o CRAS, ao adotar a postura relatada pela participante, está cumprindo com o compromisso de proteger e fortalecer os vínculos familiares, auxiliar as famílias a refletirem formas de enfrentar as dificuldades minimizando os danos. Todavia, compreende-se a posição da mãe, com recursos escassos e tendo uma história de vida na qual quando engravidou na adolescência, seu pai a espancou e a retirou da escola. Além disso, o pai do seu primeiro filho não a assumiu como companheira, nem registrou o filho no nome dele.

Assim, a história se repete em partes ao retirar a filha de casa, não por ela estar grávida, mas por ter vida sexual ativa. Infere-se que essa mãe não perceba que, com essa atitude, está acelerando a vivência da filha com relação conjugal e até mesmo uma futura gravidez, ainda na adolescência. Nesse sentido, concorda-se com Cervený (2011) quando afirma que o sistema familiar seleciona do passado o padrão repetitivo e o inclui na história atual. A família muda e em partes repete o padrão de interação – essa é a leitura da presente pesquisa ao analisar o sistema tridimensionalmente (considerando os avós, pais e filhos).

g) Famílias pesquisadas e heranças intergeracionais

As famílias adolescentes pesquisadas mostraram que pais/avós transmitem aos adolescentes heranças que estão relacionadas à valorização do amor e união como sendo os componentes que fazem a família resistir a tudo, como se nota do relato a seguir:

O que a minha avó deixou de herança pra mim foi que o amor suporta tudo. Ela criou os filhos e todos os netos. Amava a gente independente do que a gente fizesse. Amava os netos como uma mãe e a mãe ama o filho de qualquer jeito. Não é porque ele é ladrão que ela vai deixar de amar ele.

De acordo com as famílias pesquisadas, é do amor e da união que provém a “garra” para superar as dificuldades. Todavia, as avós apresentaram dúvidas em relação aos netos compreenderem e absorverem o que é ter “fibra”, dado que, mesmo inseridos em contexto de vulnerabilidade, os adolescentes já vivem com menos precariedade que as duas gerações anteriores. Essa preocupação fica explícita na seguinte fala:

Eu quero transmitir para os meus netos a garra. Às vezes, eles acham que tudo que a gente fala é ultrapassado. Será que meus netos percebem o que quero deixar para eles? Os meus filhos eu sei que já colocam isso em prática. Mas meus netos acham que tudo que vem da geração mais velha é fora de moda. Se eles puderem receber e aceitar a garra da nossa família vai ser melhor pra eles.

A educação é mencionada como uma herança intergeracional, porém não apenas a proveniente do ensino formal, mas do conhecimento empírico que provém do convívio familiar, como ilustra a fala a seguir: “O que minha mãe me ensinou de mais precioso é ter educação pra poder respeitar os outros”.

Outra herança muito enfatizada é com relação ao valor do trabalho, visto como um patrimônio que edifica e traz honra para a família, como mostra o relato de um adolescente: “Aprendi com a minha mãe a valorizar o trabalho, ser dedicada com o trabalho e fazer as coisas com amor”.

O saber executar as atividades domésticas é visto como uma herança que faz com que os adolescentes colaborem no cotidiano, mas também que estejam preparados caso precisem trabalhar na casa de terceiros – como demonstra a fala de uma mãe:

Eu ensinei os meus filhos a cuidarem de uma casa, a lavar uma roupa, varrer a frente da casa e a fazer comida. Ensinei pra quando eles crescerem não terem dificuldade. Assim como eu aprendi com a minha mãe, pois ela botava a gente pra cozinha junto com ela. Até porque se precisar trabalhar na casa dos outros, tem que saber fazer as coisas.

É preciso atentar que as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade, muitas vezes, valorizam mais o trabalho que o estudo, pois na luta pela sobrevivência o labor (às vezes, ainda na infância e adolescência) aplaca de imediato as necessidades primárias das famílias. Todavia, reforça o ciclo da pobreza (ARAÚJO; MAUÉS, 2013).

A honestidade é uma herança tida como um prestígio que traz dignidade para a família e que não se justifica desconsiderar esta herança mesmo quando se passa por necessidades materiais primárias, como afirma uma avó:

Eu quero deixar de herança para meus filhos e netos a honestidade. A gente já vem trazendo isso desde os nossos antepassados pois é uma coisa muito importante. Eu digo: não peguem uma agulha que não seja sua. Não interessa se você está precisando dela ou não. Quem pega uma agulha e não paga é roubo.

A preocupação que se entrelaça com a herança familiar é de que os adolescentes estabeleçam “boas amizades”, que são tidas como as relações bem intencionadas que fortaleçam os princípios da solidariedade familiar e comunitária. A influência de pessoas que não concordam ou não vivenciam os valores pregados pelas famílias dos adolescentes é vista como um risco. O cuidado com as amizades é um dos fatores que favorece com que os adolescentes trilhem um “bom caminho”, como se verifica nos relatos abaixo:

O que quero deixar para eles é que não se metam com amizades erradas que o levem a fazer coisas ruins. Quero que eles sigam um caminho bom.

O que quero passar para os meus filhos é o que a minha mãe passava pra gente: pra gente andar no caminho certo, ser uma boa pessoa não só com a nossa família com todas as pessoas que a gente conhece.

Quero passar para os meus filhos os ensinamentos para eles seguirem o caminho reto, do bem – como minha mãe me ensinou. Precisa ter cuidado com os desvios. E mesmo quando eu dei umas fugidinhas, ela não desistiu de mim e me amou o tempo todo. Porque mesmo que ele tropece, se ele tem amor, ele volta pro caminho do bem.

A solidariedade foi mencionada como uma herança presente nas famílias pesquisadas à medida que buscam pregar a importância de ajudar e respeitar tanto as outras pessoas que fazem parte da família quanto as que são da comunidade, como revela as narrativas a seguir:

A herança que preservo tanto da mamãe como do papai é a importância de ajudar as pessoas.

Minha avó sempre fala que se todo mundo se respeitasse não teria tanta morte e violência. Também acho isso. Com ela aprendi a ser respeitosa.

Ao analisar as famílias adolescentes do CRAS Aurá e Guamá, observou-se um fato relevante: os pais/avós, durante a coleta de dados, perceberam que a vivência da família, hoje, é repleta de heranças que estão sendo transmitidas para a geração mais nova. E os adolescentes afirmaram que as heranças intergeracionais que receberam é a riqueza que podem transmitir aos seus filhos. Adultos e adolescentes relataram que precisam cuidar das escolhas que fazem no presente, pois elas serão determinantes no futuro. A seguir, as narrativas que ilustram a consideração acima:

É nas nossas atitudes e nos nossos valores que os adolescentes se espelham.

Tudo que a gente aprende com os nossos pais vamos passar para os nossos filhos. Porque eu não posso dar aquilo que não tenho. Só posso dar o que recebi.

Aprendi com os meus pais que tudo que a gente planta a gente colhe. É a lei da semeadura. Por isso tenho que prestar atenção nas minhas escolhas, desde agora.

Desta forma, no Quadro 13 sistematizam-se todas as heranças mencionadas anteriormente pelas famílias adolescentes pesquisadas.

Quadro 13 – Heranças Intergeracionais das Famílias Pesquisadas.

a) Amor
b) União
c) Garra
d) Educação
e) Valorizar o trabalho
f) Saber fazer atividades domésticas
g) Honestidade
h) Estabelecer boas amizades
i) Seguir no caminho do bem
j) Solidariedade

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

h) Famílias pesquisadas na comunidade

As famílias pesquisadas foram enfáticas em afirmar que a violência urbana influencia no modo como elas se relacionam com a comunidade da qual fazem parte. Os pais/avós afirmam que, quando eles tinham a idade dos filhos/netos, a realidade era muito diferente, pois a criminalidade era bem menor. Todos os adolescentes afirmaram já ter tido um amigo que foi assassinado. Esse fato denuncia a morte de muitas pessoas ainda jovens como se pode notar na seguinte afirmação: “Aqui, muita gente não chega aos 18 anos. Quem se mete com o mundo das drogas e do crime morre mais cedo ainda”.

Diante deste cenário, as famílias apresentam maneiras de lidar com a violência da seguinte forma: recolhendo-se e não se envolvendo com os vizinhos por os julgarem com uma conduta duvidosa ou perigosa, como demonstra o relato que segue: “Eu não deixo meus filhos falarem com todo mundo. Não deixo eles visitarem pessoas que não são parentes. Não deixo levar qualquer pessoa lá em casa. Moro do lado da boca de fumo, não posso vacilar”.

Todavia, as famílias do CRAS Aurá apresentaram uma postura menos atuante na comunidade. Nenhum participante é envolvido com trabalho voluntário. A prática religiosa se manifestou como o momento em que as famílias passam a se conhecer e a se relacionar com mais proximidade.

No CRAS Guamá, a convivência com a comunidade que frequenta a mesma seita religiosa é intensa, porém é vista como uma das formas de interagir com a vizinhança e não quase a única e mais forte via como no Aurá. Todavia, a igreja é vista pelas famílias como a instituição que tem a responsabilidade de cuidar e orientar as famílias. Diante dessa realidade,

uma adolescente do CRAS Guamá teve a seguinte fala: “Quando eu cheguei, achei que era uma célula porque cada família começou a falar da sua vida”.

Das quatro famílias do CRAS Guamá, três delas possuem membros que atuam como voluntários do Espaço Cultural Nossa Biblioteca: dão aula de leitura para crianças e adolescentes do bairro. Além disso, notou-se que os adolescentes são mais engajados que os adultos nessas atividades. Os jovens afirmam que o contato com os educadores da Biblioteca os ajudam a ter mais responsabilidade e esperança. Abaixo as falas dos adolescentes sobre a importância desse espaço e convivência:

Quando não estou em casa, estou na biblioteca. É o único lugar em que me sinto segura. Quando eu quero tocar violão, vou pra lá usar o violão. Quando quero ler, vou pra lá. Quando eu quero alguma coisa que me distraia, vou pra lá pra oficina de origami. É uma coisa que me ajuda muito e acho que ajudaria todos os adolescentes que vivem na rua. Por exemplo, passo todo o santo dia na frente de uma lanchonete e vejo os meninos brincando de bola. Ontem, eu vi um quase sendo atropelado. A primeira coisa que passou na minha cabeça foi: poxa, se esse menino poderia está na biblioteca. Além de tudo, ainda encoraja a gente a ter um futuro promissor. Tem uma tia da biblioteca que vivia falando que eu era irresponsável. Teve um dia que passei a observar que ela tinha razão e comecei a mudar. Não mudei por ela, mudei por mim. Mas ela me ajudou a ver que eu tinha que ser uma pessoa melhor.

As famílias do CRAS Aurá fazem uso do animal doméstico como uma forma de mediar o contato com as pessoas, dar alerta em situação de risco, podendo até agredir alguém que apresente perigo à sua dona. Abaixo a fala de uma participante sobre a sua relação com seu cachorro:

O Bob vai pra onde eu vou, sobe no ônibus comigo, vai pra consulta médica e tudo. Fui observando que quando ando com ele me sinto mais protegida, ninguém encosta. Ele até repara a minha bicicleta se preciso parar e comparar alguma coisa na taberna. Ele acaba afastando ladrão e se alguém se aproxima de mim, ele late e avança.

A forma como as famílias pesquisadas do Aurá e do Guamá se relacionam com a comunidade pode estar ligada ao fato de que no Aurá a comunidade tem mais escassez de espaços de convivência e serviços que o bairro do Guamá (FUNPAPA, 2016).

As famílias que participaram desta pesquisa foram enfáticas ao afirmar que o CRAS é uma instituição importante tanto na obtenção de recursos financeiros e materiais para a sobrevivência como de informação, orientação e lazer tanto para os adolescentes e adultos. Os adultos do CRAS Aurá asseguram que já se beneficiaram com cursos de confecção de bolsa, pintura e artesanato. Os adolescentes do CRAS Aurá ratificam o quanto são proveitosas e instrutivas as aulas de teatro, a participação no grupo do Jornal do CRAS Aurá, como mostra

o relato a seguir de um dos adolescentes: “Lá no CRAS que o professor ensina pra gente tanta coisa boa que nós nunca tinha ouvido na nossa vida”.

As atividades ressaltadas pelos adultos usuários do CRAS Guamá foram as aulas de hidroginástica e yoga. Os adolescentes do CRAS Guamá ressaltam o quanto é proveitoso e prazeroso participar das aulas de natação, capoeira e de violão.

Nesse cenário, pode-se inferir que o CRAS é uma instituição extremamente relevante para as famílias adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade ao implementar recursos financeiros, relacionais e educacionais. Todos os membros da família se sentem beneficiados ao fazerem parte das ações promovidas, como mostra o relato abaixo:

Toda vez que vamos ao CRAS a gente traz coisas boas. Cada vez que a gente participa de uma aula, de uma reunião a gente aprende que o mundo é maior do que a gente imaginava e que a gente pode mudar as coisas. Saiu acreditando num futuro melhor pra nós e pros nossos filhos.

O trabalho oferecido pelo CRAS Aurá e Guamá, segundo as famílias pesquisadas, está de acordo com o que preconiza Brasil (2008) ao afirmar que o serviço oferecido pelo CRAS deve acolher os diversos arranjos familiares e tem a função de auxiliar que cada cidadão junto com sua família se desenvolva e se torne agente transformador de sua realidade na busca de um futuro com mais qualidade de vida e dignidade.

De acordo com os resultados obtidos, é necessário com que medidas sejam tomadas no sentido de fortalecer os vínculos comunitários das famílias pesquisadas, especialmente as do CRAS Aurá. É importante ressaltar que para Cervený e Berthoud (2002) no futuro, com as famílias diminuindo o número de filhos por casal, a comunidade deve substituir a família extensa.

i) Como as famílias pesquisadas compreendem o futuro

Os pais das famílias pesquisadas relatam que anseiam por voltar a estudar. Alguns desejam fazer curso superior e outras adquirir ou aprimorar o trabalho que já exercem, por exemplo, a mãe da família A5 que trabalha como depiladora deseja fazer curso de drenagem linfática.

Os pais também relataram que querem legalizar a relação conjugal: há quem pretenda casar no cartório e quem deseje se divorciar do cônjuge atual.

Mais da metade dos pais pretende construir uma casa própria com conforto para a família. Além disso, desejam viajar para conhecer grandes metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo e ajudar os filhos a se graduar no ensino superior.

Os resultados estão de acordo com o que Cervený (2002b) afirma: os pais na fase adolescente do ciclo vital da família passam a rever decisões tomadas no passado com relação à vida pessoal e profissional. Entretanto, cabe enfatizar que os pais pesquisados apresentavam planejamento somente para o futuro dos seus filhos e demonstram surpresa diante da pergunta: “o que vocês vão querer ser quando os filhos de vocês crescerem?”. Observou-se que eles constroem mais facilidade um projeto de vida para os filhos do que para eles. Tanto que uma mãe fez a seguinte afirmativa:

Eu vivo dizendo que quero que meus filhos estudem e se formem na universidade. E agora quando vocês pediram para cada pessoa escrever o nome no papel eu me toquei: não sei escrever meu nome. Há quanto tempo faz que não pego numa caneta? Eu preciso voltar a estudar e retomar os meus sonhos.

A pobreza pode provocar uma escassez de projeto existencial, visto que a família (assim como a mãe do relato acima) está empenhada em viver o presente que é uma luta desigual e desumana pela sobrevivência (GOMES; PEREIRA, 2005). Assim, pode-se inferir que alguns pais das famílias pesquisadas possuem dificuldade de planejar e arquitetar o futuro e de se sentirem merecedores e capazes de sonhar.

De acordo com Baptista (2015) as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade tendem a ver como objetos e não sujeitos de sua história, o que dificulta, além do planejamento do seu projeto de vida, a luta por seus direitos. Diante desse cenário, é impreterível que haja políticas públicas para fortalecer a capacidade de sobrevivência dessas famílias, auxiliando-as a construírem estratégias de enfrentamento para lidarem com as adversidades e produzirem condições para se tornarem protagonistas de sua vida.

A maioria dos adolescentes almeja entrar na universidade. Os cursos mencionados por eles são: veterinária, psicologia, medicina, serviço social, dança, artes plásticas, educação física e jornalismo. É importante salientar aspectos que chamaram atenção: observou-se que nem todos os adolescentes têm noção do que precisa ser feito e nem de quanto tempo esse projeto precisa para se concretizar; e duas adolescentes relataram que decidiram querer ser atriz e jornalista desde o momento que começaram a participar do grupo de teatro e do grupo que elabora o Jornal do CRAS Aurá, respectivamente.

Os adolescentes da família G1 e G2 afirmaram que irão priorizar os estudos na sua vida e que não possuem projetos de casar e ter filhos.

Salvo os adolescentes que relataram como projeto de vida cursar ensino superior, um adolescente afirmou ter como aspiração ser modelo, outra ser atriz e dois serem jogadores de futebol. Contudo, um desses adolescentes planeja outra opção caso não ingresse na carreira de atleta, como mostra o relato a seguir:

Eu quero ser jogador de futebol, mas como essa realidade no Pará os clubes só chamam aqueles que são ‘playboyzinho’, que não jogam nada, aí pode ser que desista. Se isso acontecer eu vou me formar em educação física para tentar entrar na polícia militar com nível superior.

É interessante observar que a carreira de jogador de futebol é vista pelo senso comum como sendo uma profissão que não requer de tanto estudo, mesmo assim é percebida pelo adolescente como um espaço que prioriza pessoas de nível social acima do dele. Ou seja, se seu futuro estiver pautado pela via do estudo ele tem menos chance ao concorrer com alunos de escolas particulares, por exemplo, e se direcionar o seu projeto de vida para ser jogador de futebol também se sente excluído, em função dos clubes favorecerem adolescentes com mais posses, mesmo que eles não sejam tão bons tecnicamente – de acordo com este adolescente.

As avós são enfáticas em desejar que no futuro tenham saúde e também querem ter uma casa própria. A avó da família A3 almeja voltar a estudar, auxiliar para que as netas cursem faculdade e espera que no futuro as netas retribuam, com atenção e ajuda financeira, o que ela tem feito para a educação e criação delas. A seguir, o relato dessa avó:

Eu vou voltar a estudar. Só preciso que minhas netas amadureçam mais para poderem ficar em casa, sozinhas de noite. No meu projeto de vida, vejo as meninas sendo advogada, psicóloga e assistente social, do jeito que elas querem ser. (...) Minha neta diz: ‘vó, ponha crédito no meu celular’. Eu respondo: ‘não tenho dinheiro’. Ela diz: ‘daqui a uns 10 anos, vou trazer um monte de dinheiro e dizer: ‘tá aqui, pode gastar’. Eu digo: Deus te ouça.

Outra adolescente que mora com a avó, ao falar de futuro, afirma: “daqui a 5 anos, eu vou está fazendo um monte de teatro porque eu vou ser atriz. E aí, não é só a vó que vai cuidar de mim. Eu vou ter que cuidar dela e da minha tia”.

De acordo com os relatos acima, correspondem com o que Fonseca (2002) enfatiza como a lógica de obrigações morais das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade,

que se caracteriza pelos filhos e netos terem a obrigação moral de cuidar dos seus pais e avós como forma de retribuição e gratidão pelo que receberam na infância e juventude.

Observa-se nas famílias pesquisadas que as avós convivem intensamente com seus netos e são responsáveis por sua criação, educação e sustento. Como Vitela (2015) afirma, a coabitação colabora para a construção de uma relação privilegiada entre avós e netos. As famílias que são carentes de proteção social necessitam recorrer às trocas intergeracionais para lidar com as demandas da fase do ciclo vital que se encontram e, nesta situação, as avós se tornam aliadas. Isso quando não passam a serem as principais responsáveis pelos netos, quando têm a guarda judicial deles, como é o caso de uma das famílias pesquisadas.

Com relação à rede de apoio que as famílias pesquisadas possuem, que podem colaborar para o projeto de vida da família, a maioria foi enfática ao afirmar que, primeiramente, contam com a ajuda divina, depois a sua família extensa e os amigos. As instituições que foram mencionadas por elas como organizações que podem ajudá-las na construção do projeto de vida, são: a escola, a igreja, a biblioteca do bairro, o CRAS, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

As famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade consideram as adversidades ou a prosperidade como “dádiva de Deus”.

Na maioria das famílias pesquisadas, percebeu-se a existência do que Chrispino e Gonçalves (2013) chamam de falta de “gratificação de futuro”, que desestimula crianças, adolescentes e adultos a investirem no presente, acreditando em melhorias no futuro. O “amanhã” é visto por um sistema de “sorte e azar” no qual as famílias que vivem em situação de vulnerabilidade são propensas a menosprezar o futuro e têm seu presente mais dilatado por não premeditar sonhos e projetos a serem alcançados ou gratificações por seus esforços. Frequentemente, acreditam que deram “azar” de nascerem em família pobre, e o que lhes ocorre de positivo é entendido como “sorte ou coisas do acaso”.

j) Avaliações feitas pelas famílias pesquisadas

As famílias pesquisadas quando foram convidadas a participar do grupo pelos funcionários do CRAS, imaginavam que seria atendimento só do núcleo familiar com a psicóloga. Desconheciam a possibilidade de trabalhar as questões familiares em grupo. A seguir a fala de um adolescente sobre o grupo multifamiliar: “Eu pensei que ia chegar eu e a

minha mãe e a psicóloga ia resolver o problema. Quando eu cheguei aqui e vi um dos adolescentes com seus pais e a gente reunido em grupo achei surpreendente”.

Por esse relato, pode-se observar que as famílias pesquisadas estão mais habituadas a participar de intervenções que envolvam outras famílias. Além disso, a fala acima demonstra a concepção inicial dos participantes de que a pesquisadora iria “resolver o problema”. Contudo, como a postura adotada foi a de facilitadora do processo de desenvolvimento, no decorrer do grupo, os participantes se colocaram como agentes da própria mudança, como no relato a seguir: “Aqui a gente aprende pra ensinar as coisas pros nossos filhos. Aprendemos com os nossos filhos e com todas as famílias que estão aqui”.

De acordo com Feijó (2008) o trabalho com os adolescentes e suas famílias precisa ajudar na promoção de autonomia, protagonismo, solidariedade e diversidade.

Para os participantes esse formato de trabalho favoreceu suas percepções de que cada família enfrenta dificuldades. Ou seja, a família deles não é a única que precisa superar obstáculos, como demonstra o relato de uma avó: “Percebi que as dificuldades que enfrento são as mesmas que as das outras famílias. Não acontece só na minha”.

Os resultados da presente pesquisa ratificaram que o trabalho com o grupo multifamiliar possibilita que se diminua o sentimento de casos únicos e de isolamento, oportunizando com que as famílias compartilhem experiências similares e se apoiem mutuamente (GOMES, 2014).

A avaliação dos adolescentes pesquisados foi que quando foram convidados a se integrarem ao projeto, acharam que os encontros seriam monótonos. Contudo, ao participarem do grupo este sentimento foi modificando. Afirmaram que as temáticas que foram abordadas tinham relação com o momento de vida que eles e suas famílias estavam vivendo e foram se identificando. A seguir apresentam-se relatos dos adolescentes sobre sua primeira impressão do grupo:

Antes de eu vim, eu achava que ia ser uma coisa chata. Quando me falaram que tinha que vim com a psicóloga, pensei: ixi, ela vai perguntar tudo da minha vida. Mas desde o primeiro dia eu gostei. Quando eu cheguei no grupo eu senti que a gente ia falar daquilo que eu vivia, sobre adolescência. Encaixou naquilo que eu precisava conversar.

Quando a minha mãe falou pra mim desse grupo do CRAS, eu achei que não era nada. Depois eu fui ver a importância do que esse grupo realmente representa.

Quando eu vim pela primeira vez eu achei foi insuportável. Depois, eu cheguei em casa e fiquei pensando: égua! Foi bacana tudo aquilo que a gente conversou. Ai na outra semana quando a mamãe me perguntou: tu vai? Eu disse: eu vou.

Os pais/avós relataram que, inicialmente, não compreenderam a proposta do grupo, imaginaram que seriam ofertados dinheiro e comida. Contudo, ao participarem dos encontros foram percebendo que o grupo era um lugar de troca de aprendizagem no qual pais/avós, filhos/netos estavam compartilhando histórias. Além disso, afirmaram que o acolhimento da equipe foi fundamental para continuarem frequentando e que as famílias permanecessem. Abaixo o relato de uma avó:

Me disseram que iam reunir umas famílias pra dar dinheiro. Ai eu vim ver. Depois do primeiro encontro, eu não ia voltar mais. Mas vocês foram tão aconchegantes que eu fiquei até o último dia. Aprendi coisas novas. E cada dia que passa a gente vai melhorar mais e mais pra fazer as coisas melhor do que já foram feitas antes.

De acordo com o relato acima, pode-se inferir que as famílias pesquisadas, a princípio, relacionam o trabalho do CRAS ao assistencialismo e como forma de obter benefícios concretos para a sua sobrevivência. Não estão acostumados à percepção de que a melhora no relacionamento familiar é um ganho significativo.

O perfil das famílias que são usuárias dos CRAS é marcado pela pobreza e vulnerabilidade, tanto material quanto de cidadania (ANDRADE; ROMAGNOLI, 2010).

Um dos benefícios apresentados pelos adolescentes foi que o grupo multifamiliar possibilitou que ampliassem a rede de apoio e fortalecessem o vínculo comunitário, uma vez que passaram a conhecer melhor as pessoas da comunidade, além de marcarem encontros fora dos horários do grupo: “eu pude me aproximar de pessoas que eu não conhecia. Ontem, eu fui fazer uma visita na casa de um dos amigos que fiz no grupo”.

Para Feijó (2008) o trabalho com famílias em situação de vulnerabilidade na fase adolescente do ciclo vital familiar precisa visar à ampliação da rede de apoio, tanto emocional quanto material. Nesse sentido, Aun, Vasconcellos e Coelho (2010), os profissionais que atuam com famílias precisam conscientizar os membros acerca de como podem agir para melhorar o funcionamento do grupo, despertando-os para seus papéis sociais a fim de contribuir com sua comunidade e aumentar sua rede de apoio.

Os membros das famílias pesquisadas relataram que se sentiam bem e mais fortalecidos quando participavam dos encontros, como narra uma avó: “hoje, pra mim foi uma satisfação muito grande participar do grupo porque eu estava me sentindo tão pra baixo. E agora, ao final do grupo, eu estou me sentindo bem”.

Os participantes afirmaram que o grupo multifamiliar contribuiu para que adultos e adolescentes se autoconhecessem e conhecessem uns aos outros: “o que nós vamos levar daqui é o de melhor. Conhecemos outras pessoas. Conhecemos a nós mesmos, aos nossos filhos”.

As famílias pesquisadas afirmaram que a vivência neste trabalho auxiliou no âmbito de que eles conseguissem conversar com os pais assuntos que no meio doméstico não sabiam como lidar, principalmente passaram a expressar o que sentiam. As famílias adolescentes pesquisadas perceberam que, nas conversas, sempre davam mais ênfase às dificuldades e reclamações do que aos elogios. Nesse sentido, entende-se que a experiência do grupo multifamília colaborou na melhoria da comunicação familiar e no fortalecimento dos vínculos. A seguir apresentam-se relatos dos participantes:

A gente pôde levar uma boa lição pra nossa vida que é: a gente sabe amar. Aqui, aprendi a abrir meu coração.

Esse grupo ajudou com que eu falasse coisas que eu não conseguia dizer para a minha mãe e para os meus irmãos. Achava mais fácil falar ‘eu te amo’ pra pessoa de fora da família. Antes do grupo, eu nunca tinha dito pra minha mãe o quanto eu amo e admiro ela.

Alguém falou que é mais fácil dizer eu te amo pra quem é de fora da família. Eu nem pros outros eu digo. E aqui pudemos falar de amor e com amor.

Eu e a mamãe temos isso: a gente só fala o que não gosta e não, o que gosta. Aqui, aprendi a elogiar, falar e olhar para as coisas boas.

O último relato acima tem relação com a afirmativa de Wolff (1995) de que é preciso atentar para o fato de que a falta de elogios na fase adolescente diminui a probabilidade do jovem apresentar atitude de resiliência.

Ao viverem em contexto de vulnerabilidades, socialmente à margem, um adolescente afirma que a aprendizagem obtida por meio da participação no grupo é algo que ninguém pode “arrancar”: “aprendi a importância da família. Aprendi a compartilhar as histórias de vida e isso foi muito bom. O que levo daqui é sabedoria, isso é o que a gente aprende e ninguém pode tirar da gente”.

Os adultos do CRAS Guamá afirmaram que, por meio da participação no grupo multifamília, perceberam que precisam dispor de mais tempo para a convivência familiar. Segundo Koller, Antoni e Carpena (2012) os pais de famílias vulneráveis tendem gastar mais tempo em um trabalho remunerado em busca de garantir o sustento da família e, conseqüentemente, dispõem de pouco tempo para o convívio familiar.

Os adolescentes que, em função do horário da escola, não puderam frequentar o grupo com assiduidade e só participaram no período em que a escola estava em greve,

disseram que mesmo não participando das atividades se sentiram beneficiados, como no relato seguinte: “eu não participei desde o início, mas desde o primeiro encontro eu senti um conforto quando a minha avó falou do grupo. No dia que eu vim, eu gostei. Todo mundo aqui tá levando uma coisa que ninguém jamais vai esquecer”.

Os pais/avós declararam que não conheciam este tipo de trabalho que busca cuidar das relações familiares, pois disseram que a realidade deles é a de ter que aprender sozinhos, na tentativa e erro, como mostram os relatos de dois pais a seguir:

Para nós que somos pobres, psicólogo é luxo. A gente tem que resolver os nossos problemas a tapas mesmo. E aqui no grupo, um ajudou o outro a resolver os problemas.

Eu quero agradecer primeiro a Deus e depois a vocês que vieram pra cá orientar a gente pra tantas coisas, ajudando mães e adolescentes. Muitas vezes, a gente não sabe o que dizer direito aos filhos. Eu agradeço muito por ter participado desse grupo.

As narrativas acima apontam a necessidade que as famílias participantes apresentam de serem atingidas por políticas públicas que colaborem para que se sintam assistidas e amparadas.

Os adultos das famílias participantes enfatizaram que as atividades vivenciadas contribuíram para que eles percebessem que mesmo já adultos, podem sonhar e realizar seus projetos de vida – como demonstra a narrativa abaixo:

Depois de momentos como esses a gente passa a acreditar que há um mundo melhor a nossa espera, um mundo feliz. Os dias em que passamos juntos serviu para abrir conhecimento para umas coisas e reforcei outros para como lidar com essa fase da vida. Hoje, me sinto capaz de sonhar e realizar meus sonhos.

Alguns participantes sugeriram que fosse ampliado o horário de cada encontro do grupo. Os adultos declaram que o trabalho precisa ser mais divulgado, por acreditarem que seria interessante que mais famílias participassem, pois relatam que, além de retirar os adolescentes do tempo que passam na rua, poderia servir para instruir os pais/avó a se relacionarem com mais qualidade.

As famílias do CRAS Guamá, em função dos adultos trabalharem formalmente sugeriram que o horário dos encontros fosse após as 17h. Contudo, a sede do CRAS Guamá fecha às 18h. Sendo assim, talvez fosse importante fazer parceria com outra instituição do bairro que tivesse como oferecer a estrutura para os encontros do final da tarde para o início da noite.

Como sugestão, todos os participantes afirmaram que gostariam que o trabalho com grupo multifamiliar continuasse a ser realizado no CRAS, como mostram os relatos a seguir de uma mãe e dois filhos, respectivamente:

Só quero que Deus dê força para você e a todos que acompanhem a senhora continuar o seu serviço e não parar tão cedo. Porque isso é um trabalho muito especial pra senhora e pra todos que tem vontade de ter os seus sonhos, As pessoas que tiverem um sonho assim como a senhora teve, pra ser o que a senhora é hoje e tá passando pra nós. É importante ensinar as pessoas que não sabem. Eu pelo menos não sabia, fui aprender aqui com vocês.
Eu queria que esse grupo continuasse assim do jeito que tá, fazendo em toda Belém do Pará e em todo o Brasil, até fora do Brasil.
Queria que esse grupo não acabasse nunca.

6.3 Terceira Parte

6.3.1 Trabalhando com famílias adolescentes: uma proposta de intervenção

Nesta parte da pesquisa, apresenta-se a proposta de trabalho construída com as famílias adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade, a sistematização dos encontros, os imprevistos e a forma como foi manejado, além de compartilhar reflexões oriundas desta experiência.

6.3.1.1 Planejamento dos encontros

É importante lembrar que se considerou “encontro” todos os 10 momentos da coleta de dados. O único encontro, que não se deu em formato de oficina, foi o terceiro, o qual foi dedicado ao preenchimento do quadro de caracterização, aplicação do formulário e realização da entrevista.

a) Oficina 1 – Identificação

Objetivo: Fazer com que o grupo se apresente por intermédio do desenho, mostrando, assim, as pessoas que fazem parte do seu sistema familiar e características importantes do seu funcionamento.

Foi realizada a apresentação da equipe, da proposta de trabalho, foi lido o TCLE (Apêndice B), os participantes assinaram e receberam o cronograma com as datas e horários de cada encontro (esse procedimento aconteceu toda vez que entrou uma nova família no grupo).

Dinâmica: Solicitou-se que as famílias desenhassem e apresentassem a sua família, a partir da seguinte pergunta: Quem é a sua família?

Fechamento: Em roda, de mãos dadas, cada pessoa escolheu uma palavra que representasse como foi o encontro daquele dia.

b) Oficina 2 – Cada nome: uma história

Objetivo: Estimular os participantes a falarem sobre suas histórias familiares e estimular a busca da história de sua nomeação. Utilizou-se o nome como objeto intermediário para que falassem como são e indicassem possíveis características que adotam na dinâmica familiar.

Dinâmica: 1ª Etapa: Falou-se que o nome próprio identifica as pessoas, que é uma das palavras que mais se ouve ao longo da vida e que ele contém histórias, sobre o fato de ninguém escolher o próprio nome, pois se é nomeado por um outro. 2ª Etapa: Cada componente do grupo contou a história do seu nome por meio de 5 questões: 1. Quem escolheu seu nome?; 2. Qual o significado do seu nome?; 3. Tem outra pessoa na sua família com o mesmo nome que você? Se sim, quem?; Você gosta do seu nome? 3ª Etapa: Cada participante fez um acróstico com seu nome, por meio de suas características e depois apresentou ao grupo. Ex: Maria → **M**anhosa, **A**morosa, **R**isonha, **I**mpaciente, **A**miga.

Fechamento: Em roda, de mãos dadas, pediu-se para que todos dissessem o nome de cada componente do grupo.

O encontro seguinte foi programado com hora marcada, para isso foi realizado o agendamento junto a cada núcleo familiar.

6.3.1.2 Família: estrutura e dinâmica

Quadro de caracterização da Família (Apêndice D): contêm nome, sexo, idade, parentesco, escolaridade, renda e profissão.

Formulário (Anexo B): 72 perguntas, sendo 71 fechadas e 1 aberta, contendo os seguintes temas: sobre o relacionamento do casal, sobre a vida em família, sobre filhos pequenos, sobre filhos adolescentes e sobre a vida na comunidade.

Entrevista semi-estruturada (Apêndice A): contém 9 perguntas, sendo que seis abordam situações vivenciadas na fase adolescente do ciclo vital familiar, 1 sobre rotina, 1 com relação à família de origem dos responsáveis dos adolescentes e 1 sobre a convivência da família com a comunidade.

Foi entregue, em forma de marcador de livro, a grafia impressa do nome de cada pessoa do grupo, com a origem e o significado – como mostra a Figura 13. Igualmente, foram produzidos marcadores de livros para as pessoas da família nuclear que não participaram ativamente do grupo, mas foram reportadas por seus familiares durante o encontro passado.

Figura 13 – Frente e verso do marcador de livro entregue com o nome dos componentes das famílias pesquisadas



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

c) Oficina 3 – Família adolescente: adolescendo junto

Objetivo: Apresentar as características marcantes que envolvem a fase adolescente do ciclo vital familiar, de acordo com a visão dos adolescentes e dos seus responsáveis, e se autoperceberem como essas peculiaridades interferem na dinâmica familiar. Procurou-se favorecer a troca e o aprendizado entre os adolescentes, crianças e adultos e entre as famílias; objetivando oportunizar a vivência de que todos são capazes de ensinar e aprender.

Dinâmica: 1ª Etapa: Conversou-se sobre as características da fase adolescente. 2ª Etapa: O grupo foi subdividido em dois: um dos jovens e outro dos adultos. Ambos tiveram a tarefa de desenhar, colar, pintar em uma cartolina símbolos que refletissem a fase atual do ciclo vital familiar em que eles estão. 3ª Etapa: Os grupos apresentaram o que retrataram na cartolina. 4ª Etapa: Solicitou-se que os participantes falassem o que é mais desafiador nesta fase.

Fechamento: Foram elencadas as características da fase adolescente citadas em ambos os grupos. Encerrou-se o grupo com a reflexão sobre a existência de elementos comuns às famílias que se encontram na fase adolescente do ciclo vital, mesmo com suas particularidades. Em formato de roda, de mãos dadas, cada participante expressou em uma palavra o que significou o encontro daquele dia.

d) Oficina 4 – Limite: uma forma de cuidado

Objetivo: Refletir sobre a importância do limite na fase adolescente do ciclo vital familiar. Esclarecer para crianças, adolescentes e adultos (pais e avós) que o limite é uma forma de cuidado. Auxiliar os adultos a darem limite, sem que os adolescentes percam sua autonomia e privacidade. Pretendeu-se dar suporte às famílias na construção de regras mais claras, com a finalidade de oportunizar a compreensão de cada uma delas. Discutiu-se que é comum os jovens demandarem pelo exercício da liberdade. Refletiu-se que os contornos “dessa liberdade” podem ser negociados.

Resgataram-se as palavras construídas no encontro passado. Dentro do que foi conversado sobre as características do mundo adolescente, percebeu-se que o Limite foi mencionado nos dois CRAS tanto para os adolescentes quanto para os adultos. Assim, reservou-se esse encontro para abordar essa temática.

Dinâmica: Apresentou-se em formato de exposição oral um material preparado em cartolinas pela pesquisadora sobre Limite. Concomitante à exposição, os participantes fizeram perguntas, contaram alguma vivência e tiraram dúvidas.

Fechamento: 1ª Etapa: Visando refletir sobre o “pulo do gato”¹⁰, como elemento facilitador de superação dos problemas típicos dessa fase da vida, demonstrou-se como elaborar a representação de um gato em origami. 2ª Etapa: Foi lançada a seguinte pergunta

¹⁰ Informalmente, a expressão “Pulo do Gato” é empregada diante de um comportamento ou habilidade na qual o indivíduo se diferencia ganhando destaque sobre outras pessoas ao executar determinado trabalho ou tarefa. É uma manobra que auxilia a solucionar determinada situação adversa e pode ser vista como um segredo para resolver um problema de forma exitosa.

aos participantes: o que você percebe que pode ser o seu “o pulo do gato” nesta fase em que a sua família se encontra? 3ª Etapa: Todos os participantes colocaram em uma cartolina a dobradura dos seus gatos, como uma forma de identificarem os desafios que a fase adolescente possui. 4ª Etapa: De mãos dadas, em formato de roda, cada participante expressou em uma palavra o que significou o encontro daquele dia.

e) Oficina 5 – Brasão da Família: heranças transmitidas

Objetivo: Pretendeu-se possibilitar que as famílias refletissem sobre suas heranças familiares, valorizassem suas raízes e se apropriassem das heranças construídas ao longo da história intergeracional. A finalidade era facilitar com que os adultos pudessem tomar consciência do que querem transmitir aos filhos/netos e esses saberem com clareza das potencialidades que seus antepassados podem lhe ofertar.

Foi entregue a cada família uma cópia digitalizada do conteúdo apresentado na oficina anterior (isso foi uma solicitação dos participantes).

Dinâmica: 1ª Etapa: Explicação do que é um brasão. Foram mostradas imagens de brasão de time de futebol e de grupos musicais regionais para exemplificar que por meio dos símbolos existem vários significados. 2ª Etapa: Requisitou-se que cada família pensasse quais as heranças que recebeu de gerações anteriores e que gostaria de repassar aos seus descendentes. A pergunta norteadora utilizada foi: qual a marca da família? 3ª Etapa: Solicitou-se que cada família desenhasse o seu Brasão e desse um lema, como uma espécie de hino ou “grito de guerra” da sua família. 4ª Etapa: As famílias apresentaram o seu Brasão e expuseram o significado de cada símbolo, justificando o lema escolhido.

Fechamento: De mãos dadas, em formato de roda, pede-se para cada pessoa completar a frase: “A herança que eu levo da minha família é...”.

Avisou-se que a oficina seguinte envolveria somente os adultos.

f) Oficina 6 – Encontro de gerações: apurando o diálogo

Objetivo: Buscou-se perceber como os pais/avós se comportam sem os filhos/netos. Criou-se espaço para que eles expressassem conteúdos que não o fariam na presença dos filhos/netos. Procurou-se auxiliar com que os pais e avós potencializassem a sua função de cuidadores. Discutiu-se em que medida o ato de cuidar e educar gera aprendizados para os adultos. Refletiu-se sobre a importância do que eles falam para seus filhos/netos, uma vez que

as palavras proferidas por eles têm um peso simbólico de qualificar ou de desqualificar os adolescentes e crianças, já que são pessoas significativas na vida deles. Por fim, estimulou-se a elaboração de uma carta dos pais/avós para filhos/netos, com o propósito de exercitar a expressão de um diálogo. Essa carta foi entregue aos destinatários na última oficina.

Dinâmica: 1ª Etapa: Refletiu-se sobre a parentalidade: qual a função dos pais e avós que criam seus filhos e netos? E conversou-se sobre as profecias que se autocumprem. 2ª Etapa: Foram apresentadas perguntas que serviram de suporte para essa conversa: a) Como é ser pai/mãe/avó?; b) Qual o seu papel na vida do seu filho/neto? c) O que você aprendeu ou/e aprende com seu filho/neto?; d) O que o seu filho/neto representa na sua vida?; e) O que o seu filho/neto tem de melhor? 3ª Etapa: Os participantes escreveram uma carta para filhos/netos falando sobre a importância deles, do quanto aprende com eles e dizendo o que eles veem de melhor nesta pessoa.

Fechamento: Fez-se a leitura do texto de Alves (2008) intitulado “A Complicada Arte de Ver” (Anexo C) que versa sobre o ato de ver. Ver vai além do enxergar. Diante de qualquer situação, pode-se fazer uma interpretação negativa ou/e positiva. Assim sendo, uma das funções dos responsáveis é educar os adolescentes para que eles vejam potencial de aprendizagem em cada circunstância da vida. Após a leitura, foi entregue uma folha de papel para cada pessoa. Pediu-se para que produzissem um som ao balançar uma folha de papel. Depois, solicitou-se que a amassassem, voltassem a abri-la nesta segunda configuração e percebessem a mudança na emissão do som, que nesta condição não há produção sonora. Terminou-se a atividade com a reflexão: que não se contente em ser qualquer folha, que seja uma folha que faça barulho, que os desafios da vida não tirem a visão que enxerga e acredita no potencial dos filhos/netos.

g) Oficina 7 – Adolescentes: pipoca ou piruá

Objetivo: Perceber como os filhos/netos se expressam na ausência dos pais/avós. Buscou-se conhecer as preferências dos jovens e auxiliá-los no exercício da autonomia. Possibilitar com que os jovens falem mais sobre as potencialidades de seus pais/avós. Incentivou-se a elaboração de uma carta direcionada a cada responsável, na qual eles pudessem exprimir o lugar desse relacionamento em suas vidas. Essa carta foi entregue aos destinatários na última oficina.

Dinâmica: 1ª Etapa: Perguntou-se para os jovens sobre o que gostam de fazer. 2ª Etapa: Refletiu-se sobre como é viver essa fase de vida no âmbito familiar e social. 3ª Etapa:

Foram disparadas perguntas sobre a relação dos jovens com pais/avós: 1) O que você aprendeu/aprende com seus pais ou avós?; 2) Qual o seu papel na vida dos seus pais ou avós? O que seus pais/avós têm de melhor? 4ª Etapa: Estimulou-se a elaboração de uma carta para os pais/avós abordando aspectos importantes desse relacionamento.

Fechamento: Foi feita a leitura da crônica do Rubem Alves (2003) intitulada: “A Pipoca”, que versa sobre a relação entre o milho que estoura e se transforma em pipoca e o milho que não estoura, conhecido como piruá (Anexo D). Após a leitura, foi entregue uma folha de papel para cada pessoa. Solicitou-se que produzissem um som ao balançar uma folha de papel. Em seguida, solicitou-se que a amassassem, voltassem a abri-la nesta segunda configuração e percebessem a mudança na emissão do som, que nesta condição não há produção sonora. Finalizou-se com a seguinte reflexão: que os adolescentes e crianças sejam um tipo de folha que faz barulho, que os desafios não impeçam a capacidade de lutar para ser “um estouro de gente”.

h) Oficina 8 – Projeto de vida familiar: tecendo sonhos

Observação: Caso os jovens tenham feito alguma reivindicação ou demonstrado algum desejo possível de ser realizado, pode usar esse momento para por em prática. Ex: Projeto para terem acesso a livros.

Objetivo: Incentivou-se a exprimir a viabilidade do projeto de vida. Ainda nesta oficina, instigou-se o exercício da visualização da rede de apoio e dos elementos facilitadores e impeditivos do projeto de vida familiar.

Cada participante escolheu um nome fictício que iria ser adotado na pesquisa com o intuito preservar a identidade.

Conversou-se com todos os participantes sobre a possibilidade de o último encontro ser filmado. Todos aceitaram a proposta.

Questionou-se quantas pessoas cada família gostaria de levar para participar do lanche de encerramento do projeto para que tudo fosse organizado de acordo com o número de pessoas que iriam se fazer presentes.

Dinâmica: 1ª Etapa: Foi entregue a cada pessoa um texto chamado “A Estrada da Vida” de Tereza Maldonato (Anexo E). Em seguida, a pesquisadora o leu em voz alta. 2ª Etapa: Discutiui-se qual o projeto de vida de cada família, como gostariam de estar daqui há 5, 10 anos? 3ª Etapa: Distribuiu-se um Ecograma Simplificado da Rede de Relações (Anexo F) no qual cada família pudesse elaborar a sua rede de apoio. 4ª Etapa: Perguntou-se aos pais e

avós: o que vocês vão ser quando eles crescerem? – enfatizando que o projeto de vida não é só dos jovens, mas de todos os membros da família. 5ª Etapa: Cada família recebeu uma folha de papel A4 para desenhar a representação de estrada que simbolizasse o seu projeto de vida. Disponibilizaram-se ao grupo, dois tipos de materiais: algodão e pedregulhos para que por meio deles expressassem as facilidades (algodão) e as dificuldades (pedregulhos). 6ª Etapa: Os participantes compartilharam com o grupo a representação da sua “estrada”, acrescentando elementos subjetivos no momento da exposição. Apresentaram a sua rede de apoio e refletiram sobre estratégias de enfrentamento.

Fechamento: Foi entregue um papel com a letra da Música “É preciso Saber Viver” dos Titãs (Anexo G). Em seguida, fez-se a audição da música e todos cantaram juntos. Cada família recebeu um vaso com flores naturais simbolizando que o futuro precisa ser plantado, regado, cuidado.

i) Oficina 9 - Cartas sobre adolescer

Objetivo: A intenção foi de dar suporte emocional para os participantes, uma vez que se tratava do último encontro com o grupo. O intuito foi de proporcionar cuidado e conforto diante do fechamento desse processo. No que concerne à coleta de dados desta pesquisa, procurou-se observar as atitudes dos participantes no momento da entrega recíproca das cartas escritas nas Oficinas 6 e 7. Ainda como parte dos objetivos dessa oficina, realizou-se a avaliação dos participantes de todo o processo desenvolvido.

Como uma das formas de devolutiva ao grupo, o ambiente foi ornamentado com um conjunto de fotografias que registraram momentos diversos dos participantes no decorrer dos encontros. Ao final da oficina, as fotografias foram disponibilizadas para os participantes.

Dinâmica: 1ª Etapa: Em formato de roda, em pé, foi solicitado que cada participante respirasse profundamente. Na inspiração, pediu-se que imaginassem estarem nutrindo-se de elementos positivos que viessem ao encontro de suas necessidades emocionais. E na expiração, imaginassem que estavam se desprendendo de tudo que não precisariam mais levar consigo. 2ª Etapa: Solicitou-se que cada núcleo familiar formasse uma roda e exercitasse a comunicação não verbal. Esse exercício exigiu atenção constante da pesquisadora, emitindo comandos para que expressassem sentimentos de acolhimento, bem querer e mútua compreensão. 3ª Etapa: Desfizeram-se os subgrupos e formou-se um único grupo. Prosseguiu-se o exercício de troca de cartas, no qual cada família foi chamada a ir ao centro, uma por vez. Os adultos começaram lendo as cartas e em seguida entregaram aos filhos/netos, esses por sua

vez, realizaram o mesmo procedimento. A entrega foi acompanhada de abraços e de expressão de emoções. 4ª Etapa: Realizou-se a avaliação do processo com expressão oral, uma vez que essa oficina estava sendo documentada em vídeo, estimulada a partir das seguintes perguntas: Como foi participar do grupo? Como pensou que seria e como que foi? O que estão levando dessa experiência? Quais as reclamações e sugestões para melhorar os próximos grupos? Que temática importante poderá ser abordada nos próximos grupos? 5ª Etapa: A pesquisadora agradeceu a participação, comprometimento e a aposta naquele tipo de trabalho, enfatizando as ricas trocas e aprendizados.

Fechamento: Foi elaborado e entregue emoldurado um certificado por família (Figura 14), incluindo o brasão desenhado por cada família, como forma de marcar a participação do grupo familiar neste processo. Em seguida, todos os participantes fizeram uma roda, em pé, e cantaram, juntos, a música “É preciso saber viver”. Para finalizar, foi oferecido um lanche especial aos participantes e seus convidados.

Figura 14 – Certificado de conclusão do projeto.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

O Quadro 14 apresenta, de forma simplificada, a estruturação dos encontros que contemplam três tempos: passado, presente e futuro. No primeiro momento, revezam-se o tempo passado e presente e, posteriormente, dá-se ênfase no futuro.

Quadro 14 – Estrutura Metodológica dos Encontros.

ENCONTRO	INSTRUMENTO	DIMENSÃO DA OFICINA	PARTICIPANTE	TEMPO	TEMA
1	Oficina 1	Reflexiva	Família	Presente	Identificação
2	Oficina 2	Reflexiva	Família	Passado	Cada nome: uma história
3	Entrevista e Formulário	_____	Família	Passado	Família: sua estrutura e dinâmica
4	Oficina 3	Reflexiva	Família	Presente	Família adolescente: adolescendo junto
5	Oficina 4	Reflexiva e Informativa	Família	Presente	Limite: uma forma de cuidado
6	Oficina 5	Reflexiva e Informativa	Família	Presente	Brasão da Família: heranças transmitidas
7	Oficina 6	Reflexiva	Adultos	Passado	Encontro de gerações: apurando o diálogo
8	Oficina 7	Reflexiva e Informativa	Adolescentes	Presente	Adolescentes: pipoca ou piruá
9	Oficina 8	Reflexiva	Família	Presente	Projeto de Vida Familiar: tecendo sonhos
10	Oficina 9	Reflexiva	Família	Futuro	Cartas sobre adolecer

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Para Lamarão e Amaral (2007) a dimensão informativa é a oficina que objetiva a psicoeducação, à medida que visa transmitir informação e conhecimento referentes às temáticas relacionadas à fase adolescente. As autoras ressaltam que este tipo de oficina preconiza uma via de mão dupla, conforme se troca informações, produz-se saberes.

A dimensão vivencial estimulou que cada participante entrasse em contato consigo mesmo e com os demais participantes do grupo, praticando o processo interativo com mais intensidade. Esta dimensão favoreceu inúmeras possibilidades de expressão da emoção, por meio da fala, silêncios, desenhos, movimentos corporais e da escrita; além de construir um cenário propício à criatividade e sociabilidade.

A dimensão reflexiva pode ocorrer por meio de dinâmicas e exercícios, com a finalidade de estimular um processo reflexivo que envolve resgate de memórias das raízes familiares, do legado familiar, da história dos nomes de cada pessoa, da consciência dos pontos frágeis e fortes da família, das expectativas e sonhos da família. Nas oficinas, esse recurso culminou com o esboço de seus Projetos de Vida para a família, o que exigiu um

pensar individual e coletivo, considerando os meios e a rede de apoio presentes para alcançar seus sonhos.

Optou-se por utilizar as dimensões descritas anteriormente, que facilitaram a elaboração e o alinhamento entre objetivos e a dinâmica proposta de cada oficina. Assim, a pesquisadora (as funcionárias do CRAS e aluna – nas atividades das quais participaram) teve mais clareza do intuito do encontro de cada da semana, o que ajudou a buscar e disponibilizar recursos para que os resultados dos encontros fossem potencializados, ou seja, que gerassem reflexões acerca do tema em voga de forma que as famílias pudessem se beneficiar mais.

6.3.1.3 Entrevista

A entrevista foi construída para que tanto adultos/responsáveis como adolescentes participassem, sendo que há duas perguntas dirigidas somente para os pais/avós e uma questão só destinada aos adolescentes. O restante foi voltado a todos os membros da família que estavam participando do projeto, como mostra o Quadro 15. Apenas a 2ª questão está alocada no tempo cronológico referente ao passado, as demais se referem ao presente. Isso porque, de acordo com Dias (2011), a forma como foi vivenciada a adolescência dos pais/avós pode revelar traumas, dificuldades e recursos dos quais eles dispõem para utilizarem diante da adolescência dos seus filhos e netos.

Quadro 15 – Perguntas da entrevista e a quem se destinam.

Pergunta	Respondente
1. Em que momento de vida está a sua família?	Pai / avós e filhos / netos
2. Como foi a sua adolescência?	Pais / avós
3. Como é ser adolescente?	Filhos / netos
4. Quais as dificuldades que vocês têm encontrada nesta fase?	Pais / avós e filhos / netos
5. Como vocês enfrentam essas dificuldades?	Pais / avós e filhos / netos
6. Como é ser pai/mãe/avó de adolescente?	Pais / avós
7. Como é a rotina da casa? Em que momento vocês ficam juntos?	Pais / avós e filhos / netos
8. No que a família de vocês é diferente e no que ela é igual à família de origem?	Pais / avós e filhos / netos
9. Como é a relação da família de vocês na comunidade? A família é atuante?	Pais / avós e filhos / netos

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

6.3.1.4 Procedimentos metodológicos comuns a todos os encontros

Neste item, apresentam-se os procedimentos comuns a todos os encontros, tais como: preparação do ambiente, acolhida dos participantes, sensibilização do grupo para a execução das atividades, o suporte afetivo em situação de mobilização de estados emocionais e a finalização de cada oficina. De acordo com Lamarão e Amaral (2007) esses são requisitos importantes para o trabalho em grupo.

A preparação do ambiente se deu com o objetivo de oferecer um espaço mais limpo, iluminado e arejado. Os lugares onde ocorreram os encontros eram ambientes sem ar condicionado ou luxo. O intuito era deixar os participantes serem atraídos pela simplicidade e beleza do local, ao levar um vaso de flor a cada encontro, ao arrumar uma mesa do lanche com capricho.

Era neste momento que a equipe repassava a atividade do dia, separava o material pedagógico para que estivesse em um lugar que favorecesse a fluidez do encontro daquele dia.

Chegava-se, no mínimo, 30 minutos antes do combinado com o grupo para preparar o ambiente e poder recebê-los. O intuito era passar as seguintes mensagens: já estamos conectados em vocês há mais tempo, vocês são esperados, já estamos cuidando de vocês. Essa questão já está relacionada com o acolhimento. Quando os participantes chegavam, eram recepcionados na porta, abraçados, beijados, recebiam boas-vindas, questionava-se se queriam água (pois em Belém geralmente está muito quente e eles iam para os encontros andando ou de bicicleta). As frases que mais ouviam, nesse momento, eram: “que bom que você veio”, “sabia que você chegaria no horário”, “que maravilha te ter aqui”, “hoje o grupo ficou florido com a sua presença”, dentre outras.

Com base no trabalho de Lamarão e Amaral (2007) foi feito um painel de *emotions* expressando várias emoções: alegria, tristeza, raiva, euforia e amor. Essas carinhas eram fixadas em uma cartolina e coladas na parede (Figura 15). Assim que os participantes entravam no local do encontro, eram dirigidos até o cartaz e questionados: Como você está se sentindo hoje? E eles escolhiam uma carinha de acordo com o que estavam sentindo naquele dia. Sendo que se nenhuma carinha estivesse de acordo com o seu estado emocional, eram disponibilizadas carinhas que eles pudessem desenhar de forma a ficar mais fiel ao seu sentimento. Os *emotions* eram fixados em um local visível do seu corpo e serviam de indicativos para equipe de: se precisa acolher mais alguém, aprofundar mais ou menos alguma situação mobilizadora, ficar mais próximo ou ter uma conversa “ao pé do ouvido”. Em função

dos *emotions* lembrarem os ícones usados no celular e na internet, os participantes de imediato compreendiam a proposta.

Figura 15 – Cartaz com os *emotions*.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Outro momento que aconteceu em todos os encontros foi o do lanche. É importante dizer que em todas as atividades que o CRAS realiza, oferece um lanche. Isso porque a população é muito carente e comumente lhe falta alimento. Nos encontros, o lanche foi providenciado pela pesquisadora. Alguns encontros iniciaram-se pelo momento do lanche, quando os participantes relatavam que estavam com fome ou quando alguém da equipe percebia que o grupo renderia mais após o lanche, como, por exemplo, no primeiro encontro no Aurá (Figura 16) em que demoraram a abrir a Igreja e os participantes ficaram aguardando no sol.

Figura 16 – Mesa do lanche no Aurá.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Em função de ser um grupo aberto, toda vez que entravam novos participantes eram feitos dois procedimentos: a confecção do crachá e o contrato simbólico.

A Figura 17 demonstra o crachá dos participantes, que era a identificação de cada membro do grupo e continha duas informações: o nome do participante e como ele ou ela gosta de ser chamado(a).

Figura 17 – Crachá que os participantes e a equipe utilizaram.

Me chamo _____

Gosto de ser chamado(a) de

Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

O contrato simbólico é a explicação para os participantes sobre a importância do sigilo, do respeitar a história dos outros, de não julgar ninguém. Nesse momento, foi dito que a proposta deste trabalho era falar das histórias familiares e isso só era possível em um ambiente em que todos se sentissem à vontade. Enfatizou-se que cada pessoa tem seu jeito,

dificuldades e recursos. Nesse sentido, as famílias foram avisadas de que a equipe não iria tolerar comportamentos que insinuassem discriminação e preconceito.

Na maioria dos encontros, utilizou-se uma adaptação da Roda de Finalização proposta do Lamarão e Amaral (2007, p. 48). De acordo com essas autoras nenhuma oficina pode terminar sem um exercício que cheque o estado emocional do grupo, que indique o que foi absorvido, que estimule a afetividade entre os membros do grupo e que dê suporte para os que ficaram mais mobilizados. Esta roda leva o grupo a um estado de centralidade. De pé, todos são orientados a levar a mão em formato de prece na direção do coração, sendo que a mão esquerda fica embaixo e direita em cima da mão do colega ao lado, lembrando que na roda da vida: todos dão e recebem.

Para Lamarão e Amaral (2007, p. 48):

O contato corporal, o contato com o olhar, com os gestos com o toque, o prazer de estar junto, receber atenção, ter uma referência amorosa, afetiva facilitam a comunicação e os objetivos que se pretendem alcançar. No círculo mobilizamos uma energia criativa e construtiva, onde somos todos iguais, onde partilhamos nossas energias. O círculo representa o todo e cada pessoa que no círculo se faz presente com sua individualidade e identidade.

Por fim, solicitava-se, para cada pessoa, falar uma palavra que simbolizasse como foi o encontro daquele dia e o quê que estava levando daquela convivência. Essas palavras ajudaram a formular ou ajustar o encontro seguinte, pois indicavam quais os assuntos que precisavam ser aprofundados ou não, quais eram as dificuldades e potencialidades que cada oficina despertava neles.

Em seguida, serão apresentados os resultados a partir das oficinas e entrevistas, utilizando as mesmas categorias de análise do Capítulo 5, com o acréscimo da avaliação dos participantes sobre a intervenção.

6.3.1.5 *Imprevistos e manejo*

No segundo encontro, observou-se que as famílias estavam tendo dificuldade com relação à pontualidade e assiduidade. E no intervalo do primeiro para o segundo encontro a psicóloga do CRAS Aurá, quando encontrava com as famílias que tinham sido convidadas para participar do projeto, reforçava o convite. A psicóloga do CRAS Aurá obteve como resposta a falta que não foi devido esquecimento. Sendo assim, fizeram busca ativa, que consiste em visitar as famílias selecionadas para participarem do projeto.

No restante dos encontros, a pesquisadora passou a fazer ligação telefônica no dia anterior ao encontro do grupo para lembrar as famílias do CRAS Aurá. Muitas vezes, ainda era feita ligação para as famílias, no horário de início do grupo, para dizer que a equipe estava aguardando por elas. Essa atitude assumida pela pesquisadora provocou as seguintes falas dos participantes, como:

Na semana passada eu não fui porque estava fazendo um dia de sol e tinha uma pilha de roupa pra lavar, não podia.
Eu não vou consegui ir hoje porque estou com um frango pra tratar para o almoço.
No posto de saúde quando a gente falta ninguém liga fico feliz de vocês querem a nossa família aí no grupo.

Com isso, foi possível que: 1) eles se sentissem mais compromissados por receberem essa ligação que buscava saber de cada membro e do motivo da ausência ou atraso, mas dando uma conotação, mais pelo cuidado e por desejar que eles estivessem presentes, do que com um caráter punitivo; 2) estimular a participar do grupo mesmo quando um membro da família estava impossibilitado de se fazer presente; 3) acordar que, quando a família tivesse algum compromisso que sobrepujasse o horário dos encontros, era possível chegar atrasado ou sair antes do encontro terminar.

No CRAS Guamá só foi realizada ligação telefônica quando o dia/horário fixo de encontro do grupo sofreu alguma modificação em função de feriado ou da própria programação do CRAS.

Após essa medida, a assiduidade e a pontualidade melhoraram. O único ônus que precisa ser ponderado com relação a essa estratégia é que, de maneira geral, as famílias só possuem telefone celular para contato e esse procedimento onerou o custo financeiro da pesquisa.

Contudo, esta experiência mostrou que especialmente as famílias do CRAS Aurá possuem uma forma peculiar de lidar com agenda, na qual as questões ligadas às atividades domésticas influenciam na participação e pontualidade deles. Vale ressaltar que, em ambos os CRAS, no primeiro encontro, foi disponibilizado um cronograma para cada família com os dias e horários de todos os encontros subsequentes.

No tocante ao período do dia para se agendar os encontros, observou-se que pela parte da manhã havia um acúmulo de serviços domésticos a serem feitos. Especialmente pelo fato de não terem estoque de comida e viverem a partir de renda informal na qual eles não têm acesso ao dinheiro do mês em uma única data, mas recebem semanalmente ou por serviço, as famílias vão à feira ou açougue com muita frequência e isso, em geral, ocorre de manhã. Ou

seja, quase que diariamente, na parte matutina do dia, eles vão à busca de alimento e se dedicam à preparação dele, além de limpar a casa, cuidar da roupa e levar e apanhar as crianças na escola.

Contudo, é válido lembrar que este projeto foi o primeiro atendimento de um grupo de famílias dentro da comunidade e não na sede do CRAS Aurá. Sendo a região dos encontros tida como perigosa, a pesquisadora acreditou ser mais prudente a coleta de dados ser pela manhã.

No CRAS Guamá, o horário do grupo foi adiado ao longo dos encontros por dois fatores: antes da mudança, coincidia com o horário que chove em Belém e as famílias se atrasavam; e porque os adultos trabalhavam de carteira assinada e não podiam sair semanalmente antes do término do expediente. No CRAS Aurá, o ideal para ter uma adesão maior seria começar no final da tarde, contudo, tinha um fator preponderante, a sede do CRAS Guamá (onde foram realizados os encontros) fechava às 17h e os funcionários desse CRAS não aconselhavam andar no bairro pela parte da noite em função de ser um bairro muito violento.

Outro aspecto que chamou atenção foi com relação à compreensão e aceitação da proposta deste trabalho pelos participantes. Ao apresentar o objetivo do grupo multifamiliar como uma ferramenta para favorecer o fortalecimento dos vínculos, melhorar a comunicação, contribuir para que enfrentem as dificuldades vivenciadas na fase adolescente do ciclo vital da família, notou-se que pareceu ser uma linguagem que eles não estão acostumados. Estão mais habituados a receberem propostas que oferecem objetivos concretos como: ajuda financeira, possibilidade de fazer um curso ou participar de algum tipo de atividade física disponibilizada pelo CRAS. Assim sendo, teve-se a sensação de que foi ao longo do processo do grupo multifamiliar, que eles foram captar com clareza o intuito e os benefícios que essa experiência poderia proporcionar.

Diante desse contexto, foram utilizados recursos que facilitaram que a expectativa por receber algo concreto fosse sutilmente incluindo os ganhos simbólicos. Eles foram presenteados com a etiqueta com o nome, por exemplo. Depois, no 5º encontro sobre limites, levou-se umas cartolinas com algumas informações para o grupo conversar e ao final deste dia, os adultos e adolescentes pediram para levar as cartolinas para casa. Então, acertou-se que, no encontro seguinte, seria levado um exemplar impresso com todas as informações que continham nas cartolinas para cada família. E assim foi feito. Diante disso, as falas foram:

Quero levar esse papel para poder conversar com os outros filhos e meu marido sobre isso que nós conversamos.

Vou deixar essas regras fixas na parede de casa para gente sempre lembrar.

Vou mostrar esse material pra minha irmã que está passando um sufoco com os filhos dela, mas ela não mora aqui perto, o CRAS dela é outro.

As falas expostas acima alertaram para a necessidade que os participantes têm de receberem algo material, concreto. Então, a partir dos outros encontros, foram levados textos impressos, vaso de planta (para ajudar a simbolizar sobre a importância de sempre “regar” nas relações familiares), certificado emoldurado, fotos impressas e cartas. Ou seja, ofertaram-se objetos materiais que simbolizavam e continham mensagens subliminares trabalhadas das atividades do grupo. Percebeu-se que as famílias participantes não estão habituadas a fazerem reflexões e trocas no campo simbólico, então essa foi uma estratégia que notavelmente facilitava a compreensão do intuito de cada encontro e da proposta do trabalho de forma geral.

Além disso, em cada reunião foi oferecido lanche, o que não deixa de ser uma forma concreta de ganho. As mesas do lanche eram preparadas cuidadosamente: colocava-se uma toalha de mesa colorida, um vaso de flor. A intenção era que mesmo na simplicidade, as famílias percebessem que pode ter algo que vai além da sobrevivência, como uma flor. E que o momento da refeição pode ser usado como um ritual para encontro entre os membros da família. Frente a este aspecto, ocorreu um episódio interessante.

No 8º encontro do CRAS Aurá, a pesquisadora não levou flores. A mesa do lanche foi arrumada como de costume, mas não tinha flores. Uma adolescente foi até o jardim, colheu flores e as colocou na mesa – como mostra a Figura 18. Esse fato foi marcante para percebemos que, de alguma forma, a intenção estava sendo compreendida por eles.

Figura 18 – Mesa do lanche no Aurá, no 8º Encontro.



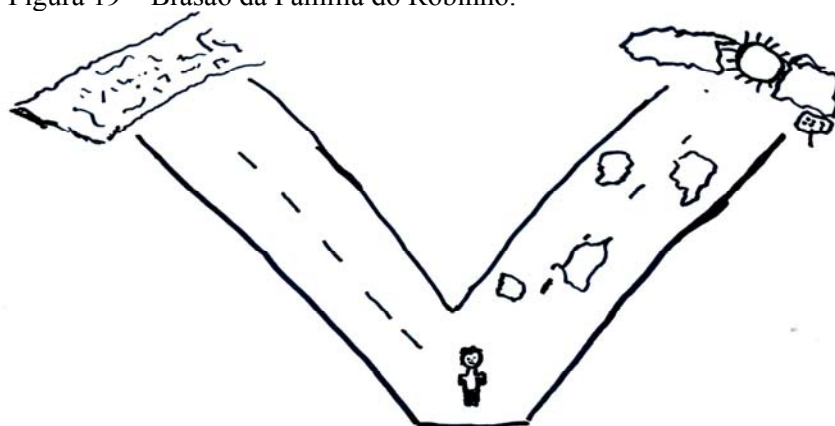
Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Antes de iniciar a coleta de dados, ninguém supôs que algum adolescente pudesse querer continuar no grupo, mesmo que os adultos da sua família não quisessem participar do projeto. Essa situação ocorreu na família A6. A mãe e o filho só participaram de um encontro e não quiseram dar continuidade, mas o sobrinho relatou querer se manter no grupo. Foi permitido que esse adolescente permanecesse no grupo multifamiliar devido à leitura do seguinte contexto que ele apresentava: 1) era um adolescente que estava há 3 meses morando na casa de um tio porque a avó morreu repentinamente. E essa avó materna foi quem o criou, pois nunca viveu com a mãe e desconhece quem é seu pai; 2) estava em processo de adaptação na casa desse tio; 3) estava atrelado a um processo criminal que já estava em andamento por ter dado carona de bicicleta para uma pessoa que tinha acabado de cometer um assassinato; e 4) ao mudar de endereço, passou a residir mais distante dos seus amigos.

Outra situação que envolveu o Robinho foi que o dia do aniversário dele coincidiu com a data que ia ser feito o encontro só com os adultos. Então, ele perguntou para a pesquisadora se ele poderia ir, chegar um pouco mais tarde, só para participar do lanche e comemorar o aniversário com os adultos do grupo. Perante a falta de pessoas que lhe servissem de referência, foi permitido.

No encontro no qual se solicitou a apresentação do Brasão da Família, Robinho fez dois brasões e só apresentou um no grupo. Porém, o primeiro que desenhava era uma pessoa em uma encruzilhada, onde em um caminho tinham obstáculos a serem superados e se chegava a um caminho bom. Já o outro caminho não levava a um bom lugar e a estrada estava mais livre. Ele próprio fez essa análise somente na presença da pesquisadora. Diante disso, a intenção era que o grupo pudesse ajudá-lo a superar as dificuldades e trilhar um caminho que fosse mais promissor. Na Figura 19 é o desenho do brasão em questão:

Figura 19 – Brasão da Família do Robinho.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Inicialmente, o texto que continha no Certificado era para a família, então, adaptou-se o texto para o Robinho. Além disso, foram colocados os dois brasões que ele desenhou, contudo a pesquisadora coloriu a parte do desenho que levava ao sol, que segundo ele, representava o “caminho do bem”. A Figura 20 mostra como ficou o Certificado do Robinho:

Figura 20 – Certificado personalizado para o Robinho.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

No dia do encontro só com os pais e avós, ocorreu atraso e quando ele chegou, o grupo ainda não havia iniciado. Ele participou desde o início do grupo. Depois de ouvir os relatos dos adultos, compartilhou o fato de não conhecer o pai, não ter uma pessoa do sexo

masculino em quem se inspirar. No fim do grupo, cada adulto desejou benfeitorias na vida dele. A seguir, alguns relatos desse dia:

Eu tenho gostado muito da sua participação no grupo, muito mesmo. Então, continue assim pra você continuar a ser feliz. Você não tem pai nem mãe, mas você pode ter outras pessoas no caminho pra te ajudar a ser feliz. Isso tudo é o que quero te deixar pra ti: uma boa sorte e felicidades.

Eu te desejo força, coragem, perseverança. As lutas vêm e nós precisamos de coragem e de força pra vencer elas e quem nos dá essa força é Jesus, só ele pode mostrar. A gente pode ser abandonado por todos, mas o Senhor não nos abandona. Agora, olhe ao seu redor: Ele pode usar qualquer um pra te ajudar a seguir em frente.

Queria agradecer pelos conselhos que a senhora e todos do grupo dão pra nós e por fazer a gente se abrir, aqui. Falar das coisas que a gente tem até vergonha de falar. Muito obrigado.

No CRAS Guamá, durante o 5º Encontro, também foi comemorado o aniversário de 16 anos de Izabel. Na reunião anterior, Izabel comentou que viria ao grupo no dia do seu aniversário, pois queria estar junto com os demais participantes da pesquisa nesta data comemorativa. A pesquisadora providenciou um bolo para o lanche (Figura 21). O grupo cantou parabéns e cada pessoa desejou seus votos para a aniversariante. Depois, a aniversariante e o pai dela tiveram a seguinte fala:

Muito obrigada. Nunca tinha tido uma festa surpresa de aniversário. Eu não gosto que me abracem. Eu tenho trauma, mas vocês podem se aproximar de mim.

Muito obrigado por ter preparado essa festa tão linda para a minha filha. Obrigado mesmo. Tava tudo lindo e gostoso. A gente sente que foi feito com carinho.

Figura 21 – Mesa de aniversário da Izabel.



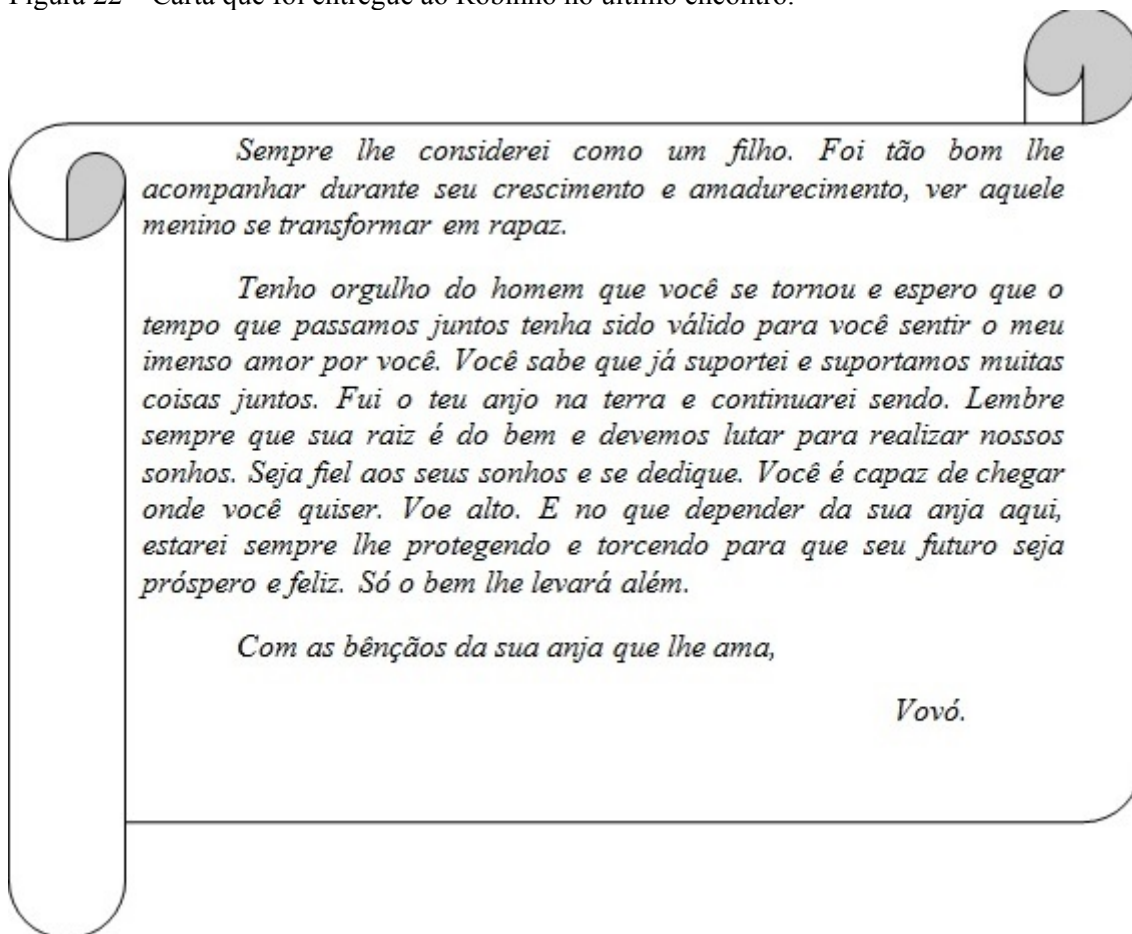
Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Com relação ao 7º e 8º Encontro, nos quais foram confeccionadas as cartas, deparou-se com algumas situações:

- a) Os adolescentes e adultos que não sabiam escrever, ditaram o conteúdo da carta;
- b) Somente o pai da Família G1 não quis escrever as cartas durante o encontro alegando que iria se emocionar, ficou acertado dele trazer as cartas para as filhas na semana seguinte, só que isso não aconteceu. Sendo assim, no momento da troca de cartas, ele falou para as filhas sobre a importância delas na vida dele;
- c) A mãe da Família G4 estava apresentando dificuldade de participar do grupo, em função do seu horário de trabalho e então, ditou as três cartas por telefone;
- d) A avó da Família G3 pediu para a mãe dos seus netos escrever para eles uma carta e assim foi feito;
- e) Robinho escolheu fazer a sua carta destinada à sua avó falecida;
- f) Baseado nas histórias que Robinho compartilhou no grupo, a pesquisadora escreveu uma carta como se fosse a sua avó falando para ele (Figura 22).

Optamos por essa estratégia com a intenção de que o adolescente continuasse se fortalecendo com esta relação, que segundo ele foi a mais importante que ele teve na vida. Além do fato de buscar ajudá-lo a construir junto com ela uma nova forma de se relacionar com essa avó que vive nele por meio das memórias, já que ele escolheu escrever a carta para ela. Na carta, procurou-se usar as profecias ligadas a caminhos e escolhas que levem a bonança.

Figura 22 – Carta que foi entregue ao Robinho no último encontro.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Outra demanda emergente surgiu no CRAS Aurá. No 7º encontro, que foi dirigido somente aos adolescentes e crianças, eles relataram gostar de ler, mas o bairro não oferece nenhuma biblioteca que eles tenham acesso. Adiante a fala de um adolescente sobre essa situação na qual apresenta a dificuldade e uma possibilidade de solução:

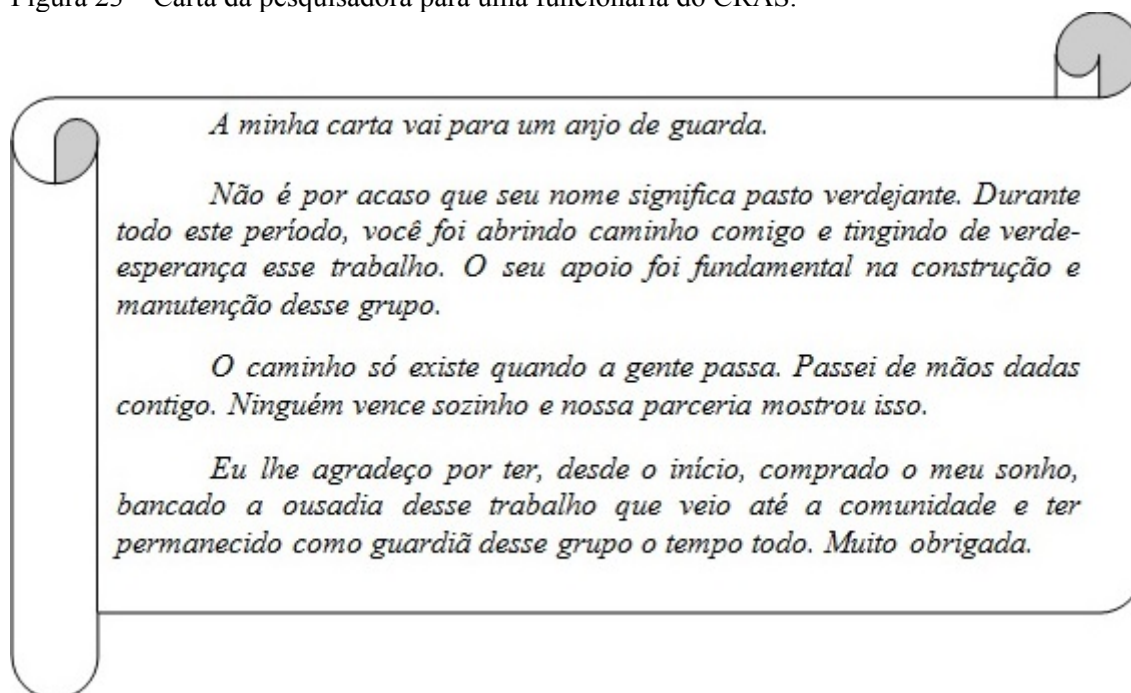
Como a gente não tem dinheiro para comprar livro e não tem biblioteca no nosso bairro. A gente podia fazer um clubinho do livro que funcionasse como se fosse a nossa biblioteca. Cada um tem que cuidar do livro, ler e devolver no prazo. Assim, o livro vai rodando e todo mundo fica inteligente. Porque nem sempre a gente pode comprar.

Após esse encontro, a pesquisadora elaborou um e-mail e enviou para algumas pessoas do seu convívio social pedindo livros usados. No 9º encontro, criou-se o projeto Monteiro Lobato, usando uma frase deste autor como lema: “um país se faz de homens e livros”. Foram catalogados todos os livros e cada pessoa podia emprestar por 15 dias cada livro. Após esse prazo, devia devolver o livro. Da mesma forma, os próprios adolescentes

foram estimulados a trocar os livros que eles já possuíam em casa com os colegas. Assim, a adesão não foi só dos adolescentes, mas dos adultos. A psicóloga do CRAS Aurá ficou responsável por gerenciar os empréstimos e ampliar o acervo do projeto. Deste modo, o projeto foi construído a partir da demanda que surgiu no grupo e os próprios participantes vislumbraram uma estratégia. A pesquisadora apenas ajudou na viabilidade da solução, buscando com que as famílias se sentissem autoras da própria medida adotada para minimizar a dificuldade apresentada e vivenciada por elas.

No 10º encontro, tanto no CRAS Aurá quanto no CRAS Guamá, convidamos a coordenação de cada CRAS para participar da confraternização de encerramento. Nesta ocasião, com a intenção de ter um olhar que valoriza o cuidador, a pesquisadora fez uma carta para cada funcionário que a auxiliou durante a coleta de dados e também ofertou um marcador de livro (igual como foi dada para cada componente da família) com o nome e o significado do nome. Na Figura 23, apresenta-se uma das cartas que a pesquisadora redigiu para uma funcionária e o depoimento dessa funcionária ao presente trabalho:

Figura 23 – Carta da pesquisadora para uma funcionária do CRAS.



Fonte: A autora da pesquisa, 2015.

Foi com muita expectativa que esse grupo veio pra cá. Desde quando soube que tinha uma pessoa que queria fazer um trabalho com famílias, fiquei curiosa para aprender um pouco desse trabalho em grupo. Eu já tinha trabalhado em grupo, mas tinha uma outra perspectiva. Não tinha esse formato de envolver sentimento. A Bruna chegou no CRAS, envolveu a gente e envolveu as outras funcionárias que hoje não estão aqui. Só tenho que agradecer a vocês que acreditaram nesse trabalho e a Bruna que teve a brilhante ideia e engajamento de vir atrás da gente.

O relato acima deixa claro o quanto os profissionais que trabalham com políticas públicas necessitam de capacitação para acessarem as suas próprias emoções e as das famílias atendidas. Para atuar junto as relações famílias é preciso envolvimento e técnica.

Como o grupo multifamiliar do CRAS Aurá transcorreu fora da sede do CRAS Aurá, a coordenadora reservou a sua agenda para ficar à disposição do grupo, já que precisa se deslocar do CRAS para dentro da comunidade. Assim, foi convidada para participar do momento da avaliação. Diante disso, relatou:

O que ouvir na avaliação dos participantes foi o suficiente para perceber o quanto este trabalho foi positivo. Para mim, participar da avaliação foi emocionante, eu até quis chorar. A gente sente que impactou, que mexeu com a vida de vocês, principalmente ao ouvir a fala dos jovens: achei que ia ser uma coisa chata, mas eu fui gostando e me identificando. Eu acho que a Bruna alcançou o objetivo que não foi só estudar, mas ter deixado algo. Isso é o mais importante para nós que trabalhamos nessa área. Ouvindo esses relatos, só posso dizer que esse trabalho tem que continuar. A única coisa que ouvir de negativo foi: ah, acabou! É esse trabalho intergeracional que traz resultado, que não isola pais e filhos. Esse foi um projeto piloto, mas temos obrigação de dar continuidade.

De acordo com o relato acima, fica claro o quanto as comunidades precisam de práticas inovadoras e contínuas que alcancem as famílias em situação de vulnerabilidade.

6.3.1.6 Compartilhando a experiência

Como “últimas palavras”, compartilham-se reflexões que surgiram no decorrer desta pesquisa e que podem auxiliar na prática de profissionais que atuam junto às famílias adolescentes que vivem em situações de vulnerabilidade.

O fato de não existir um padrão familiar único, e sim, considerar múltiplas configurações familiares que impõem demandas que interferem na atuação do profissional que trabalha com famílias. É preciso romper com o padrão idealizado e “naturalizado” com relação à instituição família. Nesse contexto, é de fundamental importância perguntar a própria família como ela se define, quem são os seus membros, quais as suas necessidades, seus sonhos e quais os recursos que dispõem. Contudo, para validar as respostas da família é

necessário que o profissional renuncie o lugar, igualmente idealizado, de que somente o seu saber técnico é válido. É preciso atribuir e legitimar o saber que a família tem sobre si.

As políticas públicas objetivam transformar o lugar do ser humano na sociedade. Como condição indispensável a essa transformação, os profissionais que trabalham com prevenção e promoção de saúde necessitam mudar o lugar em que se colocam diante do outro, da família e da comunidade.

Uma percepção que se teve por meio desta experiência foi de que a adolescência, que é uma transição para a vida adulta, é vista como um momento de vida transitório no qual o jovem precisa vivenciar o que é relativo a esse seu momento de vida. Assim, adotam uma atitude de que essa fase vai passar. E, como num passe de mágica, o adolescente se transformará em um adulto, os conflitos sumirão e a família estará adapta para ir à fase seguinte do seu ciclo vital. Este trabalho mostra que nesta fase de vida, tanto os adolescentes como os seus responsáveis precisam de apoio para construir formas adequadas de superação neste processo de adolecer. É um período complexo e que deixa marcas relacionais no sistema familiar que irão fazer parte da história familiar.

A adolescência está longe de ser uma fase rotulada como “aborrecência”, pois a partir da presente pesquisa ficou claro o potencial de resiliência das famílias adolescentes que enfrentam tanto os desafios típicos dessa fase do ciclo vital como precisam lidar com o contexto de vulnerabilidade que é desfavorável à dignidade humana.

É necessário investir na atenção básica junto à família adolescente disponibilizando políticas públicas adequadas à diversidade, intervenção voltada para a família contemporânea e que busquem compatibilizar objetivos, meios, resultados com metas realistas, eficácia e efetividade. É preciso combater ações puramente emergenciais, assistencialistas, localizadas e descontínuas.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é possível elaborar intervenções que contemplem todos os membros da família e contribuam para que pais/avós e adolescentes perpassem pela fase adolescente do ciclo vital familiar mais fortalecidos, a ponto de garantirem a continuidade do seu desenvolvimento.

Considera-se a fase adolescente do ciclo vital familiar como sendo um período de lua crescente, como propõe Cervený (2002b), que desafia a família a ampliar e modificar a sua trama relacional. Nesta perspectiva, visando o desenvolvimento da família adolescente, apresentam-se algumas reflexões, oriundas deste estudo, como intuito de colaborar com pesquisadores e profissionais que produzem conhecimento e atuam junto às famílias adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade.

- a) Respeito à cultura local;
- b) Adequar a linguagem à realidade dos participantes;
- c) Assumir uma atividade colaborativa: o técnico é um facilitador de contexto colaborativo, o saber é da família e essa junção a empodera;
- d) Organizar a equipe de profissionais para que cheguem, no mínimo, 30 minutos antes no local da atividade para preparar o ambiente e receber um por um dos participantes do grupo. Planejar um momento para a equipe de profissionais que trabalham no grupo multifamiliar fazer a avaliação logo em seguida do término do grupo;
- e) Tipo de acolhida: envolve os cuidados com o ambiente físico, com a alimentação e por adotar uma postura que as famílias se sintam confortáveis para compartilhar suas histórias;
- f) Não fazer aliança com algum membro da família, mas ser mediador entre pais/avós e filhos/netos, legitimando cada um;
- g) Permitir que a intervenção multifamiliar seja com o grupo aberto até a metade dos encontros, a partir daí não receber novas adesões;
- h) Estimular a comunicação da família adolescente sobre temas como sexualidade, namoro, drogas, futuro profissional, comunicação por terem pouco canal para abordar esses assuntos;
- i) Isenção da denominação religiosa e aceitação de todos os tipos de espiritualidade;
- j) Usar as habilidades que os membros da família já possuem para compartilhar com os participantes do grupo, como aula de jardinagem e de culinária;
- k) Estabelecer um rodízio do funcionário do CRAS: ser o facilitar no grupo multifamiliar de um outro CRAS. Não ter conhecimento prévio sobre as relações familiares diminui a formação de preconceitos/rótulos frente às famílias e a construção do vínculo, pois os profissionais do CRAS do qual a família atendida faz parte, muitas vezes, já viveu momentos delicados perante a família como, por exemplo, denunciar pais por maus tratos;
- l) Realizar busca ativa e fazer ligações telefônicas na véspera e no dia do encontro, pois essas medidas melhoram a adesão;
- m) Disponibilizar algum material para as famílias levarem para casa como, por exemplo, um texto sobre a temática do encontro. Notou-se que, assim, os participantes se sentem valorizados e se conectam mais ao processo grupal;

- n) Caso o grupo multifamiliar seja realizado em outro espaço que não seja a sede do CRAS: reivindicar a presença de um funcionário do CRAS: tanto para auxiliar a escolher o caminho e horário menos perigoso para circular no bairro como para a comunidade que já conhece o funcionário identificar que o trabalho proposto é ligado ao CRAS. Isso contribui na aceitação do facilitador pela comunidade; fazer contato com os líderes comunitários para apresentar o facilitador que irá ser responsável pelo trabalho (a presença de uma pessoa de fora da comunidade pode causar estranheza e curiosidade), explicitar a proposta de intervenção e os possíveis benefícios que ela pode trazer à comunidade e valorizar o papel social que ele exerce no bairro;
- o) Perguntar sempre para a família quais são as suas necessidades e intervir baseado na demanda que eles apresentam;
- p) Favorecer com que os pais/avós a estimulem e despertem os adolescentes para a importância do seu papel social na comunidade;
- q) Favorecer para que pais/avós apoiem e aceitem o adolescente com suas potencialidades e limitações, pois essas posturas aumentam a possibilidade de assumir o protagonismo na sua vida;
- r) Considerar a intergeracionalidade: possibilita ampliar o olhar sobre a família e trabalhar o quanto as heranças influenciam o convívio familiar;
- s) Usar rituais como uma forma de ajudar a família adolescente a fazer a transição da infância para a vida adulta;
- t) Valorizar a rede de apoio fortalece a resiliência no bairro e na comunidade;
- u) Construir um ambiente com uma atmosfera menos formal para se tornar mais convidativo;
- v) Trabalhar com as emoções que emergem no grupo, autorizando que o envolvimento, emoção e sentimento se tornem recursos para fortalecer os vínculos familiares e comunitários;
- w) Buscar acessar os membros da família que não participam do grupo de forma que mesmo não estando presencialmente nos encontros, sintam-se lembrados e beneficiados;
- x) Caso faça entrevista com as famílias: realizar no máximo duas por dia. É importante que o profissional tenha tempo e disponibilidade para escutar e legitimar todos os membros da família;

- y) Construir meios para que as atividades propostas sejam personalizadas. Ou seja, o profissional pode preparar materiais usando, por exemplo, o nome das famílias de modo que, ao chegar para o grupo, notem que a atividade foi feita pensando especialmente nelas;
- z) Ligar, na mesma semana, para as pessoas que faltaram ao encontro, adotando uma postura de apresentar interesse com relação a eles e não de punir em função da ausência;
- aa) Possibilitar e incentivar os membros da família que têm algum impeditivo para participar continuamente das atividades, para venham a integrar o grupo multifamiliar mesmo que eventualmente;
- bb) Planejar um encontro o qual seja preparado exclusivamente para os adultos e outro, unicamente para os adolescentes com o intuito de escutar as demandas específicas de cada papel familiar e observar como adultos funcionam na ausência dos filhos/netos e vice-versa;
- cc) Não exigir que os funcionários do CRAS dêem respostas imediatas às demandas apresentadas pelas famílias adolescentes. É necessário investir em um plano que não seja emergencial para que tenha tempo adequado para construir, junto com as famílias, estratégias próprias e soluções mais duradouras.

Nesta parte da análise e discussão dos resultados, buscou-se demonstrar o desenvolvimento da pesquisa. A percepção aqui adotada vai ao encontro do que afirma Tezza (2002, p. 27) sobre o processo de criação e elaboração da escrita: “a escrita só faz sentido se abrir algum caminho novo para quem escreve e para quem lê”. Considera-se essa premissa e excede-se esse limite quando se trata de escrever uma pesquisa: tudo o que foi escrito e discutido neste estudo teve o intuito de gerar transformações em mim enquanto pesquisadora, na equipe do CRAS com a qual tive contato, na aluna que auxilio no início dos encontros, nas famílias participantes e nos leitores.

Ao longo do estudo, a própria autora deste trabalho foi precisando se transformar tanto como pesquisadora quanto como terapeuta de família. Foi fundamental desmistificar, para pesquisadora e para as famílias participantes, que o papel do profissional não era trazer soluções mágicas. Foi necessário construir junto com as famílias um trabalho que considerasse o contexto que humaniza, embasado na prática que buscou ouvir, acolher, legitimar cada membro da família e fomentar a trocar.

Ao propor que “o outro” se transforme, este processo precisa acontecer, também, com o pesquisador. Como trilha sonora desta metamorfose, a pesquisadora adotou a música intitulada “Chuva no Mar”, composição de Marisa Monte e Arnaldo Antunes (2015) que ressalta a transformação que provem do encontro e que nunca tem fim, ao se tratar de ser humano:

Coisas transformam-se em mim / É como chuva no mar / Se desmancha assim em /
Ondas a me atravessar / Tudo o que o olho alcançar / E o que ninguém escutar / Te
invade sem parar / Te transforma sem ninguém notar / Frases, vozes, cores / Ondas,
frequências, sinais / O mundo é grande demais / Coisas transformam-se em mim /
Por todo o mundo é assim / Isso nunca vai ter fim.

Para a construção dessa proposta de trabalho, foi preciso escutar o que em geral, as pessoas não dão importância, ser invadida por emoções, histórias e lutas. E o sentimento de descoberta e aprendizagem se fez presente ao longo deste processo. Assim como um adolescente descreveu que o ele mais gostava na sua mãe era o fato dela lhe apresentar as coisas novas do mundo, ao finalizar este trabalho a autora teve a mesma sensação: “o mundo é grande demais”. O ser humano é um universo vasto de possibilidades. Quem quer transformar o mundo, construir práticas de intervenções que alcancem as famílias precisa está aberto a embarcar no processo de transmutação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa possui muitas ressonâncias com a minha história pessoal, familiar, profissional e comunitária.

O meu primeiro contato com trabalho psicoterápico foi participando de um grupo de adolescentes por três anos, no qual conversávamos sobre os acontecimentos e sentimentos típicos deste período da vida. Então, não só acredito que é possível fomentar práticas que favoreçam o desenvolvimento dos adolescentes e suas famílias, como já pude ter essa experiência durante a minha adolescência.

Sou a quarta geração da minha família engajada em trabalho social. Meu bisavô (Bruno de Menezes) foi um poeta modernista que deu visibilidade para a cultura amazônica, voz para os proletários e negros, e defensor voraz do cooperativismo social. Meu avô (Steleo Menezes) foi juiz da Vara da Infância e Juventude no Pará. Minha mãe (Stela Menezes) como assistente social, atuou com crianças em situação de rua e contra o trabalho infantil doméstico.

Ao longo do doutorado, também eu, fui instigada pelo processo de equacionar pertencimento e diferenciação. Como filha, me emancipei. Constituí uma nova família. Como profissional, passei a ser, além de aluna, professora e supervisora. E, no que tange às minhas raízes comunitárias, posso afirmar que é gratificante contribuir para a melhoria da vida da comunidade paraense.

Desde que tive a oportunidade de morar em São Paulo para investir na minha capacitação profissional, levei na mala o desejo de fazer com que todo o conhecimento e experiência reverberassem em melhorias para a minha comunidade. Esse foi um dos meus legados: retornar à Belém e colocar em prática as aprendizagens a serviço da “minha gente”, fortalecendo os meus vínculos com a “Cidade das Mangueiras”. Não por acaso, no mestrado, coletei os dados em Cametá-PA, que é o município de origem dos meus avós paternos. Esse comprometimento com o meu Estado sempre me acompanhou e foi crucial para as escolhas que fiz, tanto profissionalmente como pessoalmente. Ou seja, a decisão por fazer a coleta de dados junto às famílias que moram no Pará tem relação com o meu vínculo com “minha terra” e com a convicção de que é imprescindível compreender essas famílias, pois atuo como terapeuta de família e formo alunos que trabalharão com as singularidades dessas famílias. É fundamental conhecer o contexto para intervir.

Assim, a presente pesquisa foi construída considerando o conhecimento técnico e as minhas ressonâncias familiares e comunitárias. Priorizei conhecer a realidade das famílias adolescentes pesquisadas, compreender suas histórias, escolhas e recursos.

Ao me deparar do contexto da pesquisa percebi que não estava “pronta” para trabalhar com as famílias que vivem situações tão precárias. A preparação ocorreu à medida que me aproximava, me relacionava com os funcionários dos CRAS e com as famílias pesquisadas. A cada encontro busquei construir um canal de comunicação e estabelecer um vínculo respeitoso e confortável entre eu, as famílias pesquisadas e as pessoas que me auxiliaram no grupo multifamiliar. Desta forma, a intervenção foi concebida.

O fato de ser paraense, conhecer o linguajar típico da região favoreceu o entendimento e a vinculação com as famílias pesquisadas. Se por um lado me sentia próxima por ser conterrânea, por outro me sentia distante por ser de outra classe social. Foi um desafio transformar as diferenças em possibilidade de uma troca enriquecedora na busca por favorecer o desenvolvimento das famílias pesquisadas.

No transcorrer da coleta de dados, foi necessário reservar um tempo para me recompor das conversas, das emoções, das trocas. A prática exigiu que eu verdadeiramente estivesse presente no “aqui e agora”. Foi preciso concentrar e me conectar com as famílias antes, durante e depois de cada encontro. Todavia, entendo que o tipo de intervenção que propus necessitava desse grau de envolvimento.

Como já supunha, foi fundamental trabalhar a família adolescente considerando a intergeracionalidade. Este trabalho foi enriquecido por valorizar as narrativas e a convivência de três gerações nos grupos de multifamília. É relevante que a família como todo tenha espaços de conversação que favoreçam a qualidade de suas relações e fortalecimento de seus vínculos.

Ao longo da pesquisa, constatei que a vulnerabilidade não atinge somente as famílias adolescentes pesquisadas, mas também os profissionais que trabalham com elas. Os funcionários dos CRAS moram em bairros periféricos (e alguns residem em municípios que ficam localizados a cerca de 150 km de Belém), não possuem supervisão ou consultoria sistemática e contínua, apresentam dificuldade financeira para custear cursos de especialização e aprimoramento.

Na minha visão os recursos humanos são a matéria-prima das políticas públicas. Desta maneira, enfatizo a necessidade das políticas públicas também visarem atingir os profissionais que são “cuidadores” das famílias e das comunidades que vivem em situação de vulnerabilidade.

A minha intenção, ao propor uma intervenção, nunca foi oferecer um modelo a ser seguido “cegamente”. Por essa razão, priorizei compartilhar o processo de construção de um trabalho construído para um público específico. Na minha avaliação, ao atuar junto às famílias em situação de vulnerabilidade é necessário considerar as diretrizes que preconizam o SUAS. E foi isso que procurei fazer. Todavia, nenhuma legislação é capaz de abarcar as peculiaridades de um contexto e de uma comunidade. Penso que quanto mais personalizada a intervenção maior é a possibilidade das famílias e das comunidades se beneficiarem.

Uma das características deste estudo é que possui interface com a área da saúde, defesa e educação da família. Assim, pode atingir e despertar interesse em várias áreas do saber. Nesse sentido, quero disponibilizá-lo às universidades, especialmente do Pará, com o intuito de contribuir na formação de alunos ainda na graduação. A minha intenção é apresentar a viabilidade de um trabalho que aconteceu na comunidade e fazer parcerias para dispor desse conteúdo às disciplinas que discutem temáticas relacionadas com o trabalho com famílias. Assim, além de sociabilizar a proposta, é possível ampliá-la, no futuro.

Há sete anos me graduei em psicologia clínica e na minha experiência como aluna, a psicologia me foi apresentada predominantemente como uma possibilidade de atuação em consultório particular. E nesta pesquisa, precisei dispensar o conforto e a “asepsia” do consultório para transformar “as ruas da comunidade” em um *setting*: local de encontro terapêutico. Na minha percepção, a Psicologia, diferentemente de ciências como o Serviço Social, ainda é elitizada. Assim, é primordial que desde o início da formação do psicólogo se reflita a importância desse profissional na comunidade.

Além da formação acadêmica, este estudo espera contribuir com instituições e profissionais que trabalham com famílias para a implementação de políticas públicas que estejam de acordo com as demandas da família na contemporaneidade, especialmente as que estão inseridas em contextos de vulnerabilidade.

A proposta de intervenção apresentada mostrou-se eficiente junto às famílias adolescentes pesquisadas dos CRAS Aurá e CRAS Guamá, o que leva a inferir que esse tipo de intervenção, por mais que tenha sido realizada em comunidades que possuem particularidades, favoreceu as relações familiares na fase adolescente do ciclo vital familiar. Favoreceu com que cada membro da família se apropriasse do seu papel, oportunizou a valorização das raízes familiares, o fortalecimento dos vínculos familiares e da construção de um projeto de vida da/para famílias pesquisadas que vivem em situação de vulnerabilidade. Dessa forma, acredito ter alcançado o objetivo ao qual me propus.

É inegável afirmar que ao trabalhar com uma fatia da população que incluem os adolescentes, visei contribuir para que no futuro esses jovens possam ser pais, avós e cidadãos mais preparados para estabelecerem relações saudáveis com seus filhos, netos e com a comunidade em que vivem. Desejo que a experiência que tiveram como adolescentes possa ajudá-los nas próximas etapas do ciclo vital familiar.

Tenho a intenção de dar devolutiva desta pesquisa tanto para as famílias pesquisadas, à comunidade do CRAS Aurá e do CRAS Guamá e para os profissionais que trabalham com as famílias que possuem características semelhantes às famílias deste estudo.

Almejo reencontrar com as famílias pesquisadas para fazer um *follow up* na tentativa de avaliar se as transformações mencionadas nesta pesquisa foram sedimentadas. Analisar a possibilidade de alguns participantes ajudarem e auxiliarem os profissionais que atuarão com os próximos grupos multifamiliares, como por exemplo, divulgando e dando a sua avaliação do trabalho nos primeiros encontros.

Pretendo organizar junto com a FUNPAPA um seminário com o intuito de fomentar a troca e discussão entre pesquisadores e profissionais que trabalham com famílias que vivem em contextos de vulnerabilidade. Desejo apresentar os resultados da tese não só para os funcionários do CRAS Aurá e CRAS Guamá, mas de todos os CRAS e demais profissionais que possuem interesse pelo tema.

O meu intuito é de que esta pesquisa represente só o início do trabalho com as famílias adolescentes. Como fruto desta pesquisa, produzimos dois documentários com as imagens do 10º encontro em cada CRAS com o objetivo de ter um registro para:

- a) Desmistificar a imagem como a comunidade do Aurá e Guamá é veiculada na mídia que ressalta somente as mazelas dos bairros e favorecer com que essas comunidades reconheçam as suas potencialidades ao se depararem com cenas que valorizam os vínculos familiares;
- b) Favorecer com que tanto as comunidades usuárias dos CRAS como os próprios funcionários dos CRAS não vejam apenas esta instituição como “um banco” que por meio dos programas assistenciais disponibilizam recursos materiais. O CRAS precisa ser visto por todos como sendo a instituição responsável por cuidar da promoção da saúde física e emocional das famílias que vivem em contexto de vulnerabilidade;

- c) Ter um material didático que possa servir de instrumento na elaboração de curso de capacitação para os profissionais que trabalham com famílias adolescentes em situação de vulnerabilidade.

Compreendo os vídeos produzidos a partir desta experiência como um recurso pedagógico que pode despertar curiosidade dos profissionais. É um material lúdico que possui igual ou maior eficácia para atingir as pessoas que trabalham com famílias que vivem em situação de vulnerabilidade. Como este estudo mostrou que os profissionais não têm acesso a cursos de aprimoramento, este tipo de instrumento pode ser uma alternativa. Além disso, este tipo de material didático vai ao encontro da política pública de assistência.

Sou favorável e almejo transformar esta pesquisa em artigos para publicação em periódicos conceituados e até no meio internacional, todavia admito que seja mais difícil que os profissionais que atuam com este perfil de famílias entrem em contato com esse tipo de divulgação do conhecimento.

Considerando que esta pesquisa é só um recorte da realidade. Não vislumbro esgotar a discussão sobre o estudo do ciclo vital na família brasileira e a construção de intervenções que atinjam as necessidades atuais das famílias, especialmente as que vivem em situação de vulnerabilidade.

Sugiro que futuros estudos possam se deter em fazer uma revisão sistemática sobre a família na fase adolescente do ciclo vital da família, construir intervenções com a família na fase adolescente do ciclo vital familiar que abordem a temática sobre drogas, sexualidade e comunicação.

Com este trabalho, espero ajudar a abrir caminho para que mais profissionais, particularmente da região Norte (que possui o menor número de pesquisadores doutores do Brasil), invistam na produção de conhecimento que favoreça maior qualidade de vida para as famílias e comunidades.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam et al. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina**: desafios para políticas públicas. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

ABREU, Raphael Lorenzeto de. **O estado do Pará em destaque no Brasil**. 1 fotografia, color. Altura: 702. Largura: 687. 676 kb. Formato PNG. 21 abr. 2016. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brazil_State_Para.svg>. Acesso em: 22 ago. 2015.

AFONSO, Maria Lúcia Miranda (Org.). **Oficinas em dinâmicas de grupo**: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ALVES, Rubem. **As melhores crônicas de Rubem Alves**. São Paulo: Papiros, 2008.

_____. **O amor que acende a lua**. São Paulo: Papiros, 2003.

ANDRADE, Laura Freire de; ROMAGNOLI, Roberta Carvalho. O psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. **Psicologia**: ciência e profissão, Brasília, DF, v. 30, n. 3, p. 604-619, set. 2010.

ANTON, Iara Camaratta. **Homem e mulher**: seus vínculos secretos. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ANTUNES, Arnaldo; MONTE, Marisa. **Chuva no mar**. Intérprete: Marisa Monte. 2015. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/carminho/chuva-no-mar.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

ARAÚJO, Flávia G. Marçal L. Pantoja de. **Direito Humano à educação na Amazônia**: uma questão de justiça. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013.

ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja; MAUÉS, Antônio Gomes Moreira. O direito humano à educação. In: ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja (Org.). **Direito Humano à educação na Amazônia**: uma questão de justiça. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 87-135.

AUN, Juliana Gontijo. Da terapia de família ao atendimento sistêmico à família. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira (Org.). **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais**: fundamentos teóricos e epistemológicos. 2. ed. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2006. v. 1.

AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira. **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais**: desenvolvendo práticas com a metodologia de atendimento sistêmico. Belo Horizonte: Ophicina de Arte e Prosa, 2010. v. 3.

BAPTISTA, Naidisson de Quintella. Metodologia de trabalho social com famílias. In: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2015. p. 109-126.

BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. As relações entre educação e raça no Brasil: um objeto em construção. In: SOARES, Sergei et al (Org.). **Os mecanismos de discriminação racial nas escolas brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2005. p. 5-20.

BATESON, Gregory et al. Toward a theory of schizophrenia. **Behavioral Science**, Basel, v. 1, n. 4, p. 251-264, jun. 1956.

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011.

BENEDITO, Vanda Lúcia Di Yório. Desenvolvimento e conflito na família com filhos adolescentes: abordagem simbólico-arquétipica. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires. (Org.). **Terapia de família com adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 139-149.

BLAY-LEVISKY, Ruth. O novo já não é mais novo, já era! In: CONGRESSO DE PSICANÁLISE DAS CONFIGURAÇÕES VINCULARES, 3., 1999, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNIFESP, 1999. p. 199.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional**: estratégia clínica. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BORGES, A. C. F et al. Ontem a criança que cantava... hoje é Semente do Amanhã!. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Org.). **A Política da Assistência Social em Belém**: palavras de quem trabalha e reinventa a vida (1997-2004). Belém: Paka-Tatu, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **SUAS**: configurando os eixos de mudança. Brasília, DF: MDS, 2008. (Capacita SUAS, 1).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Desafios da gestão do SUAS nos municípios e estados**. Brasília, DF: MDS, 2008. (Capacita SUAS, 2).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. **Plano de Assistência Social**: diretrizes para elaboração. Brasília, DF: MDS, 2008. (Capacita SUAS, 3).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS NOB-RH/SUAS**. Brasília, DF, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica do SUAS-NOB/SUAS**: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF**: trabalho social com famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF. Brasília, DF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Sistema Único de Assistência Social. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social – CRAS**. Brasília, DF: MDS, 2009.

_____. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012b.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. (Série Juventude Viva).

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal 8069 de 13/07/1990. 9. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2010. (Edições Câmara).

BREVILHERI, Eliane Cristina Lopes; NARCISO, Argéria Maria Serráglio; PASTOR, Márcia. A lógica territorial na política de saúde brasileira. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 16, n. 2, p. 36-61, jan./jul. 2014.

BRUN, Gladis. **Os meus, os teus, os nossos**: lidando com os desafios da família moderna. 2. ed. São Paulo: Larousse do Brasil, 2010.

BRUSCAGIN, Claudia Beatriz Stockler. **Sob a proteção de Deus**: famílias cristãs na fase adolescente. 2004. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

CALOBRIZI, Maria Dvanil D'Ávila. **As questões que envolvem a responsabilidade assumida pelos avós enquanto guardiões de seus netos, no que se refere à formação de referenciais sociais e aos legados, passados de geração em geração**. 2001. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARDOSO, Adalberto. Juventude, trabalho e desenvolvimento: elementos para uma agenda de investigação. **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 68, p. 293-314, maio/ago. 2013.

CARLOS, Roberto; CARLOS, Erasmo. É preciso saber viver. Intérprete: Titãs. In: TITÃS. **Volume dois**. [S.l.]: WEA, 1998. Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/titas/e-preciso-saber-viver-letras.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CARTER, Betty; McGOLDRICK, Monica. (Org.). **As mudanças no ciclo vital familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CARVALHO, Luiza. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 57, p. 74-98, jul. 1998.

CASTANHO, Gisela M. Pires. Terapia de família com filhos adolescentes e pais na meia-idade. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires (Org.). **Terapia de família com adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 3-17.

CASTRO, Flávio José Rodrigues de. O CRAS nos Planos de Assistência Social: padronização, descentralização e integração. In: BRASIL. **Plano de Assistência Social: diretrizes para elaboração**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2008. (CapacitaSUAS, 3). p. 75-103.

CECCONNELLO, Alessandra Marques. **Resiliência e vulnerabilidade em situação de risco**. 2003. 317 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). **Referências Técnicas, para atuação do (a) Psicólogo (a) no CRAS / SUAS**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2007.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. São Paulo: Livro Pleno, 2011.

_____. **A família como modelo**: desconstruindo a patologia. Campinas: Psy II, 1994.

_____. Considerações Sobre nossa visita ao ciclo vital. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper (Org.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 161-170.

_____. Família e intergeracionalidade. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (Org.). **Família e...: intergeracionalidade, equilíbrio econômico, longevidade, cangurus, luto, cultura, terapia familiar, desenvolvimento humano e social, afetividade, negociação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. p. 13-46.

_____. Pensando a família sistemicamente. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper (Org.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 15-28.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Família e Ciclo Vital**: nossa realidade em pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. (Org.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; KUBLIKOWSKI, Ida. O eu e o elo: a história de uma herança. **Revista da Associação Brasileira de Psicoterapia Analítica de Grupo**, v. 7, p. 7-15, 1998.

CHAVIS, Annie McCullough. Genograms and African American Families: Employing Family Strengths of Spirituality, Religion, and Extended Family Network. **Michigan Family Review**, Michigan, v. 9, n. 1, p. 30-36, 2004. Disponível em: <<http://quod.lib.umich.edu/cgi/p/pod/dod-idx/genograms-and-african-american-families-employing-family.pdf?c=mfr;idno=4919087.0009.104>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

CHRISPINO, Álvaro; GONÇALVES, Daniel Evangelho. Políticas públicas sistêmicas para a redução da violência: a visão de futuro e a resiliência. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 21 n. 81, p. 821-838, out./dez. 2013.

COELHO, Sônia Vieira. Aspectos estruturais do sistema familiar. In: AUN, Juliana Gontijo; VASCONCELLOS, Maria José Esteves de; COELHO, Sônia Vieira (Org.). **Atendimento sistêmico de famílias e redes sociais: fundamentos teóricos e epistemológicos**. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de Arte e Prosa, 2007. v. 2.

COSTA, Ana Flávia de Sales; CARDOSO, Claudia Lins. Inserção do psicólogo em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). **Gerais: revista interinstitucional de psicologia**, Minas Gerais, v. 3, n. 2, p. 223-229, jul./dez. 2010.

COSTA, Antônio Maurício Dias da. Festa de santo na cidade: notas sobre uma pesquisa etnográfica na periferia de Belém, Pará, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 6, n. 1, p. 197-216, jan./abr. 2011.

COUTINHO, Renato Xavier et al. Prevalência de comportamentos de risco em adolescentes. **Caderno Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 441-449, 2013.

CRUZ, Helena Maffei. Em primeira pessoa do singular: ouvir adolescentes. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires (Org.). **Terapia de família com adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 81-89.

DA MATA, Roberto. **A família como valor: considerações não-familiares sobre a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

DANTAS, Candida Maria Bezerra; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 104-111, jan./abr. 2010.

DEBERT, Guita Grin. A dissolução da vida adulta e a juventude como valor. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 16, n. 34, p. 49-70, jun./dez. 2010.

DIAS JÚNIOR, José do Espírito Santo. **Cultura popular no Guamá: um estudo sobre o boi bumbá e outras práticas culturais em um bairro da periferia de Belém**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

DIAS, Maria Olívia. Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. **Gestão e Desenvolvimento**, Viseu, v. 19, p. 139-156, 2011.

DOMINSKI, Daniela Krone et al. Reflexões sobre a tecnologia e adolescentes: mitos e verdades. **Id on Line Revista de Psicologia**, Pernambuco, v. 7, n. 20, p. 22-32, jul. 2013.

ELKAÏM, Mony. **Como sobreviver à própria família**. Tradução de Maria Alice de Sampaio Dória. São Paulo: Integrare, 2008.

ERICKSON, Erik Homburger. **The life cycle completed**: a review. New York: W.W. Norton and Company, 1998.

FEIJÓ, Marianne Ramos. **A família e os projetos sociais voltados para jovens**: impacto e participação. 2008. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal**: saúde, trabalho e modos de vinculação. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

FERRARI, Rachele. Estudando famílias na rede pública: uma experiência de supervisão institucional com a equipe do PAIF dos CRAS, Vinhedo / SP. **Revista da Sociedade de Psicoterapia Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 33-40, jul./dez. 2010.

FERREIRA, Maria Elisa de Mattos Pires. A meia idade e a alta modernidade. **Construção Psicopedagógica**, São Paulo, v. 16, n. 13, p. 77-91, dez. 2008.

FIGUEIRA, Servulo Augusto. O moderno e o arcaico na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: FIGUEIRA, Servulo Augusto (Org.). **Uma Nova Família?** O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 11-30.

FIGUEIREDO, Lígia Baruch. **Tinderelas**: busca amorosa por meio de aplicativos para smartphonrd. 2016. 190 f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

FONSECA, Ana M. M. da. Que Família é essa? Paineis de lançamento do programa de Fortalecimento à Família. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e (Org.). **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004. (Textos de apoio, 2). p. 12-14.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 2002.

FRANÇA, Maria Regina Castanho. Filhos adolescentes e conflitos conjugais. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires. (Org.). **Terapia de Família com Adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 150-160.

FREITAS, Maria de Fatima Quintal de. Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 1-12, 1998.

FUNPAPA. **Projeto Sementes do Amanhã**. Belém: Prefeitura Municipal, 2005.

_____. **Promovendo acesso aos Direitos Sociais**: Centro de Referência da Assistência Social. Belém: Prefeitura Municipal, 2013.

_____. **Relatório anual de gestão de 2015**. Belém: Prefeitura Municipal, 2016.

GALANO, Mônica Haydee. O ciclo vital da família: uma visão complexa. In: BETARELLO, Sérgio Vieira (Ed.). **Perspectivas psicodinâmicas em psiquiatria**. São Paulo: Lemos, 1998.

GALVÃO, Georgina Tolosa. Sementes do Amanhã: atear criatividade e oportunidades para famílias catadoras do Aurá. In: NEVES, Rosa Helena Nascimento; QUINTELA, Rosângela da Silva; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro (Org.). **A Reinvenção do Social**: poder popular e política de assistência em Belém. Belém: Paka-Tatu, 2004. p. 327-340.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Aguinaldo José da Silva; RESENDE, Vera da Rocha. O pai presente: o desvelar da paternidade em uma família contemporânea. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, Brasília, DF, v. 20, n. 2, p. 119-125, maio/ago. 2004.

GOMES, Maria Eugénia Ferreira. **Avaliação do impacto de um programa de Intervenção com Famílias Multiproblemáticas**: para uma parentalidade mais positiva. 2014. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Jurídica) – Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2014.

GOMES, Mônica Araújo; PEREIRA, Maria Lúcia Duarte. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 357-363, abr./jun. 2005.

GRANDESSO, Marilene. **Sobre a reconstrução do significado**: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica. São Paulo: Casa do psicólogo, 2000.

GUIMARÃES, Rosamélia Ferreira; ALMEIDA, Silvana Cavichioli Gomes. Reflexões sobre o trabalho social com famílias. In: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org.). **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2015. p. 127-136.

HILL, R. **Family development in three generations**. Cambridge, Mass: Schenkman, 1970.

HINES, Paulette Moore. O ciclo de vida familiar nas famílias negras pobres. In: CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. (Org.). **As mudanças no ciclo vital familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. Porto Alegre: Artmed, 1995. p. 440-465.

HORTA, Patrícia Alcebiades de Campos et al. O atendimento psicológico familiar nas unidades de saúde. In: BRUSCATO, Wilze Laura et al (Org.). **A Psicologia na Saúde**: da atenção primária à alta complexidade – o modelo de atuação da Santa Casa de São Paulo. São Paulo: Casa do psicólogo, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Desenvolvimento rural. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, v. 16, nov. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4370/1/bps_n.16_desenvolvimento_rurar.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2015.

JANCZURA, Roseane. Risco ou vulnerabilidade social? **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 301-308, jul./dez. 2012.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. Brasília; São Paulo: UNICEF; Cortez, 1994.

KOGA, Dirce; RAMOS, Frederico. Território e políticas públicas. In: WANDERLEY, Mariangela Belfiore; OLIVEIRA, Isaura Isoldi de Mello Castanho e (Org.). **Trabalho com famílias**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2004. (Textos de apoio, 2). p. 54-77.

KOLLER, Silvia Helena; ANTONI, Clarissa de; CARPENA, Maria Elisa Fontana. Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In: BATISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln (Org.). **Psicologia de Família**: teoria, avaliação e intervenção. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 156-167.

KOLLER, Silvia. **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

KROM, Marilene. **Desvendando mitos**: uso de uma leitura evolutiva e instrumental mítica. São Paulo, 2014.

LADVOCAT, Cynthia. Família com crianças e adolescentes em situação de risco. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2011. v. 2. p. 39-50.

LAMARÃO, Maria Luíza Nobre; AMARAL, Mary Candida Cerdeira Barata do. **Caderno Pedagógico**: metodologia de trabalho com crianças e adolescentes institucionalizados. Belém: UNICEF, 2007.

LAMARÃO, Maria Luíza; MENEZES, Stela Maria; FERREIRA, Wanderléa. **O Trabalho doméstico de meninas em Belém**. Belém: Cedeca-Emaús, 2000.

LEÓN, Oscar Dávila. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil**: referências conceituais. São Paulo: Ação educativa, 2005. p. 9-18.

LEVISKY, David Léo (Org.). **Adolescência e violência**: ações comunitárias na prevenção – conhecendo, articulando, integrando e multiplicando. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra; CASTRO, Bernardo Monteiro; COELHO, Angela Elizabeth Lapa. Escola: riscos ou proteção para adolescentes e adultos jovens? In: DELL AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Sílvia Helena. **Adolescência e juventude**: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 109-128.

LIPP, Marilda Novaes. Atitudes parentas e o desenvolvimento de resiliência ao estresse. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 4, p. 91-96, 1996.

LOBATO, Camila Cristina Soares; TAVARES, Lúgia Conceição. Problemas causados pelo Lixão do Aurá. In: CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2012, Palmas. **Anais...** Palmas: IFTO, 2012.

LOSACCO, Silvia. O jovem e o contexto familiar. In: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 63-78.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Educação básica como direito humano e capital Social: o caso amazônico como retrato da desigualdade. In: ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja (Org.). **Direito Humano à educação na Amazônia: uma questão de justiça**. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 137-181.

_____. Pressupostos do modelo de integração da Amazônia brasileira aos mercados nacional e internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: COSTA, Maria José Jackson (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém: EDUFPA, 2001. p. 47-70.

LUISI, Liz Verônica Vercillo; CANGELLI FILHO, Raphael. A Família em fase adolescente. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 73-98.

MACEDO, Joao Paulo et al. O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos? **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 16, n. 3, p. 479-489, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n3/v16n3a15.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2015.

MACEDO, Márcia dos Santos. Mulheres chefes de família e a perspectiva de gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza. **Caderno Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia**, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, maio/ago. 2008.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini de; BRUSCAGIN, Cláudia; FEIJÓ, Marianne Ramos. Terapia de famílias com filhos adolescentes: abordagem sistêmica. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires (Org.). **Terapia de família com adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 64-78.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini de; SOUZA, Rosane Mantilla de. Adolescência e sexualidade: uma proposta de educação para a família. In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini de (Org.). **Família e comunidade**. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 1996. (Coletâneas da Anpepp, 2). p. 7-34.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 91, p. 62-68, nov. 1994.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini; KUBLIKOWSKI, Ida. Família e Gênero. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira (Org.). **Família e...: narrativas, gênero, parentalidade, irmãos, filhos nos divórcios, genealogia, história, estrutura, violência, intervenção sistêmica, rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 31-47.

_____. Valores positivos e desenvolvimento do adolescente: perfil de jovens paulistanos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 4, p. 659-698, out./dez. 2009.

MACEDO, Rosa Maria Stefanini; KUBLIKOWSKI, Ida; BERTHOUD, Cristina. Valores positivos e desenvolvimento adolescente: uma perspectiva dos pais. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 38-52, ago. 2006.

MALVASI, Paulo Artur. ONGs, vulnerabilidade juvenil e reconhecimento cultural: eficácia simbólica e dilemas. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, Botucatu, v. 12, n. 26, p. 605-607, jul./set. 2008.

MANCIAUX, Michel (Org.). **La resiliencia**: resistir e rehacerse. Barcelona: Gedisa, 2003.

MARTINS, Leônidas dos Santos. Educação no campo e extensão rural na Amazônia paraense. In: ARAUJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja (Org.). **Direito Humano à educação na Amazônia**: uma questão de justiça. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 375-403.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. (Temas sociais).

MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

MINUCHIN, Salvador; FISHMAN, Charles. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

NEUBURGER, Robert. **O mito familiar**. Tradução de Sonia Rangel. São Paulo: Summus, 1999.

O LIBERAL. **Trabalhadores do lixo do Aurá interditam a BR-316**. Belém, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/06/trabalhadores-do-lixao-do-aura-interditam-br-316.html>>. Acesso em: 5 ago. 2015.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de; CERVENY, Ceneide Maria de Oliveria. **Irmãos, Meio-irmãos e coirmãos**: a dinâmica das relações fraternas no recasamento. Curitiba: Juruá, 2010.

OLIVEIRA, Nayara Hakime Dutra. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <https://www.fasul.edu.br/portal/app/webroot/files/links/pedagogia/{0A917768-E458-460C-A873-D1B4AEF08FEF}_Recomecar-NOVA P4.pdf>. Acesso em: 22 set. 2015.

OLIVEIRA, Sônia Maria de. **O Grupo Multifamília no contexto de vulnerabilidade social**: o olhar do profissional. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Novos rumos da família na contemporaneidade. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Maria Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2011. v. 2. p. 17-26.

OTTERLOO, Aldalice; SILVA, Lúcia Isabel. Gestão democrática na educação: limites e desafios da participação popular. In: ARAÚJO, Flávia L. G. Marçal Pantoja (Org.). **Direito Humano à educação na Amazônia**: uma questão de justiça. Belém: Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos, 2013. p. 299-327.

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (Org.). **A Transmissão Geracional em diferentes contextos**: da pesquisa à intervenção. São Paulo: Summus, 2008.

PENSO, Maria Aparecida; SUDBRACK, Maria Fátima. Envolvimento em atos infracionais e com drogas como possibilidades para lidar com o papel de filho parental. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 29-54, 2004.

PEREIRA, Nancy Cardoso. Com a Virgem Maria na Porta dos Fundos das “aparições” marianas nas políticas de assistência e as possíveis tarefas de uma teologia queer-feminista. **Coisas do Gênero**: revista de estudos feministas em teologia e religião, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 53-70, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2483/2338>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Direito humano à educação**. 2. ed. atual. rev. São Paulo: UNESCO, 2011. (Coleção Manual de Direitos Humanos, 7). Disponível em: <http://www.direitoaeducacao.org.br/wp-content/uploads/2011/12/manual_dhaaeducacao_2011.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2015.

PRATTA, Elisângela Maria Machado; SANTOS, Manoel Antonio dos. Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, maio/ago. 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2014**: sustentar o progresso humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar a resiliência. Tradução de Camões - Instituto da Cooperação e da Língua. New York, 2014.

RELVAS, Ana Paula. **O ciclo vital da família**: perspectiva sistêmica. Porto: Afrontamento, 2004.

RODRIGUES, Anaclara Miranda. **O ciclo vital da família rondopolitana**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

RODRIGUES, Carmem Izabel; FERREIRA, Clélio Palheta. Sociabilidade festiva e ação educativa em espaço público em Belém-Pará. **Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 20, p. 147-162, jul./dez. 2013.

ROLIM, Kamêni Iung; WENDLING, Maria Isabel. A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 165-180, jan./jun. 2013.

RONCHI, Juliana Peterle; AVELLAR, Luziane Zacché. Família e ciclo vital: a fase de aquisição. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, p. 211-225, ago. 2011.

SANTOS, Antônia Cardoso dos. **Mães adolescentes e família**: um cotidiano (des)assistido. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

SANTROCK, John. **Adolescência**. Tradução de Sandra Mallmann da Rosa. Porto Alegre: AMGH, 2014.

SAPIENZA, Graziela; PEDROMÔNICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 2, p. 209-216, maio/ago. 2005.

SARTI, Cynthia. Famílias enredadas. In: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org.). **Famílias**: rede, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2015. p. 31-50.

SARTORI, Adriana; ZILBERMAN, Monica. Revisitando o conceito de síndrome do ninho vazio. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 112-121, maio/jun. 2009.

SCHNITMAN, Dora Fried. **Novos paradigmas, cultura e subjetividade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

SEIXAS, Kati Nascimento; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha; CARDOSO, Lígia Maria França. Produção mais limpa na gerência de lavagem e esterilização da Fundação Hemopa. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Gestão Ambiental**: ecoeficiência e produção mais limpa nas práticas da hemorrede pública nacional: Curso de Especialização em Gestão Ambiental com Ênfase em Produção Mais Limpa para a Hemorrede Pública Nacional. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. p. 83-107.

SILVA, Eleonora Alexandra Ribeiro da. **Um estudo sobre o ciclo vital da família paulista de baixa renda**. 2003. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVEIRA, Paula Grazziotin; WAGNER, Adriana. Ninho Cheio: a permanência do adulto jovem em sua família de origem. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v. 23, n. 4, p. 441-453, out./dez. 2006.

SOUZA, Ana Paula Lazzaretti de; DUTRA-THOMÉ, Luciana. Participação juvenil: encontros para promoção de protagonismo. In: HABIGZANG, Luísa Fernanda; DINIZ, Eva; KOLLER, Silvia (Ed.). **Trabalhando com adolescentes**: teoria e intervenção psicológica. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 193-209.

SOUZA, Ana Paula Vieira; ARAÚJO, Ronaldo Marcos Lima. As vozes das crianças e adolescentes da Amazônia paraense em condições de trabalho infantil doméstico. **Amazônia em Foco**, Castanhal, v. 2, n. 3, p. 5-20, jul./dez. 2013.

SOUZA, Bianca Viana Santos. Uma proposta intergeracional. In: ENCONTRO FLUMINENSE DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 2004, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2004. p. 439.

SOUZA, Rosimary Gonçalves de; FAUSTINO, Taiane Queithe da Silva. A implementação de Sistema Único de Assistência Social: uma análise a partir dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). In: JORNADA DE INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luis. **Anais...** São Luis: UFMA, 2011.

SPENCER, Lyle; SPENCER, Signe. **Competence at work**: models for superior performance: New York: John Willey, 1993.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Gestão pública intersetorial: sim ou não? - Comentários de experiência. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 27, n. 85. p. 133-141, mar. 2006.

TENÓRIO, Grazieli Rosa; ZAGABRIA, Débora Braga. Um estudo bibliográfico sobre o enfoque da família nas políticas públicas de atenção a criança e adolescentes. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 137-165, jul./dez. 2012.

TEZZA, C. **O espírito da prosa**: uma autobiografia literária. Rio de Janeiro: Record, 2002.

TRACHTENBERG, Ana Rosa Chait et al. **Transgeracionalidade**: de escravo a herdeiro : um destino entre gerações. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

TUDGE, Jonathan et al. Uses and misuses of Bronfenbrenner's bioecological theory of human development. **Journal of Family Theory and Review**, v. 1, n. 4, p. 198-210, Dec. 2009.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013**: trends, contexts, data. Vienna, 2013. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/statistics/GSH2013/2014_GLOBAL_HOMICIDE_BOOK_web.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2015.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. Pensamento Sistêmico Novo Paradigmático: novo paradigmático, por quê? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SISTEMAS, 4., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Uni-FACEF, 2008.

_____. **Pensamento Sistêmico**: novo paradigma da ciência. 6. ed. Campinas: Papirus, 2007.

_____. **Pensamento Sistêmico**: novo paradigma da ciência. Campinas: Papirus, 2002.

VICENTE, Cenise Monte. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. Brasília; São Paulo: UNICEF; Cortez, 1994. p. 47-59.

VIEIRA, Ana Caroline Sari; RAVA, Paula Grazziotin Silveira. Ninho cheio: uma nova etapa do ciclo vital familiar? **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 33, p. 118-134, jun./dez. 2010.

VITALE, Maria Amália Faller. Avós: velhas e novas figuras da família contemporânea. In: VITALE, Maria Amália Faller; ACOSTA, Ana Rojas (Org.). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2015. p. 93-108.

_____. Famílias com filhos adolescentes: inquietações terapêuticas. In: DIAS, Maria Luiza; CASTANHO, Gisela M. Pires (Org.). **Terapia de família com adolescentes**. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014. p. 26-31.

WALSH, Froma. **Fortalecendo a resiliência familiar**. Tradução de Magda França Lopes. São Paulo: Roca, 2005.

WENDT, Guilherme Welter; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. Agressão entre pares no espaço virtual: definições, impactos e desafios do cyberbullying. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 73-87, jan./jun. 2013.

WHITE, Michael; EPSTON, David. **Medios narrativos para fines terapéuticos**. Traducción de Ofelia Castillo, Mark Beyebach y Cristina Sánchez. Buenos Aires: Paidós, 1990.

WOLFF, Sula. The concept of resilience. **Australian and New Zeland Journal of Psychiatry**, v. 29, n. 4, p. 565-574, Dec. 1995.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

YAZLLE, Marta Edna Holanda Diógenes. Gravidez na adolescência. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 8, p. 443-445, ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v28n8/01.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

YUNES, Maria Angela Mattar; SZYMANSKI, Heloisa. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, José (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 13-42.

YUNES, Maria Angela Mattar. Psicologia positiva e resiliência: foco no indivíduo e na família. In: DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; KOLLER, Silvia Helena; YUNES, Maria Angela Mattar (Org.). **Resiliência e psicologia positiva: interfaces do risco à proteção**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

ZAVASCHI, Maria Lucrécia Scherer. **Crianças e Adolescentes Vulneráveis: o atendimento interdisciplinar nos centros de atenção psicossocial**. São Paulo: Artmed, 2009. (Biblioteca Artmed).

ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athenas, 2008.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

ENTREVISTA

1. Em que momento de vida está a sua família.
2. Como foi a sua adolescência? (pergunta dirigida ao responsável)
3. Como é ser adolescente?
4. Quais as dificuldades que vocês têm encontrado nesta fase?
5. Como vocês enfrentam essas dificuldades?
6. Como é ser pai/ mãe/ avô de um adolescente?
7. Como é a rotina da casa? Em que momento vocês ficam juntos?
8. No que a família de vocês é diferente e no que ela é igual à família de origem?
9. Como é relação da família de vocês na comunidade? Família é atuante?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr / Sra

Estou realizando um estudo em grupo sobre temas relativos à Família e Adolescência, com o objetivo geral de refletir sobre os vínculos familiares na fase da adolescência e possibilitar novas narrativas que contribuam para reconstruir as histórias dos participantes. Deste modo, espera-se que este trabalho contribua para facilitar a relação entre os membros da família.

O título da pesquisa é **“Uma análise sobre a fase adolescente do ciclo vital familiar junto às famílias de alta vulnerabilidade social em Belém do Pará”**. Este estudo será feito com base em doze oficinas sócio educativas com as famílias que são atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) dos bairros do Guamá e Aurá, que se situam na cidade de Belém – Pará. Para tanto, convido-os a participar voluntariamente desses encontros, sem nenhum prejuízo na sua relação com a Instituição, caso queira desistir durante o processo. Da mesma forma, prometo-me a prestar atendimento especial aqueles indivíduos que participarem do grupo e necessitarem de apoio em decorrência dos trabalhos realizados.

Gostaria de esclarecer que os encontros poderão ser gravados em DVD e fotografados, para fins de serem registradas as conversações ou poderão ser anotadas por um auxiliar de pesquisa. Ressalto que tudo que foi dito terá assegurado caráter confidencial e anônimo das informações. Adicionalmente, deixo claro que as informações obtidas serão usadas unicamente para fins deste estudo e dos trabalhos científicos que dela se desdobrarão.

Os participantes não receberão qualquer compensação financeira ou benefício direto pela participação na pesquisa. As despesas da coleta de dados serão por mim custeadas, não havendo nenhum ônus ao participante.

O estudo será desenvolvido por mim, Bruna Menezes Bastos, aluna doutoranda do Programa de Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, durante o ano de 2015. Para qualquer esclarecimento adicional meu contato é brunafrancinetti@gmail.com e telefone (91) 98321-xxxx. Agradeço desde já a sua colaboração e espero poder contar com a sua participação.

Bruna Menezes Bastos

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____, portador(a) do RG _____ - _____, declaro:

- Haver compreendido o objetivo da pesquisa “Uma análise sobre a fase adolescente do ciclo vital familiar junto às famílias de alta vulnerabilidade social em Belém do Pará”
- Haver compreendido as informações acerca de riscos e eventual necessidade de intervenção da pesquisadora;
- Autorizar a publicação do conteúdo do trabalho para fins de ensino e pesquisa, garantindo o sigilo da identidade da minha família;
- Permito que os encontros sejam registrados, gravados e fotografados.
- Declaro que após, esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado consinto em permitir que o meu filho participe da pesquisa.

Nome do filho: _____ Idade: ____ anos

Nome do filho: _____ Idade: ____ anos

- Que o presente Termo de Consentimento Livre e esclarecido foi a mim apresentado em 2 (duas) vias, uma delas permanecendo em meu poder.

Nome do (a) participante: _____

RG: _____ - _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço: _____ No _____ Bairro: _____

Cep: _____ Telefones: _____

Assinatura do(a) Participante

Nome da Pesquisadora: Bruna Menezes Bastos

CRP 10/04594

Assinatura do Pesquisador

Belém, ____ de _____ de 2015.

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

Nome _____, nacionalidade _____
 _____, menor de idade, neste ato devidamente representado por seu (sua) (responsável legal),
 _____, nacionalidade
 _____, estado civil _____, portador da Cédula de identidade RG
 nº. _____, inscrito no CPF sob nº _____,
 residente à Av/Rua _____, nº. _____, município de
 _____/estado.

AUTORIZO o uso da imagem de meu (minha) filho
 (a) _____ (nome) na idade de _____ anos em todo e
 qualquer material entre fotos e documentos, para ser utilizada como divulgação dos resultados
 do Doutorado em Psicologia Clínica intitulada “Uma análise sobre a fase adolescente do ciclo
 vital familiar junto às famílias de alta vulnerabilidade social em Belém do Pará”, da
 pesquisadora Bruna Francinetti Menezes Bastos, pela Pontifícia Universidade católica de São
 Paulo, com sede no endereço R. Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo - SP, 05014-901,
 sejam essas destinadas à divulgação ao público em geral.

A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima
 mencionada em todo território nacional e no exterior, das seguintes formas: (I) folder de
 apresentação; (II) home page; (III) cartazes; (IV) mídia eletrônica (painéis, vídeos, televisão,
 cinema, programa para rádio, entre outros). Por esta ser a expressão da minha vontade declaro
 que autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos
 conexos à minha imagem ou a qualquer outro, e assino a presente autorização em 02 vias de
 igual teor e forma.

Belém, dia _____ de _____ de 2015.

 (Assinatura do Responsável Legal)

 (Assinatura da Pesquisadora)

APÊNDICE E – PSICOEDUCAÇÃO SOBRE LIMITES

PSICOEDUCAÇÃO SOBRE LIMITES

Desafio: Como ampliar a margem e mesmo assim proporcionar contorno?

Ex: Bebê → útero → mundo: colo, fralda, rede → CONTORNO (sente-se seguro e cuidado).

Ampliar espaço de circulação da infância para adolescência → LIMITES.

Limites: 1. *Rígidos* e 2. *Negociáveis* → os dois tipos precisam ser *claros*.

- Não tratar os adolescentes como crianças. *Não serão seus eternos bebês*. Cresceram e precisam de cuidados, mas de cuidados diferentes de quando estavam na infância.
- ❖ Papel dos pais na infância: *educar*.
- ❖ Papel dos pais na adolescência: *orientar*.

Equilíbrio entre possibilitar que ele viva novas experiências e dar limites. *Frustrar* em algumas situações. Não se pode tudo na hora que se quer.

Dica: Saber negociar e cumprir o combinado.

- Que a frustração sirva de impulso. Cuidado com a crença: “vou dar para o meu filho tudo o que não tive”.
- *Na sua família há espaço para falar sobre seus atropelos e dúvidas?*
- Como mostrar para os adolescentes que só cai quem caminha e isso também faz parte da estrada?

↑ Aqui é o momento que o adolescente mais precisa de vocês: ao tropeçar!

Mudanças:

- o Atividade de lazer
- o Muda os “papos”
- o Amigos: grupo com mais importância
- o Gostam de outro tipo de música (não mais infantis)
- o Possuem Ídolos (pessoas que viram referência e, muitas vezes, não são da sua família)

- o Ampliar a rede de apoio
 - o Passa a testar as ordens (será que ela / ele vai bancar o que falou?)
 - o O corpo de altera. Aparecem as curvas. Os meninos mudam a voz. As espinhas e a vaidade aparecem (juntas).
 - o Sexualidade: menarca (meninas) x semenarca (meninos)
 - o Instabilidade emocional (Ex: tédio)
 - o Responsabilidade: estudar, cuidar para não ter filho na adolescência.
- Como negociar a liberdade vivendo em um meio que há muita violência?
 - Conflito: como usá-lo para melhorar a relação?

Lembre-se: você já foi adolescente!!! É uma fase cheia de desafios e descobertas.

- Ser pai / mãe / tia / avó é diferente de ser melhor Amigo. É saudável ter confidências com amigos. Os pais não precisam saber de tudo. Há coisas que os adolescentes vão contar somente para os amigos e tudo bem.
- Os pais não precisam buscar a perfeição. Podem ter dúvidas. Ninguém nasceu pai, mãe, tia ou avó. Vamos aprendendo a ser “sendo”, na prática.

Regras Fixas:

- o Estudar
- o Horário para chegar em casa
- o Avisar para onde e com quem vai
- o Devolver trocos \$\$
- o Pais: respeitar a privacidade dos filhos
- o Construir ritual: adolescentes + família
- o Ajudar nos serviços domésticos (Ex: Cuidado para não transformar o filho mais velho na pessoa que responde pelos irmãos menores).
- o Conhecer os amigos dos seus filhos
- o Buscar saber que tipo de música o filho gosta e mostrar interesse pelo universo dele.
- o Regras do namoro (Ex: Vale namorar durante a semana? Pode dormir em casa?)

- o Proteger-se sexualmente
- o Conversar com os filhos sobre sexualidade, prevenção e onde ele encontra preventivo de forma gratuita.
- o Não se tolera violência, agressividade

- Há situações que devem ser explicadas. Outras devem ser colocadas de forma taxativa: quer o adolescente goste, compreenda a justificativa, concorde ou não.
- Pais: apresentem o percurso de cada escolha e as suas possíveis consequências.
- Pais: REFORCEM O QUE ELES TÊM DE BOM. E NÃO AO CONTRÁRIO. DE TANTO ELES OUVIREM, PASSAR A ACREDITAR NAS SUAS POTENCIALIDADES.
- Pais: Fiquem por perto não como espiões ou críticos, mas como alguém que gosta da companhia dos adolescentes.
- Pais: tenham atitudes para com que eles se sintam amados e apoiados nesta fase da vida. Busque construir uma relação de confiança.

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
FUNDAÇÃO PAPA JOÃO XXIII



AUTORIZAÇÃO

Eu, Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza, Presidente da Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA), em vista da solicitação constante do Processo Nº 725/15, autorizo a realização da pesquisa intitulada: **"Uma análise sobre a fase adolescente do ciclo vital familiar junto às famílias de alta vulnerabilidade em Belém do Pará"**, a qual será realizada pela pesquisadora **Bruna Francinetti Menezes Castro dos Santos**, discente de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dando-lhe consentimento para coleta de dados nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) da FUNPAPA, durante o período pré-estabelecido pelo cronograma de pesquisa e conforme objetivos e metodologia presentes no Projeto de Pesquisa apresentado a esta Instituição.

Belém, 20 de 02 de 2015.

Tonya Penna de Carvalho Pinheiro de Souza

Presidente FUNPAPA

ANEXO B – FORMULÁRIO

D

IDENTIFICAÇÃO

1. Quem respondeu o questionário?

1a - () Homem 1b - () Mulher

2. Estado?

2a - Estado de origem do pai: _____
2b - Estado de origem da mãe: _____

3. Tipo de moradia?

3a - () Moradia própria 3c - () Moradia cedida
3b - () Moradia alugada 3d - () Mora com parentes

4. Há quanto tempo a família reside no Estado?

4a - () Durante toda vida 4d - () Entre 19 e 10 anos
4b - () Há mais de 30 anos 4e - () Entre 9 e 5 anos
4c - () Entre 20 e 30 anos 4f - () Menos de 5 anos

5. Religião adotada pela família?

5a - () Católica 5e - () Espírita (Umbanda)
5b - () Espírita (Kardecista) 5f - () Sem religião
5c - () Evangélica 5g - () Outra
5d - () Judaica

6. Arranjo familiar atual:

6a - () Vivendo primeira união.
Há quanto tempo? _____
6b - () Vivendo segunda união.
Há quanto tempo? _____
6c - () Vivendo terceira união.
Há quanto tempo? _____
6d - () Vivendo quarta união ou mais.
Há quanto tempo? _____
6e - () Solteiro com filho
6f - () Viúvo
Há quanto tempo? _____
6g - () Divorciado/Separado
Há quanto tempo? _____

7. Tipo de união?

7a - () União civil e religiosa 7c - () Casamento religioso
7b - () União civil formalizada 7d - () União não

9. Tem filhos na relação atual?

9a - () Não 9c - () de 3 a 5 filhos
9b - () 1 a 2 filhos 9d - () Mais de 6 filhos

10. Tem filhos de outra relação?

10a - () Sim 10b - () Não
Quantos / idade: _____

Preencher o QUADRO

11. Para a mulher que exerce função remunerada. Há quanto tempo?

11a - () 0 a 3 anos 11d - () 11 a 15 anos
11b - () 4 a 6 anos 11e - () Acima de 15 anos
11c - () 7 a 10 anos

12. Qual a sua jornada diária de trabalho?

12a - () de 2 a 4 horas 12c - () Acima de 8 horas
12b - () de 5 a 8 horas

13. Por que trabalha?

(até 2 alternativas)

13a - () Pelo dinheiro

13c - () Pela realização pessoal

13d - () Para construir uma carreira

13e - () A família já não precisa tanto da mãe em casa

14. Caso a mulher NÃO exerça função remunerada, qual o motivo?

14a - () Considera prioridade a casa e os filhos
14b - () O marido não permite que trabalhe fora
14c - () Já passou da idade
14d - () Não tem vontade
14e - () Atrapalharia os estudos
14f - () Dificuldade em encontrar emprego
14g - () O salário não compensa
14h - () Não se sente habilitada

15. A renda familiar atual está comprometida por uma situação de desemprego?

14a - () SIM
14b - () NÃO
14aa - () Mulher
14ab - () Homem
14ac - () Filho

15. Como você vê a condição financeira de sua família hoje?

15a - () Suficiente para viver
15b - () Insuficiente para viver
15c - () Suficiente, mas abaixo das expectativas da família
15d - () Suficiente para manter o estilo de vida desejado
15e - () Ameaçada pela aproximação da condição de aposentadoria
15f - () Ameaçada pela possibilidade de desemprego
15g - () Outro: _____

16. Quantas pessoas moram na casa? _____

17. Em sua família quem mora na casa? (quantas quiser)

17a - () Pai 17f - () Tios
17b - () Mãe 17g - () Genro/Nora
17c - () Filhos 17h - () Neto/a
17d - () Avô/Avó 17i - () Sobrinho/a
17e - () Amigo 17j - () Enteadado

18. Quando essa (s) pessoa (s) vieram morar junto com a família, o que ocasionou no funcionamento familiar?

18a - () Facilitou as relações familiares
18b - () Dificultou as relações familiares
18c - () Não alterou as relações

SOBRE O RELACIONAMENTO DO CASAL

19. Tempo relativo ao período de namoro ou noivado:

19a - () 0 a 1 ano 19d - () De 7 a 10 anos
19b - () De 2 a 3 anos 19e - () Acima de 10 anos
19c - () De 4 a 6 anos

20. A relação atual do casal é:

20a - () Amorosa 20d - () Fria e distante
20b - () Amigável 20e - () Desrespeitosa
20c - () Acomodada 20f - () Violenta

21. Na relação atual do casal existe:

21a - () Diálogo constante 21c - () Falta de diálogo
21b - () Diálogo difícil

22. A vida sexual do casal atualmente:

22a - () Muito boa
22b - () Razoável
22c - () Abaixo das expectativas
22d - () Não existe relacionamento sexual
22e - () Não gostaria de responder

23. Em relação ao lazer:

(até 2 alternativas)

- 23a - () O casal faz programação conjunta frequentemente
 23b - () O casal faz programação conjunta ocasionalmente
 23c - () O casal faz programação conjunta raramente
 23d - () O casal se permite programações separado
 23e - () Somente ao homem é permitida programação sozinho
 23f - () Somente a mulher é permitida programação sozinha

24. Atualmente qual é o principal objetivo do casamento?

- 24a - () União do casal e formação da família
 24b - () Enfrentamento de mudanças
 24c - () Transformação da relação do casal
 24d - () Companheirismo e cuidado mútuo

25. Atualmente o casal enfrenta dificuldades quanto à:

(quantas quiser)

- 25a - () Relação com os filhos
 25b - () Relação com os pais
 25c - () Relacionamento conjugal
 25d - () Vida profissional
 25e - () Saúde
 25f - () Dinheiro
 25g - () Não enfrenta dificuldade atualmente

26. Atualmente o que há de melhor na relação do casal é:

- 26a - () Amor
 26b - () Sexo
 26c - () Companheirismo
 26d - () Objetivos de vida comuns
 26e - () Respeito à individualidade do outro
 26f - () Não há nada de bom atualmente

SOBRE A VIDA EM FAMÍLIA**27. As regras que são ou que foram adotadas pelo casal em relação à educação dos filhos são:**

- 27a - () Baseadas nas regras de educação familiar do pai
 27b - () Baseadas nas regras de educação familiar da mãe
 27c - () Contrárias a como os pais foram educados
 27d - () Baseadas em leituras, informações e/ou conselhos profissionais
 27e - () Discutidas e construídas pelos pais

28. Na sua opinião, as metas da sua família nesta fase da vida são: (até duas alternativas)

- 28a - () Construir a família
 28b - () Construir o patrimônio familiar
 28c - () Promover o estudo e formação dos filhos
 28d - () Enfrentar mudanças
 28e - () Atender os filhos
 28f - () Cuidar dos avós e outros membros da família extensa
 28g - () Fazer balanço da vida
 28h - () Organizar o futuro dos descendentes

29. O que há de melhor na sua família? (até 3 alternativas)

- 29a - () Diálogo 29f - () Flexibilidade
 29b - () Carinho 29g - () Estabilidade financeira
 29c - () Respeito 29h - () Democracia
 29d - () Segurança 29i - () Cooperação
 29e - () Sociabilidade

30. Funções familiares:

	Mãe	Pai	Filhos	Não se aplica
01. Cuidar da organização Da casa.....				
02. Cuidar da educação dos filhos.....				
03. Dirigir a família.....				
04. Proteger a família.....				
05. Ser responsável pelo				

sustento econômico.....				
06. Dar carinho.....				
07. Obedecer regras familiares.....				
08. Ser conselheiro.....				
09. Dar apoio.....				
10. Alegria a família.....				
11. Cuidar dos pais.....				
12. Dar apoio.....				
13. Ser companheiro.....				

31. Relações familiares

	Casal	Filhos e Pai	Filhos e Mãe	Irmãos	Não se aplica
01. Diálogo frequente.....					
02. Relacionamento frio e distante.....					
03. Respeito.....					
04. Agressividade.....					
05. Afeto.....					
06. Liberdade.....					
07. Desrespeito.....					
08. Submissão.....					
09. Apoio.....					
10. Intimidade.....					
11. Amizade.....					
12. Cooperação.....					
13. Lealdade.....					

32. No momento das decisões importantes da família:

- 32a - () Os pais decidem em conjunto
 32b - () O pai tem a última palavra
 32c - () A mãe tem a última palavra
 32d - () Os filhos tem poder de decisão
 32e - () Pais e filhos decidem em conjunto
 32f - () Outras pessoas da família dão a última palavra.

33. Assinale três valores importantes na sua família:

(Até 3 alternativas)

- 33a - () Amor entre o casal e filhos
 33b - () Diálogo entre as pessoas da família
 33c - () Convivência com a família extensa
 33d - () Preservação dos valores religiosos
 33e - () Comemoração de datas significativas
 33f - () Manutenção do patrimônio familiar
 33g - () Preservação das origens familiares
 33h - () Respeito à privacidade do casal
 33i - () Valorização do estudo
 33j - () Valorização da profissão e da carreira
 33k - () Preparação para uma velhice tranquila

34. Se você fosse reclamar de alguma coisa em sua família de que seria? (Até 2 alternativas)

- 34a - () Falta de diálogo
 34b - () Agressividade
 34c - () Relacionamento ruim entre os membros
 34d - () Autoritarismo
 34e - () Insegurança
 34f - () Falta de dinheiro
 34g - () Falta de cooperação
 34h - () Falta de carinho
 34i - () Falta de tempo
 34j - () Não tenho nada do que reclamara

35. Rituais preservados pela família: (quantas quiser)

- 35a - () Trocar presentes em datas comemorativas
 35b - () Fazer junto as refeições
 35c - () Reunir-se com os parentes aos fins de semana
 35d - () Reunir-se com os parentes em funerais

- 35e - () Reunir-se em casamentos e aniversários
 35f - () Praticar juntos ritos religiosos
 35g - () Dedicar-se ao lazer em comum (família nuclear)
 35h - () Gozar férias em família
 35i - () Outras ocasiões de encontro. Qual? _____

36. Aos domingos normalmente sua família:

- 36a - () Reúne-se em casa com parentes
 36b - () Fica em casa em atividade comum
 36c - () Cada pessoa faz uma atividade diferente
 36d - () Dedicar-se ao lazer em comum
 36e - () Outro. O quê? _____

37. Momentos em que pais e filhos se reúnem: (quantas quiser)

- 37a - () Quando dá
 37b - () Nas refeições
 37c - () Nos finais de semana
 37d - () Assistindo TV
 37e - () Não se reúne, cada um faz atividades separadas

38. Assuntos que são evitados na sua família: (Até 3 alternativas)

- 38a - () Sexo 38e - () Doença
 38b - () Separação 38f - () Casamento
 38c - () Morte 38g - () Violência
 38d - () Velhice 38h - () Drogas
 38i - () Nenhum

39. Quais acontecimentos foram marcantes na família e fizeram reaver valores? (Até 3 alternativas)

- 39a - () Casamento
 39b - () Separações
 39c - () Morte
 39d - () Nascimento de um membro
 39e - () Desemprego
 39f - () Doença
 39g - () Saída dos filhos de casa
 39h - () Mudança de residência
 39i - () Outro: _____

40. Quais os valores que você considera que são passados de uma geração a outra em sua família? (Até 3 alternativas)

- 40a - () Tradição do casamento
 40b - () Importância dos estudos
 40c - () Virgindade antes do casamento
 40d - () Cuidado com os mais velhos
 40e - () Honestidade
 40f - () Respeitar a hierarquia
 40g - () "A família em primeiro lugar"
 40h - () Tradições religiosas
 40i - () Preservação do patrimônio familiar
 40j - () Seguir a profissão dos pais

41. Na sua família quem é?

	Pai	Mãe	Filhos	Não se aplica
01. O mais trabalhador	☐	☐	☐	☐
02. Aquele que manda	☐	☐	☐	☐
03. O mais birrento	☐	☐	☐	☐
04. O bonzinho	☐	☐	☐	☐
05. O mais amigo	☐	☐	☐	☐
06. O conselheiro	☐	☐	☐	☐
07. Aquele que atrapalha	☐	☐	☐	☐
08. O mais chato	☐	☐	☐	☐
09. O mais compreensivo	☐	☐	☐	☐
10. O mais amoroso	☐	☐	☐	☐
11. O mais presente	☐	☐	☐	☐

42. Assinale até 3 ditados populares, que acredita serem verdadeiros para a sua família:

- 42a - () "Quem casa, quer casa"
 42b - () "Quem paga, manda"
 42c - () "Pau que nasce torto, morre torto"
 42d - () "Deus dá o frio, conforme o coberto"
 42e - () "Cada um colhe o que planta"

- 42f - () "Melhor um pássaro na mão do que dois voando"
 42g - () "Deus ajuda quem cedo madruga"
 42h - () "Quem tudo quer, nada tem"
 42i - () "Devagar se vai longe"
 42j - () "Em terra de cego, quem tem um olho é rei"
 42k - () "Em casa de ferreiro, o espeto é de pau"
 42l - () "Ruim com ele, pior sem ele"
 42m - () "Quando a pobreza entra pela porta, o amor sai pela janela"
 42n - () Outro: _____

43. Quais as principais dificuldades que a família vivencia atualmente? (Até 4 alternativas)

- 43a - () Falta de tempo para o lazer
 43b - () Problema de relacionamento do casal
 43c - () Incerteza quanto à instabilidade financeira
 43d - () Preocupação com o futuro dos filhos
 43e - () Não ter quem ajude a cuidar dos filhos
 43f - () Conflito com os filhos
 43g - () Dificuldade com a situação de aposentaria
 43h - () Muitas mudanças em curto espaço de tempo
 43i - () Crises pessoais
 43j - () Problemas de relacionamento familiar
 43k - () Familiares requerendo cuidados
 43l - () Dificuldade envolvendo o envelhecimento
 43m - () Preocupação com doença e morte
 43n - () Não enfrenta dificuldade atualmente

44. Atualmente a família do pai:

- 44a - () Não interfere na vida do casal
 44b - () Só interfere se for solicitada
 44c - () Interfere habitualmente com opiniões
 44d - () Ajuda a vida do casal
 44e - () Atrapalha a vida do casal
 44f - () É presente e amistosa
 44g - () É presente e conflituosa
 44h - () A relação só ocorre em ocasiões formais.

45. Atualmente a família da mãe:

- 45a - () Não interfere na vida do casal
 45b - () Só interfere se for solicitada
 45c - () Interfere habitualmente com opiniões
 45d - () Ajuda a vida do casal
 45e - () Atrapalha a vida do casal
 45f - () É presente e amistosa
 45g - () É presente e conflituosa
 45h - () A relação só ocorre em ocasiões formais

SOBRE FILHOS PEQUENOS

46. A decisão de ter filhos foi:

- 46a - () Da pai
 46b - () Do mãe
 46c - () De ambos
 46d - () Aconteceu casualmente

47. A chegada do primeiro filho: (Até 3 alternativas)

- 47a - () Não alterou o relacionamento do casal
 47b - () Alterou temporariamente o relacionamento
 47c - () Melhorou o relacionamento do casal
 47d - () Piorou o relacionamento do casal
 47e - () Alterou as metas familiares
 47f - () Alterou as tarefas e funções

48. As atividades de lazer dos filhos são normalmente realizadas com: (quantas quiser)

- 48a - () Pai 48e - () Brinca sozinho
 48b - () Mãe 48f - () Parentes
 48c - () Irmãos 48g - () Empregada
 48d - () Amigos 48h - () Não sabe dizer

49. Os cuidados rotineiros com o bebê são ou foram assumidos:

(Até 2 alternativas)

49a - () Pela mãe

49b - () Pelo pai

49c - () Pela avó

49d - () Pela empregada

49e - () Outro

57b - () Dificultou o relacionamento familiar

57c - () Criou a necessidade de novas regras

57d - () Alterou os papéis de pai e mãe

57e - () Não alterou em nada

50. Quem assume a educação dos filhos: (quantas quiser)

50a - () O Pai 50e - () Padrasto

50b - () A mãe 50f - () Madrasta

50c - () Ambos 50g - () Empregada

50d - () Avós 50h - () Irmão mais velho

51. Quem assume as seguintes tarefas educativas?

	Mãe	Pai	Ambos	Avós	Padrasto	Madrasta	Irmão + velho	Outros
01. Cuidar da higiene	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
02. Cuidar da Alimentação	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
03. Colocar limites e regras	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
04. Acompanhar desempenho Escolar	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐
05. Atividades diárias de rotina	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

SOBRE FILHOS ADOLESCENTES**52. Em sua opinião, qual a frase que melhor define a adolescência?**

52a - () A fase da rebeldia

52b - () A fase que eles próprios não sabem o que querem

52c - () A fase em que os pais não sabem o que fazer

52d - () Uma fase natural, sem maiores complicações

53. As informações que os filhos tem sobre sexo são passadas por: (Até 3 alternativas)

53a - () Pai

53b - () Mãe

53c - () Irmãos mais velhos

53d - () Escola

53e - () Amigos

53f - () Não sabe

53g - () Meios de comunicação

54. As informações que os filhos têm sobre drogas são passadas por: (Até 3 alternativas)

54a - () Pai

54b - () Mãe

54c - () Irmãos mais velhos

54d - () Escola

54e - () Amigos

54f - () Não sabe

54g - () Meios de comunicação

55. A família tem contato com os amigos dos filhos?

55a - () Recebem em casa com frequência

55b - () Recebem em casa esporadicamente

55c - () Saem ou viajam juntos

55d - () Não tem contato

56. As atividades de lazer dos filhos são prioritariamente realizadas com: (Até 2 alternativas)

56a - () Pai 56d - () Amigos

56b - () Mãe 56e - () Individualmente

56c - () Irmãos 56f - () Parentes

57. A adolescência dos filhos trouxe algum tipo de mudança para a família? (Até 2 alternativas)

57a - () Facilitou o relacionamento familiar

SOBRE A VIDA NA COMUNIDADE**58. Como você avalia o seu relacionamento com seus vizinhos?**

58a - () Próxima e amigo

58b - () Distante, mas cordial

58c - () Conflituoso

58d - () Sem relação

59. Você acredita que seus vizinhos:

59a - () São pessoas que você pode sempre contar

59b - () São pessoas dispostas a ajudar em caso de necessidade urgente

59c - () São pessoas que você não pediria ajuda

60. Quais as atividades de lazer relacionadas abaixo são mais frequentes em sua família? (Até 3 alternativas)

60a - () Assistir TV

60b - () Ir ao cinema

60c - () Ir ao clube

60d - () Viajar

60e - () Visitar amigos / parentes

60f - () Festas e eventos na comunidade

60g - () Ir ao shopping center

60h - () Ler

60i - () Reunir amigos em sua casa

60j - () Ir ao teatro / museus / exposições

61. Como você considera seu envolvimento com a escola?

61a - () Sempre participo das reuniões, atividades e festas promovidas pela escola

61b - () Vou às reuniões apenas quando solicitada(o)

61c - () Não participo de reuniões, atividades e festas

61d - () Gostaria de ter um maior envolvimento com a escola

62. Alguém da casa realizou alguma atividade voluntária?

62a - () SIM 62b - () NÃO

62aa - Indique quem: _____

63. Em caso positivo, esta atividade está relacionada com:

63a - () Igreja

63b - () Escola

63c - () ONG

63d - () Organização filantrópica (Rotary Clube, Lions Clube, Maçonaria, outras)

63e - () Empresa em que trabalha

63f - () Trabalho individual

64. Com relação aos serviços de saúde oferecidos em sua comunidade / cidade, você:

64a - () Utiliza frequentemente os serviços públicos de saúde (para consultas, acompanhamentos, grupos de orientação/apoio)

64b - () Utiliza apenas para a vacinação e obtenção de certos medicamentos

64c - () Utiliza apenas em casos de campanhas nacionais de vacinação

64d - () Nunca utiliza os serviços públicos de saúde

65. Sua família pertence a algum clube ou associação no seu bairro?

65a - () SIM 65b - () NÃO

66. Em caso positivo, qual(is)? (quantas quiser)

66a - () Clube

66b - () Igreja

66c - () Associação esportiva

66d - () Associação beneficente

66e - () Associação cultural

66f - () Outros: _____

67. Que tipo de atividades compartilhadas com pessoas do bairro, o/s membros da sua família executam:

- 67a - () Rodízio de condução para escola do filho
 67b - () Rodízio de condução para o trabalho
 67c - () Organização de passeios e excursões
 67d - () Organização de festas no bairro
 67e - () Nenhuma
 67f - () Outros: _____

68. Como são tratadas em família as questões de doença?

- 68a - () Há muita tensão e nervosismo no ar
 68b - () Algumas pessoas ficam muito assustadas e choram muito
 68c - () Encaram com naturalidade e tomam as providências necessárias
 68d - () A família se desorganiza

69. Como a família enfrenta as seguintes questões:

	Existe muito Preconceito	É uma questão aceita naturalmente pela família	Discute-se abertamente sobre a questão	Não há espaço p/ discussão
01. Diferença de cor e raça.....	☐	☐	☐	☐
02. Diferença de classe e raça.....	☐	☐	☐	☐
03. Diferença de religião.....	☐	☐	☐	☐
04. Diferença sexual.....	☐	☐	☐	☐

70. Como a família enfrenta questões de álcool e drogas?

- 70a - () Busca-se orientar e prevenir sobre essa questão
 70b - () Não se fala sobre o assunto
 70c - () Busca-se ajuda / solução para o problema dentro da família (caso tenha vivenciado ou esteja vivenciando)
 70d - () Busca-se ajuda / solução para o problema dentro da família (caso tenha vivenciado ou esteja vivenciando)

71. Como a família enfrenta questões de violência?

- 71a - () Busca-se orientar e prevenir sobre essa questão
 71b - () Não se fala sobre o assunto
 71c - () Busca-se ajuda / solução para o problema dentro da família (caso tenha vivenciado ou esteja vivenciando)
 71d - () Busca-se ajuda / solução para o problema dentro da família (caso tenha vivenciado ou esteja vivenciando)

72. Complete a frase: Família é

.....

ANEXO C – A COMPLICADA ARTE DE VER

A COMPLICADA ARTE DE VER

Ver é muito complicado. Isso é estranho porque os olhos, de todos os órgãos dos sentidos, são os de mais fácil compreensão científica. A sua física é idêntica à física óptica de uma máquina fotográfica: o objeto do lado de fora aparece refletido do lado de dentro. Mas existe algo na visão que não pertence à física.

A árvore que o sábio vê não é a mesma árvore que o tolo vê". Sei disso por experiência própria. Quando vejo os ipês floridos, sinto-me como se estivesse diante de algo sagrado. Mas uma mulher que vivia perto da minha casa decretou a morte de um ipê que florescia à frente de sua casa porque ele sujava o chão, dava muito trabalho para a sua vassoura. Seus olhos não viam a beleza. Só viam o lixo.

Há muitas pessoas de visão perfeita que nada vêem. Não é bastante não ser cego para ver as árvores e as flores. Não basta abrir a janela para ver os campos e os rios. O ato de ver não é coisa natural. Precisa ser aprendido. A primeira tarefa da educação é ensinar a ver.

Há um poema no Novo Testamento que relata a caminhada de dois discípulos na companhia de Jesus ressuscitado. Mas eles não o reconheciam. Reconheceram-no subitamente: ao partir do pão, "seus olhos se abriram".

A diferença se encontra no lugar onde os olhos são guardados. Se os olhos estão na caixa de ferramentas, eles são apenas ferramentas que usamos por sua função prática. Com eles vemos objetos, sinais luminosos, nomes de ruas _e ajustamos a nossa ação. O ver se subordina ao fazer. Isso é necessário. Mas é muito pobre. Os olhos não gozam... Mas, quando os olhos estão na caixa dos brinquedos, eles se transformam em órgãos de prazer: brincam com o que vêem, olham pelo prazer de olhar, querem fazer amor com o mundo. Os olhos que moram na caixa de ferramentas são os olhos dos adultos. Os olhos que moram na caixa dos brinquedos, das crianças. Para ter olhos brincalhões, é preciso ter as crianças por nossas mestras.

Por isso porque eu acho que a primeira função da educação é ensinar a ver. Eu gostaria de sugerir que se criasse um novo tipo de professor, um professor que nada teria a ensinar, mas que se dedicaria a apontar os assombros que crescem nos desvãos da banalidade cotidiana.

ANEXO D – A PIPOCA

A PIPOCA

A pipoca é um milho mirrado, subdesenvolvido. Não sei como isso aconteceu, mas o fato é que houve alguém que teve a idéia de debulhar as espigas e colocá-las numa panela sobre o fogo, esperando que assim os grãos amolecessem e pudessem ser comidos. Havendo fracassado a experiência com água, tentou a gordura. O que aconteceu, ninguém jamais poderia ter imaginado. Repentinamente os grãos começaram a estourar, saltavam da panela com uma enorme barulheira. Mas o extraordinário era o que acontecia com eles: os grãos duros quebra-dentes se transformavam em flores brancas e macias que até as crianças podiam comer. O estouro das pipocas se transformou, então, de uma simples operação culinária, em uma festa, brincadeira, molecagem, para os risos de todos.

É muito divertido ver o estouro das pipocas! É que a transformação do milho duro em pipoca macia é símbolo da grande transformação porque devem passar os homens para que eles venham a ser o que devem ser. O milho da pipoca não é o que deve ser. Ele deve ser aquilo que acontece depois do estouro. O milho da pipoca somos nós: duros, quebra-dentes, impróprios para comer, pelo poder do fogo podemos, repentinamente, nos transformar em outra coisa! Mas a transformação só acontece pelo poder do fogo. Milho de pipoca que não passa pelo fogo continua a ser milho de pipoca, para sempre.

Assim acontece com a gente. As grandes transformações acontecem quando passamos pelo fogo. Quem não passa pelo fogo fica do mesmo jeito, a vida inteira. São pessoas de uma mesmice e dureza assombrosa. Só que elas não percebem. Mas, de repente, vem o fogo. O fogo é quando a vida nos lança numa situação que nunca imaginamos. Dor. Pode ser fogo de fora: perder um amor, perder um pai ou uma mãe, ficar doente, perder um emprego. Pode ser fogo de dentro: pânico, medo, ansiedade, depressão.

Imagino que a pobre pipoca, fechada dentro da panela, lá dentro ficando cada vez mais quente, pense que sua hora chegou: vai morrer. De dentro de sua casca dura, fechada em si mesma, ela não pode imaginar destino diferente. Não pode imaginar a transformação que está sendo preparada. A pipoca não imagina aquilo de que ela é capaz. Aí, sem aviso prévio, pelo poder do fogo, a grande transformação acontece: PUF!! — e ela aparece como outra coisa, completamente diferente. É a lagarta rastejante e feia que surge do casulo como borboleta voante.

Em Minas Gerais, todo mundo sabe o que é piruá - é o milho de pipoca que se recusa a estourar. Piruás são aquelas pessoas que, por mais que o fogo es quente, se recusam a mudar. O destino delas é triste. Vão ficar duras a vida inteira. Não vão se transformar na flor branca macia. Não vão dar alegria para ninguém. Terminado o estouro alegre da pipoca, no fundo a panela ficam os piruás que não servem para nada.

Quanto às pipocas que estouraram, são pessoas que se transformaram em adultos felizes e que sabem que vale a pena acreditar em um sonho, investir e se dedicar a uma causa. Na panela da vida, muitas vezes, são necessárias transformações que requer mais do que acreditar, requer agir efetivamente para alcançar um objetivo. Cada pessoa tem o poder de sonhar alto, fazer do fogo o seu trampolim para ser um estouro de gente!!!!

ANEXO E – A ESTRADA DA VIDA

A ESTRADA DA VIDA

(Texto de Tereza Maldonado, “Estrada da Vida”, adaptado por LAMARÃO e AMARAL, 2007, p. 63)

A vida é como uma estrada. Temos que caminhar por ela.

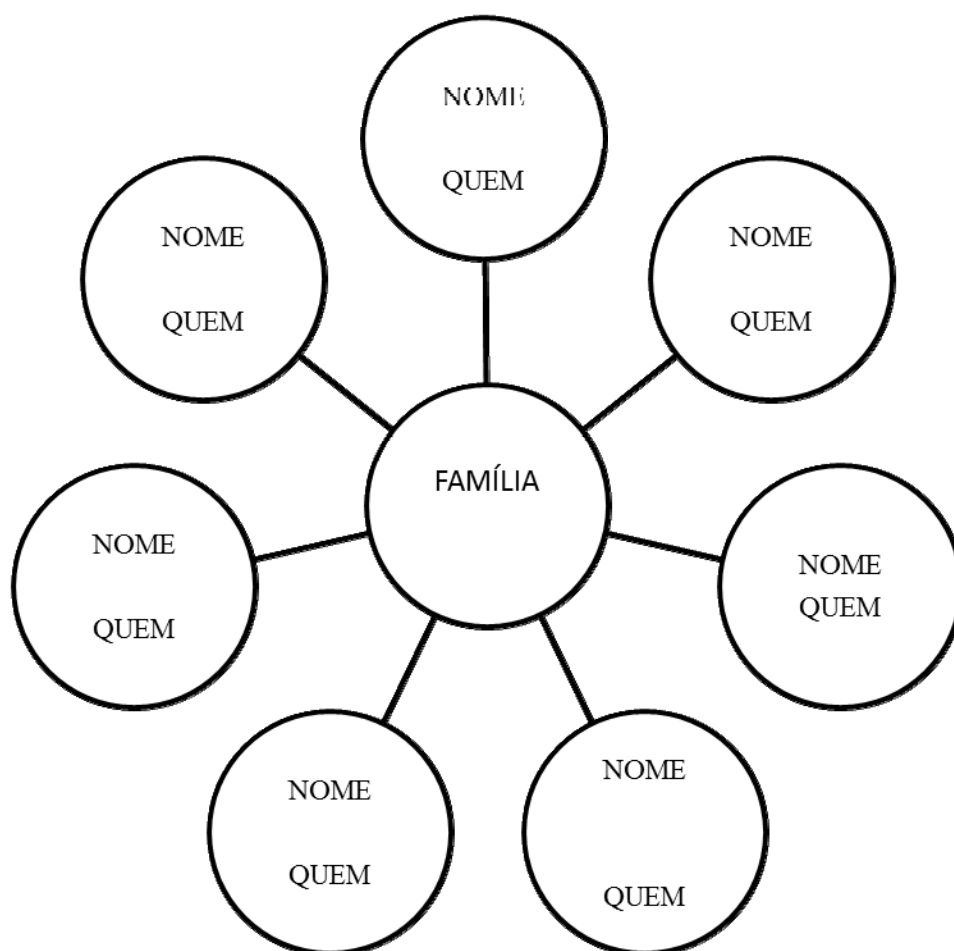
Nossa estrada tem pedras e às vezes, temos que caminhar sobre essas pedras com os pés descalços. Isso acontece quando a gente passa por grandes sofrimentos. Essa parte da estrada é de dor e de tristeza, mas precisamos atravessar, mesmo com os pés queimando, sangrando, sentindo doer à cabeça, o estômago, dói até o coração da gente. Dói tanto que a gente tenta fugir, tenta não sentir. Umas pessoas até bebem “pra esquecer”, outras gritam, fazem barulho para não escutar a dor, tem outros que brigam com os outros para não encarar a sua própria dor.

Mas nessa estrada não têm somente pedras, têm pedaços cobertos com um matinho verdinho, gostoso de pisar. É quando na nossa vida tudo vai indo bem. A gente caminha confortavelmente, sem muito esforço. É bom aproveitar essa parte da estrada para “curtir”, tomar fôlego e armazenar forças.

Tem partes da estrada que é a gente mesmo que constrói, a gente vai arrumando, cuidando para que ela fique bem confortável para caminhar. É o tempo da nossa vida em que a gente pára para refletir, fazer planos, sonhar.

ANEXO F – ECOGRAMA SIMPLIFICADO DA REDE DE RELAÇÕES

Ecograma Simplificado da Rede de Relações (LAMARÃO e AMARAL, 2007)



ANEXO G – É PRECISO SABER VIVER

É Preciso Saber Viver

(Composição Roberto Carlos e Erasmo Carlos)

Quem espera que a vida
Seja feita de ilusão
Pode até ficar maluco
Ou morrer na solidão
É preciso ter cuidado
Pra mais tarde não sofrer
É preciso saber viver

Toda pedra do caminho
Você pode retirar
Numa flor que tem espinhos
Você pode se arranhar
Se o bem e o mal existem
Você pode escolher
É preciso saber viver

É preciso saber viver
É preciso saber viver
É preciso saber viver
É preciso saber viver
É preciso saber viver
Saber viver, Saber viver